

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Renata Vieira de Melo

O AGRONEGÓCIO CAFEEIRO DO SUL DE MINAS GERAIS:

Especialização territorial produtiva, agentes corporativos e
divisão intrarregional do trabalho

Uberlândia

2026

Renata Vieira de Melo

O AGRONEGÓCIO CAFEEIRO DO SUL DE MINAS GERAIS:

Especialização territorial produtiva, agentes corporativos e
divisão intrarregional do trabalho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do Título de Doutora em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais

Orientador: Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira

Uberlândia

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M528 2026	<p>Melo, Renata Vieira de, 1990- O agronegócio cafeeiro do Sul de Minas Gerais: [recurso eletrônico] : Especialização territorial produtiva, agentes corporativos e divisão intrarregional do trabalho / Renata Vieira de Melo. - 2026.</p> <p>Orientador: Mirlei Fachini Vicente Pereira . Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.te.2026.172 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Geografia. I. , Mirlei Fachini Vicente Pereira,1981-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Geografia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 910.1</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, Número 302, PPGGEO				
Data:	24 de março de 2026	Hora de início:	14h:00min.	Hora de encerramento:	18h:00min
Matrícula do Discente:	12213GEO003				
Nome do Discente:	Renata Vieira de Melo				
Título do Trabalho:	O agronegócio cafeeiro no Sul de Minas Gerais: Especialização territorial produtiva, agentes corporativos e divisão intrarregional do trabalho				
Área de concentração:	Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais				
Linha de pesquisa:	Dinâmicas Territoriais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Campus Santa Mônica, no Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva (IGESC) da Universidade Federal de Uberlândia, sala 1H14, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: Denise de Souza Elias - UECE-CE; Samuel Frederico - UNESP - Rio Claro - SP; Flamarion Dutra Alves - UNIFAL-MG; Márcio Roberto Toledo - UFSJ-MG e Mirlei Fachini Vicente Pereira - IGESC-UFU, orientador do(a) candidato(a). Os membros da Banca participaram de forma remota.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Professor Mirlei Fachini Vicente Pereira - IGESC-UFU, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta ocorreram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

A banca recomendou a publicação da tese como livro.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente Ata que após lida foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Samuel Frederico, Usuário Externo**, em 24/03/2026, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirlei Fachini Vicente Pereira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/03/2026, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Roberto Toledo, Usuário Externo**, em 25/03/2026, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flamarion Dutra Alves, Usuário Externo**, em 25/03/2026, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denise de Souza Elias, Usuário Externo**, em 25/03/2026, às 20:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso=0, informando o código verificador **7112460** e o código CRC **7BBC3B00**.

Renata Vieira de Melo

O AGRONEGÓCIO CAFEEIRO DO SUL DE MINAS GERAIS:

Especialização territorial produtiva, agentes corporativos e
divisão intrarregional do trabalho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do Título de Doutora em Geografia.

Uberlândia, 24 de março de 2026.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira – UFU (Orientador)

Profa. Dra. Denise Elias – UECE

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves – UNIFAL

Prof. Dr. Marcio Roberto Toledo – UFSJ

Prof. Dr. Samuel Frederico – UNESP/Rio Claro

Dedico este trabalho aos meus pais, que,
debaixo de muito sol nas lavouras de café,
me permitiram chegar até aqui.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Mirlei Pereira, expresso minha gratidão. Sua orientação foi além da condução acadêmica: foi presença, escuta e inspiração. Levo comigo não apenas os ensinamentos acadêmicos, mas também o exemplo de seriedade e humanidade.

Aos professores Flamarion Alves e Marcio Toledo, pelas valiosas contribuições na Defesa do Projeto que originou esta tese e por integrarem a Banca Examinadora final.

Aos professores Denise Elias e Samuel Frederico, pelas relevantes considerações no Exame de Qualificação e por aceitarem compor a Banca Examinadora da defesa final.

Aos meus amigos de pós-graduação, Juliano Cavalcanti e Henrique Vian que transformaram a rotina exigente da pesquisa em uma experiência marcada também pelo afeto e pelo companheirismo.

De modo muito especial, agradeço a Matheus Ferreira, com quem compartilhei não apenas a moradia, mas também o período intenso de transição de vida. Sua presença tornou os dias mais leves e possíveis.

Aos amigos da Unifal — Larissa Chiulli, Thiago Forte, Eduardo Araújo e Franciny de Deus — registro meu sincero agradecimento pelo apoio ao longo dessa trajetória.

Às queridas amigas que Uberlândia me presenteou — Analine Parente, Fabiane Ripplinger e Laila Santos — manifesto meu afeto e a certeza de que os laços construídos ultrapassam o tempo e a distância.

Ao meu amigo, Pedro Filho, expresso minha gratidão pelo incentivo, presença e por ser o exemplo de competência profissional. A Lucas Ribeiro, agradeço a cuidadosa contribuição na elaboração da parte gráfica desta tese.

Ao meu companheiro, Lucas Faria, pela paciência, ajuda, afeto e, sobretudo, pela compreensão diante das minhas ausências — tantas vezes inevitáveis — ao longo desta jornada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de doutorado, fundamental para a realização desta pesquisa. À Universidade Federal de Uberlândia, pela oportunidade de acesso a um ensino público de excelência.

À minha irmã Flávia, minhas sobrinhas Sofia e Ana Zoé, e aos meus pais, Lídia e Sebastião, deixo o mais profundo agradecimento pelo incentivo e amor incondicional.

“No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros”

(Milton Santos, *Por uma outra globalização*, 2001, p. 79)

Resumo

Ao longo do século XX, a agricultura brasileira experimentou transformações estruturais significativas. O advento da globalização intensificou esses processos diversos, como a homogeneização das técnicas, aumento da produção e das exportações, surgimento de espaços especializados, dentre outros, tornando o agronegócio um dos principais vetores de reorganização do território brasileiro. A partir de tal contexto, a tese teve por objetivo compreender, no Sul de Minas Gerais, principal região produtora de café do Brasil, o processo de especialização regional produtiva e algumas implicações dela advindas, como o uso corporativo do território e a divisão intrarregional do trabalho, ou seja, a emergência de centros urbanos especializados em funções associadas ao circuito espacial produtivo do café. Tanto o processo de especialização regional quanto as funções específicas de algumas cidades são reveladores tanto da importância e centralidade que a produção regional assume no mercado interno e externo da *commodity*, permitindo-nos reconhecer no Sul de Minas Gerais a emergência de verdadeiras "cidades do agronegócio", que assumem funções como a oferta de serviços e infraestruturas voltados ao consumo produtivo do agronegócio cafeeiro, recebendo infraestruturas e ganhando características de um território corporativo, porque muito voltado a agentes hegemônicos que controlam a produção (*tradings* e grandes cooperativas).

Palavras-chave: cafeicultura; especialização territorial produtiva; cidades do agronegócio; região produtiva do agronegócio.

Abstract

Throughout the twentieth century, Brazilian agriculture underwent significant structural transformations. The advent of globalization intensified these diverse processes, such as the homogenization of techniques, increased production and exports, and the emergence of specialized spaces, among others, making agribusiness one of the main drivers of the reorganization of Brazilian territory. Within this context, the thesis aimed to understand, in Southern Minas Gerais — the main coffee-producing region of Brazil — the process of regional productive specialization and some of its resulting implications, such as the corporate use of territory and the intraregional division of labor, that is, the emergence of urban centers specialized in functions associated with the coffee spatial production circuit. Both the process of regional specialization and the specific functions of certain cities reveal the importance and centrality that regional production assumes in the domestic and international commodity market, allowing us to recognize in Southern Minas Gerais the emergence of true “agribusiness cities,” which perform functions such as providing services and infrastructure geared toward the productive consumption of the coffee agribusiness, receiving infrastructure investments and acquiring characteristics of a corporate territory, as they are strongly oriented toward hegemonic agents that control production (trading companies and large cooperatives).

Keywords: coffee production; territorial specialization of production; agribusiness cities; agribusiness productive region.

Lista de figuras

Figura 1	Estrada de Ferro Sapucaí em 1898.....	47
Figura 2	Estradas de Ferro do Sul de Minas, até a década de 1950.....	47
Figura 3	Companhia Mogiana de Estrada de Ferro em 1970.....	49
Figura 4	Estação Ferroviária em Varginha em 1920.....	51
Figura 5	Fluxograma das Etapas do Processo Produtivo do Café.....	107
Figura 6	Fábrica da Melitta em Varginha.....	119
Figura 7	Centro administrativo do Porto Seco do Sul de Minas (EADI) em Varginha.....	122
Figura 8	Fazenda experimental da Epamig, São Sebastião do Paraíso-MG.....	131
Figura 9	Coccamig e Fundação Pró Café, Varginha-MG.....	132
Figura 10	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Matriz).....	141
Figura 11	Complexo Industrial Japy e Redex.....	143
Figura 12	SMC Specialty Coffees, divisão de cafés especiais da Cooxupé em Guaxupé.....	144
Figura 13	Cooperativa Minasul em Varginha.....	148
Figura 14	Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Matriz).....	151
Figura 15	Cafeteria da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas....	152
Figura 16	Participação dos cooperados em ações diretas com a Cooperativa.....	156
Figura 17	Escritório da NKG em Varginha.....	163
Figura 18	Escritório da ECOM/Eisa em Varginha.....	166
Figura 19	Estrutura operacional da Sucafina em Varginha.....	168
Figura 20	Estrutura operacional da Volcafé em Varginha.....	170
Figura 21	Escritório da Cofco em Varginha.....	173
Figura 22	Escritório da Ofi em Alfenas.....	174
Figura 23	Recorte da rede de influência das cidades - Sul de Minas Gerais (2018).....	184
Figura 24	Antiga Estação Ferroviária da Mogiana em Guaxupé.....	210
Figura 25	Exportadora de Café Guaxupé.....	211
Figura 26	Femagri em Guaxupé em 2025.....	212
Figura 27	Porto Seco do Sul de Minas em Varginha.....	215
Figura 28	Rua do Comércio de Café em Varginha.....	217
Figura 29	Centro do Comércio de Café do Estado de Minas Gerais em Varginha.....	217
Figura 30	Exemplos de corretores, transportadoras e cafeterias na Rua do Café....	218
Figura 31	BSCA em Varginha.....	218
Figura 32	Fazenda do grupo Ipanema Coffees.....	222

Lista de gráficos

Gráfico 1	Impacto do PRRC na produção de café no estado de Minas Gerais.....	59
Gráfico 2	Produção e Exportação de café em Guaxupé de 2020 a 2024.....	211
Gráfico 3	Evolução demográfica de Guaxupé.....	213
Gráfico 4	Produto Interno Bruto de Guaxupé.....	214
Gráfico 5	Comparação entre a população rural e urbana de Varginha.....	219
Gráfico 6	Produto Interno Bruto de Varginha.....	220
Gráfico 7	População rural e urbana de Alfenas em 2022.....	223
Gráfico 8	Produto Interno Bruto de Alfenas.....	224

Lista de mapas

Mapa 1	Domínios Morfoclimáticos do Sul/Sudoeste de Minas Gerais.....	37
Mapa 2	Mapa temático do município de Três Pontas (MG).....	68
Mapa 3	Uso e ocupação do solo no Sul/Sudoeste de Minas Gerais.....	76
Mapa 4	Recorte espacial da Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais.....	82
Mapa 5	Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais – Percentual da área de produção de café no conjunto da área plantada (média de 2020-2023).....	83
Mapa 6	Região Produtiva do Agronegócio Cafeeira do Sul de Minas - Valor da produção de café (%) frente ao total da produção agrícola (2020-2023).....	85
Mapa 7	Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais - Percentual do valor de produção e da área plantada de café frente os demais cultivos (2020-2023).....	86
Mapa 8	Sedes das cooperativas - Cooxupé, Minasul e Capebe, década de 1960.....	137
Mapa 9	Sedes e escritórios de comercialização - Cooxupé, Minasul e Capebe (1970-1990).....	138
Mapa 10	Sedes e escritórios de comercialização - Cooxupé, Capebe e Minasul (2024).....	139
Mapa 11	<i>Tradings</i> em municípios da Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas.....	162
Mapa 12	As cidades do agronegócio na Região Cafeeira do Sul de Minas.....	190
Mapa 13	Exportação de café por município da Região Cafeeira do Sul de Minas.....	205
Mapa 14	Exportação de café de Varginha, Guaxupé e Alfenas no ano 2000.....	207
Mapa 15	Exportações de café de Varginha, Guaxupé e Alfenas em 2010.....	208
Mapa 16	Exportações de café de Varginha, Guaxupé e Alfenas em 2024.....	209

Lista de tabelas e quadros

Tabela 1	Gêneros produzidos no Sul de Minas Gerais (1866-1884).....	39
Tabela 2	Crescimento populacional nos centros conectados pelas ferrovias no Sul de Minas Gerais.....	50
Tabela 3	Produção de café nas regiões cafeeiras mineiras.....	75
Tabela 4	Área dos estabelecimentos agropecuários e produção e Minas Gerais e Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro no Sul de Minas Gerais.....	88
Tabela 5	Principais municípios produtores de café na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais em 2024.....	90
Tabela 6	Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes da lavoura permanente (unidades) na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais.....	91
Tabela 7	Total de Empregos na cafeicultura em 2024 e tamanho dos estabelecimentos – Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais, municípios selecionados – 2024.....	93
Tabela 8	Efetivo de trabalhadores da cultura do café e média salarial da atividade - Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais, municípios selecionados – 2024.....	94
Tabela 9	Unidades de Despacho x Unidades de Embarque em 2025.....	121
Tabela 10	<i>Ranking</i> dos municípios com maior capacidade estática de armazenamento do Sul de Minas.....	124
Tabela 11	Classificação dos Produtores Cooperados - Cooxupé – 2025.....	142
Tabela 12	Média das propriedades dos cooperados – Cooxupé, Minasul e Cocatrel (2025).....	153
Tabela 13	População e crescimento geométrico dos maiores núcleos urbanos da Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais – municípios selecionados 2022.....	183
Tabela 14	Atividades ligadas à cafeicultura (número de unidades), municípios de Alfenas, Guaxupé e Varginha.....	191
Tabela 15	Número de trabalhadores no conjunto de municípios com atividades diversificadas – municípios selecionados da RPA do Café no Sul de Minas Gerais – 2024.....	194
Tabela 16	Remuneração média no conjunto dos municípios com atividade diversificada (em salários-mínimos) 2024 Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais, municípios selecionados – 2024.....	197
Tabela 17	Maiores vinculados empregatícios na torrefação e moagem na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas em 2024.....	198
Tabela 18	Maiores vínculos empregatícios no comércio atacadista de café em grão na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas em 2024.....	201
Tabela 19	População em 2022 e composição do PIB municipal – Alfenas, Varginha e Guaxupé em 2021.....	203
Tabela 20	Participação do café nas exportações, Empregos na cafeicultura e Renda Média mensal nas cidades do agronegócio em 2023.....	204

Tabela 21	Participação na exportação de café na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas – municípios selecionados, 2025.....	206
Tabela 22	Percentual de área plantada dos cultivos em Guaxupé (ha).....	213
Tabela 23	População e crescimento populacional de Varginha (2022) em habitantes.....	219
Tabela 24	Empregabilidade em Varginha em 2024.....	219
Quadro 1	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) no setor cafeeiro e número de empregados na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais – 2024.....	94
Quadro 2	Principais cooperativas de café na Região Produtiva do Sul de Minas Gerais.....	110
Quadro 3	<i>Tradings</i> na Região Produtiva do Agronegócio do Café no Sul de Minas.....	114
Quadro 4	Comparação entre os estatutos das principais cooperativas (Ano-base 2024).....	158

Lista de siglas e abreviaturas

ABIC	Associação Brasileira da Indústria de Café
ADM	Archer Daniels Midland
AIC	Acordo Internacional do Café
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Assodantas	Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D'Antas
BSCA	Associação Brasileira de Cafés Especiais
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Capebe	Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança
Carpec	Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CCCMG	Centro do Comércio de Café do Estado de Minas Gerais
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CDPC	Conselho Deliberativo da Política do Café
Cecafé	Confederação dos Exportadores de Café
Cefet-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Cempre	Cadastro Central de Empresas
CLIA	Centro Logístico e Industrial Aduaneiro
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNC	Conselho Nacional do Café
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coapeja	Cooperativa Agropecuária de Jacutinga
Cocarive	Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde

Cocatrel	Cooperativa dos Cafeicultores e Agricultores de Três Pontas
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Cooasavi	Cooperativa Agropecuária Mista de São Vicente
Coocafé	Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Lajinha
Coomap	Cooperativa Mista Agropecuária de Paraguaçu
Coopercafem	Cooperativa dos Produtores de Café Especial dos Martins
Coopercam	Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio
Cooperbom	Cooperativa de Bom Despacho
Cooperrita	Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí
Coopervass	Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí
Coopervitae	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Orgânicos de Nova Resende e Região Ltda.
Coopfam	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região
Cooxupé	Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé
CPR	Cédula de Produto Rural
CRA	Certificados de Recebíveis do Agronegócio
DEC	Divisão de Economia Cafeeira
DI	Depósito Interbancário
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EADI	Estação Aduaneira do Interior
EISA	Empresa Interagrícola S.A.
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Epamig	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Fapemig	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Fates	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
Femagri	Feira de Máquinas, Implementos e Insumos Agrícolas
FR	Fundo de Reserva
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Gerca	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
GPS	Sistema de Posicionamento Global
Há	Hectare
IAC	Instituto Agrônômico de Campinas
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSuldeMinas	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
IG	Indicação Geográfica
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IoT	Internet das Coisas
IP	Indicação de Procedência
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
JDE	Jacobs Douwe Egberts
LDC	Louis Dreyfus Company

Mapa	Ministério da Agricultura e Pecuária
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MG	Minas Gerais
Minasul	Cooperativa Agroindustrial de Varginha Ltda.
Necaf	Núcleo de Estudos em Cafeicultura
NKG	Neumann Kaffee Gruppe
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OFI	Olam Food Ingredients
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronamp	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor
PRRC	Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
Redex	Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação
Regic	Regiões de Influência das Cidades
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
RMV	Rede Mineira de Viação
RPA	Região Produtiva do Agronegócio
SC	Santa Colomba Investimentos Agrícolas
Seapa	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sidra	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SindiCafé	Sindicato da Indústria do Café de Minas Gerais

SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SP	São Paulo
t.	Tonelada
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
Unifal	Universidade Federal de Alfenas
Unis	Centro Universitário do Sul de Minas

Sumário

INTRODUÇÃO	24
SEÇÃO 1.	CONSTITUIÇÃO E PERIODIZAÇÃO DA REGIÃO CAFEIEIRA DO SUL DE MINAS GERAIS	34
1.1	Primórdios da cafeicultura e o meio natural no Sul de Minas	36
1.1.2	<i>Mecanização da cafeicultura e o meio técnico na Região Cafeeira do Sul de Minas</i>	41
1.1.3	<i>Cientificação da cafeicultura na região cafeeira do Sul de Minas Gerais</i>	55
1.1.4	<i>Cafeicultura científica globalizada e afirmação do meio técnico-científico-informacional na região cafeeira do Sul de Minas</i>	62
1.2	O agronegócio globalizado no Brasil contemporâneo e a produção na região cafeeira do Sul de Minas	69
1.3	A dinâmica contemporânea da produção na Região Cafeeira do Sul de Minas	75
SEÇÃO 2.	A REGIÃO PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO CAFEIEIRO NO SUL DE MINAS GERAIS	78
2.1	Delimitando a Região Produtiva Cafeeira do Sul de Minas Gerais: aspectos metodológicos	79
2.2	Grau de especialização produtiva: percentual de área plantada com café	83
2.2.1	<i>Valor da produção de café no conjunto dos cultivos agrícolas</i>	85
2.3	Aspectos da produção na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais	89
2.4	Trabalho e renda do segmento cafeeiro na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro no Sul de Minas	92
SEÇÃO 3.	O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO CAFÉ E SUAS PARTICULARIDADES NA REGIÃO DO AGRONEGÓCIO CAFEIEIRO DO SUL DE MINAS GERAIS	98
3.1	A produção agrícola no circuito espacial produtivo	102
3.2	Etapa e agentes de comercialização - cooperativas e tradings	107
3.2.1	<i>As cooperativas de cafeicultores na Região Cafeeira do Sul de Minas Gerais</i>	108
3.2.2	<i>Tradings globais na região produtiva do Sul de Minas</i>	113
3.3	Grandes grupos produtores, um exemplo: Ipanema Coffes	115
3.4	Torrefadoras na Região Cafeeira do Agronegócio do Sul de Minas	116
3.5	Movimento de exportação na região cafeeira do Sul de Minas	119

3.6	Os círculos de cooperação na região produtiva do agronegócio cafeeiro do Sul de Minas Gerais.....	125
SEÇÃO 4.	USO “COOPERATIVO” E USO “CORPORATIVO” DO TERRITÓRIO: COOPERATIVAS E TRADINGS NA REGIÃO DO AGRONEGÓCIO CAFEEIRO DO SUL DE MINAS.....	134
4.1	As grandes cooperativas e suas estratégias de uso do território.....	137
4.2	O paradoxo do cooperativismo.....	154
4.3	As <i>tradings</i> globais na região produtiva.....	161
4.3.1	<i>Neumann Kaffee Gruppe (NKG-Stockler)</i>	162
4.3.2	<i>ECOM Agroindustrial (EISA)</i>	164
4.3.3	<i>Louis Dreyfus Company (LDC)</i>	167
4.3.4	<i>Sucafina</i>	168
4.3.5	<i>Volcafé (ED&F Man)</i>	169
4.3.6	<i>COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos</i>	171
4.3.7	<i>Olam Food Ingredients (OFI)</i>	174
4.4	O caráter globalizado da produção e do território na Região do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas.....	175
SEÇÃO 5.	FUNÇÕES URBANAS E DIVISÃO INTRATERRITORIAL DO TRABALHO: AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO CAFEEIRO NO SUL DE MINAS.....	178
5.1	Cidades e agronegócio: considerações conceituais e contexto da Região Cafeeira do Sul de Minas.....	180
5.2	Breve caracterização do sistema urbano-regional do Sul de Minas.....	183
5.3	As cidades do agronegócio na Região Cafeeira de Minas Gerais.....	187
5.4	As cidades do agronegócio cafeeiro: concentração e diversificação de funções no circuito produtivo.....	190
5.5	Função exportadora das cidades do agronegócio cafeeiro e a lógica extravertida da produção.....	204
5.6	Guaxupé e a maior cooperativa cafeeira do mundo.....	209
5.7	Varginha: <i>Tradings</i> globais e centro logístico da cafeicultura.....	215
5.8	Alfenas e o terciário especializado na cafeicultura.....	221
CONCLUSÕES	225
REFERÊNCIAS	231
ANEXOS	247

Introdução

O espaço geográfico constitui o objeto central de estudo da Geografia como ciência. Assim, uma compreensão holística da realidade exige abordá-lo e alcançá-lo de maneira integrada, reconhecendo elementos e agentes que o compõem, isto é, empreender uma análise constitutiva do espaço, que permita capturar os elementos e processos fundamentais que definem a sua natureza e sua dinâmica.

Ao reconhecer o espaço geográfico como uma instância social, Milton Santos (1994) aponta que este é constantemente moldado e transformado pelas atividades humanas ao longo do tempo. Nessa concepção, compreendemos o espaço não como uma entidade homogênea, mas sim repleto de nuances e permeado por contradições, conflitos e dinâmicas de poder que lhe são inerentes, condição de tudo o que resulta da dinâmica social.

O advento da globalização fez emergir alterações de ordem técnica, política, econômica e cultural ao espaço geográfico, e tal situação é responsável, sobretudo, pela criação de novos arranjos territoriais, concebidos para servir de suporte ao novo panorama da economia mundializada. Nesse sentido, conforme Barrios (1986), o espaço físico se configura como um produto global das práticas econômicas, sendo assim, modificado pela ação social com base ora em seu valor de uso, ora em valores de troca, com o intuito de adaptá-lo às necessidades individuais e coletivas, que implicam na produção de bens materiais e, em última instância, também na própria constituição do território.

Como efeito, materializa-se uma nova divisão territorial do trabalho, produto e resultado de um processo ampliado de especialização territorial produtiva, próprio da dinâmica do modo de produção capitalista, tal como hoje observamos em diferentes porções do planeta. Isso ocorre porque subespaços se tornam cada vez mais especializados, otimizados e obedientes à certo tipo de produção, acolhendo funções específicas e cada vez mais demarcadas no conjunto dos territórios nacionais e mesmo do mundo. Nesse sentido, o fenômeno da globalização assume a prerrogativa de redefinir funções específicas e por vezes estratégicas aos subespaços, os quais, por sua vez, conhecem dinâmicas socioeconômicas novas e também impõem, de certo modo, novas condições ao mundo.

Conforme Santos (1986), para obter uma visão abrangente do uso do território por parte dos agentes que exercem domínio sobre os espaços e circuitos produtivos, é necessário considerar a sua dimensão como um todo, ou seja, como um produto social que abarca diferentes instâncias. Deste modo, a compreensão do espaço deve emergir dele mesmo, a fim de assimilar as demais esferas ou instâncias (social, econômica, cultural e política), as quais, embora possuam autonomia e movimento próprios, ainda estão sujeitas ao movimento global da totalidade social na qual estão inseridas. Daí a complexidade tanto do espaço geográfico como da própria Geografia como ciência.

Nesse sentido, e no que concerne ao nosso interesse de avaliação nesta tese, a agricultura brasileira experimentou uma série de transformações significativas ao longo do século XX e neste início de século XXI. Tais alterações modificaram os sistemas técnicos e normativos da economia e os espaços agrícolas tradicionais, sobretudo em áreas onde a produção passa a ser obediente e direcionada ao mercado externo. Assim, desde o início do século XXI, o Brasil tem consolidado sua posição como um dos principais fornecedores de *commodities* em âmbito mundial, destacando seu potencial de inserção no mercado global através do agronegócio globalizado.

A pauta exportadora centrada em *commodities* agrícolas, observada e reforçada no Brasil desde a última virada de século (Pochmann e Silva, 2023), é em parte constituída e com lugar de destaque para o café, assumindo um papel significativo para a economia do país. Trata-se de um produto que confere ao Brasil a condição de maior produtor e exportador mundial ao longo de décadas. Números recentes revelam a magnitude dessa produção: o volume de café produzido em diferentes regiões do Brasil atingiu a marca de 3,3 milhões de toneladas em 2024, ocupando uma extensão territorial de aproximadamente 1,9 milhão de hectares (IBGE, 2025).

Das unidades da federação, Minas Gerais se destaca como o principal espaço produtor, direcionando mais de um milhão de hectares para o cultivo, ou seja, mais da metade das áreas cultivadas com a rubiácea no país. Não apenas em termos de área, mas também em termos de produção, Minas Gerais lidera o volume produzido, com 1.687.329 toneladas da *commodity*, o que também representa cerca de 50% do volume de produção nacional de café. Vale ressaltar que a porção Sul/Sudoeste de Minas possui aproximadamente 475 mil hectares destinados ao cultivo do café (cerca de um quarto da área nacional dedicada ao cultivo). Nesse contexto, é evidente o protagonismo desta região em relação às demais regiões cafeicultoras do país, responsável por uma colheita de 706.554 toneladas em 2024 (IBGE, 2025).

No que tange aos volumes produzidos, a cafeicultura se destaca como principal atividade agrícola, dado que cerca de 20% do volume nacional de café é produzido no Sul/Sudoeste de Minas (IBGE, 2025). Em termos de expressividade e especialização, da área regional destinada à colheita, o café representa cerca de 94% do total de lavouras permanentes na região. Essa atividade econômica é importante no contexto regional, seja para o setor agrícola, assim como para os setores industrial, com o destaque a presença de torrefadoras e *tradings* na região, e, cada vez mais, também o de serviços diretos e indiretamente ligados ao circuito espacial produtivo do café.

O protagonismo, no entanto, não é fruto de uma trajetória homogênea em termos espaço-temporais, mas sim o resultado de um longo processo histórico, somado a um relativamente recente processo de reorganização produtiva e territorial, resultado da expansão do agronegócio globalizado, de suas novas condições técnicas e também da reprimarização da pauta exportadora observada no Brasil deste início de século. Essas mudanças fizeram com que o Brasil retomasse e intensificasse a produção de *commodities* agrícolas como estratégia para equilibrar sua balança comercial, em que pese a insuficiência de tal estratégia (Delgado, 2012).

No decorrer desse processo, o espaço que intitulamos de Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais passou por um intenso processo de especialização produtiva, no qual muitos municípios abandonaram as antigas práticas agrícolas, voltadas principalmente ao abastecimento regional, para se dedicarem, de forma cada vez mais concentrada, à produção de café, por ser muito mais rentável economicamente.

Diante desse quadro, evidencia-se ao longo deste trabalho a presença de um conjunto expressivo de municípios cuja dinâmica econômica está fortemente vinculada ao agronegócio cafeeiro. Tais municípios caracterizam-se por elevada especialização e dependência da atividade de produção e comercialização do café, conformando estruturas territoriais nas quais a atividade ocupa posição central.

Logo, tal processo de especialização produtiva foi acompanhado por uma divisão intrarregional do trabalho, principal tema de nossa pesquisa. À medida que a produção se intensificava, a rede urbana foi refuncionalizada, assim, centros urbanos emergiram como espaços de coordenação logística, comercialização, prestação de serviços especializados, inovação tecnológica e financiamento. Essas cidades passaram a exercer um papel estratégico na articulação do território com os circuitos econômicos nacionais e internacionais do agronegócio cafeeiro.

Contudo, diferentemente do que ocorre com outras *commodities* agrícolas — frequentemente associadas à grande propriedade, ao monocultivo e práticas intensivas —, a cafeicultura nesta porção de Minas Gerais apresenta características particulares no conjunto do circuito espacial produtivo. Nela, predominam pequenos estabelecimentos agrícolas conduzidos por agricultores familiares. Essa configuração singular desafia as generalizações usuais sobre o agronegócio, ao evidenciar a coexistência entre formas capitalistas de organização produtiva manifestadas em estruturas sociais cuja base é formada por pequenos produtores, em geral pouco capitalizados.

Assim, e dada a especificidade produtiva do espaço ao qual estamos denominando como Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais, tomamos como ponto de partida duas principais questões de pesquisa - Como o agronegócio globalizado impacta e induz a especialização produtiva e a divisão intrarregional do trabalho? Além disso, de que maneira esses processos influenciam a formação de cidades funcionais às dinâmicas do agronegócio cafeeiro na referida região?

Para responder essas e outras questões faz-se necessário investigar os mecanismos pelos quais as exigências e racionalidades do agronegócio, em sua fase globalizada, se territorializam, promovendo reconfigurações econômicas, sociais e espaciais que compõem a dinâmica produtiva contemporânea.

Historicamente, a inserção do cultivo de café na região ocorreu no final do século XVIII por meio da expansão dos cafezais plantados em território paulista, especialmente nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, devido à ligação e proximidade física entre essas regiões e o Sul de Minas Gerais. O cultivo de café, cuja demanda progressivamente ampliava-se, encontrou condições edafoclimáticas favoráveis e gradualmente promoveu a substituição de gêneros outros, já que o Sul de Minas se dedicava à produção de gêneros alimentícios tais como, arroz, milho, feijão e carnes (Saes; Castilho, 2013).

A presença do café no território mineiro, assim como sua inserção no contexto da agricultura globalizada, está atrelada ao fato de esta porção do Estado de Minas Gerais reunir condições naturais, estruturais, históricas e políticas (Frederico, 2013) que permitiram o cultivo da *commodity* e a especialização produtiva dos lugares. Impulsionada historicamente por incentivos e políticas estatais, esta região se tornou o mais importante espaço de produção cafeeira do país.

Por se tornar uma região produtiva em expansão, o território tornou-se atrativo a investimentos, o que fez com que ao longo do tempo a região passasse gradativamente a ser controlada por agentes hegemônicos, que controlam o circuito espacial produtivo e

realizam as negociações do produto em escala global. Dentre esses agentes, destacam-se *tradings*, cooperativas, armazéns, indústrias de beneficiamento e torrefação, muitos dos quais multinacionais que dominam o setor no país.

A transformação do espaço geográfico, conduzida pelos interesses dos grupos sociais dominantes ou hegemônicos, é uma manifestação direta do processo de globalização, cujo principal objetivo é a busca incessante pela acumulação de capital. Segundo Castillo e Frederico (2010), essa dinâmica se justifica pela dispersão das esferas de produção, o que torna essencial a fluidez e a circulação de mercadorias, informações e pessoas. Tal situação consolida assim a hegemonia dos interesses capitalistas na configuração do espaço global, o que em cada região e lugar ganha, também, aspectos particulares.

Para avaliar a dinâmica da produção do café pelo e através do espaço geográfico, é preciso, conforme apontaram Barrios (1986) e Santos (1986), que a análise ocorra pelo território e por sua composição, fundamentada na noção de circuito espacial produtivo, que, a nosso ver, oferece vantagens e ganhos analíticos. A noção de circuito espacial produtivo constitui-se como uma ferramenta de análise importante, que tem sido amplamente empregada para analisar as relações existentes entre as atividades produtivas e o espaço geográfico.

O conceito norteia uma análise por meio da identificação dos agentes diretamente envolvidos na produção de mercadorias, dos espaços acionados para a produção, bem como dos objetos técnicos pelos quais se organizam as diversas etapas de produção de um bem ou serviço, no atual período da globalização.

Em outras palavras, para entendermos a dinâmica do território, é preciso captar o seu movimento (Santos; Silveira, 2001), e, diante disso, ao abordar os circuitos espaciais de produção de forma analítica, torna-se possível uma compreensão abrangente, ou seja, a definição e a configuração dos lugares em um determinado momento, em relação à divisão territorial do trabalho, visto que, para Santos (1986), o espaço geográfico reflete a situação econômica, social e política dos lugares, sendo a expressão visível e concreta dessas relações.

Observa-se que a Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais concentra uma série de atividades e serviços característicos do circuito espacial produtivo do café no Brasil, tornando-se funcional à produção. Composta por dezenas de municípios em muito marcados por uma especialização expressiva, bem como por um conjunto de cidades que desempenham funções específicas de suporte, cremos que essa

região se configura como um dos espaços mais emblemáticos para a compreensão de como a complexidade do circuito espacial produtivo e do processo de especialização territorial se estabelecem em um subespaço marcado por uma “cafeicultura científica e globalizada” (Frederico, 2014).

Tamanho é o grau de importância e especialização territorial produtiva, que ao se inserirem no circuito espacial produtivo do café, diversos municípios e cidades tomam feições próprias, se diferenciando das demais, acolhendo funções e serviços que viabilizam a competitividade da produção cafeeira regional. Mais uma vez, é esta condição que figura como especial interesse e objetivo central de nossa análise.

Partimos do pressuposto que o impacto da globalização no território e no agronegócio brasileiro resultou em imperativos que tornaram muito mais complexa a produção cafeeira no Sul de Minas Gerais, seja em termos técnicos (aumento do volume de produção e exportação, exigências de mercado no que tange à qualidade, surgimento de serviços especializados, etc.), seja em termos políticos (organização local de produtores a partir de cooperativas, bem como inserção e controle final da comercialização por agentes externos).

Assim, e visando compreender a expressão territorial de tal processo, partimos do pressuposto de que a atual situação geográfica da Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais, dada a sua complexidade neste período de globalização, é marcada por uma ampla divisão do trabalho interna à própria região, capaz de diferenciar funcionalmente um conjunto de cidades que acolhem atividades expressivas e fundamentais à realização da atividade produtiva, em suas diferentes etapas.

Como hipótese central, cremos que esta divisão interna do trabalho, no âmbito da região produtiva cafeeira, resulta potencialmente da dimensão temporal da atividade (que atravessa e permanece por mais de um século), da sua extensão espacial e do grau de especialização da região produtiva (envolvendo grande número de municípios), do importante volume de produção (que alcança expressivo valor de mercado), bem como da presença de agentes hegemônicos (*tradings* e mesmo grandes cooperativas), que controlam a produção regional.

Esta condição pode ser observada pelo modo como um conjunto de cidades no Sul de Minas tornou-se especializado em funções diferenciadas para suprir novas demandas geradas pelo consumo produtivo do campo ou de serviços associados à atual natureza do circuito espacial produtivo cafeeiro.

A importância e complexidade atuais da região produtiva do agronegócio cafeeiro do Sul de Minas Gerais, pelo que nos parece, atende sobretudo a interesses corporativos, insere e aciona no lugar um conjunto diferenciado de infraestruturas importantes, bem como uma pluralidade de agentes, desde pequenos produtores agrícolas a grandes cooperativas, que, em que pese seus diferentes objetivos e intenções, condições de ação e de poder, se solidarizam entorno da atividade cafeeira.

Diante desse contexto, o objetivo central da pesquisa é compreender na dinâmica atual da produção cafeeira e no conjunto da região produtiva do agronegócio cafeeiro do Sul de Minas Gerais, o modo como ocorre a divisão intrarregional do trabalho decorrente da expansão do agronegócio globalizado, caracterizando o processo de especialização regional produtiva; os centros urbanos especializados e suas funções associadas ao circuito produtivo, bem como, o uso corporativo do território por agentes hegemônicos que controlam a produção.

Do objetivo central de análise, derivam os seguintes objetivos específicos da pesquisa:

- a) Periodizar o processo histórico de formação de uma região especializada na produção de café no Sul de Minas.
- b) Delimitar a região especializada do agronegócio cafeeiro no Sul de Minas Gerais.
- c) Avaliar, na região produtiva, a feição do circuito espacial produtivo do café no Sul de Minas Gerais, a partir dos arranjos técnicos e organizacionais advindos do agronegócio globalizado;
- d) Avaliar os principais agentes que controlam a produção e conferem à região um caráter corporativo (principais cooperativas e *tradings*);
- e) Avaliar a divisão intrarregional do trabalho a partir da emergência de cidades especializadas em diferentes funções no circuito produtivo do café;

Objetivando orientar a reflexão supracitada, compreendemos o espaço geográfico a partir da elaboração conceitual de Milton Santos, que o reconhece como “(...) um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1996, p. 51). Cremos ainda que a análise territorial do tema pode ser alcançada acionando conceitos e noções que nos parecem centrais, como é o caso das noções de “especialização territorial produtiva” (Santos, 1996), “região produtiva do

agronegócio” (Elias, 2011), “circuito espacial produtivo” e “círculos de cooperação” (Santos, 1986); “cidades do agronegócio” (Elias, 2007), dentre outros, permitindo investigar a realidade, os interesses, as características e as consequências que envolvem a situação geográfica avaliada.

Visando manter a coerência em torno da situação geográfica que selecionamos para a pesquisa, para além desta Introdução, na qual também apresentamos aspectos metodológicos, e das Conclusões, a tese será estruturada em cinco seções. A primeira seção trata da consolidação e caracterização da produção na região cafeeira do Sul de Minas Gerais, abordando a periodização e a expansão dos cultivos, além das políticas públicas de incentivo à produção da *commodity*. Seus subitens discutem a transição e a condição econômica atual da região.

A segunda seção dedica-se à caracterização de uma Região Produtiva do Agronegócio (RPA) no Sul de Minas Gerais, conforme a proposição de Denise Elias (2006). Seus subitens discutem os aspectos metodológicos e as variáveis analíticas que fundamentaram o recorte espacial proposto para a delimitação da região produtiva cafeeira, bem como a análise de elementos relacionados à produção, ao trabalho e à renda na referida região.

A terceira seção concentra-se na caracterização do circuito espacial produtivo e do círculo de cooperação na região cafeeira de Minas Gerais. Destacam-se os principais agentes que os compõem, como produtores, cooperativas, bancos, estabelecimentos agropecuários, corretoras, armazéns, torrefadoras e a rede logística para o escoamento da produção e comercialização do produto final. Paralelamente, salientamos o papel do Estado na implantação de obras de engenharias e políticas públicas voltadas ao setor, bem como o papel dos agentes hegemônicos na estruturação da dinâmica territorial regional.

A quarta seção analisa de que modo os principais agentes, notadamente *tradings* e cooperativas, promovem usos específicos do território, estruturando formas de apropriação, controle e coordenação do espaço. Busca-se evidenciar como os agentes hegemônicos implicam um uso de caráter corporativo ao território.

A quinta seção analisa o impacto da globalização na divisão territorial do trabalho, com o foco na especialização produtiva dos lugares. Logo, apontamos as principais cidades especializadas, suas características, funções urbanas, bem como os serviços acionados para atender às demandas do agronegócio cafeeiro.

Aspectos metodológicos e conceituais

Para cumprir os objetivos específicos, faz-se necessário o levantamento e a análise dos seguintes dados: Produção cafeeira: análise da quantidade, da área e do valor da produção e da exportação nas últimas três décadas; Estrutura fundiária: dados atualizados sobre a configuração agrária regional; Principais atores econômicos: identificação de empresas, indústrias e estabelecimentos comerciais envolvidos na produção e na comercialização do café, como revendedoras de insumos, maquinários agrícolas, cooperativas e bancos de financiamento de crédito; Políticas e programas estatais/governamentais: levantamento dos principais programas de incentivo desde 1950, com foco na correlação entre as políticas públicas e o crescimento de grandes grupos empresariais na região; Indicadores de emprego e renda: levantamento das atividades praticadas na cafeicultura, análise das questões salariais e quantificação dos postos de trabalho gerados.

Para a coleta desses dados, utilizamos as seguintes fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Produção Agrícola Municipal (PAM) e do Censo Agropecuário disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), para a análise dos produtos agrícolas e das características dos estabelecimentos agropecuários; Anuário Estatístico do Café, para dados sobre a importância econômica do setor cafeeiro regional; Confederação dos Exportadores de Café (Cecafé), para informações sobre o desempenho das cooperativas de café; Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), para a compreensão das atividades de beneficiamento do café; Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), para informações sobre as relações de trabalho e a participação setorial nos municípios; Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para dados sobre capacidade estática de armazenamento e agentes armazenadores; Ministério da Indústria e Comércio, por meio do ComexStat, para informações sobre a participação regional nas exportações de café e Fundação João Pinheiro, para dados referentes à vulnerabilidade socioeconômica em municípios da região.

A análise de dados secundários foi complementada por incursões a campo realizadas nos meses de maio e junho de 2025, escolhidos por corresponderem ao período de colheita, momento em que se intensifica a dinamicidade econômica e social nos municípios, o que favorece a observação e a coleta de informações primárias, e ocorreram em municípios representativos da região cafeeira de Minas Gerais, como Varginha,

Alfenas, Guaxupé, Três Pontas e Boa Esperança. A realização de trabalho de campo, de caráter exploratório conforme Gil (2008), mostrou-se fundamental para a observação *in loco* da funcionalização das cidades, especialmente no que se refere à oferta de comércio e serviços voltados ao atendimento das demandas de consumo produtivo do agronegócio.

Esse levantamento permitiu uma análise qualitativa detalhada das condições de produção cafeeira e das dinâmicas territoriais a ela associadas. As atividades de campo incluíram: 1) Visitas técnicas a estabelecimentos agrícolas e comerciais: a partir dos municípios selecionados, foi realizada a observação direta, com o objetivo de registrar o processo de produção cafeeira, incluindo registros fotográficos e mapeamento; 2) identificação de agentes hegemônicos no circuito produtivo: no município de Varginha está localizada a maior parte dos agentes hegemônicos, portanto durante o trabalho de campo realizou-se a coleta de dados primários junto as *tradings* globais, bem como com a secretaria de desenvolvimento urbano, além de observação e registros fotográficos dos agentes envolvidos no circuito espacial produtivo do café, principalmente multinacionais do setor; 3) Cooperativas de café: visitas às principais e maiores cooperativas locais, como a Cooxupé (a maior do setor), para levantamento de informações sobre a atividade cafeeira, sua estrutura organizacional e sua influência nas dinâmicas regionais.

Essas atividades de campo nos permitiram acessar informações complementares aos dados secundários e proporcionam uma compreensão aprofundada das relações sociais e econômicas que estruturam o setor cafeeiro na região. Para facilitar a visualização e análise dos dados, elaboramos gráficos, tabelas, mapas temáticos e fluxogramas, utilizando os *softwares ArcGis, Word e Excel*. Essas ferramentas visam: 1) Representação espacial e visualização de dados: criação de mapas que representem a distribuição geográfica das áreas de produção cafeeira, bem como a localização e a importância das cooperativas e indústrias cafeeiras; 2) Análise dos arranjos territoriais e produtivos: visualizando a estrutura fundiária e as especializações produtivas ao longo do tempo; 3) Organização e estruturação dos dados coletados: tabelas e quadros para detalhar os indicadores econômicos e sociais que caracterizam a região, facilitando o entendimento das interações entre o setor cafeeiro e o mercado global.

A elaboração desses materiais tem como objetivo principal aprimorar a compreensão dos resultados e expor as transformações e as dinâmicas observadas no setor cafeeiro, fortalecendo a base empírica da análise territorial e produtiva da região cafeeira de Minas Gerais.

Seção 1.

Constituição e Periodização da Região Cafeeira do Sul de Minas Gerais

Para o que nos interessa na presente pesquisa, o fenômeno de região é um processo histórico e espacial que assume diferentes formas ao longo do tempo. Assim, as transformações na atividade agrícola brasileira constituem vetores de reorganização do território, gerando novos arranjos espaciais e, conseqüentemente, novas regionalizações. O estudo do território, visto ao longo da história, permite-nos justamente capturar as dinâmicas de transformação, seja das atividades produtivas, seja do próprio conteúdo do território. Para tanto, Santos e Silveira (2001) propõem a periodização como recurso de método para o qual é necessário considerar tanto a história global, o papel do Estado e as especificidades regionais para revelar como o uso do território se modifica ao longo do tempo, o que é revelado sobretudo pelo estado das técnicas e da política, permitindo a constituição de sucessivos meios geográficos. Ribeiro (2004) afirma que as periodizações tanto precedem quanto resultam da interpretação de fatos, ou seja, resultam de condições históricas objetivas, que ao mesmo tempo carecem de uma interpretação e leitura teórica-conceitual que permitem fazer uma abordagem interpretativa.

Nesse sentido, e para a situação geográfica avaliada, essa seção busca por meio da interpretação do fenômeno da região, evidenciar o processo de especialização produtiva e o advento da cafeicultura científica globalizada no Sul de Minas. Para essa análise são centrais autores e conceitos como: Regionalização como fato e ferramenta (Ribeiro, 2004); Período Técnico Científico e Informacional (Santos, 2000); Cafeicultura Científica Globalizada (Frederico, 2014), dentre outros.

Para Ribeiro (2004) a região como fato demonstra as condições historicamente construídas da reprodução social, ou seja, que independe da ação hegemônica do presente. Em contraste, a regionalização como ferramenta é aquela que resulta dessa ação hegemônica na conjuntura atual. Tal abordagem é fundamental para compreender as tensões entre um território historicamente organizado e as forças hegemônicas que buscam alterá-lo, convertendo-o em “ferramenta” otimizada para suas intenções.

O café, pujante na economia brasileira desde o século XIX, exemplifica a continuidade e adaptação às transições do sistema capitalista. O cultivo do café impulsionou divisões territoriais do trabalho, formulação de políticas públicas para expansão agrícola, modernização do espaço agrário, ocupação de áreas vazias e geração de capital para a industrialização (Frederico, 2017). Esse processo revela a persistência do cultivo de café na economia e a dificuldade em diversificar a pauta exportadora do país.

Portanto, analisar a evolução da cafeicultura na região cafeeira do Sul de Minas Gerais é desbravar períodos históricos, eventos e fenômenos ocorridos no território concomitantes a ela, e que lhe conferem novas condições técnicas e políticas particulares. Nesse sentido, é essencial destacar os principais acontecimentos que levaram à introdução do cultivo no país e sua subsequente expansão pelo território nacional, até a consolidação da produção cafeeira na área de pesquisa. Isso permite compreender como os principais fatores e agentes utilizaram da região como ferramenta para garantir sua permanência em terras mineiras, elevando-a ao patamar de principal produto da economia agrícola e a condição de uma região produtiva especializada, que atravessa séculos.

Tomando a técnica e a política como elementos basilares que sustentam as transformações territoriais (Santos, 1996), a proposta de periodização da cafeicultura brasileira, elaborada por Samuel Frederico (2017), reconhece como a atividade cafeeira se alterou ao longo do tempo. Assim, a divisão dos períodos é baseada principalmente pela identificação dos sistemas técnicos e ações políticas que se consolidam no território brasileiro, permitindo reconhecermos diferentes arranjos sociopolíticos e também geográficos. Segundo Ramos e Castillo (2010), o ideal é deslocar o eixo das tradicionais periodizações da cafeicultura, feitas a partir da análise da economia política da cafeicultura, para a análise do território e de seus usos:

A evolução da cafeicultura brasileira, a partir de uma perspectiva geográfica, deve ser pensada paralelamente às mudanças no uso, organização e regulação do território brasileiro, ou seja, como a quantidade, a qualidade, a distribuição, a articulação, o uso e a normatização dos sistemas técnicos presentes no território autorizam e condicionam as ações (Ramos; Castillo, 2010, p. 74).

Frederico (2017) recupera e avalia as dinâmicas da cafeicultura brasileira a partir da sucessão dos meios geográficos no Brasil, reconhecendo, grosso modo, quatro diferentes períodos: 1) Primórdios da Cafeicultura e o Meio Natural, período este que tem início no fim do século XVIII até 1870-80; 2) Mecanização da Cafeicultura e o Meio

Técnico, que corresponde do final do século XIX até 1950-60; 3) Cientificação da Cafeicultura e Meio Técnico-científico, se estendendo entre as décadas de 1970 a 1990; e, por fim, 4) Cafeicultura Científica Globalizada e o Meio-Técnico-Científico Informacional, que tem início nos anos 1990 e se estende até os dias atuais.

Assim, pretendemos demonstrar que a região cafeeira do Sul de Minas pode ser compreendida tanto como “fato”, espaço herdado repleto de rugosidades, que moldaram seu espaço, quanto como “ferramenta” pois, vincula-se as disputas de poder e diferentes formas de apropriação do território, formando um "dato novo" regido por normas e pela racionalidade, sendo instrumentalizado por cooperativas e multinacionais do setor cafeeiro.

Nosso esforço, aqui, é o de reconhecer como a cafeicultura realizada na região cafeeira do Sul de Minas acolhe os diferentes dados técnicos e políticos que orientam e permitem reconhecer tais mudanças ao longo do tempo. Assim, como propõe Ribeiro (2004), a região se transforma com a adição de um novo conteúdo territorial, que estabelece novas coerências e funcionalidades espaciais que tornam alicerce para a atuação de agentes hegemônicos.

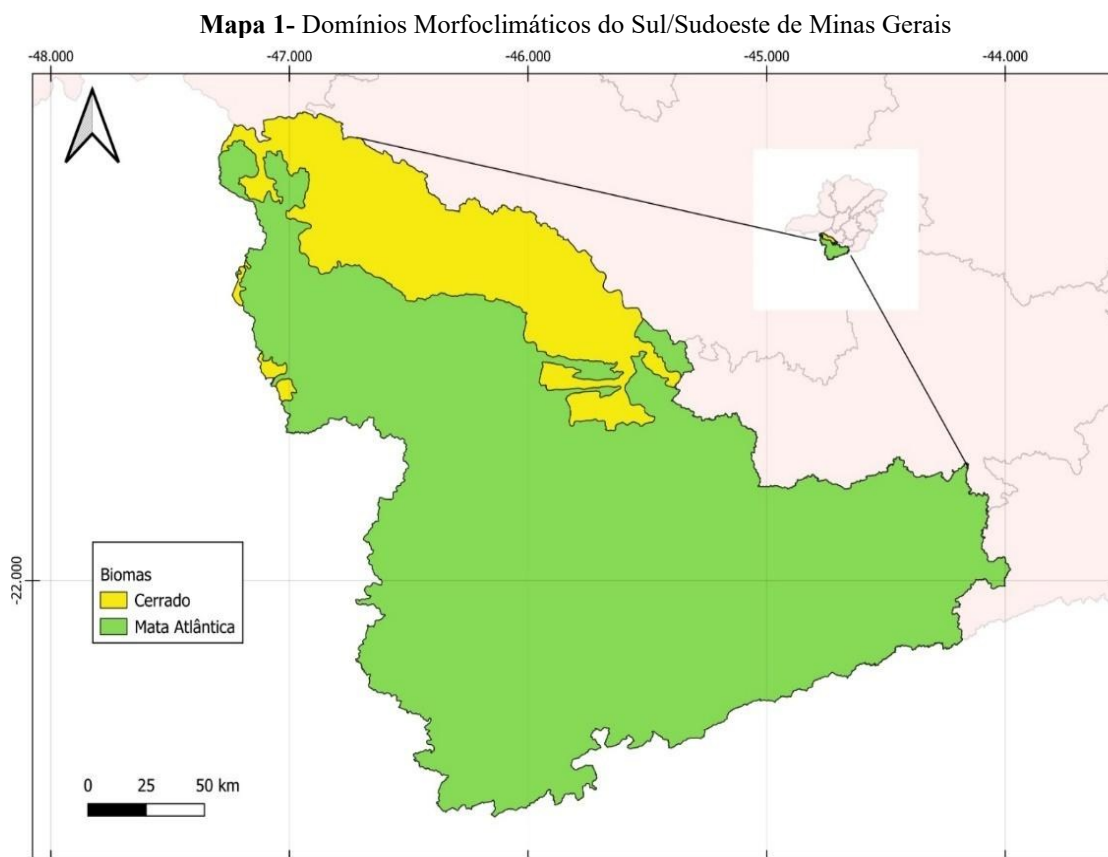
1.1 Primórdios da cafeicultura e o meio natural no Sul de Minas

Milton Santos (1996) reconhece que, o chamado meio natural ou pré-técnico, é aquele em que o espaço é em muito marcado pelo predomínio das forças da natureza, influenciando direta ou indiretamente as ações humanas, pois as poucas técnicas utilizadas são rudimentares, levando o ser humano a adaptar-se às condições naturais (Santos; Silveira, 2001).

Em termos físico-naturais, a porção que hoje constitui o Sul de Minas Gerais apresenta formações rochosas ígneas e metamórficas, além de unidades sedimentares e depósitos aluvionares recentes, que estão associados principalmente às planícies fluviais dos rios Sapucaí, Verde e Grande, as principais bacias hidrográficas da região (Oliveira, 2024).

A região caracteriza-se como uma zona de transição, logo marcada pela coexistência das formações vegetais de Cerrado e Mata Atlântica, conforme ilustrado na Mapa 1. O relevo raramente ultrapassa os 1.200 metros de altitude, apresentando formas predominantes de colinas e morros com topos convexos e vertentes inclinadas, compondo

a paisagem conhecida como "mares de morros". Essas áreas abrigam florestas tropicais adaptadas a um clima mesotérmico, conforme descrito por Ab'Saber (2003).



Fonte: IBGE (2019). Organização da autora.

O clima é caracterizado por verões quentes e úmidos e invernos frios e secos, inverno que ocorre entre os meses de junho e setembro, favorecendo as etapas de colheita e secagem do café. Tais condições de clima, combinadas com o quadro de relevo, favorece uma diversidade de ecossistemas. No contexto morfológico, sobressaem-se a Serra da Mantiqueira e o Planalto de Poços de Caldas (Oliveira, 2024). A porção da Serra da Mantiqueira recebe premiações por seus cafés de alta qualidade, reconhecidos como fruto de um *terroir* único.

De acordo com Monbeig (1984), a cafeicultura demanda diversos atributos favoráveis ao cultivo, sejam esses, aptidões edafoclimáticas ou mesmo condições geopolíticas atrativas à expansão da produção. O Sul de Minas, é um exemplo perfeito desse cenário, a região se destaca pela sua topografia e clima, com temperaturas amenas, que variam entre 18 °C e 20 °C, e altitudes de 1.200 a 1.400 metros (Ribeiro; Pedrosa; Ferreira, 2022)

Com tais condições físicas, e aliadas a uma posição estratégica às proximidades de centros de consumo, o Sul de Minas Gerais funcionava como espaço de uma produção de certo modo incipiente, atuando no abastecimento para outras áreas, com sua relevância econômica baseada na produção de alimentos consumidos pela Corte. Destacavam-se o abastecimento intra e interprovincial de laticínios, cereais e carnes bovina, suína e aviária, transportados principalmente por rotas terrestres (Vilas Boas, 2020).

Outrossim, a cafeicultura foi se adaptando a diversas regiões, sendo considerada como uma “cultura nômade” (Andrade, 1994) pois, iniciou-se no estado do Pará, e posteriormente, alcançou as terras fluminenses, paulistas e mineiras (Taunay, 1939) formando centros de comercialização e engendrando a consolidação de uma sólida rede urbana.

A expansão inicial da cafeicultura no espaço que corresponde a atual região Sudeste do Brasil ocorreu nas décadas de 1870 e 1880. As plantações de café se concentraram principalmente no Vale do Paraíba paulista e fluminense, no sul do Espírito Santo e apareceram em Minas Gerais, inicialmente, na Zona da Mata. Em São Paulo e no Rio de Janeiro esse cultivo teve seu período de apogeu e subsequente decadência na produção. São características marcantes dessa fase a limitação dos recursos técnicos disponíveis, o emprego de métodos de cultivo rudimentares, a utilização da mão de obra escravizada.

De acordo com Azevedo *et.al.* (2018), a introdução da cafeicultura em Minas Gerais ocorreu inicialmente na Zona da Mata, especialmente na região de Juiz de Fora, que fica a cerca de 180 km do Rio de Janeiro. No entanto, ao longo do século XX, a produção de café nessa área diminuiu e deu lugar à atividade de pecuária leiteira. Com o declínio da cafeicultura na Zona da Mata, o Sul de Minas tornou-se a principal região produtora do estado.

A expansão da produção de café para o Sul de Minas ocorre sobretudo a partir de cultivos que se estendem desde o estado de São Paulo. Taunay (1945), ao correlacionar a emergência da rede ferroviária no país como elemento fundamental para expansão cafeeira a partir de 1860, afirmou que “o *rush* paulista cafeeiro apodera-se das terras ubérrimas de São Simão, Cravinhos e Ribeirão Preto. E infiltra-se para uma série de distritos do Sul de Minas, onde a rubiácea ainda se acha escassamente representada” (Taunay, 1945, p. 254). Assim, a conexão entre técnica, aqui verificada pela existência da ferrovia que então se expandia no território, e o espaço, aos poucos convertido em novas áreas produtoras, evidenciam a dinâmica de integração regional.

A expansão da fronteira cafeeira do Rio de Janeiro para São Paulo e, posteriormente, para Minas Gerais, provocou transformações significativas no território, especialmente na porção Sul do território mineiro, uma região anteriormente voltada ao abastecimento interno, com foco no comércio com a cidade do Rio de Janeiro, que conheceu por completo a redefinição de seus cultivos (Saes; Castilho, 2014) conforme podemos melhor visualizar na Tabela 1:

Tabela 1- Gêneros produzidos no Sul de Minas Gerais (1866-1884)

Gênero	Fronteira Sudoeste			Fronteira Sul		
	1866-70	1871-78	1881-84	1866-70	1871-78	1881-84
Café (kg)	78.540	122.413	2.203.589	751.729	725.908	1.475.775
Toucinho(kg)	136.684	151.477	46.155	1.906.380	2.253.172	1.446.605
Fumo (kg)	87.755	189.257	35.022	3.770.214	3.858.166	2.361.794
Suíno (cab.)	1.543	2.387	1.430	28.527	29.311	22.694
Bovino (cab.)	400	952	223	58.846	66.354	88.165

Fonte: Saes; Castilho (2013). Organização da autora.

Inicialmente, as regiões afetadas pela chegada do café reagiram de diferentes maneiras, algumas optando pela diversificação e outras pela especialização de suas atividades agrícolas. Ao longo do tempo, ocorreu um processo de substituição de produção, com prioridade para o cultivo de café, cuja rentabilidade era superior em comparação aos demais produtos (Saes; Castilho, 2014). Esse movimento de alteração na base produtiva levou produtores a intensificar o cultivo daquilo que proporcionava uma renda mais estável:

A rápida expansão do mercado interno na região cafeeira teria de repercutir muito favoravelmente na produtividade do setor de subsistência, o qual se concentrava principalmente no Estado de Minas Gerais. Demais, a transferência de mão-de-obra do setor de subsistência para o cafeeiro significava que a importância relativa deste estava aumentando (Furtado, 2005, p. 113).

Como resultado, o processo de conversão produtiva para a cafeicultura impulsionou transformações significativas na estrutura agrícola das regiões cafeeicultoras, marcando uma tendência em direção à especialização territorial. O início do cultivo do café na região, no final do século XVIII, foi impulsionado por um agrupamento de condições propícias, destacado por Filetto (2000), Filetto e Alencar (2001) e Frederico (2017). Para Filetto (2000), essa região torna-se funcional às demais regiões produtoras de café.

Os precursores da produção de café no Sul de Minas, conforme Filetto (2000), foram os tropeiros e boiadeiros que atravessavam a região. Inicialmente, o cultivo era voltado principalmente para o consumo local, limitado à área de produção.

As primeiras culturas de café no sul mineiro foram estabelecidas em Aiuruoca, Jacuí e Baependi, no vale do Sapucaí, em fins do século XVIII, por intermédio dos tropeiros. Esses arraiais localizavam-se no caminho da garganta do Embu, que ligava a região ao Vale do Paraíba ("o caminho do ouro") (Filetto, 2000, p. 68).

Contudo, o café não ocupava uma posição de destaque no mercado econômico regional/nacional. É a década de 1870 que marca as primeiras informações da exploração comercial de café no Sul de Minas (Martins, 2014). Em uma análise histórica da expansão da cafeicultura, Ferreira e Saes (2016) afirmam que:

A introdução da rubiácea na região pode ser observada algumas décadas antes de 1880, sua produção ainda dominante em chácaras e mediante plantações com reduzido número de pés, dificilmente teria condições de participar do comércio nacional. Todavia, ao longo das duas décadas finais do século XIX, reproduzindo o deslocamento da produção da região do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, em Minas Gerais é possível observar não somente a expansão das áreas produtoras no norte da Zona da Mata, mas também a abertura de nova fronteira agrícola voltada ao café no estado, a região do Sul de Minas (Ferreira; Saes, 2016, p. 02).

A cafeicultura no Sul de Minas entra em uma nova fase de expansão e aumento produtivo com o avanço de uma segunda frente expansiva observada em São Paulo, nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, que, devido à conexão geográfica, alcança e se expande para o Sul de Minas (Filetto, 2000). Assim, a expansão cafeeira na região da Mogiana paulista, ainda no século XIX, impulsionou os produtores a buscar novas terras nas proximidades, promovendo a disseminação do cultivo em áreas como Guaxupé, Poços de Caldas e outros municípios do Sul de Minas (Azevedo *et al.*, 2018).

A expansão da rede ferroviária rumo à fronteira do estado de Minas Gerais evidencia o processo de interação com São Paulo, por onde ocorre o escoamento da produção cafeeira (Filetto, 2000). Dessa forma, no último quartel do século XIX, observou-se em todo o Sul de Minas um esforço significativo, tanto do Poder Público quanto da iniciativa privada, para implementar o meio de transporte mais moderno e eficiente — a ferrovia. Esse esforço atendia à demanda pelo escoamento da produção cafeeira e à necessidade de melhorar a intercomunicação regional, além de proporcionar uma ligação mais efetiva com centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a expansão da cafeicultura no Sul de Minas Gerais teve início no final do século XIX, marcando uma transição gradual na economia regional, assim a região passou a se destacar pela produção cafeeira, que gradualmente substituiu outras atividades produtivas. Esse processo de transformação foi essencial para consolidar esse espaço como uma importante área produtora de café no Brasil, moldando a dinâmica econômica e social dos municípios da região.

A seguir, abordaremos com mais detalhes a implementação dessas novas condições técnicas e os seus impactos na cafeicultura regional, processos estes que inauguram um período de mecanização da produção e do território.

1.1.2 Mecanização da cafeicultura e o meio técnico na Região Cafeeira do Sul de Minas

A modernização territorial induz a criação de novas regiões, que são subespaços que acolhem o moderno, dotando o território de novas funcionalidades, dinâmicas e possibilidades de uso (Pereira, 2009). Um exemplo é a implantação de um sistema de transporte eficiente. A produção cafeeira, em particular, foi uma das principais responsáveis por impulsionar a mecanização do território (Frederico, 2017).

A mecanização da produção cafeeira em muito se relaciona à forma de movimento associada à inserção das ferrovias, que estabeleceram novas bases para a integração territorial (Santos; Silveira, 2001) e indicam mesmo um processo de mecanização do próprio território para uma produção realizada, agora, sob um novo patamar técnico. Tais exigências se dão como resposta a alteração da perspectiva econômica global, em consonância com o avanço do sistema capitalista, especialmente com a proibição, e posteriormente, fim do trabalho escravizado (Monbeig, 1984), bem como o modo como o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho, afirmando-se como fornecedor mundial da *commodity* (Pochmann; Silva, 2023). Daí o avanço da técnica sob o território, materializada na emergência das ferrovias e em novo volume de produção e exportações.

Em sintonia com a ideologia da emergente sociedade de acumulação, ocorreu a entrada do capital estrangeiro, o que impulsionou transformações técnicas, como também, despertou o interesse do estado brasileiro na expansão do cultivo para além das fronteiras do estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, a expansão do cultivo do café se estende em direção ao estado de São Paulo, através do Vale do Paraíba, alcança Minas Gerais, pela região da Zona da Mata, e chega ao Espírito Santo (Monbeig, 1984). Monbeig (1984)

descreveu a expansão da cafeicultura de terra fluminenses para as paulistas como um processo espontâneo, no qual o Vale do Paraíba figura como principal rota de penetração.

Essa expansão impulsionou o crescimento do cultivo no estado de São Paulo, que ultrapassou o estado do Rio de Janeiro, e consolidou a posição central na produção e comercialização do produto, provocando mudanças significativas no cenário socioeconômico do país. Ao retratar a franja de expansão, Monbeig (1984) afirma que "os planaltos ocidentais de São Paulo e do norte do Paraná esperaram até o último quartel do século XIX para se tornarem zonas pioneiras" (Monbeig, 1984, p. 93). Dessa maneira, após sua consolidação no Vale do Paraíba, o plantio do café não interrompe seu processo expansivo, estendendo-se em direção a outras partes do território paulista, e até mesmo para além dele, em busca de condições favoráveis ao cultivo como a presença de "terra roxa", fértil ao plantio. Para o Monbeig (1984),

O movimento que lançou os plantadores de café em direção aos planaltos ocidentais não foi brusco, nem brutal. Foi o simples prosseguimento de uma progressão que, principiada na região montanhosa do estado do Rio de Janeiro, continuara pelo chamado "norte", o Vale do Paraíba e tinha ganho a região de Campinas (Monbeig, 1984, p. 95).

O curso desse processo indica uma nova reconfiguração do território, influenciada pelo meio técnico e pela emergência de uma segunda fase produtiva chamada de "Período da Mecanização da Cafeicultura e o Meio Técnico" (Frederico, 2017), e observa-se a evolução, nos meios de produção, sobretudo pelo emprego de instrumentos técnicos mais modernos aos processos produtivos:

As despesas com a modernização eram compensadas pela valorização decorrente da melhoria técnica. Melhoria que facilitava a economia de mão-de-obra, num momento em que esta encarecia e se rarefazia. Enfim, as colheitas dos novos cafezais podiam ser manipuladas mais rapidamente do que eram, pelos processos tradicionais (Monbeig, 1984, p. 101).

A transformação estrutural da cafeicultura não se restringiu apenas à modernização dos métodos de produção e das novas condições técnicas do território, mas também envolveu a adoção de uma nova força de trabalho humano, a qual os cultivos eram exigentes: trata-se da contratação de mão de obra livre, afirmada pela inserção significativa de imigrantes, sobretudo europeus, movimento este incentivado pelo Estado brasileiro para atender às demandas da nova conjuntura econômica.

Face ao exposto, uma "legião de operários agrícolas" (Monbeig, 1984, p. 103) foi trazida para trabalhar nas lavouras de café, substituindo a mão de obra escravizada

anteriormente utilizada e mantida ao longo do século XIX em razão do lucro proveniente do comércio externo de café (Pochmann; Silva, 2023). São Paulo foi o responsável por essa transição, que não apenas aboliu o sistema escravocrata, mas também revitalizou diversos setores produtivos (Furtado, 2003), ao construir um novo mercado interno capaz de trabalhar, produzir e consumir simultaneamente.

A modernização abrangeu também os meios de transporte e comunicação com a expansão da rede ferroviária, a utilização do telégrafo e a difusão da energia elétrica. A ferrovia beneficiou a nova “marcha do café” (Monbeig, 1984) e a ascensão de vários núcleos urbanos que acompanhavam o traçado e pontos de embarque/desembarque.

Logo, a nova marcha pioneira (Monbeig, 1984) condecorou São Paulo como o epicentro das decisões e das transações comerciais relacionadas ao café no Brasil. A expansão do cultivo no estado não apenas consolidou um complexo econômico, mas também gerou uma dinâmica de acumulação de riqueza sem precedentes (Cano, 1977). Essas mudanças não só impulsionaram a economia regional, mas também redefiniram o papel desse produto na estrutura econômica e social do país, elevando sua importância e influência no cenário nacional e internacional.

Diante disso, Frederico (2017, p. 82) afirma que “a capital paulista se tornou o nó da rede que interligava as regiões produtoras ao porto de Santos, concentrando atividades comerciais, serviços, indústrias e bancos, além de servir de residência para os produtores mais capitalizados”. Tal situação também permitiu a afirmação de uma rede de cidades funcional à atividade, tal como destacou o autor:

Diferentemente do Vale do Paraíba, o deslocamento da “frente pioneira” paulista não deixou para trás áreas desoladas, ele fez nascer uma “família de cidades” funcional à produção cafeeira. Além das atividades vinculadas ao café (beneficiamento, casas comissárias, bancos locais, armazéns gerais, indústrias de máquinas e sacarias e serviços de reparo e manutenção das estradas de ferro), as cidades passaram a concentrar também comércios e serviços diversos e pequenas indústrias têxteis e de alimentos (Frederico, 2017, p. 81).

Contudo, a ascensão da atividade cafeeira não foi linear, pois "desde os anos assinalados pelo avanço do movimento pioneiro nos planaltos ocidentais, atravessou a economia paulista períodos alternados de crise e prosperidade" (Monbeig, 1984, p. 107).

Um acontecimento dessa fase foi a crise de superacumulação de produto nos anos iniciais do século XX, já que durante os períodos de aumento dos preços, as plantações se expandiram, resultando, ao longo dos anos, em uma crescente capacidade produtiva o que desequilibrava a relação entre oferta e demanda. Conforme Monbeig (1984, p. 112)

em 1903, "a crise de superprodução teve uma consequência imediata a desaceleração de novas plantações" em determinadas áreas.

A permanência da elite agrária, representada pelos cafeicultores no comando da República, foi crucial para a formulação de políticas públicas que visavam estabilizar a economia em períodos de crise. Dentre elas o Acordo de Taubaté (1906), que estabeleceu as bases políticas para a sustentação do preço do café.

Entretanto, mesmo antes da crise, algumas áreas do Vale do Paraíba enfrentavam a decadência da cafeicultura, com redução significativa no número de cafezais, ainda que, por outro lado, houvesse uma tendência de expansão das lavouras de café em outras direções. Enquanto municípios como Campinas (SP) apresentavam uma regressão na produção de café, municípios como Jundiaí (SP) apresentavam crescimento (Monbeig, 1984). Ademais, houve um aumento na produção de café na fronteira com Minas Gerais.

Partia-se do pressuposto que terras novas e mais baratas seriam mais vantajosas, garantindo uma produção mais competitiva diante de uma crise, e isso impulsionou os fazendeiros a buscar novos horizontes para se recompor economicamente. Nesta conjuntura, a produção cafeeira do Sul de Minas se consolidou. A produção do estado deixou as terras da Zona da Mata mineira para fixar-se no Sul do estado, que se adaptava ao novo contexto e especializava-se na produção da rubiácea.

Os cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais apresentavam características e comportamentos distintos durante a fase de expansão do cultivo nesses estados. Em São Paulo, tinham uma origem dupla, sendo tanto rural quanto mercantil, o que os levou a investir na infraestrutura necessária para o escoamento do café, sendo os mesmos que financiaram a construção de estradas de ferro (Monbeig, 1984). Além disso, eles desempenharam um papel fundamental na modernização do Porto de Santos, permitindo a instalação de uma infraestrutura necessária à exportação do produto.

Por outro lado, em Minas Gerais, a cafeicultura foi conduzida por pequenos proprietários, chamados de "sitiantes", e, por ter se afirmado relativamente mais tarde, dependeu por menos tempo do trabalho escravizado. Diferentemente de São Paulo, cujos fazendeiros financiavam a construção de ferrovias, em Minas Gerais, o Estado foi o principal indutor do sistema de transporte ferroviário.

Assim, a Região Cafeeira que se estabeleceu no Sul de Minas, historicamente, se inseriu na formação socioespacial brasileira de forma polarizada por São Paulo, o que a consolidou como um território especializado. Entretanto, o Sul de Minas não segue as mesmas dinâmicas econômicas que o interior paulista justamente pela própria condição

de especialização territorial. A região apresenta uma nuance que a diferencia, a existência majoritária de uma agricultura praticada em unidades de pequena dimensão e com mão de obra familiar, o que faz com que a sua estrutura fundiária seja mais desconcentrada, demonstrando a complexidade de seu território, que é hoje, um espaço regional único, dotado de singularidade e dinâmicas internas próprias.

A presença de redes de mobilidade e escoamento da produção foram importantes para a ascensão e desenvolvimento da área. Conforme Vilas Boas (2020) destaca:

A construção de ferrovias conectando o sul de Minas a São Paulo e ao Rio de Janeiro favoreceram o desenvolvimento econômico da região na segunda metade do século XIX, especialmente no último quartel, época em que houve a disseminação do cultivo comercial do café nos municípios sul-mineiros. A expansão das estradas férreas pela região intensificou as relações comerciais com paulistas e fluminenses. A partir das décadas de 1870 e 1880, o sul de Minas aumentou significativamente sua participação na exportação total de café do estado, a qual era praticamente inexpressiva em décadas anteriores (Vilas Boas, 2020, p. 201-202).

A expansão da cafeicultura gerou uma complexa rede de produção e escoamento que se estendia por várias regiões. As áreas cafeeiras da região de estudo inicialmente não se integravam entre si de forma direta, estando mais vinculadas aos estados fronteiriços (Filetto, 2000). Por exemplo, a cafeicultura dos vales dos Rios Sapucaí, Lourenço Velho, Verde e Grande estava mais alinhada com o Rio de Janeiro. Enquanto isso; a cafeicultura do Vale do Rio Pardo, Altiplanos de Poços de Caldas, médio e baixo Vale do Rio Grande e Vale do Camanducaia tinham uma ligação mais estreita com São Paulo (Filetto, 2000).

Logo, a produção cafeeira era dividida em duas principais regiões. A primeira englobava o Vale do Paraíba, a Zona da Mata Mineira e parte do Sul de Minas, sendo referida como "Zona do Rio" devido à sua exportação majoritariamente pelo porto fluminense. Já a segunda região incluía o Planalto Paulista, iniciando nas proximidades de Campinas (SP) e estendendo-se até a outra parte do Sul de Minas, esta área direcionava sua produção para o porto de Santos, sendo conhecida como "Zona de Santos" (Valverde, 1967).

Assim, a cafeicultura dessas regiões não apenas impulsionou o desenvolvimento econômico, mas também estabeleceu relações comerciais e logísticas específicas com os estados vizinhos, definindo as franjas de expansão do café e sua relação com as áreas produtoras de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Todavia, de início as plantações no Sul de Minas não obtiveram uma participação significativa no mercado. Um dos principais desafios dessa região era a logística de

transporte, dada a distância significativa até os portos de escoamento. No entanto, ao longo do tempo, essa dificuldade foi sendo superada graças à expansão das vias de comunicação e à modernização dos meios de transporte, diante disso:

A chegada das linhas ferroviárias, a partir de 1880, viria a solucionar um problema de transportes que se arrastava por dois séculos. À medida que se abriam novos trechos e se inauguravam novas estações, as localidades favorecidas também ingressavam naturalmente numa etapa de progresso material que, até então, desconheciam, como ocorreu, por exemplo com as cidades de Três Corações (1884), Poços de Caldas (1886), Varginha (1892), Pouso Alegre (1895), Guaxupé (1904) (Filetto, 2000, p. 79).

A modernização ganhou um novo impulso com a chegada da rede ferroviária, que inaugurou dinâmicas regionais inéditas. Com essa nova infraestrutura, o território passou a ser utilizado de maneiras diferentes, abrindo caminho para novas possibilidades de produção. Conforme Ferreira (2018), as ferrovias em Minas Gerais chegaram inicialmente na Zona da Mata, a primeira região a receber essa infraestrutura. Com o tempo, a expansão das linhas na área se estabilizou, e o desenvolvimento ferroviário seguiu sentido para o Sul de Minas, impulsionado pela emergência da cafeicultura.

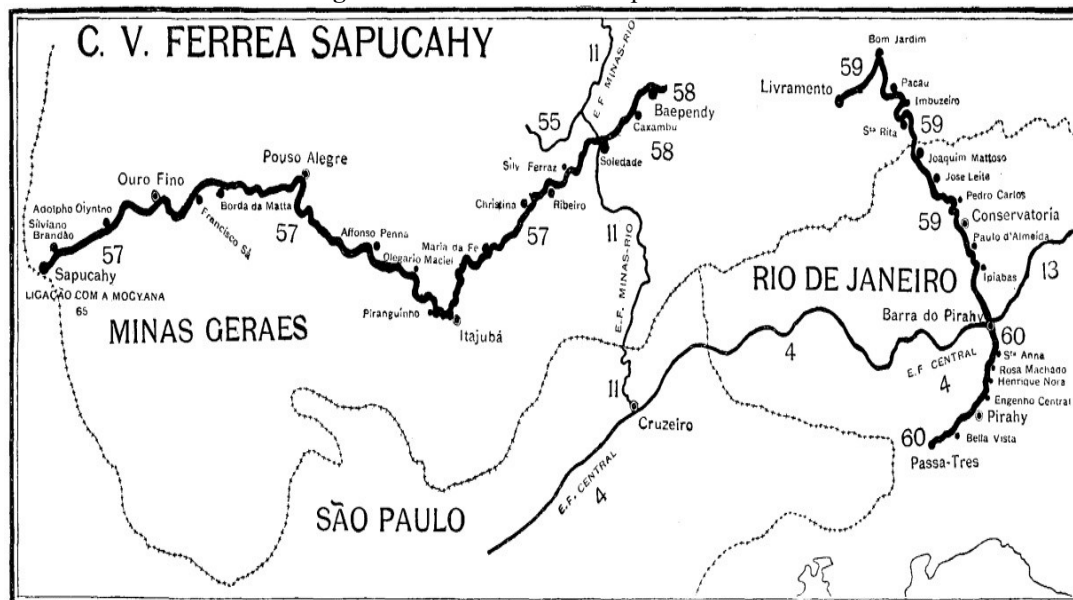
A ferrovia no Sul de Minas, de acordo com Ferreira (2018), foi operada por quatro empresas: a Estrada de Ferro Rio Verde, que posteriormente passou a se chamar Minas e Rio; a Viação Férrea Sapucaí; a Estrada de Ferro Muzambinho; e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Sendo essas responsáveis pela implantação e operação da infraestrutura ferroviária na região e conectando Minas Gerais com outras áreas, especialmente, com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Estrada de Ferro Minas e Rio é a mais antiga da região, datada de 1874 e inaugurada em 1884 (Ferreira, 2018)). A ferrovia era composta por três ramais e três seções, tendo início no estado de São Paulo. No Sul de Minas, a linha interligava cidades como Pouso Alto, Passa Quatro e São Lourenço, com o ponto final em Três Corações. Até 1910, contava com 16 estações ao longo de 170 quilômetros, conectando Minas Gerais ao estado de São Paulo, sendo fundamental transporte regional de mercadorias.

A Viação Férrea do Sapucaí começou a ser planejada entre 1887 e 1888, e em 1891 foi inaugurado o primeiro trecho da linha, que se estendeu de Soledade, na Estrada de Ferro Minas e Rio, até Itajubá. Com o passar do tempo, a ferrovia foi expandindo sua rede. Em 1897, alcançou Sapucaí, na divisa com São Paulo, enquanto o trecho que seguia para Itapira foi cedido à Companhia Mogiana (Ferreira, 2018).

A ferrovia foi incorporada pela Rede Sul-Mineira em 1910, transferida para a Rede Mineira de Viação (RMV) em 1931 (e, muito posteriormente, para a Rede Ferroviária Federal - RFFSA, em 1971).

Figura 1- Estrada de Ferro Sapucaí em 1898



Fonte: Reproduzido de Silva (1954).

A Estrada de Ferro Muzambinho, planejada em 1887, foi projetada para conectar a divisa de São Paulo com Minas Gerais ao Sul de Minas.

Figura 2- Estradas de Ferro do Sul de Minas, até a década de 1950



Fonte: Reproduzido de Silva (1954).

Composta por dois ramais, o Ramal de Campanha, que ligava cidades como Cambuquira e Águas Virtuosas do Lambari, e o prolongamento de Três Corações, que se estendia até Varginha e Alfenas, a ferrovia teve sua inauguração em 1892 e, em 1894, foi inaugurado o trecho de Campanha. Em 1908, foi incorporada pela Estrada de Ferro Minas e Rio, contribuindo para a formação da futura Rede Sul-Mineira (Ferreira, 2018).

Ferreira (2018) observa que as ferrovias Sapucaí e Muzambinho operavam de forma quase paralela, unindo diversas cidades da região. A leste, conectavam-se com a Minas e Rio, e a oeste, com a Mogiana. As mercadorias transportadas, principalmente carne suína, fumo, queijos e café, refletiam a atividade econômica local, com o café ganhando destaque a partir de 1885. Outras cargas incluíam gado, sal, açúcar, bebidas alcoólicas, água mineral e cereais.

A Companhia Mogiana, fundada em 1872 para conectar o município de Campinas ao município de Mogi Mirim, expandiu sua rede ferroviária para o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas, alcançando regiões de intenso comércio e que começavam a se destacar na produção de café para exportação. Em 1886, a ferrovia chegou ao Sul de Minas, na cidade de Poços de Caldas, que já iniciava sua atividade cafeeira, conforme a Figura 3.

A Estrada de Ferro Mogiana, que interligava importantes espaços cafeeiros no interior de São Paulo, consolidou diversos ramais para escoar a produção agrícola de Minas Gerais para São Paulo, facilitando a exportação e retornando com produtos manufaturados. Entre os ramais destacados estão os de Passos, Juréia e Biguatinga.

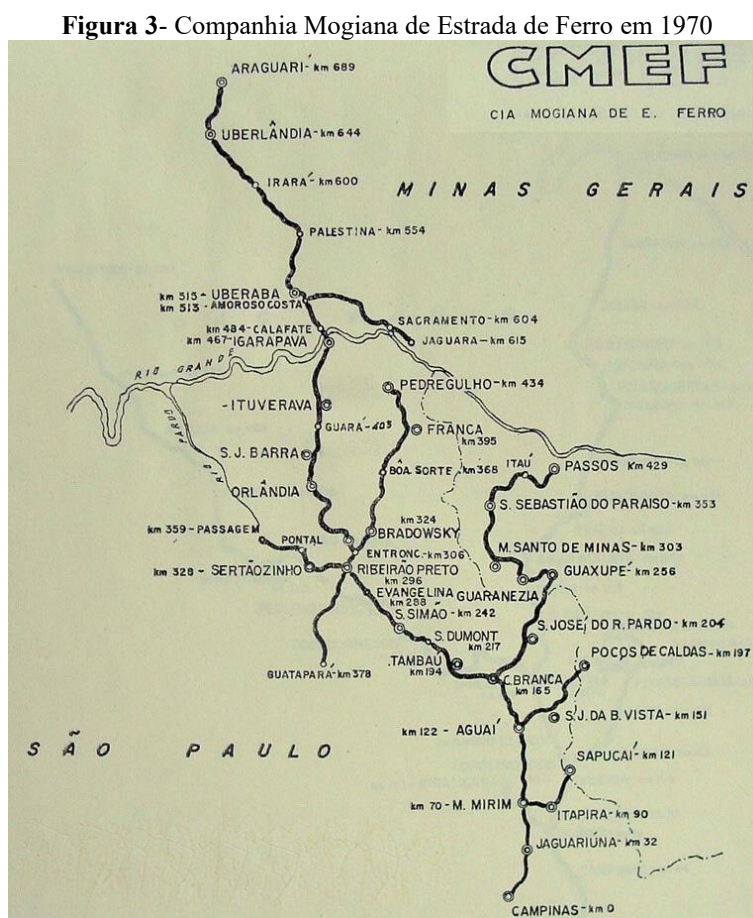
Entre suas expansões, destaca-se o ramal de Cascavel a Poços de Caldas, inaugurado em 1º de outubro de 1886, com 75 quilômetros de extensão. Outras expansões ocorreram em Jaguará, na linha de Franca, e com o ramal de Guaxupé, inaugurado em 1904 e estendido até Tuiuti em 1914, onde se encontrava com a Muzambinho. Em 1898, a Mogiana conectou-se à Rede Mineira de Viação na estação de Sapucaí, através do ramal de Itapira (Castilho, 2012).

Para Tosi e Faleiros (*apud* Castilho, 2012), a expansão da cultura cafeeira em Minas Gerais explica o direcionamento da Mogiana para essa região em detrimento de áreas mais distantes. A lucratividade da economia agroexportadora atraiu a companhia, o que se refletiu no aumento significativo do volume de café, cereais, materiais de construção e animais transportados nas suas estações. Portanto,

É possível dizer que as estradas que avançaram pelo Sul de Minas Gerais na passagem do século XIX para o século XX foram atraídas por fatores correlacionados: o processo de urbanização em curso; a chegada da atividade

da cafeicultura na região; as possibilidades de auferirem-se lucros oriundos das transformações urbanas e econômicas às quais o sul de Minas passava, com o processo de urbanização e o desenvolvimento da cafeicultura. E em meio as transformações do Sul mineiro, as ferrovias, atraídas para a região, passaram também a fazer parte daquele conjunto de novos elementos que contribuíram com a formação do capitalismo sul-mineiro. As cidades da região passavam por um crescimento particular, limitado, de localidades do interior do Brasil, mas que jamais deve ser esquecido (Ferreira, 2018, n.p.).

Os ramais da Companhia Mogiana de Estradas de ferro podem ser melhor visualizados na Figura 3:



Fonte: Reproduzido de Cavalcanti (1970).

A chegada da linha férrea que conectava o Sul de Minas Gerais a São Paulo trouxe um novo dinamismo comercial para as cidades da região, criando uma área de expansão e valorizando a terra e propriedades ao redor. Isso impulsionou a urbanização e o desenvolvimento do setor de serviços locais. No entanto, o café não foi o principal produto transportado durante toda a operação das ferrovias. Nos primeiros anos, a maioria das mercadorias transportadas retratavam itens alimentícios básicos. A ascensão do café

como mercadoria começou em 1884, consolidando-se como o principal produto transportado a partir de 1900.

Portanto, um arranjo de aspectos técnicos e políticos na construção das ferrovias exerceu um papel fundamental na refuncionalização do Sul de Minas. Esse processo favoreceu o desenvolvimento de centros comerciais, como Varginha e Alfenas, entre outras localidades. A emergência da cafeicultura na região foi um fator determinante para a chegada das ferrovias, marcando a transição de uma economia de abastecimento para a formação da principal região cafeicultora do país. Esse dinamismo resultou em um crescimento econômico e populacional, como demonstrado na Tabela 2. Além disso, ferrovia e cafeicultura foram responsáveis por criar novas funções às cidades da região.

Tabela 2- Crescimento populacional nos centros conectados pelas ferrovias no Sul de Minas Gerais

Município/Instalação da ferrovia	1873	1890	1907	1910
Três Corações (1884)	3.154	6.214	11.736	13.606
Poços de Caldas (1886)	*	1.830	9.145	9.563
Varginha (1892)	7.195	24.819	31.967	33.427
Alfenas (1897)	28.181	25.434	29.282	31.625
Guaxupé (1904)	4.415	6.453	*	19.611

Fonte: Ferreira (2018); IBGE (1872). Organização da autora. *Dados indisponíveis.

Observa-se que a instalação de linhas e ramais férreos foi um fator decisivo para o crescimento populacional e, conseqüentemente, para a modernização e urbanização das cidades do Sul de Minas. A cidade de Varginha se destaca pioneiramente, pois concentrava uma parcela significativa da produção de café, e através dela outros municípios direcionavam o produto para os portos de exportação (Saes, Castilho, 2014). Portanto, podemos dizer que essa localidade constituiu a primeira centralidade da produção e negociação de café para a época. Nesse sentido,

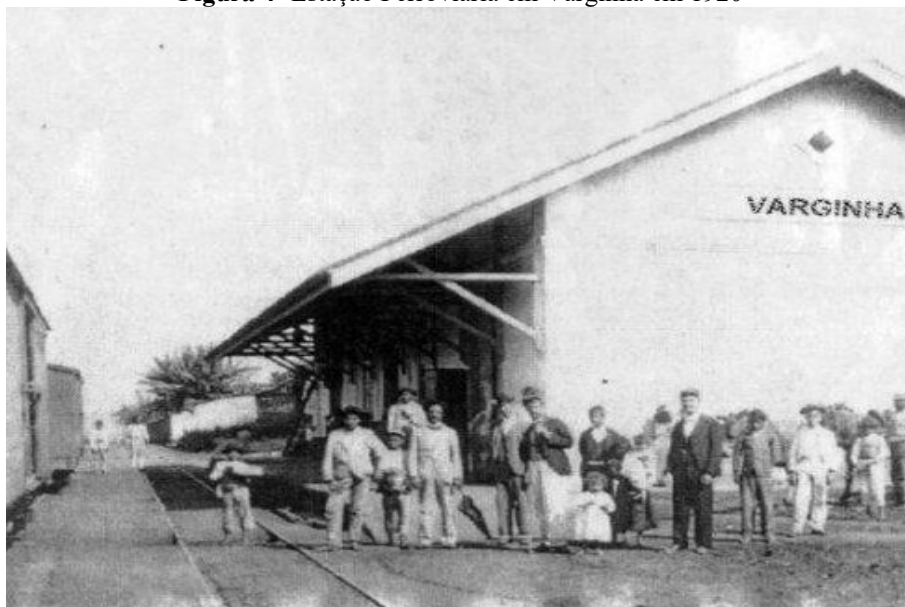
A evidência desse processo de interação com São Paulo está na expansão da rede ferroviária, pela fronteira do estado de Minas, com o objetivo de servir ao escoamento da produção cafeeira. Assim, no último quartel do XIX, verificou-se, em todo o Sul de Minas, um esforço notável do Poder Público e da iniciativa privada para dotar a região do meio então mais moderno e eficiente de transporte - a ferrovia -, atendendo ao escoamento da produção cafeeira e ao imperativo de colocar os núcleos urbanos que se expandiam em melhores condições de intercomunicação regional e de contato mais efetivo com centros como São Paulo e Rio de Janeiro (Filetto, 2000, p. 81).

Varginha, que antes pertencia a Três Pontas, foi fundada por volta de 1785 e alcançou sua emancipação política em outubro de 1882 (Ferreira, 2018). Pouco depois, a

partir de 1885, o cultivo de café foi introduzido na região, levando à substituição progressiva das lavouras de cana-de-açúcar no espaço agrícola (Filetto, 2000).

Após o fim da escravidão, um acordo entre Brasil e Itália permitiu a inserção de imigrantes para substituir a mão-de-obra escravizada, impulsionando principalmente a agricultura, com foco em cana-de-açúcar e café. Em 1888, Varginha recebeu 1.020 imigrantes, aumentando significativamente sua produção agrícola. A cidade também experimentou um terceiro impulso de desenvolvimento com a chegada da linha férrea, para Filetto (2000, p.78) “nesta fase, foi a inauguração da Estrada de Ferro Muzambinho, em 1892, reafirmando a posição daquela cidade como centro comercial do Sul de Minas”. Logo, a emancipação e consolidação dessa área está intrinsecamente relacionada com a história de expansão da cafeicultura por terras sul mineiras.

Figura 4- Estação Ferroviária em Varginha em 1920



Fonte: Reproduzido de Carvalho (2018).

Desde os primeiros anos do século XX, Varginha se destacou como o núcleo da segunda área produtora de café (fronteira com São Paulo), abrigando não apenas estabelecimentos de beneficiamento de café, mas também uma variedade de serviços urbanos que atendiam aos municípios vizinhos como instituições bancárias e estabelecimentos de beneficiamento (Ferreira; Saes, 2016). Esse movimento de implantação e expansão do café pela região motivado pelo deslocamento da cafeicultura do Oeste Paulista, acarretou uma transformação no cenário agrícola regional, e com o passar dos anos deu destaque a outras cidades da região.

Na análise de Martins (2014), sobre a evolução da produção de café em quatro municípios do Sul de Minas Gerais (Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas), destaca-se a variação de ritmos na especialização da produção de café na região, assim como, as diferentes épocas que ocorreu a transição agrícola. No último quartel do século XIX, o café gradualmente se tornou a principal fonte de renda das fazendas que o cultivavam, esse fenômeno marcou uma mudança significativa na economia da região.

O crescimento da produção de café não foi uniforme entre os municípios, sugerindo a influência de fatores locais e históricos na adoção e no ritmo da especialização cafeeira. Nesse sentido:

A especialização produtiva no café assumiu ritmos diferentes. Enquanto em Alfenas o café manteve posição secundária diante da tradicional agricultura de alimentos até os anos 1920, em Guaxupé e Machado a rubiácea rapidamente se tornou a cultura mais destacada já no primeiro decênio dos Novecentos. Nestes últimos municípios, a opção pela especialização cafeeira foi precoce. Três Pontas, configura, por assim dizer, um caso intermediário entre Alfenas, de um lado, e Guaxupé/Machado, de outro. Isto porque os grandes fazendeiros trespontanos plantaram praticamente três milhões de cafeeiros no fim do segundo decênio do século passado, fazendo o café se tornar a principal cultura local nos anos 1920. A decisão trespontana pela especialização cafeeira foi relativamente tardia. Fatores topográficos e de acesso a transporte ferroviário contribuem para explicar essa diferença, bem como o maior ou menor apego local às formas da agricultura tradicional (Martins, 2014, p. 320).

Um elemento importante para a indução da especialização produtiva, foi a nova rede da Estrada de Ferro Muzambinho, composta por uma extensão da linha principal até Santa Rita de Cássia, passando pelos municípios de Cabo Verde, Muzambinho, Guaxupé, Guaranésia, Monte Santo e São Sebastião do Paraíso (Saes; Castilho, 2014) formando uma “rede geográfica” do café na região.

Dessa maneira, outros municípios como Machado e Monte Santo de Minas que possuíam produções diversificadas em fins do século XIX, passaram a substituir suas plantações por pés de café, se tornando municípios fundamentalmente cafeeiros (Saes; Castilho, 2014), alcançando condições técnicas favoráveis à especialização produtiva.

Em 1869 Alfenas alcançou o *status* de cidade. Conforme Martins (2014), em 1874 já havia a produção de café nessa localidade, entretanto tratava-se, então, de lavoura restrita, voltada para o atendimento das demandas das famílias alfenenses. Além do café, outras culturas de fumo, cereais e cana-de-açúcar, assim como, uma significativa criação de gado e suínos compunham a economia dessa localidade.

O processo de transição de uma agricultura de abastecimento de gêneros diversificados para a produção visando a exportação cafeeira só se tornou dominante no século XX. No entanto, a acumulação gerada pelas atividades agropecuárias possibilitou a fundação do Banco Comercial de Alfenas. Além de Alfenas, Machado, Três Pontas e Guaxupé foram municípios que se destacaram na cafeicultura (Martins, 2014). Nestas cidades, surgiram rapidamente estruturas de apoio à produção e comercialização do café, incluindo casas comissárias vinculadas às praças do Rio de Janeiro e, posteriormente, de São Paulo, bem como bancos comerciais de capital regional.

Na segunda metade dos anos 1910, grandes fazendeiros de Três Pontas decidiram investir na cafeicultura. Entretanto, foi somente ao longo dos anos de 1920 que o café se tornou o principal cultivo do município (Martins, 2014), isso se explica pelo ciclo fenológico do café. Com o tempo, Três Pontas adquiriu tamanho destaque que se manteve como o principal produtor de café da região durante décadas.

Na franja pioneira da expansão da cafeicultura na região Sul de Minas Gerais, destaca-se também o município de Guaxupé. Quando alcançou a emancipação em setembro de 1915, a economia do local era baseada no abastecimento interno, com o cultivo de cana, fumo e a pecuária como suas principais atividades. Segundo Filetto e Alencar (2001), o café iniciou a sua expansão pelo município a partir de 1875, quando alguns fazendeiros firmaram contratos detalhados com prestadores de serviço para o plantio de lavouras de café, estipulando obrigações, direitos e valores de pagamento ajustados com os trabalhadores. Em 1885, conforme Martins (2014), o café já era a principal cultura na localidade, seguido pela cana, fumo e algodão.

Nos anos 1890, Guaxupé tornou-se uma área de fronteira agrícola extremamente valorizada. A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro exerceu um papel fundamental na reordenação e dinamização da cafeicultura local, atendendo aos interesses dos fazendeiros locais ao conectar suas propriedades ao Porto de Santos, facilitando o escoamento da produção e contribuindo para que o café se tornasse a cultura dominante.

Os embarques de café nos ramais ferroviários desses municípios cresceram significativamente nas três primeiras décadas do século XX. Assim, a economia cafeeira não apenas impulsionou o crescimento demográfico destas cidades, mas também as tornou dependentes dos recursos gerados por ela, constituindo a franja pioneira de expansão da cafeicultura.

Saes e Castilho (2014) afirmam que a chegada do café gerou um processo de rearticulação dos municípios sul-mineiros, não somente com seus mercados externos,

como também com atividades produtivas internas. A acumulação resultante deste cultivo ampliava o espaço para diversificação de novos negócios, garantindo um ambiente para a construção de um “complexo econômico”, e também, para a emergência de cidades refuncionalizadas para atender as demandas produtivas na região.

Nesse sentido, o avanço das ferrovias no Sul de Minas Gerais, a partir do século XIX, foi um fator decisivo para a transição econômica da região, favorecendo a expansão da cafeicultura. A chegada das linhas férreas, inicialmente focada no transporte de mercadorias e passageiros e posteriormente café, transformou as dinâmicas econômicas dos municípios, e contribuiu para o redirecionamento de economia de subsistência para uma estrutura voltada à produção cafeeira, com o tempo, essa área ampliou sua produção e se especializou de modo mais intenso no cultivo.

As condições de mercado, favoráveis à expansão da produção e das exportações, se afirmavam até a crise internacional de 1929, e, mesmo depois dela, a produção permaneceu em municípios da região, pois as restrições à expansão da produção em São Paulo não chegavam ao Sul de Minas, possibilitando inclusive a vinda de fazendeiros de São Paulo para a região (Saes; Castilho, 2014).

As ferrovias facilitaram o escoamento do café para mercados consumidores e portos exportadores, reduzindo custos de transporte e incentivando o aumento da área cultivada. Esse processo acelerou a especialização agrícola e consolidou a cafeicultura como a principal atividade econômica, conferindo características próprias à região. Tal condição é, de certo modo, mantida em tais configurações até os anos 1950, para, a partir da década seguinte, conhecer condições produtivas que aos poucos aprimoraram a produção, com inserção de técnicas e conhecimentos novos.

Para Gonçalves Neto (1997), durante o período entre os anos 1950 e 1960, houve uma construção narrativa que sugeria a suposta ineficiência da agricultura em face da sociedade urbano-industrial, em muito impulsionada pela ascensão da indústria manufatureira após a Revolução de 1930 (Pochmann; Silva, 2023). Esse discurso, por sua vez, impulsionou a reestruturação do espaço agrícola brasileiro para atender aos interesses dos principais atores econômicos, como grandes empresas, o Estado e latifundiários, visando à modernização do setor agropecuário. Tal processo se consolida e ganha força, permitindo com que a atividade cafeeira conhecesse condições para um salto de modernização a partir de meados do século XX, o que se afirma pouco tempo depois, com um maior conteúdo científico destinado aos cultivos.

É importante frisar que ocorreu a transição de uma burguesia agrária cafeeicultora para uma nova burguesia industrial, cujos interesses eram, em muitos aspectos, compatíveis. A partir de 1950, o ingresso de capital estrangeiro e a ascensão da indústria permitiram que o Brasil adotasse uma nova posição em relação aos demais países da América do Sul. No entanto, essa mudança não alterou sua situação no cenário mundial; assim, a modernização capitalista foi estruturada sem que o país deixasse de ser subdesenvolvido e dependente.

Ainda fortemente influenciado pelas demandas e pelo contexto da geopolítica mundial, o processo de modernização capitalista no Brasil terminou em bases autoritárias, resultando na Ditadura Militar, a partir de 1964, que se estendeu ao longo de duas décadas. A política de substituição de importações, que havia promovido o crescimento industrial nas décadas anteriores, foi gradualmente desmantelada, resultando em um retrocesso econômico e na ampliação das desigualdades sociais (Pochmann; Silva, 2023).

1.1.3 Cientificação da cafeeicultura na região cafeeira do Sul de Minas Gerais

Durante o governo Vargas, ocorreu uma significativa intervenção estatal na cafeeicultura, que incentivou a expansão das lavouras cafeeiras, especialmente em Minas Gerais, por meio do financiamento de crédito aos agricultores. Nesse período, diversos estudos foram conduzidos com o objetivo de aumentar a produtividade das plantações.

Dentre eles, destaca-se a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1952, criada pela Lei nº 1.779, em substituição à Divisão de Economia Cafeeira (DEC), instituída em 1946. O IBC vinculava-se ao Ministério da Indústria e do Comércio, com jurisdição em todo o território nacional e tinha como objetivo regular o mercado e a política cafeeira, além de adequar a cafeeicultura brasileira ao novo modelo tecnológico-produtivista em âmbito nacional e internacional.

O Instituto desempenhava diversas funções, incluindo o controle da produção, estoques e exportação de café, como também, a formulação de políticas de preços para garantir a estabilidade do mercado e proteger os interesses dos produtores e exportadores (Bacha, 1988), resultado das preocupações que aparecem após a crise de 1929. Além disso, a instituição estimulava o consumo de café tanto no mercado interno quanto externo, com o objetivo de impulsionar as vendas e aumentar a demanda pelo produto brasileiro.

Em 1960, o IBC criou o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (Gerca), que mais tarde implementou o Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais (PRRC). O principal objetivo desse grupo, por meio dessa política, era a reestruturação técnica dos cafezais brasileiros. Portanto, no que diz respeito ao desenvolvimento da cafeicultura no Brasil, sua consolidação, auge e feição, o IBC foi a autarquia responsável pela política de renovação dos cafezais, financiamento da produção e definição de preços e estoques. Nesse sentido, para Frederico (2017):

Sob as novas bases tecnológicas e normativas, a cafeicultura brasileira se expandiu principalmente em direção ao estado de Minas Gerais, transformando o sul de Minas e o cerrado mineiro em suas duas principais regiões produtoras, ao mesmo tempo em que a participação dos estados de São Paulo e Paraná diminuía (Frederico, 2017, p. 75).

Frederico (2017) observa que, além de impulsionar uma revolução tecnológica na produção, o IBC teve um papel importante em outros setores da cafeicultura visto que, buscou mitigar as crises de superprodução incentivando o aumento do consumo interno, o que transformou o Brasil no segundo maior mercado consumidor de café do mundo. Além disso, o instituto regulava a abertura de novas indústrias de torrefação, moagem e produção de café solúvel, impulsionando a transformação do produto internamente.

Neste contexto, o Estado brasileiro desempenhou um papel fundamental na integração econômica com a indústria. Como parte dessas iniciativas, em 1964, e como uma das primeiras ações estruturantes da ditadura militar para a agropecuária do país, foi estabelecido o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) por meio da Lei nº 4.595, que facilitava o financiamento em investimentos. Esta intervenção se concretizou através de políticas públicas voltadas para a modernização e expansão da fronteira agrícola do país, em cooperação com instituições financeiras, cooperativas e sociedades de crédito rural.

Além disso, foi observada a existência do que Delgado (2012) descreve como um "pacto agrário modernizante". Isto é, um acordo estatal que oferecia benefícios fiscais e acesso a crédito para as oligarquias agrárias, ao mesmo tempo em que estimulava a pesquisa agrícola por parte de instituições especializadas. Seu propósito era direcionar, modernizar e expandir uma política agrícola regional, concentrando-se particularmente em alguns produtos-chave da economia brasileira, dos quais o café fazia parte.

Sendo assim, Castillo (2007) e Frederico (2013), ao avaliar a evolução da produção agrícola brasileira, destacam dois momentos significativos: o primeiro, a adoção do paradigma da Revolução Verde e a subsequente formação dos complexos

agroindustriais, os quais foram promovidos e regulados pelas políticas do Estado brasileiro. O segundo, marcado pelo advento dos sistemas técnicos de informação, juntamente com o processo de desregulamentação política.

A partir da chamada Revolução Verde (Delgado, 2012), os efeitos da modernização alteraram significativamente os modos de produção, trazendo consigo a inserção de novas práticas agrícolas justificadas na ampliação da produtividade e proteção das plantas contra a ação das pragas. Delgado (2012) retrata esse período como um marco histórico, em que o processo de integração econômica ocorre de forma multiescalar e intersetorial envolvendo a economia urbana, industrial e o mercado externo.

Sendo assim, podemos afirmar que o Estado, em meados do século XX, foi o responsável por definir as principais diretrizes à política cafeeira. Assim, o Estado esteve presente frente às várias crises cíclicas de superprodução e preços que geraram dificuldades para o setor, assumindo o papel de planejador da economia, organizando o circuito espacial produtivo do café da produção propriamente dita, à transformação industrial, distribuição e consumo.

Concomitantemente ao aumento da disponibilidade de capital para o setor agrícola, o Estado também promoveu o crescimento da indústria de processamento e beneficiamento de produtos agrícolas, e das agroindústrias. Esse movimento conduziu a uma maior integração e dependência da agricultura em relação ao setor industrial e ao capital comercial e financeiro, gerando os chamados complexos agroindustriais. Para Mazzali (2000), o intuito era alinhar a agricultura modernizada aos princípios produtivos do sistema capitalista, permitindo maior integração entre a produção agrícola e a industrial, o que ocorria, sobretudo, sob a égide da indústria.

Posto isso, a transição do modelo de produção convencional para o moderno é caracterizada pela estreita relação entre a indústria e a agricultura, em que o trabalho agrícola se submete especificamente ao capital industrial e financeiro (Müller, 1989), representando então a fusão e/ou integração de capitais intersetoriais. Diante disso, torna-se evidente os nexos estratégicos entre as esferas estatal, industrial e financeira para implementação de medidas que resultaram no que reconhecemos por reestruturação produtiva do campo e que, a partir de uma visão própria da análise geográfica e do conteúdo do território, permite ao mesmo tempo identificarmos a emergência de um meio técnico-científico (Santos, 1996; Santos; Silveira, 2001) para o campo brasileiro.

Com base nesses acontecimentos, a partir das décadas de 1960 e 1970 inicia-se um terceiro marco importante para a cafeicultura brasileira, a “Cientificação da

Cafeicultura e o Meio Técnico-Científico”, uma influência direta dos paradigmas produtivos da Revolução Verde, por meio da adoção de pacotes tecnológicos e químicos ao cultivo (Frederico, 2017). Assim, inauguram-se novas possibilidades técnicas, que conferem uma nova condição de expansão dos cultivos. Tal situação é indutora de uma renovação que transcende as práticas de cultivo, mas também inaugura novas correlações econômicas entre diferentes áreas e novos acordos comerciais mundiais, como o Acordo Internacional do Café (AIC).

Na esteira das transformações da economia agrícola, foram importantes para a consolidação da economia cafeeira as obras de engenharia (Santos; Silveira, 2001), elementos fundamentais para a circulação de produtos, pessoas e capital. Essas obras englobam uma variedade de infraestruturas, incluindo rodovias, portos, sistemas de comunicação, usinas hidrelétricas, infraestruturas urbanas, indústrias e modernização agrícola, que desempenha suporte à expansão e à integração dos mercados agrícolas, possibilitando a conectividade entre as áreas de produção e os centros de consumo, além de promover o desenvolvimento econômico e social das regiões envolvidas.

Posteriormente, surgiram novas políticas públicas voltadas para o incentivo à cafeicultura, como o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC), uma iniciativa elaborada com o propósito de modernizar e revitalizar os cafezais do país. O objetivo principal não era apenas modernizar os métodos de cultivo, mas também promover a diversificação genética, visando reduzir a vulnerabilidade a pragas e doenças (Saes, 1995) e aumentar a produtividade da lavoura.

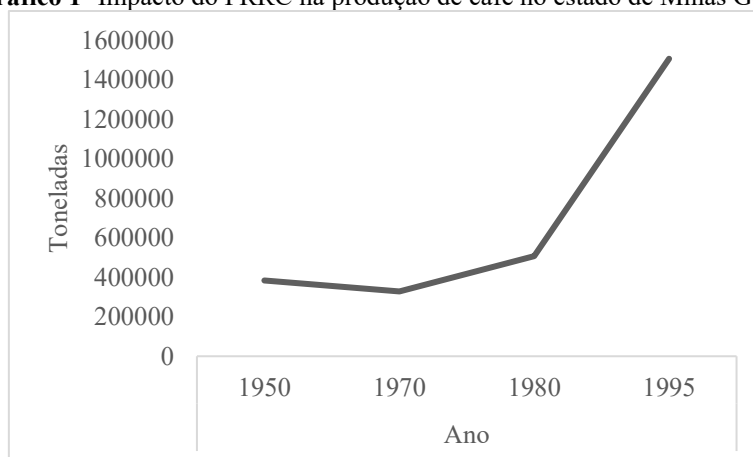
Para isso, o PRRC incentivou a substituição das variedades de café por novas espécies agrônômicas mais avançadas, capazes de se adaptar ao uso de insumos químicos e à mecanização, o que resultaria no aumento da produtividade e da qualidade do café. Para alcançar tais metas, o plano ofereceu uma variedade de incentivos aos produtores, incluindo acesso a linhas de crédito especiais, subsídios para a aquisição de mudas de qualidade superior, assistência técnica e capacitação para a implementação de práticas agrícolas modernas. Para Caixeta (1996), a adesão técnica e financeira expandiu o cultivo de café sendo um apoio fundamental para alavancar a produção cafeeira em Minas Gerais.

Impulsionada pela adesão ao PRRC a cafeicultura de Minas Gerais superou em números a praticada nos estados de São Paulo e Paraná, e o estado torna-se o maior produtor nacional de café. No caso de São Paulo, a tecnificação agrícola incentivou a diversificação produtiva, com a substituição parcial do café por cultivos como a laranja, devido ao menor custo de produção, e a cana-de-açúcar, impulsionada pelo Programa

Proálcool. Já o Paraná enfrentou desafios climáticos severos, especialmente as geadas de 1975, que devastaram os cafezais e abriram espaço para a expansão da cultura da soja (Frederico, 2017).

Em Minas Gerais, a adesão ao PRRC impactou diretamente no volume de produção estadual, conforme podemos melhor visualizar no Gráfico 1:

Gráfico 1- Impacto do PRRC na produção de café no estado de Minas Gerais



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (1995). Organizado pela autora.

Entre as décadas de 1950 e 1970, observa-se, a partir da Gráfico 1, uma queda na produção de café em Minas Gerais. Esse declínio está relacionado à política de erradicação de milhões de pés de café mais antigos e em condições precárias promovidos pelo IBC, por meio do GERCA, especialmente no Sul do estado.

Com os incentivos governamentais para expansão da cafeicultura, Minas Gerais plantou 354,3 milhões de mudas de café, enquanto São Paulo e Paraná plantaram 235 e 277 milhões entre 1969/70 e 1975/76 (Filetto, 2000). E mesmo com a geada em 1975 afetando significativamente os cafeeiros em diversos estados, em Minas Gerais o fenômeno climático foi menos severo:

A geada que assolou os cafezais do sul do país, em julho de 1975, fez com que a participação relativa de Minas Gerais na produção nacional se elevasse. Foram afetados 100% dos cafeeiros do Paraná, 80% dos de Mato Grosso, 66% dos de São Paulo e apenas 10% dos cafeeiros de Minas Gerais (Filetto, 2000, p. 39).

Outra face da modernização foi a revolução no sistema de transporte. As estradas de rodagem e inserção do transporte via caminhões complementando a articulação do território iniciada pela linha férrea (Monbeig, 1984). Com isso, facilitou-se o escoamento,

e as rodovias se tornaram as principais artérias de interligação dos pontos mais longínquos do território. Dessa maneira,

Graças as estradas e ao caminhão, tornava-se possível impulsionar as novas lavouras (as estradas de ferro haviam atingido pontos extremos), de cada lado dos trilhos, alargando o raio de ação das ferrovias e aumentando, com a estrada e o caminhão, as possibilidades de colonização (Monbeig, 1984, p. 199).

Diante tantas modificações estruturais, para Frederico (2017) essa época retrata alguns dos eventos mais significativos para a cafeicultura brasileira, pois, demarca a introdução dos novos sistemas técnicos, o aprofundamento da especialização produtiva, a reestruturação de antigas regiões produtoras e o deslocamento para novas áreas.

A partir da década de 1970, o meio técnico-científico-informacional consolida-se com a globalização, marcada pelo avanço significativo da informação e das finanças (Santos; Silveira, 2001). Para Santos (1996), neste período:

Os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e localização, eles já surgem como informação, e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional* (Santos, 1996, p. 190) (grifo do autor).

De modo particular, a cafeicultura mundial e brasileira passa cada vez mais a integrar circuitos econômicos globais, influenciada por fluxos de capital, inovações tecnológicas e pela circulação rápida de informações, fatores que transformam a produção e comercialização do café.

Bacha (1988), ao analisar a evolução da cafeicultura em Minas, observa que a partir de 1970, houve um deslocamento da cafeicultura para novas áreas, impulsionado pelo aumento da adoção de tecnologias modernas. Esse fenômeno foi motivado por três principais razões: 1) o acesso a crédito subsidiado para o plantio, através do Plano de Revigoração e Recuperação dos Cafezais (PRRC); 2) a melhoria dos preços reais do café em comparação com a pecuária, que era a atividade alternativa; e 3) o incremento da produtividade da cultura, resultante das inovações tecnológicas. Logo:

O café teve uma elevação absoluta da rentabilidade em relação à sua alternativa agropecuária em Minas Gerais (a pecuária), enquanto no Paraná a ocorrência de geadas e a alternativa do cultivo da soja, e em São Paulo a ocorrência de

problemas fitossanitários e as alternativas do plantio de cana e de laranja impuseram um menor ritmo de desenvolvimento às suas cafeiculturas que inclusive diminuíram no Paraná a partir de 1975 e em São Paulo a partir de 1982. O 'espaço' deixado na oferta de café por estes Estados (considerando a demanda existente por café brasileiro) traduziu-se em elevação e/ou manutenção de preços maiores do café, que incentivavam a expansão dessa cultura em Minas Gerais (Bacha, 1988, p. 110).

Sob esse contexto favorável ao desenvolvimento da economia cafeeira, Minas Gerais emerge como o maior beneficiário, com destaque para o Sul do estado, que a partir de 1970 se consolida como a principal produtora nacional de café, posição essa que perdura até os dias atuais. Para Frederico (2017) essa fração territorial do estado:

[...] é uma antiga região produtora de café, cuja atividade se implantou na segunda metade do século XIX, como decorrência da expansão da cafeicultura paulista. No momento da reestruturação tecnológica-produtivista da década de 1970, o espaço sul mineiro apresenta rugosidades, que neste caso facilitaram a modernização da cafeicultura. Entre as heranças físico-territoriais e sociopolíticas destacam-se: disponibilidade de terras ociosas e uma estrutura fundiária desconcentrada, decorrente principalmente das divisões por herança e do desmembramento de algumas fazendas cafeeiras com a crise de 1929; grande disponibilidade de mão de obra; preço da terra inferior ao dos estados de São Paulo e Paraná; condições edafoclimáticas propícias à cafeicultura e topografia ondulada que limitava a expansão de culturas concorrentes como a soja e a cana-de-açúcar (Frederico, 2017, p. 89).

Conforme Filetto (2000), a partir dos anos 1970, o Sul de Minas passou por uma série de transformações e avanços resultantes da dinâmica econômica impulsionada pela cafeicultura através do PRRC, como a expansão e melhoria da infraestrutura rodoviária, o aumento do acesso à educação, o crescimento da renda, a ampliação do fornecimento de energia elétrica e a fixação da população no campo.

Outras medidas de incentivo foram adotadas por meio da vinculação do crédito rural à assistência técnica para a geração e difusão de novas tecnologias (Filetto, 2000). Os esforços de cientificização da produção cafeeira também são evidentes no modo como o estado organizou atividades de pesquisa voltadas para a produção. Nos anos 1970, é criado o Sistema Estadual de Pesquisa do Estado de Minas Gerais, coordenado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epmig) e composto pela ESAL (atual Universidade Federal de Lavras-UFLA), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); houve também incentivo à pesquisa para pelo IBC e ampliação das equipes de assistência técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), em áreas cafeeiras, no final de 1970.

Esse fato, aliado aos incentivos estatais, desencadeou a expansão da cafeicultura em diversas regiões de Minas, incluindo em nossa área de estudo. O aumento resultante das políticas públicas de incentivo à produção de café elevou a participação do estado na produção nacional em comparação com outros estados produtores (Caixeta, 1977) o que permitiu que a região Sul do estado adentrasse de forma mais competitiva no cenário nacional. Esse movimento marcou a expansão do cultivo do café para áreas que hoje são consideradas proeminentes na produção cafeeira.

Dessa maneira, a regulamentação governamental, por meio de leis e normas, auxiliou na consolidação de uma região especializada para a produção. Essa nova produtividade espacial não se deve apenas a novas infraestruturas, mas sim a um conjunto de normatizações que racionalizaram o espaço tornando-o mais vantajoso e propício para a produção moldando essa fração do território mineiro e criando um espaço atraente e funcional para o grande capital.

Dessa maneira, a história do café passou por uma mudança substancial com a consolidação do cultivo na região. O Sul de Minas não apenas possuía condições edáficas, geomorfológicas e climáticas ideais para o cultivo do café, o território também estava tecnicamente mais preparado, em função de investimentos contínuos do Estado para fortalecer a atividade. A combinação de tais fatores contribuiu significativamente para a transformação do café em um pilar econômico para a região e mesmo para a agricultura do país como um todo.

1.1.4 Cafeicultura científica globalizada e afirmação do meio técnico-científico-informacional na região cafeeira do Sul de Minas

À medida que o ideário neoliberal se afirma no mundo pós anos 1970, uma reorganização profunda da economia global emerge, normalmente reconhecida sob o contexto pós-fordista e de reestruturação produtiva, exercendo influência em diversos setores, incluindo a agricultura. Este também é o momento em que a globalização econômica (Santos, 2000) redefine o antigo panorama de trocas e incentivos comerciais, outrora sustentado por acordos internacionais, regulação e políticas públicas, dando lugar a uma nova ordem econômica global, centrada na competitividade, na diminuição do papel regulador do Estado na produção direta de mercadorias e na adoção de tecnologias de comunicação em massa.

É marcante a longa história do país no que diz respeito à sua própria condição de espaço colonizado, obediente às demandas externas, condição esta que marca a consolidação de verdadeiras regiões voltadas a mercados distantes (Santos, Silveira, 2001). A sua experiência significativa de industrialização e certa força do mercado interno (principalmente entre os anos 1950 e 1970), a sua posição na divisão internacional do trabalho que se estabelece no período de globalização e na virada do século XXI é em muito marcada por uma inserção subordinada (Pereira, 2010). De acordo com Pochmann e Silva (2023) mesmo nos períodos de maior dinamismo, a inserção brasileira na economia mundial foi de forma passiva e dependente, ocupando um papel subalterno em relação aos centros dinâmicos da economia global.

A posição do Brasil como exportador de produtos primários, como açúcar, algodão e café são muito reveladoras de sua condição subordinada. O país inseriu-se no mercado global como fornecedor de bens *in natura*, de baixo valor agregado, enquanto dependia da importação de tecnologias e maquinários de alto valor agregado. Tal configuração de certo modo persiste, e especialmente dependente de uma economia primário-exportadora, perpetua-se a condição de subordinação no contexto global.

Após o contexto geopolítico de bipolaridade mundial, a década de 1990 marcou a entrada subordinada e passiva do Brasil na globalização e também um relativo processo de desindustrialização. Nesse período, uma nova ordem neoliberal se estabeleceu, caracterizada pelo declínio relativo dos Estados Unidos e pelo avanço da China, sinalizando uma mudança do centro dinâmico da economia mundial do Ocidente para o Oriente (Pochmann; Silva, 2023). Essa tendência reforçou a dependência do Brasil em relação à exportação de produtos primários (*commodities* agrícolas e minerais), promovendo a reprimarização da economia.

Assim, para Pochmann e Silva (2023) em plena “Era Digital”, o país reintegrou-se à economia mundial como um exportador de *commodities* agrícolas e minerais. A nova condição neoliberal submeteu o Brasil à experiência de se tornar uma plataforma de valorização ao capital financeiro global e ao retorno à exportação primária.

A ascensão da China como o novo centro dinâmico da economia global trouxe consigo uma dependência tecnológica ainda maior, bem como à exportação de bens primários brasileiros, como soja, farelo e minério de ferro, para o mercado chinês. Diante disso, o retorno à especialização produtiva e à reprimarização da pauta de exportação reafirmam a condição do Brasil como país primário-exportador.

A análise da produção de café é, em muito, reveladora de tais condições históricas que se afirmam no território brasileiro e que marcam o país como produtor e exportador de *commodities*.

A cafeicultura, uma vez estruturada sobre os pilares da Revolução Verde (Silva, 1982) e moldada por políticas regulatórias estatais, conhece um novo período, impulsionada pela tecnologia e pela ciência, oriundas de uma agricultura cada vez mais globalizada e científica. As transformações são marcantes, destacando-se o fim das operações de instituições como o IBC e, sobretudo, a capacidade do mercado em se autorregular. Essa capacidade autorregulatória do mercado redefine o comércio de café, cada vez mais livremente realizado a partir das bolsas de valores, e submetido às oscilações econômicas globais.

A desregulamentação do mercado cafeeiro a partir do fim do AIC e a extinção, no país, do IBC, conduziram a “uma nova regulação corporativa” que se impôs pelo fortalecimento das ações das empresas transnacionais. Nesse momento, emerge na região uma cafeicultura científica globalizada, consolidando o “uso corporativo do território” (Santos; Silveira 2001) e a constituição de uma região competitiva agrícola (Castillo; Frederico, 2010).

Nesse contexto, as grandes corporações multinacionais se afirmam como agentes estratégicos e passam a estender sua influência sobre a produção cafeeira realizada no território nacional, coordenando operações relacionadas aos processos produtivos e assumindo o controle econômico sobre a produção de *commodities*. Com isso, uma nova dinâmica se estabelece na cafeicultura, caracterizada por uma subordinação econômica ao mercado global.

Este período também marca a notável inserção de grandes corporações nas cidades estratégicas da região cafeeira de Minas Gerais (Varginha, Alfenas, dentre outras). Essa condição resulta da importância econômica da região, tanto no que se refere ao volume de café produzido, quanto à qualidade do mesmo, reforçando as infraestruturas territoriais que conferem à região como um espaço de produção dos mais importantes no país. Com infraestrutura adequada e acesso facilitado às principais vias de transporte, uma rede de cidades tornaram-se pontos ou nós para a operação de grandes corporações do agronegócio globalizado como: Olam (Singapura), Louis Dreyfus Company – LDC (Holanda), Ecom Agroindustrial (Suíça), ED&F Man (Inglaterra), Sulcafina (Suíça), Cofco Internacional (China).

No panorama dinâmico da cafeicultura, marcado por mudanças contínuas ao longo dos anos, além da expansão das multinacionais, é evidente o surgimento de uma nova tendência: a busca por selos de qualidade, certificações, indicações geográficas, e empresas especializadas nessa categorização para a valorização dos cafés produzidos. Estas tendências não apenas refletem os princípios do neoliberalismo e da globalização, mas também representam uma resposta às demandas do mercado internacional por produtos selecionados e comercialmente atrativos aos novos nichos de consumo, garantido a competitividade no mercado global.

Em regiões cafeeiras como a do Sul de Minas, estas práticas têm ganhado destaque. Isso evidencia sua capacidade de inovação e adaptação às demandas do mercado contemporâneo e diversificado. Ao abraçar a produção de cafés especiais, os produtores estão assegurando sua competitividade no mercado global de cafés.

Para a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, 2024), o Sul de Minas e a Mantiqueira de Minas despontam como algumas das principais regiões produtoras de cafés especiais no país. Ademais, o Sudoeste de Minas foi reconhecido como região produtora de café e recebeu a chancela de Indicação Geográfica (IG) na modalidade Indicação de Procedência (IP) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Ortega e Jesus (2011) afirmam que uma das consequências do fim dos acordos internacionais foi a entrada de novos concorrentes no mercado mundial, resultando na redução dos preços do produto, ou seja, a liberalização impactou a economia cafeeira, diante disso, os cafeicultores brasileiros tiveram que se adaptar a um ambiente de mercado mais liberalizado e competitivo, e conseqüentemente, a entrada de empresas monopolistas no setor que passaram a dominar a produção e beneficiamento. Nesse cenário, uma tentativa em prol da contraposição da “lógica das *commodities*” (Frederico, 2013) e com o objetivo de agregar valor à produção foi a especificação do produto, e foi aí que a produção de cafés especiais emergiu como uma alternativa viável de mercado.

O crescente consumo global desse tipo de café, nomeado “especial”, também despertou o interesse de grandes empresas exportadoras, torrefadoras e varejistas, o que levou à padronização da produção (Frederico; Barone, 2015), sendo assim, adaptações técnicas e produtivas tiveram que ser reguladas corporativamente para alcançar uma produção diferenciada de mercado.

De acordo com a *Brazil Specialty Coffee Association* (BSCA), associação que conduz a certificação de cafés no país, cafés especiais são grãos livres de impurezas e defeitos, com atributos sensoriais distintos. Estes atributos incluem uma bebida limpa e

doce, com corpo e acidez equilibrados, que alcançam acima de 80 pontos em uma escala internacional de análise sensorial. Além da qualidade intrínseca, os cafés especiais devem ter rastreabilidade certificada e cumprir critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e social em todas as etapas de produção (BSCA, 2024).

Os principais tipos de cafés especiais produzidos no território brasileiro incluem Orgânico, *Gourmet*, Comércio Justo (*Fair Trade*) e aqueles com Indicação Geográfica (Frederico; Barone, 2015). Cada um desses tipos possui características distintas que atendem a diferentes demandas de consumidores, e por sua vez, possuem requisitos de produção também diferenciados, conforme explicitado no Anexo “A”.

A certificação certamente favoreceu a competitividade da cafeicultura na região, promovendo uma maior valorização dos produtos e o acesso a novos mercados. No entanto, é importante reconhecer que esse processo tem gerado diferenciação entre os produtores. Conforme destacado por Frederico e Barone (2015), enquanto pequenos produtores são integrados ao mercado, grandes cooperativas, torrefadoras, *tradings* e varejistas também adentram esse sistema. Ou seja, o que foi denominado de "desregulamentação do mercado cafeeiro" na década de 1990, na realidade resultou no fortalecimento de uma "regulação corporativa" (Frederico, 2013), predominantemente conduzida por *tradings* agrícolas. Diante disso,

Com o aumento mundial desse nicho de mercado, grandes empresas torrefadoras (Kraft/Philip Morris, Nestlé, Sara Lee, J.M. Smucker's, Elite), *tradings* (Neumann, Ecom, Olam, ED&F Man, Louis Dreyfus) e varejistas (Starbucks, McDonalds) também têm sido atraídas para o circuito de cafés especiais. A inserção no Comércio Justo, por exemplo, permite agregar valor aos seus produtos e melhorar sua “imagem empresarial”, vinculando-a a questões relacionadas à “responsabilidade social e ambiental” (Frederico; Barone, 2015, p. 396).

Assim, como a região é composta majoritariamente por agricultores familiares, a presença de cooperativas de café é essencial para a inserção desses produtores no contexto na agricultura científica globalizada. É por meio delas que os pequenos produtores têm acesso a insumos, palestras sobre técnicas de manejo, facilidade para mecanização, novas tecnologias e, mais recentemente, até à certificação de cafés especiais.

Assim, os grandes agentes facilitadores desse processo são as cooperativas e multinacionais presentes na região, pois, proporcionam aos pequenos produtores o suporte necessário, acesso a recursos, treinamentos e infraestrutura para melhoria da qualidade do café. Além disso, essas entidades auxiliam no cumprimento dos requisitos

de certificação e na negociação de melhores condições de mercado, possibilitando que os pequenos produtores alcancem um mercado mais exigente e lucrativo.

A região também possui, conforme Frederico e Barone (2015), empresas de exportação de cafés especiais como *Bourbon Speciality Coffee*, em Poços de Caldas, e a Carmo Coffee, em Carmo de Minas. Ademais, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) realiza pesquisas inéditas com foco em alternativas para a cafeicultura, abrangendo as variedades de café arábica e conilon.

Além da certificação e campos experimentais de pesquisa, o atual estágio da cafeicultura sul mineira conta com inovações no manejo da produção, pois, as ferramentas digitais têm se destacado no setor cafeeiro. Na prática, a “cafeicultura 4.0” utiliza diversos recursos para coleta de dados, como sensores, drones e satélites. A integração dessas informações em plataformas de *Big Data* permite um acompanhamento preciso do desenvolvimento das mudas, garantindo que cada planta alcance seu potencial genético com os recursos certos, o que também contribui para a redução de custos. Com a ajuda de mapeamento e caracterização de solo, é possível, por exemplo, utilizar uma máquina georreferenciada conectada a satélites para adubação precisa e rastreabilidade do produto.

Silva, Coca e Silva (2023) destacam a crescente adoção de tecnologias digitais na região, especialmente no contexto do agronegócio cafeeiro. Dentre elas estão os monitores e mapas de produtividade, sistemas de posicionamento global (GPS), sensoriamento remoto e aplicação de taxa variável (VRA), que permitem aos produtores registrar dados biofísicos e de produção em suas propriedades.

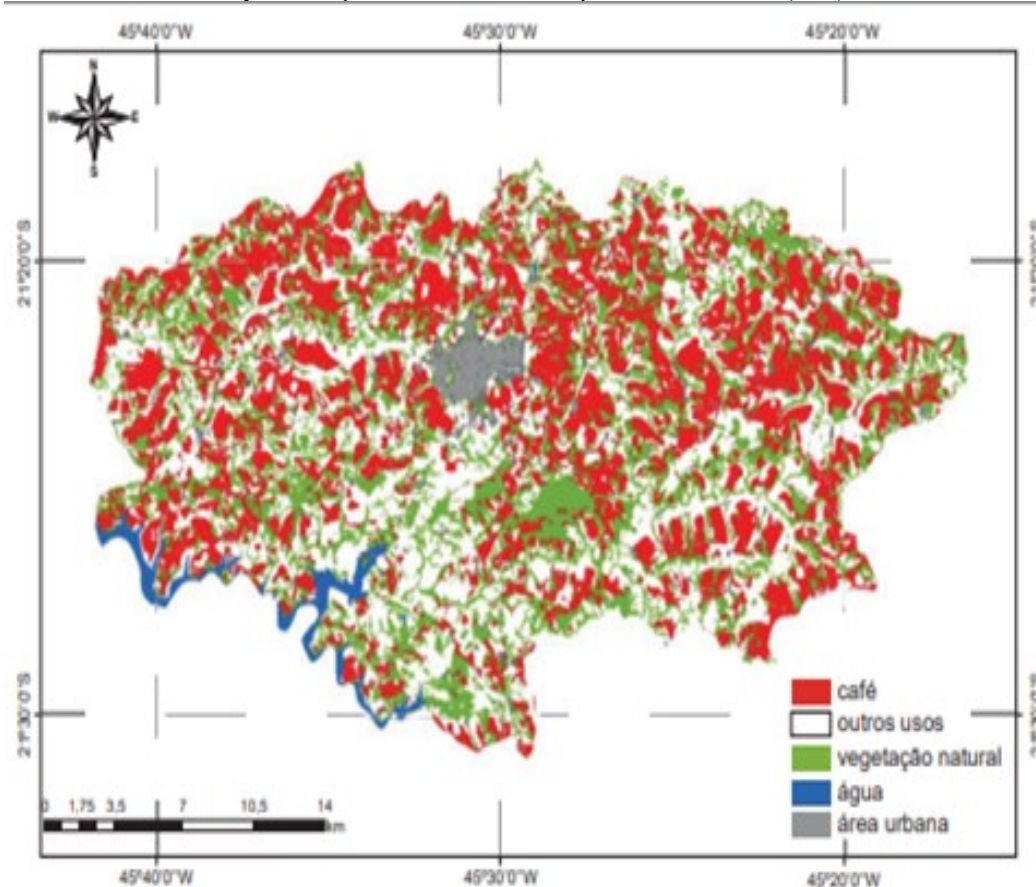
Segundo os autores, essas tecnologias visam otimizar a produção agrícola na região. No entanto, a coleta e o uso dos dados gerados ainda são limitados, isso indica uma dependência contínua das corporações que desenvolvem essas soluções. Além disso, a adoção dessas tecnologias é mais restrita em áreas onde predominam agricultores familiares, que enfrentam limitações de capital e, portanto, não conseguem investir amplamente em tecnologias digitais.

Além disso, os drones pulverizadores tornaram-se ferramentas de destaque no manejo das plantações de café, especialmente em áreas de difícil acesso, com destaque para região do Sul de Minas que possui relevo ondulado. Projetados para pulverizar insumos agrícolas, agrotóxicos e fertilizantes, esses equipamentos facilitam a aplicação de produtos sob as plantas e, por isso, estão sendo implementados. Na agricultura, os drones operam em terrenos com diferentes inclinações e solos muito úmidos, sem causar danos às lavouras ou compactar o solo, além de ser mais ágeis na aplicação. Essa

tecnologia tem se destacado como uma solução para os desafios enfrentados pelos produtores de café em relação à mão de obra, o que explica o crescimento exponencial do seu uso nos últimos anos.

Adicionalmente, a Embrapa Café em parceria com a Epamig, disponibilizou gratuitamente em seu sítio eletrônico uma publicação do estudo realizado que avaliou a utilização de imagens do satélite Sentinel-2A, em associação com uma nova metodologia de análise de imagens para a obtenção de mapas de uso da terra com foco nas áreas ocupadas pela cafeicultura no Sul de Minas, conforme exemplifica o Mapa 2:

Mapa 2- Mapa temático do município de Três Pontas (MG)



Fonte: Reproduzido de Alves; Volpato (2021).

Assim, evolução da cafeicultura na região vai além do modo de produção rudimentar, alcançando o estágio atual do meio técnico, científico e informacional. Nesse contexto, a busca por cultivares resistentes a pragas, a certificação, novas técnicas de manejo e a digitalização das áreas de cultivo são parte da nova realidade, especialmente para os produtores envolvidos diretamente com o agronegócio cafeeiro.

1.2 O agronegócio globalizado no Brasil contemporâneo e a produção na região cafeeira do Sul de Minas

Cabe brevemente abordarmos as transformações que a agricultura brasileira vivenciou ao longo de sua história recente, com ênfase na compreensão das mudanças ocorridas a partir dos anos 1990, período marcado pela desregulamentação política e pela abertura econômica. Embora seja inegável a importância de marcos históricos como a Revolução Verde, que engendraram alterações significativas no contexto agrícola do país, nosso foco aqui se direciona à análise do estágio atual da agricultura brasileira, inserida em um contexto da globalização econômica.

Observamos uma reconfiguração no padrão agrícola nacional, que se tornou cada vez mais integrado e dependente de agentes hegemônicos que dominam o setor em escala mundial. Esse processo de integração global dos territórios reforça o fenômeno da especialização produtiva agrícola em países como o Brasil, como já destacamos, onde determinadas regiões passam a se dedicar à produção de *commodities* específicas, seguindo as demandas e os parâmetros estabelecidos pelos mercados internacionais.

Nesse sentido, propomos neste item discutir a ascensão de uma agricultura científica globalizada (Santos, 2000), a partir da ascensão do agronegócio globalizado, como propõe Elias (2006, 2007), com atenção particular à condição da cafeicultura no Brasil e em nosso recorte espacial. Logo, analisaremos a emergência de uma cafeicultura científica globalizada (Frederico, 2014) na Região Cafeeira do Sul de Minas, buscando elucidar as principais feições deste setor na região, que se alinha cada vez mais aos padrões produtivos ditados pelo mercado global. Essa abordagem permitirá compreender as nuances e as implicações da inserção da produção cafeeira brasileira e do Sul de Minas Gerais no circuito mundial da *commodity*.

No que tange ao desenvolvimento da cafeicultura no país, sua consolidação e feição contemporânea, é notável que ao longo dos séculos, o cultivo passou por uma série de transformações significativas. Devido a isso, ocorreram mudanças que alteraram os sistemas técnicos e normativos da economia agrícola, sobretudo para garantir um aumento na produtividade e uma maior competitividade nacional no mercado externo.

Nesse sentido, os circuitos espaciais de *commodities* agrícolas, outrora focados em níveis locais, evoluíram para uma integração cada vez maior a nível global. Isso resultou na expansão das *commodities* agrícolas em território nacional, assim como, em

uma crescente interdependência financeira com os principais agentes do setor, consolidando relações hegemônicas.

A partir da década de 1980, o Brasil enfrentou uma crise de endividamento, acompanhada por crises inflacionárias e pela defesa inicial de um novo modelo econômico centrado em um Estado Liberal. Neste contexto, não havia espaço para a continuidade de políticas econômicas setoriais subsidiadas por instituições públicas, forçando o Estado a diminuir os ativos liberados e estruturar novas estratégias de promoção dos espaços agrícolas.

Tal situação é indutora da implantação de um novo modelo produtivo na agricultura, que toma força a partir dos anos 1990 e é em muito marcado pelo avanço de posturas neoliberais, em que o próprio mercado passa, cada vez mais, a definir estratégias de produção. Esse novo ambiente político-econômico permitiu a entrada do capital financeiro na agricultura, com grandes grupos empresariais assumindo a coordenação da produção nacional (Delgado, 2012). Esses grupos, atraídos pela oportunidade de investir na cafeicultura, encontraram condições favoráveis para se estabelecerem territorialmente.

Em resposta ao novo contexto econômico estabelecido no Brasil, caracterizado pela relativa redução da intervenção estatal e pela liberalização da economia, o IBC foi extinto pelo Decreto nº 99.240, em 1990. Essa decisão fez parte de um programa mais amplo de reformulação da máquina estatal, promovido pelo governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello. O fim do instituto refletiu a transição para uma economia mais aberta e a diminuição do papel do Estado em setores antes fortemente regulados, como a cafeicultura. Essa mudança também indicou a crescente influência de políticas neoliberais, que priorizaram a eficiência de mercado e a integração ao capitalismo global, em detrimento de estruturas econômicas tradicionais.

Além desta transformação estrutural, houve um avanço significativo nos sistemas técnicos utilizados na agricultura. Os sistemas herdados da Revolução Verde foram aprimorados e substituídos por tecnologias mais sofisticadas, como o desenvolvimento da biotecnologia, o uso de imagens de satélite e a criação de bancos de dados digitais (Frederico, 2017), também incorporando nos últimos anos as inovações típicas da agricultura digital. Essas inovações são reflexo da adaptação do setor às novas demandas econômicas e tecnológicas do período.

A década de 1990 marcou o declínio do paradigma anterior e advento de uma agricultura científica globalizada (Santos, 2000) ou ainda o que Elias (2006) denomina por agronegócio globalizado. Para Delgado (2012), o contexto geográfico que sustenta o

desenvolvimento da agricultura não se estabeleceu de maneira uniforme em todo o território, privilegiando determinadas regiões, produtos agrícolas específicos (*commodities*) e estratos sociais, em especial, os grandes produtores (latifundiários).

No tocante a isso, percebe-se a criação de uma nova feição ao campo, mais uma vez favorável aos agentes hegemônicos do setor. Conforme Elias (2006), a expansão do capital no campo e a oligopolização da paisagem agrícola tem como resultado o agravamento das desigualdades sociais, incluindo o aumento da concentração de terras, juntamente com impactos ambientais e territoriais ainda maiores.

Em consonância a isso, Mazzali (2000) aponta, a partir da década de 1990, a abertura comercial e a maior internacionalização dos circuitos espaciais produtivos agrícolas. Para Frederico (2013), tal processo resultou em uma maior especialização na produção de *commodities*, no controle do espaço agrícola por agentes corporativos e na exposição da produção às oscilações do mercado financeiro mundial.

O novo padrão agrícola pautou-se sobre três pilares para efetivar a reprodução do capital, são esses: a produção de *commodities* (lida cada vez mais como produção padronizada, realizada em larga escala e com preços definidos fora do país), as bolsas de mercadorias e de futuro (especialmente a partir do centro do sistema capitalista e capazes de ditar o preço internacional das *commodities* agrícolas, especialmente para o café a bolsa de Nova Iorque) e a formação de empresas monopolistas mundiais (a partir da presença cada vez mais forte do capital internacional no campo brasileiro) (Oliveira, 2015), ou seja, pelo fortalecimento das políticas neoliberais e pela crescente importância das cadeias globais de valor. Ademais, para Oliveira (2015):

O neoliberalismo se caracteriza pela livre circulação de capitais internacionais, abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais, a implantação de ações que impeçam o protecionismo econômico, adoção de política de privatização de empresas estatais (Oliveira, 2015, p. 230).

O aumento dos preços internacionais de matérias-primas e bens de consumo, cada vez mais requisitados por países desenvolvidos e emergentes, incentivou o Estado a investir na expansão da produção de *commodities* agrícolas. Como visto anteriormente, o café, em particular, recebeu incentivos significativos para modernizar as técnicas de cultivo e aumentar o volume de produção.

Sob essa perspectiva, observamos que o crescimento na produção de *commodities* agrícolas no Brasil está ligado à política econômica de exportação de bens primários em

larga escala. Dessa forma, a ascensão da produção de *commodities* pode ser vista como parte da inserção do país em uma nova ordem econômica e político-ideológica.

Nessas premissas que Svampa (2012) descreve o que denominou como “*Consenso de los Commodities*” como uma nova ordem econômica e política-ideológica sustentada pela elevação dos preços internacionais das matérias-primas e dos bens de consumo. Assim, tal situação implica uma aliança entre o Estado e os capitais transnacionais.

E é nesse contexto da economia que Delgado (2012) conceitua a atual conjuntura como operante de um "novo pacto de economia política do agronegócio", retratando as transformações estruturais e institucionais que ocorreram no setor agrícola. Essa dinâmica configurou o setor do agronegócio como um campo peculiar para investimento estatal.

Para Delgado (2012) a exportação de *commodities* agrícolas assume um dos pilares do comércio exterior brasileiro, portanto, não é apenas uma política econômica convencional, e sim o *status* de uma economia política, pactuada entre Estado, empresas e proprietários de terra. Com isso, ocorre a rápida financeirização da agricultura, com a conversão de ativos reais como *commodities* e terras, em objetos de investimentos especulativos, delineando novos significados à dinâmica da economia agrária nacional.

Assim, o atual período de globalização e do capitalismo neoliberal (Santos, 2000; Harvey, 2005) é caracterizado pela prevalência de uma política neoliberal (orientado por razões empresariais e privatistas), uma lógica financeira globalizada e a inserção de novas tecnologias de informação. Diante disso, o Estado deixou de desempenhar a função de articulador direto dos complexos agroindustriais, papel que gradualmente passou a ser fortalecido pelas grandes empresas monopolistas e que por sua vez “expôs os produtores à lógica da competitividade em escala global” (Frederico, 2013, p.104).

Diante da consolidação do meio Técnico-Científico-Informacional, Santos (2000) conceitua a emergência de uma agricultura científica globalizada repleta de requisitos de padronização ao longo da produção, beneficiamento e comercialização. Para o autor:

Podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma “informação” indispensável (Santos, 2000, p. 88-89).

Essa nova racionalidade técnica no espaço agrícola, ditada pelos agentes hegemônicos, permite a criação de paisagens homogêneas e espaços cada vez mais orientados ao mercado externo (Santos, 2000), obedientes aos parâmetros produtivos impostos pelo mercado mundial. Conforme Elias (2003), esse novo tipo de agricultura implica diretamente no controle e no domínio sobre a natureza com o intuito de regular os custos de produção, elevar a produtividade e a criação de redes globais de comercialização voltadas à reprodução do capital monopolista nos espaços rurais.

Tal modelo agrícola predomina em ambientes favoráveis à disseminação de cultivos que atendam às demandas globais, ou seja, áreas produtoras de *commodities* (Castillo, 2011). Tal situação impõe uma lógica global que é incorporada ao território (Oliveira, 2015), onde a produção agropecuária para se posicionar de maneira competitiva nos mercados internacionais (Castillo, 2011).

À medida que os territórios se integram ao contexto da competitividade global, observamos o reforço do fenômeno de especialização produtiva, com um novo desenho da divisão territorial do trabalho. Segundo Pochmann e Silva (2023):

Diante do modo como se inseriu na globalização, o aprofundamento da dependência externa refletiu a especialização produtiva, responsável pelo reposicionamento brasileiro na DIT enquanto economia exportadora de bens primários e importadora de mercadorias elaboradas com maior valor agregado e conteúdo tecnológico (Pochmann; Silva, 2023, p. 116).

Esse processo acarreta um aumento significativo no controle desses espaços por parte de agentes hegemônicos no setor agrícola mundial, sejam eles corporações nacionais, transnacionais ou instituições financeiras globais diretamente vinculadas à produção e comercialização de *commodities* agrícolas. Como resultado, vemos uma ampliação das disparidades territoriais e das desigualdades sociais, na medida em que os modernos espaços da produção agropecuária se tornam obedientes às demandas externas. Essa realidade expõe a vulnerabilidade não apenas de grandes porções do território, mas fundamentalmente também de suas populações, a diversas externalidades negativas.

Avaliando a produção cafeeira no território brasileiro e com o intuito de caracterizar uma produção cuja dinâmica é compatível com o modelo atual e hegemônico de produção no campo, Frederico (2014) introduz uma derivação conceitual daquilo que Santos (2000) originalmente intitulou de "agricultura científica globalizada," cunhando o termo "cafeicultura científica globalizada", que representa o direcionamento de uma

cafeicultura obediente aos parâmetros produtivos mundiais, e que recebe a influência das mesmas leis da economia globalizada (Frederico, 2014). Segundo o autor:

A cafeicultura brasileira e mundial passou por profundas transformações de ordem técnica e político-normativa a partir da década de 1990. Trata-se da emergência do que estamos denominando de cafeicultura científica globalizada, que se define pela criação e difusão de novos sistemas técnicos agrícolas e também pela adoção de políticas de cunho neoliberal, com a desregulação do comércio internacional, a diminuição do papel regulador dos Estados produtores e a abertura dos mercados nacionais às grandes empresas comerciais (*tradings*) e torrefadoras (Frederico, 2014, p. 284).

Para Frederico (2014), esse modelo de cafeicultura adere às estratégias de produção e venda monopolistas relacionadas à lógica neoliberal (caracterizada pela desregulamentação e intensificação da concentração de mercado), à lógica financeira (envolvendo o controle de preços, investimentos e especulação em ativos financeiros) e à lógica informacional (caracterizada por uma maior regulamentação e interação entre os atores corporativos e financeiros).

Assim, a moderna cafeicultura atual apresenta características que a inserem na dinâmica de expansão das *commodities*, alinhada ao modelo da agricultura globalizada. Essas características incluem a competição entre países e mesmo entre as várias regiões produtoras, o crescente domínio exercido pelos grandes conglomerados multinacionais, que possuem um controle significativo sobre aspectos técnicos e normativos da produção, e a influência do sistema financeiro especulativo, que negocia contratos de compra e venda do grão.

O agronegócio do café, resultado desta cafeicultura científica globalizada, é caracterizado pelas práticas de políticas neoliberais e monopolização do setor nas mãos de grupos internacionais, que operam o mercado mundial dessa *commodity*. Tal situação é indutora de implicações territoriais diversas resultantes de lógicas verticais e externas (Santos, 2005), que moldam as dinâmicas socioeconômicas da região em destaque.

Antes de nos aprofundarmos nas características que envolvem o contexto da cafeicultura científica globalizada, é importante lembrar que o desempenho desse setor dependeu de diversos elementos, principalmente do capital e dos investimentos. Diante disso, a transição para um novo modo de produção agrícola demandou a implementação de políticas agrícolas, autarquias e instituições específicas, a fim de fornecer os recursos necessários e garantir o desempenho esperado.

Assim, veremos a seguir as dinâmicas produtivas as quais a cafeicultura da região de estudo encontra-se subordinada, para que assim possamos compreender a configuração

atual do território sul mineiro na dinâmica de produção do mercado global de *commodities* de exportação.

1.3 A Dinâmica Contemporânea da Produção na Região Cafeeira do Sul de Minas

O Brasil ocupa uma posição central na produção mundial de café, garantindo-lhe o título de maior produtor mundial desde meados do século XIX. A relevância dessa atividade na economia brasileira é inegável, especialmente nas principais regiões produtoras. Os espaços produtivos representam pilares econômicos fundamentais, impulsionando um mercado consolidado e regionalmente diversificado. Além da produção convencional, que abrange café torrado, moído, solúvel e cápsulas, há também um crescente mercado de cafés *gourmet*/especiais, destinados a um público seletivo, mais abastado financeiramente.

O cultivo do café atravessou séculos, ganhando importância e mantendo-se significativa em diferentes contextos de inserção do país na divisão internacional do trabalho, permitindo neste tempo o surgimento de regiões especializadas.

Minas Gerais tem quatro regiões cafeeiras que se destacam como as principais produtoras às regiões do Sul de Minas (Sul/Sudoeste), Cerrado de Minas (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba), Matas de Minas (o que corresponde, à classificação regional do IBGE, às regiões da Zona da Mata/Rio Doce) e Chapada de Minas (Vale do Jequitinhonha/Mucuri) (Ribeiro; Pedrosa; Ferreira, 2022). Em comparação regional, a produção do Sul de Minas é tão expressiva que supera em mais de 50% a da segunda colocada, a região do Triângulo Mineiro, conforme demonstrado na Tabela 3.

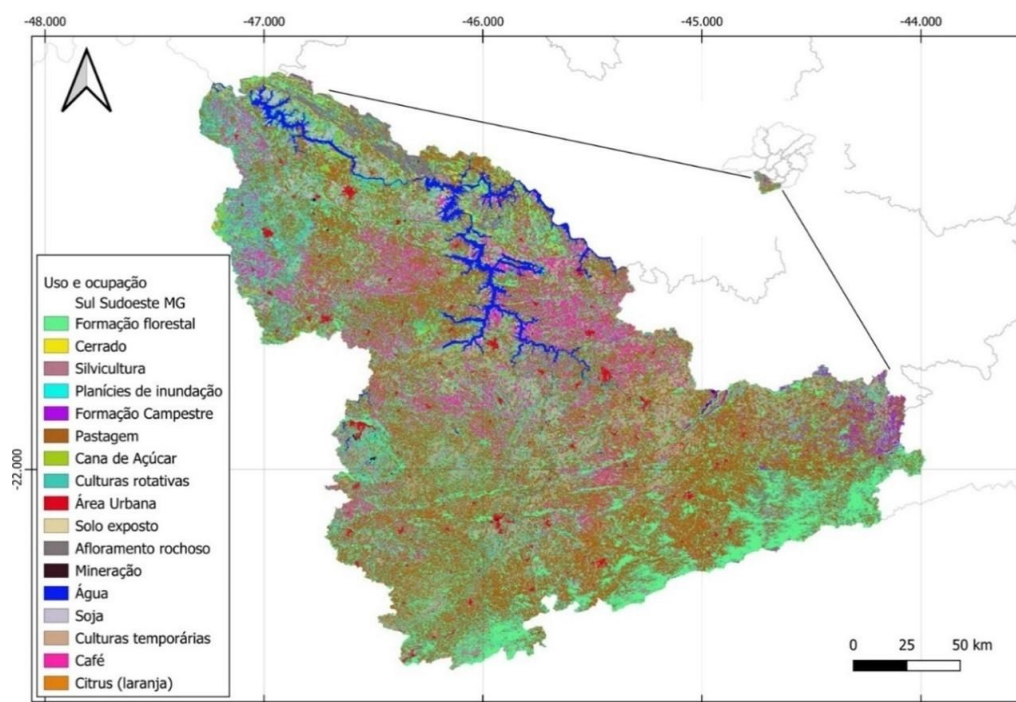
Tabela 3- Produção de café nas regiões cafeeiras mineiras

Regiões	1990	2000	2010	2020	2024
Sul/Sudoeste	377.685	747.971	646.302	939.723	706.554
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	214.986	316.591	308.201	364.986	316.425
Zona da Mata	178.733	230.203	253.869	361.965	283.923
Oeste de Minas	84.254	111.624	97.561	142.179	128.507
Vale do Rio Doce	90.222	103.308	82.552	109.688	104.610
Noroeste de Minas	7.761	14.847	25.633	43.805	48.583
Campo das Vertentes	15.877	39.365	32.201	45.854	34.854
Jequitinhonha	36.786	59.447	26.022	25.369	31.066
Norte de Minas	2.557	6.087	21.489	25.452	26.166
Vale do Mucuri	19.343	13.691	6.414	2.954	3.656
Central Mineira	4.297	2.851	942	1.310	1.795
Região Metropolitana	8.298	5.006	3.002	1.404	1.190

Fonte: IBGE, 2024. Organização da autora.

Essa área é responsável pelo cultivo em 420.000 hectares, representando 94,22% do total das lavouras permanentes da região. No Mapa 3 podemos verificar a amplitude do uso e ocupação do solo na porção Sul/Sudoeste de Minas Gerais. Nota-se que a ocupação do território por este cultivo é evidenciada não apenas pela extensão da área cultivada e pelo volume de produção, mas também por sua longa permanência ao longo de mais de dois séculos. Atualmente, a produção é predominantemente coordenada por agentes hegemônicos que controlam a produção regional e definem as negociações do produto em escala global. Entre esses agentes destacam-se cooperativas, *tradings*, indústrias de beneficiamento, dentre outros, que desempenham um papel fundamental na organização do circuito espacial produtivo e círculo de cooperação do café no âmbito da região, exercendo assim influência significativa sobre a economia e o território. Essa intermediação e controle são elementos que garantem a competitividade da região no mercado nacional e global de café.

Mapa 3- Uso e ocupação do solo no Sul/Sudoeste de Minas Gerais



Fonte:

MAPBIOMAS (2023). Organização da autora.

Assim, o agronegócio cafeeiro dinamiza e polariza áreas, exercendo grande poder sobre a economia regional. A partir da premissa de “uma nova organização econômica e social da agropecuária” caracterizada por Elias (2002), podemos afirmar que o capital internacional e monopolista se utilizou da cafeicultura para sua reprodução e dominação

do território, o que acompanhou a unificação da economia pelo movimento do capital industrial e financeiro. Isso revela a expansão contínua do agronegócio ao longo dos anos, coordenado inicialmente pelo Estado, e dominada atualmente por agentes hegemônicos. Nesse contexto, os grandes conglomerados do setor cafeeiro encontraram condições favoráveis para sua territorialização e monopolização do território, utilizando a cafeicultura como meio de assegurar a reprodução do capital monopolista.

Seção 2.

A Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro no Sul de Minas Gerais

O setor primário da economia passou por diversas transformações ao longo do tempo, com mudanças nos modos de produção, técnicas e inovações. Com a globalização, surgem novos arranjos territoriais que buscam conectar os espaços produtivos à dinâmica de produção globalizada. Tais arranjos foram denominados por Denise Elias, a princípio, como Regiões Produtivas Agrícolas (Elias, 2006, 2011) e, posteriormente e visando melhor capturar a dinâmica da produção do agronegócio globalizado, como Regiões Produtivas do Agronegócio (Elias, 2013). Nesse contexto, e inspirados na conceituação proposta por Denise Elias, tomamos a noção de Região Produtiva do Agronegócio (RPA) para compreender a configuração e o arranjo territorial que sustenta a cafeicultura no Sul de Minas Gerais. Para Elias (2011), as RPAs consistem em:

[...] novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas. Nelas encontram-se partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de importantes *commodities* agrícolas, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio (Elias, 2011, p. 153).

O fenômeno da produção agrícola moderna e típica do agronegócio cria um contexto espacial revelador de coerências internas, ainda que atravessadas por nexos externos, capaz de criar um extenso geográfico, ou seja, um edifício regional próprio ao agronegócio cafeeiro no espaço avaliado. Tal processo não obedece a limites ou recortes administrativos, ou seja, como fenômeno ou evento geográfico, não se restringe a regionalizações pré-definidas (de caráter político/administrativo).

Com tal abordagem, pretendemos demonstrar como as dinâmicas espaciais e econômicas que sustentam a cafeicultura como expressão do agronegócio globalizado, implicam em impactos e criam articulações que conformam um espaço regional especializado, constituindo a principal região produtiva cafeeira do estado de Minas Gerais.

2.1 Delimitando a Região Produtiva Cafeeira do Sul de Minas Gerais: aspectos metodológicos

Reconhecida a importância histórica e econômica do cultivo do café no território, um exercício necessário é propriamente o de delimitação da região produtiva, ou seja, reconhecer e precisar a extensão do fenômeno, a partir de sua coerência e coesão territorial. Assim, faz-se necessário questionarmos – quais municípios compõem hoje o edifício regional, quais se aderem ou se solidarizam de forma mais expressiva? Qual recorte regional pode ser considerado o mais coeso no que se refere à realização do trabalho de produção? Assim, e tendo de fazer escolhas metodológicas, um conjunto de variáveis foram selecionadas, a nosso ver suficientes para o reconhecimento da expressão territorial dos cultivos de café, compondo aquilo que acreditamos ser a atual Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais.

Nossa análise acerca da formação de uma Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais reúne um conjunto de eventos e uma série de variáveis que se complementam e reafirmam a magnitude do café no arranjo do território, da economia e da sociedade nesta porção do território mineiro. Partimos do princípio de que a região produtiva compreende espaços minimamente significativos da presença da rubiácea dentre os cultivos, tendo os municípios como unidade básica de análise, considerando ainda a contiguidade do recorte regional.

Dentre elementos e variáveis acionados, destacamos a combinação do percentual de área plantada com café e o percentual do valor da produção do café dentre os demais cultivos nos territórios municipais, permitindo, assim, revelar o grau de especialização da produção nos mesmos e na própria região. Assim, os territórios municipais da porção Sul do estado de Minas Gerais foram avaliados, levando em conta ainda a coerência histórica e identitária das tradicionais regiões cafeeiras de Minas Gerais.

O percentual de área plantada é indicador fundamental para a compreensão da dinâmica agrícola de uma região, bem como reveladora do seu grau de especialização. Ao reconhecermos a proporção de terras dedicadas aos cultivos de café em relação a outros cultivos, é possível avaliar a relevância econômica da *commodity* para o lugar e, conseqüentemente, reconhecer a extensão do fenômeno no conjunto do espaço regional.

O valor de produção constitui uma outra variável analítica importante para a compreensão das regiões produtivas e da lógica de especialização do território, pois indica a participação do produto (em nosso caso, o cultivo específico) no valor total da produção

agrícola, permitindo revelar a relevância econômica do café no conjunto da estrutura produtiva e na composição do Produto Interno Bruto (PIB) municipal.

Diante disso, para definir o recorte territorial da Região Cafeeira do Sul de Minas, analisamos os dados secundários de área plantada e valor da produção disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), especificamente, na Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), correspondentes à média dos últimos quatro anos (2020, 2021, 2022 e 2023), mecanismo que permite reconhecer a dimensão da bialidade do ciclo produtivo do café e em relação ao total de atividades agrícolas em cada município.

Tendo de fazer opções que implicam também em hierarquizações, definimos como mecanismo metodológico a inclusão dos municípios na região produtiva que apresentam diferentes graus de importância quanto a produção.

O patamar inicial que, a nosso ver, justifica a inclusão de um município na região produtiva, tem o limite mínimo de 15% de área cultivada com café no território municipal, situação esta que, na maioria das vezes, é acompanhada de um valor da produção que alcança um percentual ainda mais significativo, tendo em vista que o café figura como gênero agrícola dos mais valorizados no contexto regional.

Assim, e tendo áreas cultivadas com a rubiácea entre 15% e menos de 50%, reconhecemos os municípios que compõem a região na condição de uma “Produção significativa”. Os municípios que alcançam percentual de cultivo de café superior a 50% na área cultivada foram reconhecidos como “Especializados”, e ainda, e por fim, aqueles que apresentam a área municipal cultivada com café em 70% ou mais, os reconhecemos como “Muito Especializados”.

Com o intuito de refinar a delimitação desse recorte, os municípios com percentual médio no valor de produção do café no conjunto dos cultivos agrícolas entre 15% e 49,99%, também foram classificados como “Produção de Valor Significativo”; os que apresentam valor da produção cafeeira entre 50% e 69,99% foram reconhecidos como de “Produção de Alto Valor” e, por fim, aqueles cujo café corresponde a mais de 70% do valor da produção agrícola municipal, classificados como municípios de “Produção de Valor Muito Significativo”. Considerando esses dados, identificamos as áreas de relevância, destaque e dependência econômica e produtiva em relação ao cultivo.

Tais dados nos oferecem um primeiro panorama, ainda que a delimitação de um recorte regional coeso e coerente exija exercício mais complexo, especialmente no que se refere à definição dos contornos da região produtiva. Assim, e visando destinar sentido e relevância aos limites da região produtiva cafeeira, consideramos, como já apontado, os

municípios com áreas agrícolas cultivadas com um mínimo de 15% de café, ainda que tenhamos incluído no interior do recorte regional especializado dois municípios que apresentam percentuais menores (como é o caso de Ipuíuna e de Santa Rita de Caldas). Esta condição se fez necessária, visando definir um espaço regional coeso, contínuo e contíguo, para a região produtiva.

Tendo em vista a importância do cultivo do café no estado de Minas Gerais, ainda nos foi necessário, para o exercício de delimitação da Região Produtiva do Sul de Minas, reconhecer limites ou “fronteiras” com espaços produtivos cuja identidade e coesão são distintas, caso da produção cafeeira realizada, por exemplo, no “Campo das Vertentes” e também na “Região da Canastra”. Para tanto, levamos em conta a existência de Indicações Geográficas (IG) de café próximas ao Sul de Minas, que conferem identidades outras e dinâmicas de organização também distintas¹.

Após a análise das variáveis selecionadas, identificamos ainda três municípios emblemáticos contíguos à região produtiva, com classificações mistas, desafiando a categorização inicial, são eles: Passos, Conceição dos Ouros e Paraisópolis. Apesar de a área plantada com café nesses municípios ser considerada pouco significativa (7,30% em Passos, 12,60% em Conceição dos Ouros e 12,71% em Paraisópolis), o valor de produção apresentava-se como relativamente significativo (17% em Passos, 21,60% em Conceição dos Ouros e 16,5% em Paraisópolis).

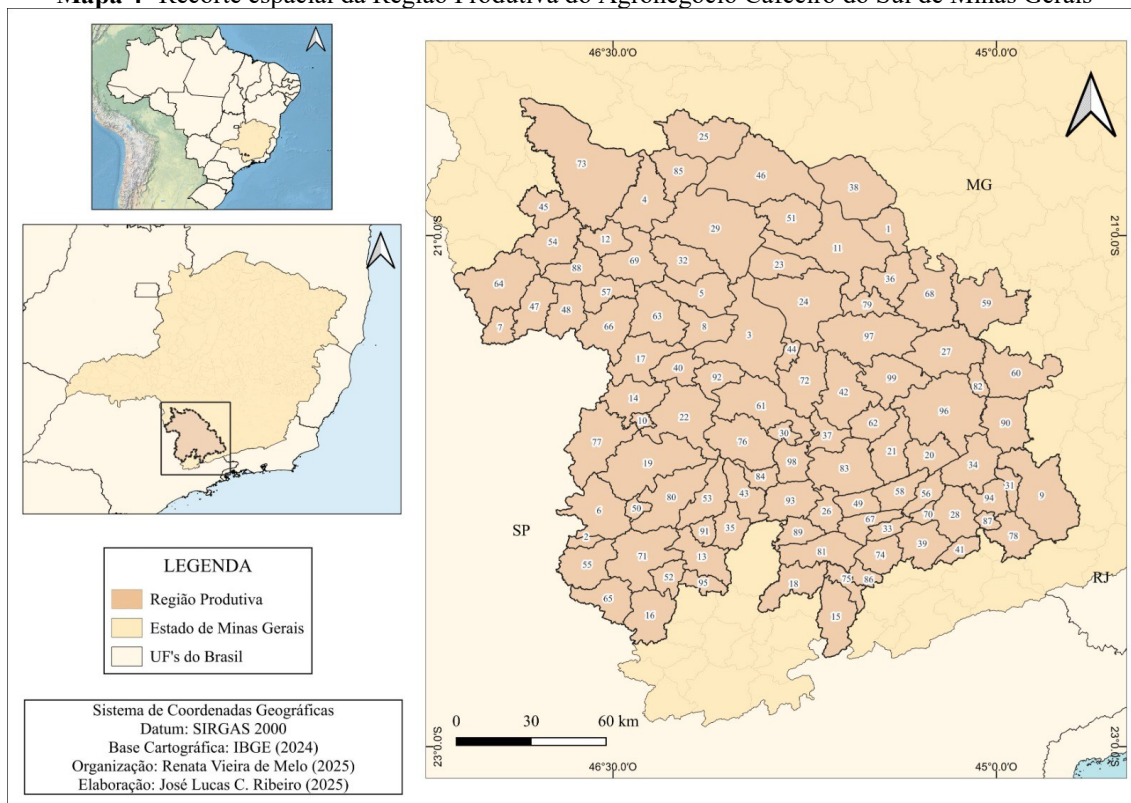
Para resolver essa inconsistência, optamos por analisar o volume de produção para verificar a relevância da produção. Passos se diferenciava significativamente, com uma média de 4 mil toneladas de café. Em contrapartida, Conceição dos Ouros e Paraisópolis não alcançavam sequer uma tonelada. Logo, somente Passos foi incluído no recorte espacial da região produtiva, ainda que sua produção agrícola seja mais diversificada.

Assim, os esforços analíticos aqui empreendidos concentram-se na definição de um conjunto de variáveis capazes de sustentar a delimitação de uma região produtiva especializada, a qual denominamos como Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais. Definidos os procedimentos metodológicos, delimitamos o recorte

¹ Ainda que por vezes em espaços muito próximos ou mesmo contínuos, os municípios de Claraval, Ibiraci, Itamogi, São Tomás de Aquino, São Sebastião do Paraíso, Capetinga e Cássia, são produtores da rubiácea, e compõem a região chamada de Alta Mogina, e a Indicação Geográfica da Alta Mogiana, histórica região produtora de café, que inclui inclusive municípios paulistas, com IG reconhecida em 2013. Os municípios de Pimenta, Piumhi, São Roque de Minas e Vargem Bonita, compõem a região cafeeira da Serra da Canastra, com identidade também particular e recebendo recentemente Indicação Geográfica própria – “Café da Canastra”, em 2023. Por fim, o município de Campo Belo, mesmo próximo a municípios cafeeiros do Sul de Minas, compõe a região cafeeira do Campo das Vertentes, com Indicação Geográfica obtida em 2020.

espacial da Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro no Sul de Minas que é composta por 99 municípios contíguos, conforme pode ser observado no Mapa 4 a seguir.

Mapa 4- Recorte espacial da Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais



Fonte: IBGE (2024). Organização da autora.

1: Aguanil	34: Conceição do Rio Verde	67: Natércia
2: Albertina	35: Congonhal	68: Nepomuceno
3: Alfenas	36: Coqueiral	69: Nova Resende
4: Alpinópolis	37: Cordislândia	70: Olímpio Noronha
5: Alterosa	38: Cristais	71: Ouro Fino
6: Andradas	39: Cristina	72: Paraguaçu
7: Arceburgo	40: Divisa Nova	73: Passos
8: Areado	41: Dom Viçoso	74: Pedralva
9: Baependi	42: Elói Mendes	75: Piranguinho
10: Bandeira do Sul	43: Espírito Santo do Dourado	76: Poço Fundo
11: Boa Esperança	44: Fama	77: Poços de Caldas
12: Bom Jesus da Penha	45: Fortaleza de Minas	78: Pouso Alto
13: Borda da Mata	46: Guapé	79: Santana da Vargem
14: Botelhos	47: Guaranésia	80: Santa Rita de Caldas
15: Brazópolis	48: Guaxupé	81: Santa Rita do Sapucaí
16: Bueno Brandão	49: Heliodora	82: São Bento Abade
17: Cabo Verde	50: Ibitiúra de Minas	83: São Gonçalo do Sapucaí
18: Cachoeira de Minas	51: Ilícinea	84: São João da Mata
19: Caldas	52: Inconfidentes	85: São José da Barra
20: Cambuquira	53: Ipuiúna	86: São José do Alegre
21: Campanha	54: Jacuí	87: São Lourenço
22: Campestre	55: Jacutinga	88: São Pedro da União
23: Campo do Meio	56: Jesuânia	89: São Sebastião da Bela Vista
24: Campos Gerais	57: Juruaia	90: São Tomé das Letras
25: Capitólio	58: Lambari	91: Senador José Bento

26: Careaçú	59: Lavras	92: Serrania
27: Carmo da Cachoeira	60: Luminárias	93: Silvianópolis
28: Carmo de Minas	61: Machado	94: Soledade de Minas
29: Carmo do Rio Claro	62: Monsenhor Paulo	95: Tocos do Moji
30: Carvalhópolis	63: Monte Belo	96: Três Corações
31: Caxambu	64: Monte Santos de Minas	97: Três Pontas
32: Conceição da Aparecida	65: Monte Sião	98: Turvolândia
33: Conceição das Pedras	66: Muzambinho	99: Varginha

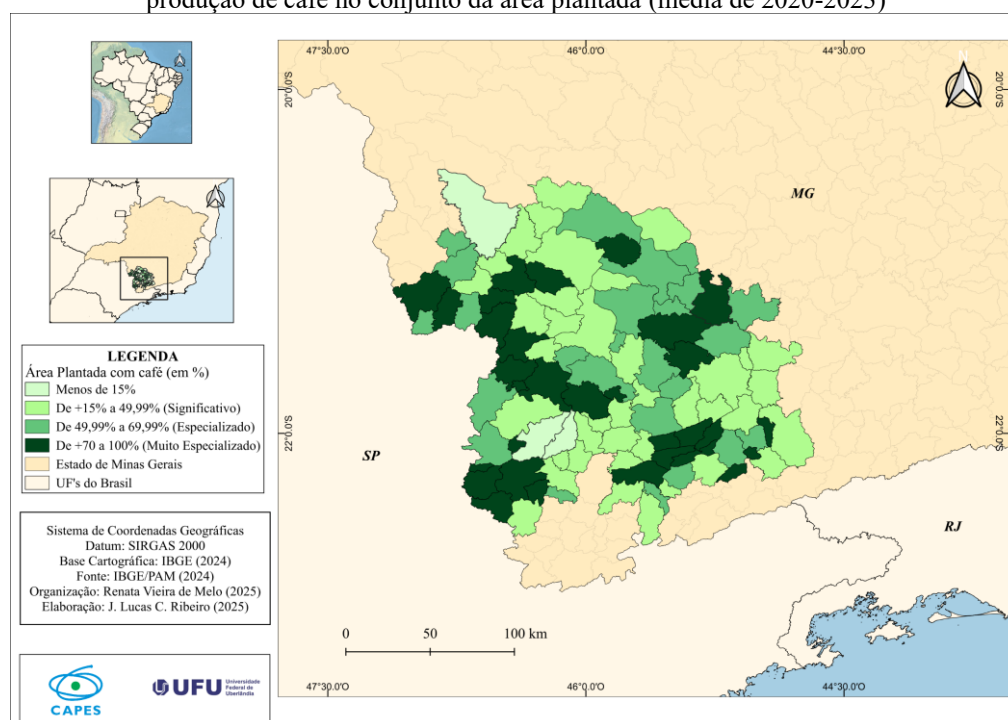
Nesse sentido, a seleção dessas variáveis analíticas busca aproximar, ao máximo, o recorte espacial que caracteriza uma RPA, considerando as especificidades da organização produtiva e da especialização territorial do agronegócio cafeeiro. Convém esclarecer que, ao longo do texto a RPA é por vezes chamada simplesmente de “Região Cafeeira do Sul de Minas Gerais” (configurando absolutamente o mesmo recorte territorial da região produtiva especializada).

A seguir, os próximos itens da seção apresentam e avaliam aspectos particulares dos municípios e da RPA a partir das variáveis de análise selecionadas.

2.2 Grau de Especialização Produtiva: percentual de área plantada com café

Com base na variável área plantada, analisamos, no Mapa 5, o grau de especialização produtiva do café em relação aos demais cultivos da região.

Mapa 5- Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais – Percentual da área de produção de café no conjunto da área plantada (média de 2020-2023)



Fonte: IBGE (2024). Organização da autora.

Observa-se que a área destinada ao café vem avançando, alcançando dezenas de municípios, sendo um indicador da consolidação da cafeicultura e de como o cultivo do café compõem com centralidade a paisagem regional.

A gradação cromática no mapa indica os municípios em que o cultivo do café ganha importância no conjunto da área cultivada no território municipal (menos de 15% e de 15% a 49,9%), como também espaços que consideramos especializados (de 50% até 69,9%), e municípios muito especializados no cultivo da rubiácea (com mais de 70% da área municipal destinada aos cultivos agrícolas ocupada com café). O que aparentemente figura como um dado exato e quantitativo revela, na verdade, que estas feições encontradas dentre os municípios cafeeiros no Sul de Minas Gerais não são aleatórias, mas resultado de uma combinação de fatores edafoclimáticos e do histórico de expansão e desenvolvimento dos cultivos, conformando a região produtiva cafeeira.

Isso revela um padrão espacial da cafeicultura que denota sua expressividade e centralidade na dinâmica regional. Observa-se uma significativa especialização territorial com os cultivos de café em Varginha, Três Pontas, Poço Fundo, Albertina, Cabo Verde, dentre outros, no interior da região (com o café ocupando entre 70% e quase 100% do total da área agrícola dos mesmos). A presença de municípios muito especializados sugere a existência de áreas dominadas pela monocultura cafeeira, onde a paisagem rural é muito marcada pelo predomínio dos cafezais e, conseqüentemente, as dinâmicas da economia urbana acompanham quase sempre tal condição.

Os municípios classificados como especializados representam uma extensão significativa da região, indicando que o café permanece como o principal produto. Já a transição para áreas significativas nas franjas do núcleo produtivo demonstra uma gradual diminuição da predominância do café, enquanto as áreas menos significativas por vezes demarcam os limites da região produtiva.

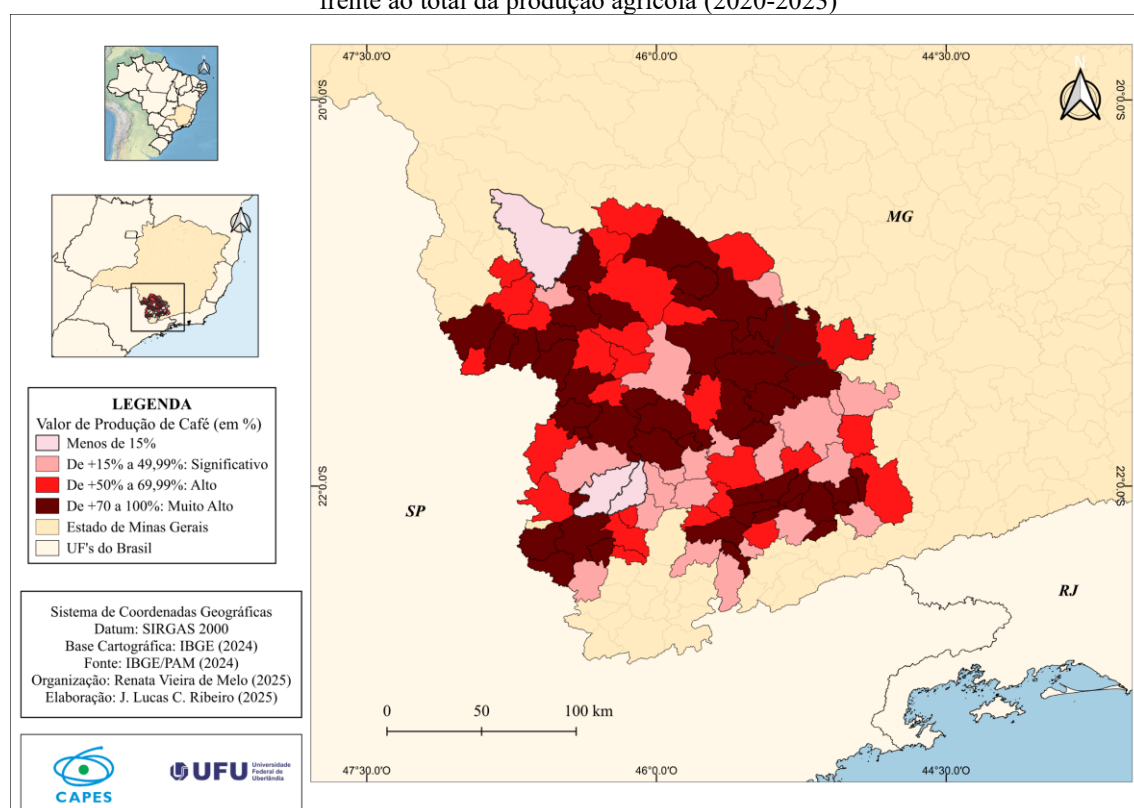
A concentração da produção é condição para o desenvolvimento de numerosas etapas do circuito espacial produtivo, envolvendo o fornecimento de insumos, beneficiamento básico, logística e comercialização dos grãos, tarefas estas capazes de destinar funções especializadas a algumas cidades (que atendem à demanda produtiva regional) o que gera emprego e renda ao longo de todo o circuito. Em suma, demonstra que a porção Sul de Minas Gerais não é apenas uma área produtora de café, mas uma “região moldada” pela cafeicultura, onde as relações econômicas estão historicamente e indissociavelmente ligadas à produção do grão. Assim, os 99 municípios que compõem a

região cafeeira no recorte aqui proposto não possuem, como visto, o mesmo grau de especialização produtiva, nem mesmo patamares homogêneos de produção.

2.2.1 Valor da produção de café no conjunto dos cultivos agrícolas

A especialização territorial da região produtiva ainda pode ser reconhecida pela expressividade do valor da produção de café frente ao total da produção agrícola, conforme apresentamos no Mapa 6:

Mapa 6- Região Produtiva do Agronegócio Cafeeira do Sul de Minas - Valor da produção de café (%) frente ao total da produção agrícola (2020-2023)

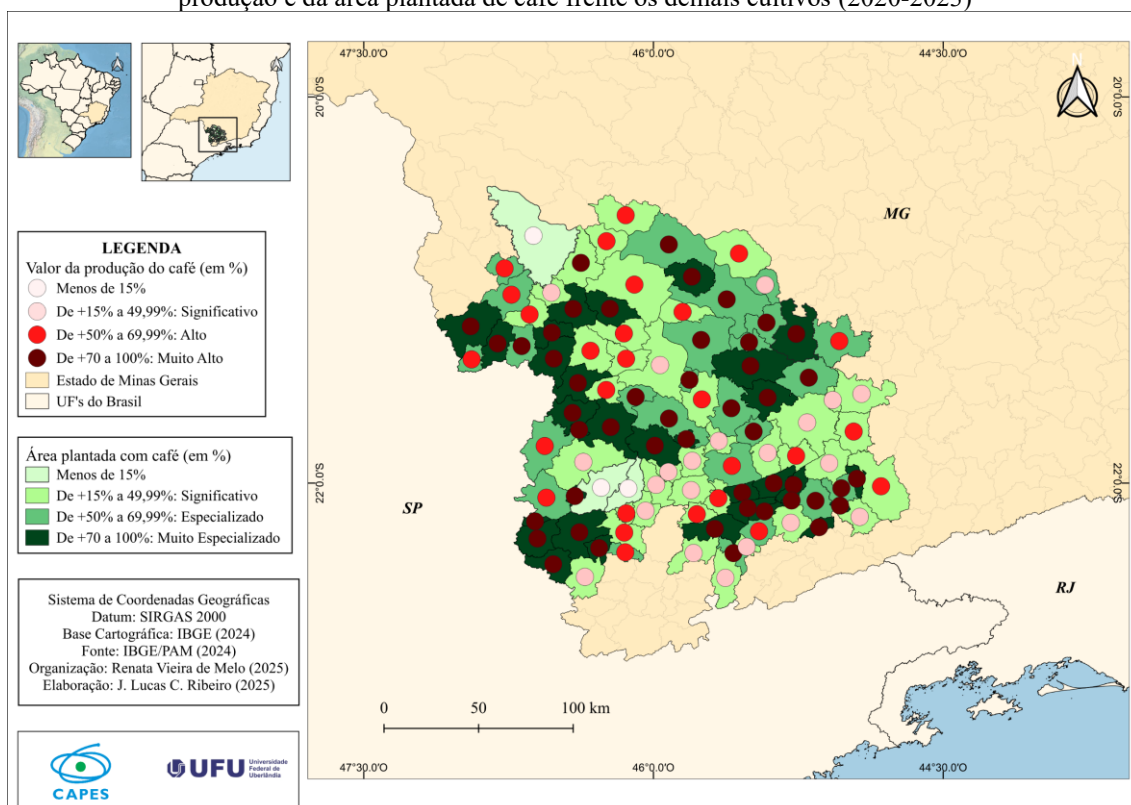


Fonte: IBGE (2023). Organização da autora.

O percentual representado pelo café no conjunto do valor de produção agrícola dos municípios que compõem a RPA do Sul de Minas é muito expressivo em 48 municípios, ou seja, em quase a metade de todos os municípios que compõem a região cafeeira.

Para fins comparativos entre as variáveis de análise (área plantada e valor de produção do café) temos a seguinte representação, no Mapa 7 a seguir:

Mapa 7- Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais - Percentual do valor de produção e da área plantada de café frente os demais cultivos (2020-2023)



Fonte: IBGE (2023). Organização da autora (2025).

Como se pode observar, em todos os municípios com mais de 70% de café ocupando a área cultivada, o valor correspondente à produção cafeeira é também o maior dentre eventuais outros cultivos.

Tais municípios demonstram não apenas uma profunda especialização agrícola, sendo, portanto, altamente dependentes da economia cafeeira, entre eles estão um conjunto numeroso de municípios, tais como Albertina, Bandeira do Sul, Botelhos, Cabo Verde, Campestre, Carvalhópolis, Caxambu, Conceição da Aparecida, Conceição das Pedras, Dom Viçoso, Guaranésia, Heliódora, Ibitiúra de Minas, Ilicínea, Inconfidentes, Jacutinga, Jesuânia, Juruáia, Lambari, Monte Santo de Minas, Monte Sião, Muzambinho, Natércia, Nepomuceno, Nova Resende, Olímpio Noronha, Ouro Fino, Poço Fundo, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, bem como alguns dos maiores produtores da região, como é o caso de Três Pontas e Varginha.

Isso nos revela, sobretudo, o caráter de um edifício regional (Santos, 1996) especializado. Conforme Santos (1996), a região deve ser compreendida pela sua coerência funcional que a distingue e a articula em um mundo globalizado, onde as dinâmicas sociais, econômicas e tecnológicas redefinem continuamente o espaço. Assim

sendo, a região produtiva é um edifício regional articulado e consolidado pelo cultivo de café.

Contudo, mesmo em municípios em que o percentual de área ocupada é "especializado" ou apenas "significativo", o percentual do valor de produção do café é muito expressivo no conjunto da produção, revelando a prevalência do café dentre as atividades produtivas agrícolas da região, condição esta indutora da especialização.

Esta lógica se observa em municípios como Alpinópolis, por exemplo, onde a área plantada com café é significativa (45,40%), e o valor da produção é ainda mais elevado (71,66%), o que permite com que o café se estabeleça como a principal *commodity* do agronegócio, ainda que a lavoura dedicada a rubiácea não seja prevacente no conjunto da área cultivada.

Um conjunto de circunstâncias físicas e sociopolíticas contam para tal situação. As próprias condições físicas da região, conforme já apontamos, apresentam limites para a produção de *commodities* outras, com alto valor no mercado - é o caso do relevo acidentado, impedindo áreas expressivas e competitivas para o cultivo de soja, por exemplo. As condições climáticas favoráveis aos cultivos da rubiácea também se poderiam ser reconhecidos por tal condição. O peso histórico da cultura cafeeira estabelecida na região há mais de um século é um dado sociocultural importante (figurando também como "ativo específico"), enquanto as políticas e práticas que cooperam com a atividade (em função da centralidade histórica do café como produto de exportação) também atuam de forma a garantir tal expressão à rubiácea no Sul de Minas Gerais.

O dado necessário para a histórica expansão e manutenção dos cultivos na região, deriva portanto dos preços que a *commodity* alcança no mercado (inclusive de modo expressivo na conjuntura atual – pós-2023). Tal situação permite reconhecermos na região aquilo que Santos (1996) intitulou como "acontecer homólogo", ou seja, as práticas de cultivo do café se repetem, entre numeroso conjunto de propriedades e produtores na região, tendo em vista os resultados financeiros alcançados com a atividade. Desse modo, os municípios da região, por estarem ligados à mesma atividade econômica, desenvolvem comportamentos e lógicas parecidas, criando uma similitude de atividades e contiguidades funcionais. No entanto, essa coesão regional, ou as horizontalidades (criadas no território), são subordinadas às verticalidades, criando solidariedades organizacionais (Santos, 1996), ou seja, os fluxos e interesses globais, próprios das grandes empresas e do mercado internacional de *commodities*, acabam moldando o

espaço de acordo com as suas próprias lógicas (conforme avaliaremos nas seções seguintes).

A contiguidade da área produtiva nos revela que os municípios compartilham das mesmas dinâmicas produtivas e são, até certo ponto, polarizados pelas mesmas cidades que coordenam a cafeicultura regional. A faixa contínua de municípios altamente especializados, reforça a ideia de uma região funcionalmente integrada pela cafeicultura. Essa contiguidade espacial sugere que fatores como condições edafoclimáticas homogêneas, infraestrutura de processamento, comercialização, fluxos de capital e mão de obra estão interligados e são compartilhados.

Essa interconexão cria uma coesão territorial que transcende os limites político-administrativos, demonstrando que a formação de uma Região Produtiva do Agronegócio não obedece a recortes administrativos ou regionalizações oficiais, tal como já apontado por Elias (2011) e, assim, a Região Cafeeira do Sul de Minas apresenta identidade, funcionalidade e padrões relativamente próprios de produção e mesmo de competitividade.

Tal condição reflete a importância da cafeicultura para a economia de Minas Gerais, e especialmente para a Região Sul do estado. Os dados da Tabela 4 destacam a relevância:

Tabela 4–Área dos estabelecimentos agropecuários e produção e Minas Gerais e Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro no Sul de Minas Gerais

UF-Região	Área total dos estabelecimentos (ha)	Área com Café Arábica (ha)	Produção (2024) (t.)
Minas Gerais	3.071.478	2.517.950	1.687.329
Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais	2.406.903	1.008.199	638.134

Fonte: Censo Agropecuário (2017); IBGE/PAM (2024). Organização da autora.

Em termos de área plantada e participação na produção, a Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas concentra 40% dos estabelecimentos que cultivam café em todo o estado, com mais de 40% de sua área agrícola destinada à produção cafeeira (IBGE, 2024). A forte concentração da produção reflete a especialização produtiva nesse cultivo.

Portanto, a Região Cafeeira do Sul de Minas Gerais configura-se, assim, tanto como um subespaço com identidade própria, historicamente decantado a partir de práticas sociais que permanecem no lugar atravessado séculos – uma “região como fato”, do modo

como argumenta Ana Clara Torres Ribeiro (2004), ainda que também atravessada por interesses de agentes hegemônicos, ou seja, uma ferramenta ao capital que controla o circuito produtivo do café na região e mesmo no país.

2.3 Aspectos da produção na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais

O café ocupa o primeiro lugar em valor de produção dentre os gêneros agrícolas produzidos em Minas Gerais, e também o primeiro lugar entre os gêneros agrícolas exportados em 2025 (24,7% do total das exportações do estado, o que representa 11,3 bilhões de dólares, ficando atrás apenas do minério de ferro, que representou 26,7% das exportações) (MDIC, 2025).

De acordo com o Censo Agropecuário, o número de estabelecimentos agropecuários de lavoura permanente que obtiveram financiamento na agricultura familiar na região foi de 7.388 (IBGE, 2017). Dentre esses, o principal tipo de financiamento foi o investimento abrangendo 3.896 estabelecimentos o que corresponde cerca de 52% do total dos financiamentos, seguidos por custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento. Esse apoio financeiro torna um instrumento importante para consolidação da cafeicultura na região, já que, a maioria da produção é realizada pela agricultura familiar.

No que tange à assistência técnica, o Censo Agropecuário (2017) revela que aproximadamente 60% dos estabelecimentos com café arábica na região cafeeira recebem algum tipo de assistência técnica, sendo a maioria (63,2%) proveniente de cooperativas regionais (IBGE, 2017). Isso revela a importância e influência das cooperativas na região, exercendo dentre outras funções o suporte técnico ao cafeicultor.

Em relação à mecanização, aproximadamente 39,6% dos estabelecimentos agrícolas contam com tratores (IBGE, 2017), que se destacam como o equipamento mais comum, seguidos por adubadoras ou distribuidoras de calcário (12,9%), colheitadeiras (4,9%) e semeadeiras (4,47%), embora esta última esteja menos presente. Essa estrutura mecanizada é resultado do processo de modernização da agricultura, que foi intensificado nas últimas décadas, buscando aumentar a produtividade e reduzir a dependência da mão de obra.

Os tratores predominam em relação aos outros tipos de maquinário. Isso ocorre porque, em comparação com colheitadeiras, os tratores, apesar de caros, ainda são mais

acessíveis tanto em termos de custo inicial quanto de manutenção. Por exemplo, colhedoras de café têm um custo significativamente mais elevado (acima de 500 mil reais), o que dificulta sua ampla adoção por pequenos e médios produtores. Esse cenário reflete a dinâmica econômica da agricultura, em que o custo-benefício dos investimentos em maquinário é um fator determinante para a escolha dos equipamentos.

Entretanto, é importante destacar que a produção não é homogênea entre todos os municípios, já que alguns se destacam pela sua elevada contribuição, sendo responsáveis por uma parcela significativa do volume total. Tais municípios estão apresentados na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5- Principais municípios produtores de café na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais em 2024

<i>Ranking</i>	Município	Produção (t.) 2024
1°	Campos Gerais	30.605
2°	Três Pontas	24.375
3°	Alfenas	20.906
4°	Machado	20.697
5°	Carmo do Rio Claro	20.280
6°	Nova Resende	19.140
7°	Elói Mendes	17.830
8°	Carmo da Cachoeira	17.280
9°	Campestre	16.474
10°	Monte Santo de Minas	15.975
11°	Guapé	15.888
12°	Nepomuceno	14.380
13°	São Gonçalo do Sapucaí	13.995
14°	Alpinópolis	13.728
15°	Poço Fundo	13.588
16°	Três Corações	13.572
17°	Conceição da Aparecida	13.500
18°	Paraguaçu	13.167
19°	Cabo Verde	12.012
20°	Varginha	10.971
21°	Muzambinho	10.584
Total		348.957

Fonte: IBGE (2024). Organização da autora.

Os vinte e um maiores produtores de café totalizaram cerca de 348 mil toneladas, o que representa aproximadamente 54,6% do total da produção da região cafeeira (638.134 toneladas). Entre eles, destacam-se Campos Gerais, Três Pontas, Alfenas, Machado e Carmo do Rio Claro que além da produção elevada (acima de 20 mil toneladas), respondem juntos são por 15% do total produzido na região, evidenciando a significativa concentração dos maiores volumes de produção em um número reduzido de localidades. Com base na Tabela 6 podemos visualizar a correlação entre o tamanho e a quantidade de estabelecimentos de café na região.

Tabela 6- Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes da lavoura permanente (unidades) na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais

Grupos de área total (ha)	Estabelecimentos	Café arábica em grão (verde)	Participação (%)
Total	48.803	47.221	96,7
Menos de 10	26.337	25.528	52,3
De 10 a menos de 50	16.778	16.269	33,3
De 50 a menos de 200	4.522	4.359	8,9
De 200 a menos de 1.000	1.110	1081	2,2
De 1.000 a menos de 2.500	50	48	0,09
De 2.500 a menos de 10.000	5	5	0,01
Acima de 10.000	-	-	-
Produtor sem área	1	1	0,002

Fonte: Censo Agropecuário (2017). Organização da autora.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, é o marco legal que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais no Brasil. A legislação brasileira define que pode ser considerado agricultor familiar: aquele que pratica atividades no meio rural, possui uma área de até quatro módulos fiscais, utiliza predominantemente a mão de obra da própria família, obtém um percentual mínimo de sua renda familiar das atividades econômicas de seu estabelecimento e, por fim, tem o gerenciamento do negócio feito pela própria família (Brasil, 2006).

Tendo em vista a concentração dos estabelecimentos na faixa inferior a dez hectares na Tabela 6, podemos dizer que se trata de uma estrutura fundiária pouco concentrada, e ainda, que o território dessa região é composto majoritariamente por agricultores familiares. Tal situação trata-se de uma especificidade marcante justamente por se tratar de uma região voltada a produção do café *commodity*, e ser dominada por

empresas multinacionais que não apenas atuam no controle, mas, visam auferir a lucros. Logo, garantem a reprodução do seu capital, não diretamente pela posse da terra, mas pela apropriação do valor excedente gerado pelo trabalho dos agricultores familiares.

Com base nessas informações, podemos inferir que, ao contrário de outras regiões produtoras de *commodities* de exportação, onde a produção ocorre predominantemente em latifúndios, o cultivo de café na região cafeeira do Sul de Minas se concentra, em sua maioria, em propriedades características da agricultura familiar. Essa peculiaridade contrasta com o modelo predominante de produção de *commodities*, geralmente associado a grandes extensões de terra. Dessa forma, a região, que é a maior produtora de café do país, se destaca por uma estrutura fundiária e produtiva baseada na pequena propriedade, que assume um papel de relevância global. Esse fenômeno representa a pequenos produtores um possível salto de escala (Frederico, 2014), quando a estes é permitida uma inserção nas dinâmicas do comércio internacional, transformando a agricultura familiar em um elo fundamental no comércio global do café.

2.4 Trabalho e renda do segmento cafeeiro na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro no Sul de Minas

Para entender a dinâmica interna da produção dessa *commodity*, é fundamental analisar onde e como o trabalho se concretiza, para isso a análise dos vínculos empregatícios provenientes da plataforma de Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ofereceu um panorama sobre a dependência do mercado de trabalho local em relação à cafeicultura. A partir disso, foi possível identificar o funcionamento da rede urbana, conforme o número de empregos formais gerados diretamente pelo cultivo, reforçando o argumento de que a região é intrinsecamente ligada ao café, tanto do ponto de vista produtivo quanto socioeconômico.

O mercado de trabalho na Região Cafeeira do Sul de Minas não é um fenômeno isolado, mas uma expressão das especificidades do espaço geográfico, que evidencia a redefinição das relações campo-cidade. Essa especialização do trabalho reflete a adaptação da região às lógicas produtivas do agronegócio, moldando o território.

Assim, se o café e as atividades a ele associadas compõem importante segmento da economia regional, o emprego gerado na atividade revela-se de algum modo também importante, ainda que não muito numeroso (ao menos no que se refere aos dados formais

captados nos registros oficiais), e mesmo apresenta importantes nuances no conjunto dos municípios.

Em toda a região produtiva, existiam, em 2024, 5.800 vínculos formais de trabalhadores agrícolas atuando exclusivamente na cafeicultura (maior efetivo de trabalhadores nas diferentes funções vinculadas à cafeicultura), mas tal distribuição dos vínculos empregatícios não é homogênea - mais 50% do total dos trabalhadores agrícolas formais nas lavouras de café estava concentrado em apenas 9 municípios, ou seja, cerca de 10% dos municípios que compõem a RPA, conforme disposto na Tabela 7.

Tabela 7- Total de Empregos na cafeicultura em 2024 e tamanho dos estabelecimentos – Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais, municípios selecionados - 2024

Município	Empregos no setor cafeeiro	Estabelecimentos (café/unidades)	Estabelecimentos (ha)	Agricultura familiar (em %)
Três Pontas	655	732	De 5 a menos de 10 ha	65,2
Monte Belo	393	741	De 5 a menos de 10 ha	53,3
Monte Santo de Minas	363	470	De 5 a menos de 10 ha	43,2
Campos Gerais	354	1680	De 5 a menos de 10 ha	59,2
Boa Esperança	299	859	De 5 a menos de 10 ha	59,8
Alfenas	290	264	De 5 a menos de 10 ha	26,5
Guaxupé	281	223	De 10 a menos de 20 ha	51
Varginha	189	290	De 20 a menos de 50 ha	58,8
Guaranésia	180	233	De 10 a menos de 20 ha	41,6

Fonte: RAIS (2024); IBGE (2017). Organização da autora.

A concentração da mão de obra em poucos municípios pode ser explicada pela predominância de agricultores familiares na região. Percebe-se que a maioria dos estabelecimentos agropecuários desses municípios possuem menos de 10 hectares, sendo, portanto, pequenas propriedades, e a agricultura familiar representa mais da metade do total dos estabelecimentos agropecuários. As atividades relacionadas ao cultivo de café, nesse contexto, são realizadas, em sua maioria, por membros da própria família, o que ocorre sem o registro de vínculos formais.

As principais atividades laborais relacionadas exclusivamente à cafeicultura são as seguintes: Cafeicultor, Degustador, Misturador, Moedor, Operador de extração de café solúvel, Torrador, Trabalhador da cultura de café, conforme Quadro 1:

Quadro 1- Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) no setor cafeeiro e número de empregados na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais - 2024

Atividade	Definição CBO 2002	Nº de empregados
Trabalhador da cultura de café	Apanhador; Arruador; Cafeicultor (exclusive conta própria e empregador); Catador; Colhedor; Terreirista.	5.321
Degustador	Classificador de café; Provador de café; Seleccionador de café.	339
Torrador	Operam máquinas e equipamentos e realizam a torra.	112
Operador de extração de café solúvel	Processam café solúvel.	14
Misturador	Preparam a blend, selecionando e misturando tipos específicos de um só produto.	8
Moedor	Secam, torram e moem grãos.	3
Cafeicultor	Empregador, Produtor.	3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2010); Rais (2024). Organização da autora.

Notamos a predominância do trabalhador da cultura do café em detrimento das demais ocupações. Ademais, em grande parte dos municípios, essa atividade é a única função formal desempenhada pelo setor. Isso nos revela uma lógica espacial que atesta a função primária desses lugares: a produção estritamente da rubiácea. Na Tabela 8, são apresentados os municípios cujos registros de vínculos formais se limitam justamente ao trabalho da cultura do café.

Tabela 8- Efetivo de trabalhadores da cultura do café e média salarial da atividade - Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais, municípios selecionados – 2024

(continua)		
Município	Nº de Trabalhadores	Remuneração Média (Salários-Mínimos²)
Guaranésia	180	1,44
Conceição do Rio Verde	104	1,79
Arceburgo	93	1,49
Carmo da Cachoeira	92	1,25
Campo do Meio	85	1,09
Luminárias	69	1,12
Albertina	57	0,9
Alterosa	40	1,14
Aguanil	29	1,27
Divisa Nova	23	1,48
Serrania	23	1,06
Turvolândia	18	0,89
Juruáia	15	1,15
São Pedro da União	17	1,38
Areado	15	0,97
Cordislândia	13	1,13
Careaçu	12	1,67

² Salário-mínimo em 2024: R\$ 1.412, 00.

(conclusão)

Município	Nº de Trabalhadores	Remuneração Média (Salários-Mínimos ³)
Cachoeira de Minas	6	1.29
Cambuquira	5	2.38
Conceição das Pedras	5	0.76
Ibitiúra de Minas	4	1.25
Inconfidentes	4	1.57
Jesuânia	4	1
São José da Barra	4	2.13
São Tomé das Letras	4	2.07
Soledade de Minas	4	0.92
São João da Mata	2	1
São Lourenço	2	1.88
Borda da Mata	1	1.25
Bueno Brandão	1	1.25
Caldas	1	1.25
Fama	1	1.25
Fortaleza de Minas	1	1.76

Fonte: RAIS (2024). Organização da autora.

Isso nos permite inferir que municípios que possuem predomínio de trabalho apenas agrícola, ou seja, que possuem estoques amplos para a função de trabalhador rural do café, são os que essencialmente participam da região produtiva como produtores propriamente ditos da *commodity*. Ademais, esses municípios não participam das etapas mais complexas que agregam valor ao produto, como a torrefação, moagem, extração de café solúvel e, sobretudo, são dependentes de cidades com funções especializadas na região para processamento da sua produção. Suas sedes são cidades de pequeno patamar demográfico (cidades locais), com produção agrícola preponderante, e apesar de atender parcialmente as demandas primárias da produção cafeeira, carecem de funções urbanas de destaque no circuito espacial produtivo, e mesmo para um consumo consumptivo (Santos, 1993) mais exigente.

Com relação a remuneração, à média salarial dos trabalhadores da cultura de café, nos municípios analisados, concentra-se predominantemente entre um e dois salários-mínimos. Esse padrão baixo de remuneração reflete o perfil da força de trabalho local e levanta questões sobre a desigualdade socioeconômica e concentração de renda, especialmente ao contrastar esses rendimentos com o alto valor da *commodity* na conjuntura recente do comércio internacional e no varejo nacional – com aumento a partir de 2023 (em função de problemas climáticos em países produtores), e alcançando ápice

³ Salário-mínimo em 2024: R\$ 1.412, 00.

no início de 2025, quando a *commodity* encontra um conjuntura que elevou os preços internacionais e a saca de 60 kg ultrapassou o salário-mínimo brasileiro.

Cabe ressaltar que a função de trabalhador da cultura de café é conceitualmente diferente da de trabalhador rural. Enquanto o trabalhador rural executa diversas tarefas na agropecuária, o trabalhador da cultura de café, de acordo com a CBO 2002, é classificado como o que atua exclusivamente na cafeicultura.

Ademais, cabe salientar que o mercado de trabalho vinculado à colheita do café na região é, ainda hoje, fortemente condicionado pelas condições do relevo (em geral acidentado e típico do domínio de mares de morros), o que impõe limitações à adoção de práticas de mecanização e, conseqüentemente, mantém a necessidade de mão de obra para as colheitas.

Essa elevada demanda por trabalhadores atrai migrantes sazonais oriundos de diferentes regiões de Minas Gerais, como o Norte do estado e o Vale do Jequitinhonha, bem como de outras unidades da federação, a exemplo do Paraná, Maranhão e Bahia (Vale, 2024). Por outro lado, tal dinâmica também acarreta problemas estruturais, como práticas de trabalho informal e, inclusive, situações graves de incidência de trabalho análogo ao escravo. Conforme Raimundo (2022), entre 2013 e 2019, foram resgatados 355 trabalhadores em situação de trabalho análogo ao escravo, em fazendas de café no Sul de Minas, evidenciando a persistência do problema nas lavouras.

Ainda segundo Raimundo (2022), 16 municípios da região foram notificados por ocorrência de trabalho análogo à escravo em propriedades cafeeiras, entre os quais se destacam: Albertina, Bom Jesus da Penha, Campanha, Campestre, Carmo da Cachoeira, Carmo de Minas, Claraval, Conceição da Aparecida, Ibiraci, Jacuí, Jesuânia, Machado, Muzambinho, Ouro Fino, Poço Fundo e Turvolândia. Raimundo (2022) também identifica as microrregiões de Poços de Caldas e Alfenas como aquelas com maior número de estabelecimentos envolvidos no aliciamento e na exploração de colhedores de café, seguidas por Pouso Alegre, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Santa Rita do Sapucaí e Varginha.

Dados mais recentes da chamada “Lista Suja” do trabalho escravo, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2025, também indicam o problema. Produtores localizados em municípios como Cristais, Divinópolis, Santa Rita do Sapucaí, Boa Esperança, Campestre, Varginha, Alfenas, Campo do Meio, Muzambinho e Cabo Verde, entre outros, foram incluídos na lista por submeterem trabalhadores a condições análogas à escravidão (Ministério do Trabalho, 2025).

Os flagrantes de tais práticas em cafezais revelam condições degradantes de trabalho na cafeicultura, incluindo situações como ausência de acesso a instalações sanitárias, presença de trabalho infantil, trabalhadores sem equipamentos básicos, inexistência de remuneração adequada ou proteção social, alojamentos precários e falta de acesso à água potável (Leite; Dallabrida, 2024).

Tal contexto permite inferir que a especialização produtiva na cafeicultura, inserida no âmbito da mundialização da agricultura e do agronegócio, engendra uma das expressões mais agudas da relação contraditória entre capital e trabalho no campo, em pleno século XXI, reproduzindo desigualdades e fragilizando as condições de vida de uma população mais pobre que é acionada pela atividade, com superexploração da força de trabalho.

Seção 3.

O Circuito Espacial Produtivo do café e suas particularidades na Região do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais

Esta seção investiga a feição atual do circuito espacial produtivo do café na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas. Analisaremos sua configuração atual, dimensão e suas especificidades, enfatizando os arranjos técnicos e organizacionais advindos do agronegócio globalizado. Para isso, aprofundaremos a discussão sobre a noção de circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação. Enfatizamos os agentes, estruturas e sujeitos que tornam possível a circulação de mercadorias nesse espaço, tendo como embasamento teórico principal as premissas analíticas de Frederico e Castillo (2004), Santos (1986, 1993, 1994), Barrios (1986), Santos e Silveira (2001).

Conforme apontado por Frederico e Castillo (2004) e Frederico (2014), o circuito espacial produtivo do café inclui as etapas de plantio, colheita, beneficiamento, rebeneficiamento, armazenagem, torrefação, moagem, e a industrialização para a produção de café solúvel. Além disso, há uma vasta rede logística, predominantemente composta por transporte rodoviário, que assegura distribuição do produto tanto para redes varejistas, onde o café é vendido internamente, quanto para portos de exportação, responsáveis por distribuir em vias marítimas e por navios o produto no mercado externo.

Ao longo desta seção, analisaremos os agentes envolvidos, destacando como a estrutura do circuito espacial produtivo do café se ajusta e responde às demandas de um mercado globalizado. Essa análise permitirá compreender como a circulação de mercadorias, impulsionada pela globalização, redefine as relações de produção e os processos econômicos no âmbito regional, ao mesmo tempo em que insere o café mineiro no circuito global de *commodities*. Para Santos (1994):

Os circuitos espaciais produtivos são definidos pela circulação dos produtos, isto é, de matéria. Os círculos de cooperação associam a esses fluxos de matéria a outros fluxos não necessariamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens. As cidades são definidas como pontos nodais, onde estes círculos de valor desigual se encontram e se superpõem (Santos, 1994, p. 128).

Logo, de forma indissociada, no interior dos circuitos espaciais de produção, encontram-se os fluxos imateriais (como capitais, informações e ordens), denominados

por Santos e Silveira (2001) como "círculos de cooperação no espaço". Estes são facilitados pelo avanço das tecnologias de comunicação e têm a finalidade de conectar todos os pontos dispersos (empresas e localidades) no sistema produtivo.

Assim, concentrando-se na produção e distribuição, são estabelecidas redes de transporte e comunicação que conectam áreas geograficamente distantes, possibilitando que um produto específico não se limite apenas ao mercado local ou regional, mas alcance, cada vez de modo mais facilitado, o mercado externo.

Com o aumento dos fluxos materiais e imateriais (Castillo, Frederico, 2010), a circulação emerge como um elemento importante para a consolidação dos interesses dos agentes hegemônicos. Nesse contexto, a nova racionalidade no espaço geográfico, fundamentada na fluidez, aciona fixos e fluxos (Santos, 1979). Logo, a análise do circuito espacial da produção e dos círculos de cooperação (Barrios, 1986; Santos, 1986; Santos; Silveira, 2001) constituem-se temáticas essenciais para compreensão da lógica global imposta ao território por agentes hegemônicos que atuam em diversas escalas produtivas. Para Santos (1994):

Como a localização das diversas etapas do processo produtivo (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) pode, doravante, ser dissociada e autônoma, aumentam as necessidades de complementação dos lugares, gerando circuitos produtivos e fluxos, cuja natureza, direção, intensidade e força variam segundo os produtos, segundo as formas produtivas, segundo a organização do espaço preexistente e os impulsos políticos, (Santos, 1994, p. 121).

É importante ressaltar que o produto pode atravessar diversas escalas geográficas (Frederico, 2014), já que nem todas as etapas necessariamente ocorrem no mesmo local. À medida que as esferas de produção se dispersam cada vez mais, a necessidade de fluidez e circulação, seja de mercadorias, informações ou pessoas, torna-se cada vez mais necessária (Castillo; Frederico; 2010), com isso, o circuito espacial produtivo e seu respectivo círculo de cooperação tornam-se mais dinâmicos e complexos.

Frederico (2014) enfatiza a importância de entender a escala em que os agentes dos circuitos produtivos atuam, pois isso permite analisar como suas ações impactam o sistema espacial de produção como um todo. Da mesma forma, Santos (1986) ressalta a necessidade de explorar os aspectos técnicos e organizacionais de cada circuito espacial de produção, além de examinar como esses circuitos interagem, tanto dentro de uma mesma região quanto em áreas distintas. Essa interação pode ocorrer em múltiplos níveis,

abrangendo elementos técnicos, funcionais, econômicos, sociais e políticos. Assim, Santos (2014) afirma que:

Como os circuitos produtivos se dão, no espaço, de forma desagregada, embora não desarticulada, a importância que cada um daqueles processos tem, a cada momento histórico e para cada caso particular, ajuda a compreender a organização do espaço (Santos, 2014a, p. 14).

A compreensão das distintas fases de produção, circulação e consumo é otimizada pela análise da interdependência entre o circuito espacial de produção e o correspondente círculo de cooperação (Castillo; Frederico, 2010). É por meios desses que se concatenam uma série de bens, tanto materiais quanto imateriais, na rede geográfica, facilitando sua disseminação em escala global. A conjunção destes conceitos proporciona uma visão mais abrangente das dinâmicas espaciais e econômicas, estabelecendo-se, assim, como instrumentos analíticos para a compreensão do espaço geográfico e das interações socioeconômicas nele presentes.

No que se refere aos circuitos espaciais de produção e aos círculos de cooperação, Castillo e Frederico (2010) consideram:

Os circuitos espaciais de produção pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente; os círculos de cooperação no espaço, por sua vez, tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, especialmente segmentadas, da produção (Castillo; Frederico, 2010, p. 464-465).

Com o propósito de traçar uma diretriz metodológica e operacional concernente aos circuitos espaciais produtivos, Castillo e Frederico (2010) preconizam uma análise temática que engloba a atividade produtiva dominante, os agentes envolvidos e seus círculos de cooperação, a logística e o uso e organização do território. Tal abordagem visa discernir as particularidades dos fenômenos existentes em sua dimensão material e imaterial, além de elucidar as escalas de poder dos agentes hegemônicos.

Com o espaço geográfico é o elemento central de investigação, é possível a analisar as implicações socioespaciais advindas desse processo de aceleração de fluxos materiais e imateriais, bem como, a busca pela competitividade, possibilitando a compreensão do território por meio da sua dinâmica de funcionamento.

Castillo e Frederico (2010, p. 470) destacam que " [...] a forma como cada região se integra ao circuito espacial produtivo constitui uma hierarquia. Aqueles que conseguem controlar a circulação, impulsionando a produção, são os que detêm o poder". Logo, na dinâmica da competitividade, torna-se evidente a presença de uma lógica territorial e uma lógica de redes.

Já que o território se torna funcional aos interesses de reprodução do capital internacional, as áreas que compõem os circuitos espaciais produtivos ilustram de forma concreta o conceito de "produção de espaços corporativos", abordado por Santos (1993). Isso indica que a configuração e a dinâmica desses territórios são moldadas pelas ações e influência de grandes corporações que estabelecem com centralidade os circuitos espaciais produtivos, desempenhando a coordenação, o direcionamento e a estruturação do espaço, da escala local/regional até a escala global.

Barrios (1986) afirmava ser importante considerar "os espaços econômicos das grandes firmas". Para Santos e Silveira (2001, p. 144) isso mostra "o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial", em um movimento desigual e combinado.

Dessa maneira, as áreas e regiões envolvidas na produção direta são caracterizadas por Santos e Silveira (2001) como "regiões do fazer", e conseqüentemente, do "obedecer", enquanto outras, onde se concentram os centros de gestão e controle das empresas, podem ser consideradas como "regiões do mandar", porque indutoras de fluxos e ordens.

Como tal produção é coordenada por agentes hegemônicos que utilizam da evolução técnico-científica no processo produtivo para difundir as verticalidades, podemos dizer que a estrutura econômica está baseada em racionalidades distantes.

Nesse contexto de produção globalizada, observa-se uma predominância das verticalidades, bem como, da solidariedade organizacional (Santos, 1993), resultado da lógica global que posiciona o território como plataforma de produção globalizada. Nesse contexto, as cidades são pontos de interseção entre verticalidades e horizontalidades (Santos; Silveira, 2001). Com isso, quanto maior for a estrutura de circulação maior será a centralidade da cidade na divisão territorial do trabalho.

Portanto, torna-se necessário reconhecer a lógica global postulada ao território, o uso e ordenamento orientado pelos agentes hegemônicos, bem como, as esferas normativas federais e estaduais que auxiliam na consolidação e expansão dos princípios

que regem a globalização econômica e permitem uma racionalização do espaço geográfico voltada a fluidez de produtos agrícolas.

Por conseguinte, e com o intuito de tensionar a teoria com a temática investigada, faz-se necessário avaliar de forma substantiva a dinâmica territorial de produção agrícola. Isso implica em examinar o crescimento na produção de *commodities*, e seus impactos econômicos, territoriais e sociais.

3.1 A produção agrícola no circuito espacial produtivo

O cultivo do café envolve uma série de etapas que exigem planejamento, manejo e o uso de técnicas específicas. Além da escolha da espécie mais adequada para o plantio, há também que se fazer a escolha da área apropriada observando suas características climáticas, pedológicas e morfológicas (Mesquita, 2016).

Uma vez escolhida a área, o preparo correto do solo é fundamental para o desenvolvimento das plantas, permitindo que as raízes absorvam água e nutrientes. O processo geralmente envolve a técnica e segue uma sequência de operações, que pode incluir o uso de subsolador, grade niveladora e sulcador, todas voltadas para melhorar a estrutura do solo para otimizar o crescimento das plantas.

Mesquita (2016), aponta que uma das primeiras etapas do plantio é o coveamento, ou seja, a realização de sulcos/covas no solo onde serão assentadas as mudas. As mudas, são comercializadas em viveiros credenciados e são plantadas durante o período chuvoso, especialmente entre os meses de outubro e dezembro, obedecendo critérios de espaçamento entre elas. As lavouras recém-plantadas exigem cuidados contínuos, como desbrotas, controle de ervas daninhas, pragas e doenças, folhagem, além de manutenções nos sistemas de drenagem (Mesquita, 2016).

Há ampla diversidade de espécies de cultivares de café no Sul de Minas; entretanto, conforme Sagginoratto (2025), as variedades Catuaí (desenvolvido pela Fundação Pró-Café) e Mundo Novo (desenvolvido pelo IAC) figuram entre as mais plantadas na região. Além dessas, também se destacam, em volumes expressivos, as cultivares Icatu e Obatã (desenvolvidos pelo IAC) e o Arara (desenvolvido pela Fundação Pró-Café).

Segundo Simões e Pelegrini (2010), entre os principais entraves da cafeicultura sul-mineira destacam-se as dificuldades na escolha adequada das cultivares, na definição

do espaçamento de plantio e no manejo de doenças, pragas e plantas invasoras, além dos desafios relacionados à contratação de mão de obra — frequentemente onerosa — sobretudo no período da colheita.

O café produzido no Sul de Minas é reconhecido por seu perfil sensorial, caracterizado por corpo, doçura e aroma intenso, frequentemente associado a notas de caramelo e chocolate. As condições regionais de clima ameno e altitude elevada favorecem a obtenção de cafés de alta qualidade, com atributos distintos, equilíbrio gustativo, acidez média.

A nutrição adequada do cafezal é outro fator importante para a alta produtividade. Três elementos principais devem ser considerados: as necessidades nutricionais da planta em cada fase de seu desenvolvimento, a disponibilidade de nutrientes no solo e a eficiência da adubação (Mesquita, 2016). A demanda por nutrientes aumenta especialmente durante a frutificação, sendo necessário ajustar as práticas de adubação conforme o estágio do cafeeiro e a análise do solo. Sendo assim a adubação acontece desde o plantio e se repete ao longo das fases evolutivas do cultivo.

De acordo com Simões e Pelegrini (2010), o bicho-mineiro e as cigarras configuram as pragas de ocorrência mais recorrente nos cafezais do Sul de Minas. Em menor grau de incidência, nematoides, broca-dos-grãos e ácaro-da-leprose também provocam prejuízos econômicos às lavouras. No que se refere às doenças, destacam-se a ferrugem-do-cafeeiro e as manchas de origem fúngica, que figuram entre os principais problemas fitossanitários que atingem os cafezais dessa região necessitando, portanto, de nutrição e adubação recorrentes.

Em média, as plantas de café começam a dar frutos entre 3 e 4 anos após serem plantadas, o que confere uma característica ou condição fundamental e intrínseca à atividade, permitindo, inclusive e sobretudo a pequenos produtores, consorciar cultivos outros nos cafezais recém-plantados (o feijão, por exemplo). Esse tempo pode variar com base em fatores como a variedade da planta, o clima, as técnicas de manejo agrícola e os cuidados oferecidos. Uma vez iniciada a produção, a planta pode continuar a render frutos por muitos anos, atingindo sua máxima produtividade entre 5 e 10 anos, o que implica em outra característica intrínseca à atividade, que é a necessidade permanente de renovação do cafezal.

Um fator a se considerar é a bienalidade do cafezal. Para Mendonça et al. (2011), a bienalidade se caracteriza pela alternância entre anos de alta e baixa produção. Esse ciclo impacta diretamente o produtor, que já enfrenta a instabilidade dos preços da

commodity no mercado. A bienalidade adiciona uma camada de incerteza, pois a produtividade da lavoura não é garantida de forma homogênea a cada ano, comprometendo o planejamento financeiro e a estabilidade da renda do cafeicultor.

A colheita do café deve ocorrer antes da queda do fruto ao chão, o que pode ocorrer de forma manual ou com o auxílio de maquinários específicos para colheita. Uma forma de colheita manual largamente utilizada no Brasil é a de derriça total no pano ou no chão realizada com bastão de madeira ou derriçadeira elétrica. Outra forma de se colher o café manualmente é a colheita usual no pano ou a seletiva, onde somente dos frutos cereja (completamente amadurecido) são colhidos, nesse caso poderão ser necessárias duas a três colheitas por talhão, devido à comum falta de uniformidade na maturação dos frutos (Mesquita, 2016).

No Sul de Minas, a topografia acidentada de alguns municípios representa um obstáculo à mecanização da atividade cafeeira, o que mantém a predominância do trabalho manual. Diante disso:

A cafeicultura é praticada, de forma predominante, na mesorregião Sul/Sudoeste a partir de métodos convencionais, com cultivos pouco mecanizados, ou não mecanizados, em áreas de topografia geralmente inclinada, sem utilização de equipamentos de irrigação. Verifica-se a preeminência de pequenas áreas de cultivo de café, o que, juntamente às limitações topográficas apresentadas pelos terrenos, explica a reduzida utilização de máquinas, especialmente no que se refere à colheita (Simões; Pelegrini, 2010, p. 31).

Conforme Simões e Pelegrini (2010), no Sul de Minas, entre os produtores médios e grandes, o uso de máquinas colhedoras para a colheita tem se tornado cada vez mais comum. Já os pequenos produtores enfrentam dificuldades na aquisição dessas máquinas, recorrendo a equipamentos de menor porte, como a derriçadeira motorizada ou optando pela colheita convencional (manual).

De acordo com o Sindicato da Indústria do Café em Minas Gerais (SindiCafé) (2025) o sistema semimecanizado adotado na maior parte do Sul de Minas é compatível com topografia de montanha e também com plantio adensado que vem sendo adotado nas áreas de relevo mais acidentado já que a mecanização plena é possível somente nas áreas mais planas. Dessa maneira, a região é significativamente dependente de mão de obra para realização da cafeicultura.

Assim, a colheita, torna-se uma fase onerosa do processo, e ainda é predominantemente realizada de forma convencional na maioria das propriedades. Além

disso, a adoção da colheita mecanizada enfrenta obstáculos, pois as lavouras precisam ser planejadas ou adaptadas antecipadamente para esse tipo de operação.

Segundo Mesquita (2016), após a colheita, o café passa por várias etapas ainda no talhão, como a pré-limpeza (retirada das folhas e galhos), o acondicionamento, a medição e o transporte. Esses processos envolvem a remoção de impurezas mais grosseiras, o armazenamento do café em sacas de estopa/juta ou sacas plásticas (*bags*), a contagem do volume colhido e o envio para o terreiro, onde outras fases ocorrerão. Nessa etapa, o uso de maquinário também é comum, incluindo peneiras, sopradores mecânicos, tratores e caminhões.

Em algumas situações, é necessário lavar o café, especialmente quando os grãos tiveram contato direto com o solo. Nesses casos, utiliza-se lavadores elétricos para separar os grãos de impurezas como terra, galhos, folhas e outros detritos. Segundo Mesquita (2016), a operação de lavagem e separação pode ser realizada por diferentes tipos de equipamentos, como lavadores improvisados, mecânicos de acionamento manual ou lavadores-separadores, que utilizam principalmente jatos de água para esse processo.

Após a colheita e a lavagem, ocorre a secagem que exige procedimentos adequados, infraestrutura mínima e conhecimento do processo. Essa pode ser realizada em terreiros de alvenaria ou suspenso, podendo ser finalizada no local, em estufas, ou em secadores mecânicos. Consiste na desidratação e remoção da umidade dos grãos, utilizando da energia solar, vento, revolvimento dos grãos para uma secagem natural. Alternativamente, secadores mecânicos, que utilizam diferentes fontes de energia, complementam a secagem iniciada no terreiro, operando com ar aquecido gerado em fornalhas.

Após a secagem, segue a etapa de descascamento que envolve a remoção da casca e separação do grão. Ao final dessa fase, obtemos o café em grão, pronto para armazenamento. Essa etapa também é conhecida como beneficiamento, pois, além do descascamento, promove a remoção de impurezas, como pedras, galhos e torrões, e permite a classificação do café por tamanho e densidade dos grãos.

O café também pode ser armazenado na forma de café em coco, onde o fruto seco é guardado integralmente. Essas variações dependem da logística de beneficiamento, da qualidade e das condições de comercialização (Embrapa, 2016). Vale ressaltar que o café pode ser armazenado na propriedade (e daí variando muito em função das condições da mesma), em armazéns especializados, exportadoras ou em cooperativas.

O armazenamento de café confere uma vantagem estratégica aos produtores, especialmente quando comparado a outras *commodities* como, por exemplo, a cana-de-açúcar. A diferença reside na natureza do produto, enquanto a cana-de-açúcar é altamente perecível, e precisa ser processada e comercializada rapidamente após a colheita, o café em grão possui maior estabilidade, essa característica permite que o café seja estocado por maiores períodos sem comprometer significativamente sua qualidade. Em períodos de preços baixos no mercado, o cafeicultor, que possui segurança financeira, pode optar por não vender sua safra imediatamente, vendendo o produto em um momento mais oportuno. Essa flexibilidade no manejo comercial torna a cultura do café menos vulnerável em comparação a outras *commodities*.

As etapas anteriores integram a fase de colheita e pré-beneficiamento do grão. Entretanto, dependendo do tipo de café desejado, pode-se incluir etapas adicionais, como a seleção dos grãos por maturação, a despolpa e a mucilagem. Essas etapas são essenciais para garantir uma bebida de melhor qualidade, especialmente em cafés especiais e *gourmet*, que são tratados de maneira diferenciada para obter um produto mais valorizado comercialmente. Segundo o SindiCafé (2025), no Sul de Minas a maior parte da produção é processada pela via natural (utilizando de terreiros de alvenaria). Esses cafés, em geral, são classificados como mole ou estritamente mole, apresentando corpo acentuado, baixa acidez e doçura característica.

Os cafés do tipo cereja descascado exibem perfil sensorial semelhante ao dos naturais, porém com maior uniformidade e consistência na bebida. Já a produção de café despulpado ainda é pouco difundida entre os produtores da região. Posteriormente, os métodos de colheita, beneficiamento e rebeneficiamento, que preparam o café para ser destinado à exportação⁴, seja na forma de grão *in natura*, ou enviado para a indústria, onde será torrado, moído e embalado para distribuição no mercado interno e externo.

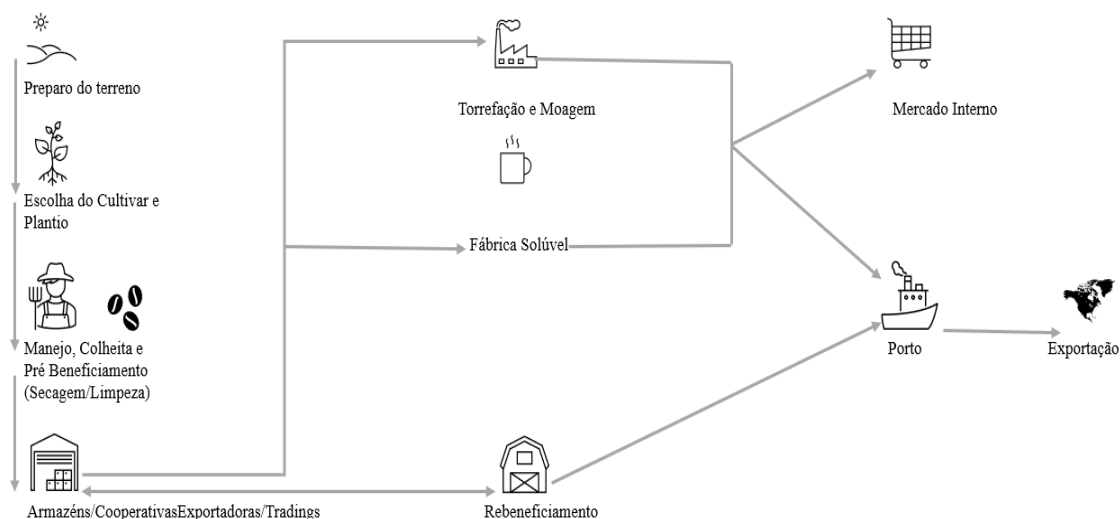
Face ao exposto, observa-se que o cultivo de café demanda uma variedade de técnicas e instrumentos técnicos para sua realização. Nesse sentido, torna-se necessário que as cidades próximas às áreas de produção atendam às necessidades diretas da cafeicultura, ou seja, possuam um aparato mínimo no setor terciário para dar suporte às fases produtivas do café. Além disso, para garantir o nexo econômico, essas cidades devem fixar pontos de comercialização, como cooperativas, exportadoras, corretoras. Ou seja, o consumo produtivo (Santos, 1996), isto é, o consumo de bens e serviços

⁴ É fundamental destacar que, no Sul de Minas, a exportação de café ocorre predominantemente na forma de café verde, isto é, o grão cru, sem nenhum processamento industrial.

diretamente ligados à produção, é uma necessidade geograficamente próxima aos espaços cultivados. Assim, reconhecemos como as regiões do agronegócio cafeeiro concentram tais etapas estratégicas à produção (Elias, 2011).

As etapas do circuito espacial produtivo do café no Sul de Minas está melhor detalhado na Figura 5.

Figura 5- Fluxograma das Etapas do Processo Produtivo do Café



Fonte: Adaptação de Frederico; Castillo (2004), Mesquita (2016).

3.2 Etapa e agentes de comercialização - cooperativas e *tradings*

Com o agronegócio globalizado, as estruturas da importante etapa de controle da comercialização da produção em muito se transformam. Na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas, tradicionais e importantes cooperativas de cafeicultores hoje disputam espaço com um conjunto cada vez mais numeroso de grandes *tradings* estrangeiras. Dessa forma, o circuito espacial produtivo cafeeiro, em muito coordenado por agentes hegemônicos, seja por grandes *tradings* multinacionais, seja também por cooperativas que por vezes atuam como grandes corporações, é revelador de um território monopolizado e comandado por tais agentes e também por instituições financeiras que lhes dão suporte.

No que tange a cafeicultura, observa-se ao longo dos anos uma crescente presença de *tradings* multinacionais, por vezes atuando em diferentes etapas do circuito espacial produtivo, disputando mercado com tradicionais cooperativas que atuam na região. Com base nisso, avaliamos a seguir as principais cooperativas e *tradings* presentes na região, visando compreender como se fazem presentes e criam estratégias de uso do território.

3.2.1 As cooperativas de cafeicultores na Região Cafeeira do Sul de Minas Gerais

A gênese das cooperativas em território nacional está associada ao estímulo governamental estruturado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. O IBC impulsionou a formação de cooperativas através da compra dos excedentes da produção, linhas de crédito e concessão de facilidades à exportação, contribuindo para o fortalecimento das atividades nesse período. Já nos anos 2000, as cooperativas de café se tornaram notáveis no Brasil, abarcando uma parte significativa da produção e comercialização agropecuária do país (Souza; Bialoskorski Neto, 2004) e ainda hoje são um dos principais agentes estruturantes da produção cafeeira em Minas Gerais e da especialização produtiva da região.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) uma cooperativa é uma sociedade de natureza civil, formada por no mínimo 20 pessoas, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns (Sebrae, 2023). Posto isso, o cooperativismo busca com melhores oportunidades para todos unindo desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo (OCB, 2023).

A princípio, foi nesse contexto e ideário que as cooperativas de cafeicultores se alicerçaram no Brasil e na Região Cafeeira do Sul de Minas. Com base nos dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) referentes a 2024, aproximadamente 27,5% de todo o café produzido no Brasil passou pelo sistema cooperativo mineiro. Quando avaliamos a produção realizada no estado de Minas Gerais, cerca de 53% do café produzido no estado passou por uma cooperativa, evidenciando a solidez e participação de tais agentes no circuito espacial produtivo.

Assim, as cooperativas mineiras e particularmente as da Região Cafeeira do Sul de Minas, desempenham um papel de destaque não apenas no mercado interno, mas também no conjunto das exportações, totalizando 400,4 mil toneladas de café exportadas em Minas Gerais no ano de 2024 (Sistema Ocemg, 2025).

Dentre aspectos do espaço geográfico da Região Cafeeira do Sul de Minas que favoreceram o êxito das cooperativas, destacamos a predominância de pequenos e médios municípios com uma forte ligação com a atividade agrícola e pastoril. Conforme observado por Alves e Lindner (2020), o sucesso alcançado pelas cooperativas nessa região é devido à significativa adesão da agricultura familiar. O contexto socioeconômico

da região, especialmente nos municípios de menor porte, é caracterizado por ruralidades, que estão intrinsecamente ligadas à atividade cafeeira (Alves; Lindner, 2020).

Nesse sentido, a predominância da agricultura familiar, que corresponde a aproximadamente 80% dos produtores da região cafeeira do Sul de Minas (IBGE, 2017), justifica e fortalece a presença significativa de cooperativas, conferindo à região cafeeira a condição de maior concentração de cooperativas de cafeicultores no país. Todavia, no que diz respeito aos serviços prestados por essas organizações, Alves e Lindner (2020, p. 445) apontam que “as dezenas de cooperativas existentes na região servem para auxiliar, dar assistência técnica e extensão rural, agrotóxicos, armazenamento dos grãos, financiamento e crédito” aos agricultores familiares inserindo-os à lógica de mercado daquilo que Elias (2006) denominou como agronegócio globalizado.

Ademais, especialmente as maiores cooperativas de café presentes na região, atuam como verdadeiras empresas monopolistas (Oliveira, 2016), exercendo um papel centralizador nas dinâmicas socioespaciais da região cafeeira de Minas. Segundo, Oliveira (2016):

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo (Oliveira, 2016, p. 233).

Dessa forma, os agricultores familiares são inseridos na lógica do capital monopolista, tornando-se atores diretamente afetados por essa conjuntura, sendo pressionados a se adaptarem às demandas de um sistema globalizado.

Assim, e como é comum para a produção de *commodities* agrícolas, riscos e vulnerabilidades (incluindo as climáticas, cada vez mais frequentes), bem como o trabalho efetivo da produção, incidem essencialmente sobre os produtores, enquanto cooperativas e *tradings* acumulam fundamentalmente a partir da etapa de comercialização (ou seja, quando a mercadoria está pronta e é disponibilizada no mercado).

Para Frederico (2014), a cafeeira científica globalizada é um modelo de produção que se subordina a padrões mundiais, regidos pelas leis da economia global. Logo, Alves e Lindner (2020) destacam o papel das cooperativas na integração da produção nacional de café à rede global e aos conglomerados internacionais. Esse processo, por sua vez, acarreta uma maior dependência do capital financeiro-industrial e a subordinação aos oligopólios do setor agrícola, impondo novas implicações e normas

aos produtores. Dessa forma, as cooperativas, tal como as *tradings*, se tornam os agentes responsáveis por inserir o agricultor familiar nessa conjuntura da economia global.

O processo de monopolização do espaço produtivo faz com que o maior envolvimento do agricultor familiar com o mercado o torne, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente (Schneider; Niederle, 2008). Assim, o produtor se vê subordinado a destinar parte da sua renda/produção a compra de insumos, agrotóxicos, maquinários etc. além de possíveis empréstimos para custear a atividade.

Nesse sentido, as cooperativas desempenham um papel fundamental, oferecendo facilidades de crédito e estabelecendo sistemas de troca (trava/barter) de produção por insumos e maquinários. Esses elementos são necessários da cafeicultura na região pois, permitem que o cultivo do café mantenha prevalência entre outros produtos agropecuários.

No entanto, tal situação aponta para um paradoxo, uma vez que a maior parcela da cafeicultura na região é conduzida por agricultores familiares, os quais carecem de conhecimento técnico para a atuação direta no mercado financeiro, condição necessária para se manterem competitivos no mercado global sem o respaldo de um intermediário.

Nesse contexto, a adoção da prática cafeicultora em parceria com cooperativas configura-se como uma oportunidade para que os pequenos produtores permaneçam na atividade. Assim, as cooperativas desempenham um papel central ao facilitarem a inserção desses produtores no mercado internacional, por meio da incorporação de suas produções às operações cooperativas.

O Quadro 2, a seguir, caracteriza as maiores e principais cooperativas presentes na região. Algumas dessas organizações conheceram ao longo do tempo um crescimento exponencial, atraindo novos produtores e expandindo significativamente suas operações. O caso mais emblemático é o da Cooxupé, que se reconhece como a maior cooperativa de produtores de café do mundo.

Quadro 2- Principais cooperativas de café na Região Produtiva do Sul de Minas Gerais
(continua)

Cooperativas	Matriz	Ano de Fundação	Número de Cooperados	Estrutura	Volume comercial (sacas)	Municípios alcançados
Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé LTDA-COOXUPÉ	Guaxupé	1932	21.649	Torrefação; Armazém; Laboratório; Lojas de Insumos	5, 16 milhões	359

Cooperativa Agrária de Machado Ltda-COOPAMA	Machado	1944	3.652	Armazéns	124.320	137
Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí-COOPERRITA	Santa Rita do Sapucaí	1957	1.000	Armazém e Lojas de insumos	-	8
Cooperativa Mista Agropecuária de Paraguaçu-COOMAP	Paraguaçu	1957	670	Armazém e Usina de Rebenefício	200 mil	1
Cooperativa agroindustrial de Varginha-MINASUL	Varginha	1958	9.000	Armazém; Usina; Laboratório; Lojas de Insumos	1,8 milhões	319
Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Poços de Caldas-CaféPoços	Poços de Caldas	1959	539	Armazém e Torrefação		11
Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda-COCATREL	Três Pontas	1960	9.500	Armazéns, Cafeterias, Laboratório; Torrefação; Lojas de Insumos	1,8 milhões	125
Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí-COOPERVASS	São Gonçalo do Sapucaí	1960	3.719	Armazéns e Lojas de insumos.	Superior a 100 mil	9
Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde Ltda-COCARIVE	Carmo de Minas	1961	661	Armazém; Loja de insumos; Laboratório; Torrefação.	150 mil	23
Cooperativa Agropecuária de Jacutinga e Ouro Fino-COAPEJA	Jacutinga	1962	450	Armazém; Lojas de Insumos; Laboratório	-	4
Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança-CAPEBE	Boa Esperança	1963	9.000	Armazéns; Laboratório; Posto; Lojas de Insumos	760 mil	130
Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio LTDA-COOPERCAM	Campos Gerais	1980	1.996	Armazéns; Lojas de Insumos; Laboratório.	550 mil	3

Cooperativa Agropecuária dos Produtores Orgânicos de Nova Resende e Região- COOPERVITAE	Nova Resende	2001	160	Armazém e Loja.	3.500	5
Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região- COOPFAM	Poço Fundo	2003	500	Armazém e Torrefação.	40 mil	13
Cooperativa dos Produtores de Café Especial dos Martins- COOPERCAFEM	Varginha	2011	81	Armazém e Laboratório	-	7

Fonte: Sistema Ocemg (2025); Cooxupé (2025); Minasul (2024); Capebe (2024); Cocatrel (2024); Coopama (2024); Coopervass (2024); Coopercam (2024); Coopeja (2024); Cooperrita (2024); Coopmap (2024); Cocarive (2024); CaféPoços (2024); Coopfam (2024); Coopervitae (2024); Coopercafem (2024).
Organização da autora.

Esse crescimento se reflete na crescente capacidade de armazenamento, processamento e exportação que possuem. Além disso, desempenham um papel importante na definição das dinâmicas da cafeicultura na região e na influência sobre os produtores, tornando-se atores-chave na conformação do mercado de café local e global.

Por meio destas cooperativas, o café produzido em pequenos municípios conhece potencial salto de escala (Frederico, 2014), visto que pode ser inserido em mercados distantes, na América do Norte, Europa e Ásia, o que potencialmente permite maior remuneração a produtores, sem necessariamente passar pela aquisição de grandes *tradings*. Logo, essas organizações são hoje também fundamentais para a inserção da produção regional em circuitos globalizados de consumo.

O surgimento destas cooperativas na região ocorre em maior número nas décadas de 1950-1960, quando o espaço já é marcado pela especialização e o volume da produção conhece crescimento, no final do período de mecanização e já conhecendo os incrementos de uma agricultura científica (Frederico, 2017). Assim, as cooperativas são em muito responsáveis pela difusão de novas técnicas que trouxeram melhorias aos tratos culturais, aquisição insumos, crédito e intermediação de comercialização, em uma região marcada pela presença de pequenas propriedades.

Um processo revelador da dinâmica atual de tais agentes é o surgimento recente (a partir dos anos 2000) de novas cooperativas na região, que comportam, a nosso ver, uma natureza distinta de atuação e, quiçá, uma visão também diferente de cooperativismo.

São exemplos desta situação a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam), criada em 2003, e voltada especialmente a agricultores familiares; a Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Nova Resende e Região (Coopervitae), especializada em cafés orgânicos e criada em 2011; e a Cooperativa dos Produtores de Café Especial dos Martins (Coopercafém), sediada em Varginha e criada em 2011 com tal especificidade.

Abarcando número significativamente menor de cooperados, e atuando em um número também restrito de municípios, estas cooperativas ainda comercializam pequenos volumes de café (a Coopfam é a que comercializou mais, totalizando 40 mil sacas em 2024), mas visam estratégias específicas que exploram justamente mercadorias não exatamente enquadradas como “*commodities*” – é o caso dos cafés orgânicos, especiais ou especialmente produzidos pela agricultura familiar, visando potencialmente maiores remunerações do que as normalmente encontradas nas cooperativas mais antigas da região.

É necessário, portanto, reconhecermos que a função, o poder e a expressão de tais cooperativas são muito diferentes no conjunto da região produtiva. Dentre as muitas cooperativas presentes na região, algumas se destacam pelos números de cooperados e raio de atuação, são elas: a Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), a Cooperativa dos Agricultores da Zona de Varginha (Minasul), a Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Capebe), Cooperativa dos Agricultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel).

Juntas, essas organizações reúnem quase 50 mil produtores e mantém mais de 70 unidades de negócios distribuídas por diversos municípios, dentro e fora da região (Sistema Ocemg, 2024). Uma avaliação detalhada da atuação das principais cooperativas da região será apresentada na Seção 4.

A presença física de unidades e escritórios das cooperativas em diferentes localidades, passa a ser uma condição de competitividade das mesmas (como avaliaremos na seção seguinte), visto que concorrem pela adesão dos produtores e, inclusive, com grandes *tradings* internacionais que hoje se fazem presentes na região.

3.2.2 *Tradings globais na região produtiva do Sul de Minas*

Se a presença e a expansão das cooperativas são reveladoras do quanto a produção regional ganha importância em área e volume ao longo do tempo, tal processo também é

suficiente para atrair outro tipo de empresa. Assim, e a partir sobretudo dos anos 1990, novos e importantes agentes econômicos acessam a região e passam localmente a compor diretamente o circuito produtivo. É o caso de *tradings* globais, que comercializam *commodities* e que visam na região acessar e garantir cafés em quantidade necessária e com a qualidade demandada pelo mercado externo, ao qual atendem de modo privilegiado.

Cada vez mais presentes, a partir de escritórios e infraestruturas físicas na região, um numeroso conjunto de *tradings* especializadas na comercialização do café disputam a mercadoria na região produtiva. Este é o caso de grupos como Olam (instalado fisicamente em Varginha, São Sebastião do Paraíso, Alfenas), Louis Dreyfus Company - LDC (em Varginha), Ecom Agroindustrial (em Carmo de Minas, Três Corações, Poços de Caldas e Varginha), ED&F Man (em Varginha), NKG Stockler (em Varginha, São Sebastião do Paraíso e Muzambinho), Sucafina (em Varginha) e Cofco (em Alfenas e Varginha), que atuam tanto na Região Cafeeira do Sul de Minas quanto em outras regiões produtivas cafeeiras do país. Lidando com um mercado externo, e, portanto, mais exigente de qualidade, a presença destas *tradings* no Sul de Minas atesta tanto a natureza globalizada da cafeicultura regional, quanto o modo que, em última instância, produtores e o lugar se subordinam à lógica de um mercado que internacionalmente é controlado por um número relativamente pequeno de agentes corporativos.

Quadro 3- *Tradings* na Região Produtiva do Agronegócio do Café no Sul de Minas

Trading	Sede Global	Inserção na RPA	Municípios na RPA	Capacidade estática de armazenamento
NKG-Stockler	Alemanha	1993	Varginha e Muzambinho	44.540 t.
Volcafe (ED&F Man)	Suíça	1995	Varginha e Três Corações	13.930 t.
Olam (OFI)	Singapura	2004	Alfenas e Varginha	36.690 t.
LDC	Holanda	2005	Varginha	71.430 t.
Sucafina	Suíça	2005	Varginha	18.000 t.
Cofco	China	2014	Alfenas e Varginha	40.700 t.
ECOM (Eisa)	Suíça	1982 (Eisa), 2015 (ECOM)	Varginha, Machado e Carmo de Minas	78.580 t.

Fonte: Conab (2025), Ministério da Fazenda (2026), Trabalho de Campo (2025).
Organização da autora.

Alcançando uma produção significativa em volume e também em qualidade, a Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas se converte em região de interesse de *tradings* internacionais, responsáveis pela originação e aquisição do café (grãos verdes) que posteriormente é comercializado com a grande indústria no exterior.

Assim, e a partir sobretudo dos anos 1990, algumas das maiores *tradings* envolvidas ao comércio global desta *commodity* encontram-se atuando diretamente na região produtiva, com escritórios localizados quase sempre em Varginha (que a partir de 1993 inaugura uma Estação Aduaneira do Interior – EADI, facilitando o trabalho de exportação), ainda que algumas delas com escritórios localizados também em outros municípios (visando agilidade na comercialização em diferentes pontos do Sul de Minas), e mantendo quase sempre suas matrizes brasileiras na metrópole de São Paulo (tal como avaliaremos na seção seguinte).

3.3 Grandes grupos produtores, um exemplo: Ipanema Coffees

O grupo Ipanema Coffees, fundado em 1969 e sediado em Alfenas, figura como uma das maiores produtoras de cafés especiais do Brasil. Com uma infraestrutura moderna e três grandes propriedades, suas fazendas estão localizadas nos municípios de Alfenas e Conceição do Rio Verde. Atualmente, a empresa administra um total de 5.500 hectares, distribuídos entre as fazendas Conquista e Capoeirinha, situadas em Alfenas, e a fazenda Rio Verde, localizada em Conceição do Rio Verde. Nessas propriedades, são cultivados aproximadamente 14 milhões de pés de café arábica, resultando em uma produção anual de cerca de 7.000 toneladas (Ipanema Coffees, 2024).

Mais do que um conjunto de fazendas dedicadas à cafeicultura, a Ipanema Coffees configura um grupo de capital aberto, cujas ações são negociadas por investidores internacionais. Desde sua fundação, o capital financeiro desempenhou um papel determinante em sua trajetória. Dulci (2021) destaca que em 1969, houve uma associação com o Grupo Gomes Almeida e a parceria com o banco Bozano Simonsen para viabilizar suas operações.

Ao longo das décadas seguintes, passou por sucessivas mudanças estruturais, incluindo a expansão das atividades de cultivo e comercialização nos anos 1970, o início das exportações em 1991 e uma série de transformações acionárias nos anos 2000 e, mais recentemente, em 2023, com a ampliação da presença de investidores estrangeiros.

A financeirização da Ipanema Coffees se tornou mais evidente com a parceria firmada entre 2006 e 2008 com o fundo Gávea Investimentos, um exemplo do crescente envolvimento de fundos de investimento em setores produtivos sem vínculos históricos entre eles. Esse processo intensificou-se em 2012, quando o capital da empresa passou a ser compartilhado com investidores internacionais, incluindo as multinacionais Friele

(Noruega), Tchibo (Alemanha) e Mitsubishi (Japão). A entrada dessas empresas estrangeiras não foi apenas um movimento de expansão econômica, mas também uma estratégia voltada à valorização da marca no mercado global (Dulci, 2021).

Em 2016, com a saída da Friele, a Santa Colomba Investimentos Agrícolas (SC) tornou-se acionista, implementando uma abordagem voltada à mecanização e à produção em larga escala. Diferentemente de outros investidores, a SC possuía um objetivo explícito de reorientação produtiva, promovendo um projeto de cultivo no cerrado mineiro.

Entretanto, apesar da implementação, o projeto foi posteriormente descontinuado devido aos elevados custos, evidenciando que, mesmo em um contexto de financeirização, os aspectos produtivos seguem sendo determinantes para a sustentabilidade econômica da empresa (Dulci, 2021).

A reestruturação acionária mais recente ocorreu em 2023, quando o grupo AFB&IOB, *holding* mineira reconhecida como a maior produtora de café do Brasil, adquiriu 63% do controle da Ipanema. A Tchibo, maior torrefadora da Alemanha e uma das principais "*traders*" de café do mundo, manteve os 37% restantes. Essa fusão resultou na consolidação do maior *player* global do setor, com 18,5 mil hectares cultivados e uma produção superior a 500 mil sacas de café (Camargo; Rocha, 2023).

Paralelamente a essas mudanças estruturais, o grupo consolidou sua posição no mercado global por meio da modernização de seus processos produtivos e da obtenção de certificações internacionais, como UTZ, C.A.F.E. Practices, Rainforest Alliance, AAA Nespresso e Fair Trade. Além disso, estabeleceu parcerias estratégicas com grandes corporações, incluindo a Starbucks.

Dessa forma, a empresa não apenas se posiciona como uma referência na produção de cafés especiais, mas também exemplifica o avanço do capital hegemônico sobre a cafeicultura, evidenciando o processo de estrangeirização de terras, financeirização e internacionalização da produção cafeeira do Sul de Minas.

3.4 Torrefadoras na Região Cafeeira do Agronegócio do Sul de Minas

O Brasil não é apenas o maior produtor mundial de café, mas também o segundo maior consumidor, posição que mantém há décadas. A Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), divulgou que o consumo no país cresceu em 2024, totalizando 21,9 milhões de sacas (Abic, 2025). Segundo Novais (2023), o destaque do Brasil no mercado

global de café é um dos principais fatores que atraem o interesse de grandes multinacionais de torrefação, que veem no mercado cafeeiro brasileiro uma oportunidade estratégica para expandir suas operações.

A desregulamentação do mercado cafeeiro e neoliberalização da economia global a partir da década de 1990 impulsionou a entrada de empresas multinacionais de café no Brasil, especialmente indústrias torrefadoras (Coutinho, 2016), atraídas pelo porte produtor e consumidor do produto. Segundo Rollo (2009):

O fim da regulamentação estatal, que proibia o ingresso de firmas no segmento, a estabilização do consumo de café nos principais mercados consumidores do mundo (Estados Unidos e Europa Ocidental), a possibilidade de fazer do Brasil uma plataforma de exportação de café torrado para os países vizinhos (principalmente a Argentina) e o progressivo aumento do consumo interno de café no país, explicam a instalação de poderosos grupos estrangeiros do segmento de torrefação e moagem em território nacional nos últimos anos (Rollo, 2009, p. 65).

As empresas torrefadoras são responsáveis por processar o café *in natura* (ou seja, as sacas em grãos verdes), procedendo a torrefação e moagem, além de disponibilizá-lo ao consumidor como produto final. A torrefação consiste em aquecer o *blend* (mistura) do café até atingir o ponto ideal de torra. Durante esse processo, o café é submetido a um aquecimento gradual no torrador, o que faz com que a água residual presente nas células dos grãos se transforme em vapor. Esse vapor desencadeia uma série de reações químicas envolvendo açúcares, proteínas, lipídios e minerais contidos nos grãos. No entanto, a função das torrefadoras vai além de apenas torrar e moer o café. Elas também são responsáveis por garantir a qualidade do produto, que é avaliada com base em padrões estabelecidos. Esses padrões incluem a presença de impurezas, o tamanho e a cor dos grãos, além de características sensoriais como aroma e sabor (Sebrae, 2016).

Essas empresas não apenas fazem parte do circuito espacial produtivo, mas também exercem influência significativa sobre a organização e o uso do território, tornando-se agentes que afetam diretamente a dinâmica local. Tais agentes, dependendo do porte e mercado que alcançam, constituem-se como atores hegemônicos (Santos, 2000) intensificando os fluxos de produção e circulação e promovendo o uso corporativo do território.

De acordo com o Relatório Internacional de Tendências do Café (2017), três grandes torrefadoras dominam mais de 50% das vendas no setor de café no Brasil: o Grupo 3 Corações, a Jacobs Douwe Egberts (JDE) e o Grupo Melitta. Conforme Novais

(2023) a JDE, pertencente ao grupo JDE Peet's, opera globalmente com mais de 50 marcas, enquanto o Grupo 3 Corações adota uma estrutura similar, dividida em diversas subsidiárias e com um portfólio que abrange mais de 25 marcas.

Desde os anos 1990, a 3 Corações tem adquirido torrefadoras de pequeno e médio porte como estratégia de expansão, incluindo a recente compra da Mitsui Alimentos. Esse movimento de aquisições reflete a financeirização da empresa, organizada como *Joint Venture* com a Strauss Coffee. Essa dinâmica, segundo Novais (2023), ilustra a relação Norte-Sul, em que os países do Norte controlam o capital e a tecnologia, enquanto os países do Sul fornecem matéria-prima, ficando com menor parte dos lucros no comércio global do café.

Ao atenderem os padrões do mercado globalizado, essas empresas optam por cafés de melhor classificação para criar misturas de maior qualidade. Por outro lado, as torrefadoras que focam no mercado interno brasileiro utilizam grãos de qualidade inferior, conhecidos como residuais, que não são exportados devido ao rigoroso controle de qualidade realizado pelos comercializadores. Para produzir o café tradicional, essas torrefadoras combinam diferentes variedades, como robusta e arábica, provenientes de regiões como o Sul de Minas Gerais e o Norte do Espírito Santo, resultando em *blends* adequados ao padrão de consumo local (Coutinho, 2016).

Segundo a ABIC (2025), o faturamento do setor de café torrado em 2024 alcançou 21,9 milhões de sacas, gerando cerca de 36 bilhões de reais no mercado interno. Já no mercado externo, foram exportadas cerca de 49 mil de sacas, resultando em um faturamento de 134 milhões de reais. No que diz respeito às exportações, o café solúvel continua a ser mais exportado que o torrado: em 2025, foram exportadas 3 milhões sacas de café solúvel e cerca de 91 mil de sacas de café torrado. Um dado curioso refere-se às importações brasileiras de café, visto que, apesar de ser o maior produtor mundial, o país ainda importa uma quantidade significativa. Em 2025, por exemplo, foram importadas 86 mil sacas de café torrado, 108 mil sacas de café verde e 29 mil sacas de café solúvel (ABIC, 2025).

As torrefadoras associadas à ABIC na região cafeeira estão localizadas nos municípios de Andradas, Campanha, Varginha, Poço Fundo, Carmo de Minas e Guaxupé (ABIC, 2025). Essas empresas desempenham um papel importante no segmento de torrefação de café, contribuindo o processamento e a diversidade dos produtos oferecidos.

Na região, Varginha e Guaxupé se destacam pela presença de grandes torrefadoras. Varginha é notável por sediar a unidade da Melitta que foi estabelecida para

apoiar o crescimento de suas marcas de café. Essa unidade possui a capacidade de torrar até 500 mil sacas de café por ano e gerar um faturamento estimado em R\$ 200 milhões (Globo Rural, 2018). Por sua vez, Guaxupé é conhecida pela torrefação realizada pela própria cooperativa (a Cooxupé), que, em 2023, processou mais de 280 mil sacas de café cru, resultando em 13 milhões de quilos de café torrado ocupando a 6ª colocação entre os fabricantes de café no varejo brasileiro (Cooxupé, 2024) sendo um importante *player* no mercado.

Figura 6- Fábrica da Melitta em Varginha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Diante disso, percebemos que as indústrias torrefadoras se instalaram em áreas economicamente estratégicas do Sul de Minas. Essas unidades produtivas foram implantadas nas proximidades das cidades que coordenam a economia cafeeira, em áreas de fácil escoamento, aproveitando a localização privilegiada para otimizar a logística e atender tanto o mercado interno quanto o externo.

3.5 Movimento de exportação na região cafeeira do Sul de Minas

A modernização da agricultura, aliada à globalização econômica, impulsionou a produção voltada para a exportação, reforçando a estrutura produtiva em espaços mais competitivos voltados à produção de *commodities*, e instaurando novos usos e dinâmicas do território. Nesse contexto, o setor agrícola não pode mais ser compreendido de forma isolada, pois está integrado de modo estratégico a outros segmentos, como a logística.

Na cafeicultura, entendemos a logística como a manifestação hegemônica da circulação (Castillo; Frederico, 2010), o que envolve a participação de diversos agentes,

muitos deles grandes empresas multinacionais que operam em rede, controlando e coordenando o transporte de insumos, maquinários, sementes, além da destinação final do produto ao mercado consumidor. A logística ainda inclui a própria condição material do território, com objetos e sistemas de engenharia funcionando de modo unitário, muitas vezes exclusivo, à viabilização da produção de determinadas mercadorias.

Dessa forma, torna-se importante analisar a racionalização da rede logística do café no Sul de Minas para compreender a dinâmica imposta pela globalização na região, bem como identificar os agentes, instrumentos técnicos, infraestrutura, acionados.

Para Fernandes (2004), a logística do circuito espacial produtivo do café envolve uma diversidade de empresas e organizações que desempenham papéis fundamentais na dinâmica econômica regional. Entre esses agentes, destacam-se as cooperativas, armazéns, exportadoras, transportadoras, portos secos e também marítimos, estes últimos responsáveis pelo movimento final no território brasileiro. Essas agentes têm funções que vão além de simples intermediárias entre o local-global, exercendo um papel ativo na estruturação e racionalização da produção e comercialização do café.

No que diz respeito às exportadoras, empresas como a Atlantica Coffee, Olam Coffee, NKG Stockler, Louis Dreyfus Company, ECOM Agroindustrial, exemplificam o elo entre a produção regional e os mercados externos. Essas *tradings* são responsáveis pela compra do café local e sua venda para diversos países, conectando a região às demandas da economia globalizada.

Portanto, a rede logística do café na região é sustentada por uma infraestrutura integrada, onde cada agente, cooperativas e/ou *tradings* desempenha uma ou várias funções no circuito. A presença de grandes multinacionais operando em diversas etapas reforça a complexidade do circuito espacial produtivo, o caso do café ilustra como a logística globalizada, domina, coordena, redefine o espaço produtivo e gera novas formas de organização e competitividade na agricultura.

No tocante ao comércio externo, Minas Gerais se destaca como uma das principais unidades da federação no *ranking* de exportações do Brasil, com o café ocupando a segunda posição entre os produtos mais exportados. De acordo com dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em 2025 as exportações totais do estado alcançaram valor superior a 45 bilhões de dólares, com o café participando de aproximadamente 11,3 bilhões de dólares. Dentre os principais parceiros econômicos estão a China com 35% das exportações e os Estados Unidos com 9,3% das exportações (MDIC, 2025).

A exportação de Minas Gerais depende diretamente de uma infraestrutura logística que integra diversos modais de transporte. Em 2024, os produtos exportados pelo estado, deixaram o país através de três modais principais: marítimo (89,6%), aéreo (6,2%) e rodoviário (3,4%). Juntos, eles compõem 99,1% das exportações de Minas Gerais em 2024 (Minas Gerais, 2025). Essa estrutura é o que permite a conexão das áreas produtoras com os portos e centros de distribuição internacionais.

O café produzido na região é transportado principalmente por caminhões, utilizando modais rodoviários, até o Porto de Santos, em São Paulo, o que demonstra uma certa dependência desse meio de transporte e desse modal.

O Porto de Santos é a principal estação portuária utilizada para o escoamento dessa *commodity*. Na Tabela 9, é possível observar dados detalhados sobre o volume de café despachado, bem como a quantidade de embarques realizadas através do Porto e também pelo Redex e Eadi em Minas Gerais.

Os números evidenciam que, apesar da existência e da crescente importância de estruturas no interior do território mineiro, o porto paulista segue soberano na articulação dos fluxos externos, registrando 68,2% dos volumes totais de café despachados no período analisado.

Tabela 9- Unidades de Despacho x Unidades de Embarque em 2025

Porto	Despacho		Embarque	
	Volume (sacas de 60 kg)	Participação (%)	Volume (sacas de 60 kg)	Participação (%)
Santos (SP)	25.140.222	68,2	29.056.312	78,8
Redex e EADI (Minas Gerais)	1.447.695	3,9	-	-

Fonte: Cecafé (2025). Organização da autora.

Entre as etapas da rede logística do café, destaca-se o transporte do produto até o porto, de onde seguirá para o destino final. Esse fluxo constante de mercadorias é possível devido ao suporte das transportadoras, que promovem o escoamento da produção, ligando as cooperativas, exportadoras e armazéns aos portos secos e marítimos, como os de Varginha e Santos.

As transportadoras terceirizadas responsáveis pelo deslocamento até o porto possuem escritórios e centros logísticos em diversas cidades da região e além dela, com destaque para Varginha, Poços de Caldas e Santos. Esses locais se consolidam como os principais centros de comércio e exportação, sendo Santos o principal porto exportador.

O modal rodoviário é o principal meio de transporte utilizado até o ponto de embarque final (Santos-SP), sendo realizado por caminhões próprios das empresas ou por transportadoras terceirizadas. Nessa etapa, o café é embalado de acordo com as exigências do consumidor, podendo ser transportado a granel ou em *bags*.

Em 2023, o governo federal sancionou a Lei nº 14.718, que, em seu artigo 1º, declara a Rota do Café um monumento nacional. Essa rota representa um trajeto histórico e econômico fundamental para a produção cafeeira no Brasil, conectando diversas cidades da região. O percurso abrange importantes rodovias, como a BR-365, BR-354, BR-262, BR-265, MGC-491 e BR-381, além de estradas estaduais que são as mais utilizadas no trajeto do café do Sul de Minas ao porto de Santos.

A Rota do Café atravessa municípios estratégicos para a cafeicultura, como Varginha, Três Pontas, Guaxupé, Alfenas e São Sebastião do Paraíso, até alcançar o estado de São Paulo. Dali, segue pelas rodovias SP-150 (Rodovia Anchieta) e SP-148 (Rodovia Caminho do Mar) até o Porto de Santos.

No que se refere às exportações de café, as cidades de Varginha, Guaxupé e Alfenas se destacam, representando, juntas 77,7% das exportações do produto em Minas Gerais (MDIC, 2025). Esse desempenho é resultado da forte especialização produtiva dessas cidades, impulsionada pela presença de grandes cooperativas e exportadoras, que oferecem suporte logístico e comercial aos produtores locais.

A cidade de Varginha, abriga uma Estação Aduaneira do Interior (EADI), conhecida como Porto Seco de Varginha, Figura 7.

Figura 7- Centro administrativo do Porto Seco do Sul de Minas (EADI) em Varginha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Este terminal funciona como um intermediário estratégico devido à sua proximidade com áreas de alta produção agrícola, facilitando a logística de exportação. Originalmente criado para agilizar o escoamento do café, o Porto Seco contribuiu para que Varginha se tornasse o quarto maior exportador de Minas Gerais, superado apenas pelos municípios que dominam as exportações de *commodities* minerais (MDIC, 2025).

Em termos de volume, o café é o principal produto exportado por Varginha, representando 97,7% do total das exportações do município, o que resultou em uma receita superior a 3,2 bilhões de dólares em 2025 (MDIC, 2025). Essa estrutura logística, baseada em uma forte especialização produtiva, ressalta a importância econômica da cidade tanto no contexto estadual quanto regional. A proximidade com importantes vias de transporte contribui para otimizar a distribuição do café produzido na região, tornando-a um ponto estratégico para o comércio exterior e reforçando seu papel como um dos maiores polos cafeeiros do país. Além dela, outras cidades abrigam importantes estruturas de comercialização, como os Recintos Especiais para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex), presente em Guaxupé, esses locais viabilizam o desembargo e despacho de café não somente desse município como também da região.

De acordo com o balanço comercial de 2023 foram comercializadas aproximadamente 4,5 milhões de sacas, destinadas tanto ao mercado interno quanto externo. Deste total, cerca de 3,6 milhões de sacas foram exportadas para 50 países, com destaque para Estados Unidos, Alemanha, Bélgica e China. A SMC Specialty Coffees, repartição criada pela Cooxupé, embarcou pelo Redex cerca de 175.338 sacas de café especial, das quais 154.191 foram exportadas (Cooxupé, 2024).

Tanto Varginha quanto Guaxupé estão localizadas em posições geográficas estratégicas que facilitam o escoamento de produtos e, conseqüentemente, a exportação de café. Guaxupé é cortada pela MGC-491, rodovia latitudinal que permite acesso ao interior paulista e à capital do estado de São Paulo, além de conectar à rodovia Fernão Dias (BR-381), que leva ao litoral e ao Porto de Santos, situado a cerca de 390 km de distância. Igualmente, Varginha também é cortada pela MGC-491, conta com os mesmos acessos que Guaxupé e ocupa uma posição estratégica em relação às principais capitais nacionais: São Paulo (318 km), Rio de Janeiro (375 km) e Belo Horizonte (313 km) através da BR-381. Inclusive, o projeto de duplicação da Fernão Dias elevou a centralidade de algumas cidades da região a partir dos anos 2000 em especial de Varginha.

Quanto ao armazenamento, é possível identificar, na região, os municípios com maior capacidade de armazenamento estático, definidos por Guida e Alves (2012) como

centros de recepção e expedição de grãos. A armazenagem constitui uma etapa fundamental no circuito espacial produtivo do café, pois os grãos podem ser estocados à espera de melhores condições comerciais na Bolsa de Valores de São Paulo, o que dá condições para mitigar a volatilidade econômica a que o cultivo está sujeito, por ser uma *commodity* de exportação, assim como podem ser rebeneficiados.

Assim, se evidencia a concentração dos principais armazéns em poucas cidades. Esses armazéns, por sua vez, estão estrategicamente posicionados no território mineiro, próximos ao Porto Seco de Varginha ou à Cooxupé. Isso nos revela o quanto essas cidades e suas infraestruturas ditam boa parte da dinâmica de produção da região, sendo além de centros de expedição de grão, mas sim, a “área *core*” da cafeicultura sul mineira.

Observa-se que o armazenamento na região é predominantemente controlado por cooperativas locais e multinacionais do agronegócio. Sob a ótica do uso corporativo do território (Santos, 1996), tal situação reflete a territorialização de grandes agentes corporativos no interior das áreas produtivas de café. Esses agentes não apenas controlam e operam as redes logísticas, mas também impõem uma racionalização do território que serve aos interesses globais, maximizando a eficiência dos fluxos de mercadorias e capitais. Com base nisso, observa-se na Tabela 10 os municípios que se destacam por possuírem grande número de armazéns de café e, conseqüentemente, maior capacidade estática para armazenar o produto da lavoura de diversas localidades.

Tabela 10- Ranking dos municípios com maior capacidade estática de armazenamento do Sul de Minas

Município	Maiores Armazenadores	Capacidade	Capacidade (total)
Varginha	LIV Logística	100.110	494.620
	Minasul	66.100	
	Café 3 Corações	49.730	
Guaxupé	Cooxupé	223.751	285.871
	Exportadora de Café	52.100	
	Armazéns Gerais Ribeiro do Vale	7.500	
São Sebastião do Paraíso	Armazéns Gerais Peneira Alta	36.872	157.225
	Olam	36.380	
	Armazéns Nova América	36.992	
Machado	Dínamo Interagrícola	33.880	106.952
	Armazéns Bernardes	26.820	
	Coopama	18.840	
Alfenas	Cofco	40.700	100.360
	Olam	36.690	
	Cooxupé	15.260	
Total			2.266.599

Fonte: Conab (2024). Organização da autora.

Portanto, a logística compreendida como a expressão atual da circulação corporativa (Castillo; Frederico, 2010), está subordinando o território às lógicas empresariais, o que o torna um elemento funcional às estratégias globais dessas empresas para a maximização da circulação e da acumulação de capital interligando espaços competitivos da produção aos centros dinâmicos de consumo.

3.6 Os Círculos de Cooperação na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais

Se, por um lado, os circuitos espaciais da produção se referem aos fluxos de ordem material, por outro, os círculos de cooperação — que a eles se articulam — são estruturados por fluxos de natureza imaterial que asseguram a realização da produção. Para Santos (1986) os círculos de cooperação referem-se à logística da circulação dos produtos, aos fluxos imateriais, tais como capital, informação, mensagens e ordens.

Dessa forma, “os círculos de cooperação são essenciais por permitirem colocar em conexão as diversas etapas, especialmente separadas, da produção, articulando os diversos agentes e lugares que compõem o circuito espacial de produção” (Castillo; Frederico, 2010, p. 464).

Logo, os círculos de cooperação que dão suporte à cafeicultura em Minas Gerais constituem-se como uma rede de interações entre diferentes agentes que atuam de forma articulada nas esferas do financiamento, pesquisa, assistência técnica e comercialização, tornando-se deste modo operacionais à manutenção da competitividade da produção. Essa rede não apenas sustenta a produção do café, como também promove sua capacidade de adaptação tecnológica e competitividade econômica. Reconhecemos que a cooperação estabelecida para a atividade é complexa, seja pelo conjunto de atividades e ações, seja pela especificidade de um número também significativo de segmentos e agentes que a compõem. A seguir, apresentamos de forma sintética os segmentos e agentes que figuram com maior importância.

O próprio Estado, como agente fundamental de sustentação da atividade, compõe com centralidade os círculos de cooperação. No âmbito das políticas públicas, destacam-se mecanismos de crédito rural como o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa

Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), que operam de maneira complementar para fomentar o desenvolvimento do setor cafeeiro.

O Funcafé, criado em 1986 e regulamentado em 1987, tem como finalidade o financiamento das atividades de custeio, comercialização, recuperação de lavouras danificadas, capital de giro para indústrias e cooperativas, além de investimentos em pesquisa, promoção comercial e ordenamento da oferta por meio do apoio à estocagem. Sua atuação visa à modernização da cafeicultura, ao aumento da produtividade e à elevação da competitividade do café brasileiro nos mercados interno e externo (Mapa, 2010).

Segundo o Mapa (2024) para o ciclo 2024/2025, o total de recursos do Funcafé foi fixado em R\$ 5,75 bilhões. Deste montante, R\$ 1,7 bilhão será destinado ao custeio da produção, R\$ 2,4 bilhões à comercialização, R\$ 1,6 bilhão à aquisição de café, R\$ 1 bilhão ao capital de giro para indústrias e cooperativas, e R\$ 30 milhões à recuperação de cafezais danificados. Com relação aos beneficiados no ciclo passado, cerca de 47.858 produtores tiveram acesso ao crédito via cooperativas. Entretanto, a distribuição dos recursos ocorre por diferentes instituições financeiras como bancos comerciais, cooperativas de crédito e agências de fomento, a autorização para operar esse crédito se baseia no desempenho operacional do exercício anterior.

Nesse sentido, nos chama atenção mais uma vez a atuação das cooperativas, que com centralidade compõem os círculos de cooperação, visto que além de oferecerem serviços integrados à atividade propriamente dita da produção, como assistência técnica, fornecimento de insumos, armazenagem, preparo e beneficiamento do café, acesso a tecnologias e instrumentos de gestão de riscos, como o *barter* e o *hedge* em mercados futuros na conceção desse recurso financeiro, facilitam o acesso dos produtores ao crédito rural, operando como intermediárias na contratação dos financiamentos.

Assim, as cooperativas não apenas participam das etapas de comercialização e processamento, mas também atuam de forma direta no financiamento da produção, por meio da oferta de crédito, adiantamentos e instrumentos de custeio aos produtores associados. Ao desempenharem essa função, integram o círculo de cooperação que sustenta o circuito espacial produtivo, pois contribuem para viabilizar a produção e garantir a continuidade dos fluxos. O financiamento, nesse sentido, não constitui uma função externa, mas parte constitutiva dos mecanismos de coordenação e sustentação da atividade, reforçando o papel das cooperativas como agentes estruturantes da cafeicultura regional.

Além disso, outros agentes e ações estatais se tornaram importantes para o círculo de cooperação, como a criação em 1996 do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), vinculado ao Ministério da Agricultura, com o objetivo de formular e coordenar políticas públicas voltadas à produção, comercialização, exportação e pesquisa cafeeira. No mesmo ano, sob a coordenação da Embrapa, foi instituído o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (Programa Pesquisa Café), em parceria com o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA). Para sua execução, formou-se em 1997 o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, composto por instituições como Embrapa, Epamig, Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), MAPA, Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal de Viçosa (UFV).

A criação da Embrapa Café, em 1999, consolidou a gestão estratégica do programa, garantindo a continuidade e a articulação das ações de pesquisa científica e inovação tecnológica no setor cafeeiro. As ações do Programa Pesquisa Café têm possibilitado significativos avanços no desenvolvimento de cultivares adaptados às diversas condições edafoclimáticas do território brasileiro, com ênfase em produtividade, resistência a pragas e doenças, e qualidade da bebida. A pesquisa genética tem respondido diretamente a desafios históricos da cafeicultura, como a disseminação da ferrugem do cafeeiro, que nos anos 1970 provocou perdas generalizadas, exigindo o desenvolvimento de cultivares mais resistentes. Além disso, o aprimoramento de plantas mais produtivas foi fundamental para atender à crescente demanda internacional em momentos em que o café desempenhava papel estratégico na balança comercial brasileira.

Do mesmo modo, desde a década de 1950, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) tem liderado o desenvolvimento de novas cultivares, contando atualmente com cerca de 66 variedades registradas (Anexo B). Dentre elas, destacam-se as cultivares Mundo Novo e Catuaí, que representam cerca de 90% dos mais de quatro bilhões de pés de café arábica plantados no Brasil, devido à sua elevada produtividade, rusticidade, qualidade da bebida e ampla adaptação a diferentes ambientes. O contínuo lançamento de novas cultivares representa uma resposta científica aos desafios socioeconômicos e ambientais enfrentados pela cafeicultura nacional.

Do ponto de vista botânico, o cafeeiro pertence à família Rubiaceae, gênero *Coffea*, que abrange mais de 100 espécies descritas. Dentre essas, duas possuem relevância econômica mundial: *Coffea arabica* e *Coffea canephora*. A primeira, é altamente valorizada pela complexidade sensorial da bebida, caracterizada por aroma marcante, sabor adocicado e baixa acidez. Suas principais variedades comerciais incluem

Bourbon, Catuaí, Mundo Novo e Arara. Já o *Coffea canephora*, com destaque para as variedades Conilon e Robusta, possui maior teor de cafeína, alta produtividade e é amplamente utilizado na produção de café solúvel e em *blends*, devido ao seu elevado rendimento e maior teor de sólidos solúveis.

No estado de Minas Gerais, a rede de pesquisa do Consórcio Pesquisa Café envolve universidades públicas e privadas, institutos federais, secretarias estaduais e cooperativas. Entre as instituições que promovem a inovação tecnológica e a assistência técnica aos cafeicultores, destacam-se a EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), o IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária) e a EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais). Essas instituições são responsáveis, respectivamente, pela difusão de tecnologias, pela fiscalização e controle sanitário da produção agrícola, e pela geração de conhecimentos aplicados à cafeicultura.

Uma das iniciativas de destaque é o programa Certifica Minas Café, coordenado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) em parceria com a organização internacional UTZ Certified, sendo operacionalizado pela Emater, IMA e Epamig. A Emater atua na orientação e acompanhamento dos produtores para a adequação às normas de certificação; o IMA realiza auditorias internas e verifica o cumprimento dos critérios estabelecidos; e a Epamig contribui na adaptação tecnológica das propriedades, com base nos parâmetros técnicos exigidos pelo programa.

Ainda no que tange às ações do Estado para a cooperação à atividade, a Emater é a maior empresa pública de extensão rural no Brasil. Fundada em 1948, foi também a primeira do gênero a ser criada no país. Atualmente, está presente em cerca de 821 municípios do estado de Minas Gerais, sendo responsável pelo atendimento a aproximadamente 350 mil produtores rurais. Na região cafeeira do Sul de Minas, a Emater desempenha atividades extensionistas em 95 municípios — com exceção de Albertina, Caxambu, Guapé e São Lourenço, a partir de unidades regionais localizadas em Alfenas, Guaxupé, Lavras e Passos (Emater, 2026).

A estrutura de pesquisa científica que dá suporte ao cultivo de café em Minas Gerais é outro braço do Estado compondo o círculo de cooperação. Universidades e institutos federais como a UFLA, UFV, UFMG, IFSULDEMINAS e IFTM atuam na formação de profissionais nas áreas de agronomia, engenharia agrícola, zootecnia, ciências ambientais, economia agrícola, administração rural, entre outras. Essas instituições, ainda que por vezes localizadas fora do recorte da região produtiva,

desenvolvem pesquisas aplicadas que fortalecem a base científica da produção agropecuária e contribuem para a inovação contínua do setor cafeeiro. Além disso, na região os institutos federais oferecem cursos técnicos — inclusive na modalidade subsequente ao ensino médio — além de graduação e pós-graduação, com formação voltada, de forma específica, à cafeicultura.

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) destaca-se como um dos mais importantes centros de formação, pesquisa e inovação em cafeicultura no Brasil. A universidade oferece cursos de graduação e pós-graduação em áreas estratégicas, como Agronomia e Engenharia Agrícola, formando profissionais especializados para o setor. Além disso, tem contribuição histórica à fundação e consolidação do Consórcio Pesquisa Café.

A universidade abriga núcleos e estruturas dedicadas exclusivamente ao café, como o Núcleo de Estudos em Cafeicultura (NECAF), criado em 1995 a partir de convênio com o Conselho Nacional do Café (CNC) e atualmente integrante da Agência de Inovação do Café (InovaCafé). O núcleo desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo reuniões técnicas, cursos, treinamentos, consultorias, dias de campo e projetos voltado à difusão de tecnologias para produtores, manejo da lavoura, análise de solo e folhas, nutrição, irrigação e controle de pragas, doenças e nematoides, em parceria com instituições como a Epamig e empresas privadas.

Outro destaque é o Núcleo de Estudos em Qualidade, Industrialização e Consumo do Café, vinculado ao Departamento de Ciência dos Alimentos. O núcleo integra conhecimentos sobre qualidade, processamento e consumo, desenvolvendo ações de ensino, pesquisa e extensão, como cursos de capacitação, treinamentos em classificação, torra, preparo e degustação de cafés, além da participação em eventos, feiras, concursos de qualidade e projetos sociais ligados à cafeicultura.

Na área de extensão e formação profissional, a UFLA criou em 2016 a Cafeteria-Escola CafESAL, um projeto que funciona como laboratório de preparo de cafés e ponto de comercialização dos produtos da universidade, oferecendo regularmente cursos de barista e capacitações técnicas. A universidade também abriga o Núcleo de Estudos em Pós-Colheita do Café (Pós-Café), vinculado ao Departamento de Engenharia, cujo objetivo é formar profissionais especializados na melhoria da qualidade do café e o desenvolvimento de tecnologias em pós-colheita.

Além disso, é também sede do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Café (INCT Café), um dos maiores programas científicos do país, criado pelo MCT/CNPq,

com apoio financeiro do CNPq e da Fapemig. A produção científica de todos os departamentos é publicada na revista *Coffee Science*, vinculada ao Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, coordenado pela Embrapa Café. Além das atividades acadêmicas, a UFLA é parceira na realização de eventos especializados como o Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais e a Expocafé.

Em relação aos Institutos Federais, estes possuem diversos campi distribuídos estrategicamente, com forte presença na região cafeeira do Sul de Minas, nos municípios de Carmo de Minas, Inconfidentes, Muzambinho, Machado, Passos, Poços de Caldas e Três Corações. Dentre as iniciativas destacamos o Polo de Inovação Agroindústria do Café, criado em 2017, uma parceria entre o IFSULDEMINAS e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). O polo conta com a atuação de aproximadamente 110 estudantes bolsistas e 37 docentes, dedicados ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para o setor cafeeiro.

Com sede em Machado, o polo desenvolve tecnologias inovadoras voltadas ao agronegócio do café, abrangendo desde a produção agrícola até a industrialização e o desenvolvimento de equipamentos destinados ao consumidor final. As pesquisas concentram-se, especialmente, nas áreas de máquinas e implementos agrícolas e de insumos para a cafeicultura, resultando em produtos inovadores com patentes registradas e já comercializados por empresas parceiras.

Além da atuação em pesquisa e inovação, o IFSULDEMINAS oferece formação educacional na área agrícola, com ensino médio integrado aos cursos de Agrimensura (Inconfidentes) e Agropecuária (Muzambinho, Inconfidentes e Machado); cursos técnicos subsequentes em Agropecuária (Machado e Muzambinho), incluindo habilitação específica em Cafeicultura em Muzambinho; graduação em Agronomia (Machado); graduação tecnológica em Cafeicultura (Muzambinho); e graduação em Engenharia Agrônômica em Muzambinho e Inconfidentes.

Além dessas instituições, destaca-se a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), com campus em Passos, que oferece cursos de graduação em Engenharia Agrônômica/Agronomia. Soma-se a ela a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), que apesar de não oferecer ensino especializado em cafeicultura, desenvolve pesquisas e promove a divulgação científica sobre os aspectos físicos, sociais e econômicos da cafeicultura no Sul de Minas.

Complementarmente, ainda integram a cooperação à atividade os campos experimentais da Epamig, localizados em municípios estratégicos da região cafeeira —

como Caldas, Lambari, Machado, Maria da Fé, São Sebastião do Paraíso e Três Pontas —, e têm como objetivo a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, cultivares e práticas de manejo. Esses centros são fundamentais para o avanço da produtividade, qualidade e sustentabilidade da cafeicultura na região, atuando como polos de difusão de conhecimento técnico-científico e de validação de inovações adaptadas às condições locais.

Figura 8- Fazenda experimental da Epamig, São Sebastião do Paraíso-MG



Fonte: Arquivo pessoal (2025). Organização da autora.

Apesar de a Epamig conduzir pesquisas em diversas culturas, como milho, arroz sequeiro, uva para vinhos especiais, sementes de soja, a observação em campo evidencia uma notável concentração de esforços na cafeicultura. Suas unidades são responsáveis pela criação de novas variedades de café (por exemplo, o cultivar Paraíso I e II) e por pesquisas em manejo e controle de pragas, como a ferrugem, o bicho-mineiro e a cigarrinha do café.

Informações obtidas em campo indicam que a Epamig também tem investido em pesquisas e modernização em agricultura digital. A aquisição de drones de alta capacidade e a contratação de pesquisadores especializados em inovações tecnológicas evidenciam o objetivo da instituição com a otimização da aplicação de insumos e a gestão das lavouras.

A colaboração com propriedades privadas, que servem como campos de validação de novas variedades e sementes, e o convênio com a Cooxupé, demonstram a articulação da instituição com os setores privado e cooperativista para a difusão de inovações, cujos resultados são apresentados periodicamente à comunidade por meio de "dias de campo", fomentando a capacitação de produtores e a adoção de novas práticas.

Historicamente, a Epamig custeada pelo governo estadual, mas atualmente opera com a necessidade de gerar sua própria receita, como em uma de suas fazendas, com 244

hectares, e expectativa de colheita de no mínimo 1.500 sacas em 2025, a serem comercializadas por meio de leilões públicos.

O beneficiamento e a torrefação do café são realizados na unidade de Machado, que já forneceu o produto para instituições governamentais de destaque (como a Assembleia Legislativa do estado) (Trabalho de Campo, 2025). Apesar dos desafios financeiros, a instituição conta com o apoio de instituições como a Fundação de Amparo e Pesquisa do estado de Minas Gerais (Fapemig) e a Embrapa Café, que fornecem incentivos para a continuidade das pesquisas.

Além dos centros de pesquisa públicos, também é possível reconhecermos o papel de entidades e organizações de classe na cooperação da cafeicultura, casos da Coccamig e da Fundação Pró-Café. Na cidade de Varginha a Coccamig, uma organização que atua com o objetivo de centralizar, intermediar e otimizar serviços financeiros e comerciais, de forma coletiva, para as cooperativas afiliadas.

A Coccamig foi fundada em 1985, atua aos interesses das cooperativas regionais, como intermediadora na compra e venda de produtos a preços mais competitivos de mercado.

Figura 9- Coccamig e Fundação Pró Café, Varginha-MG



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

O foco é aumentar o poder de compra de suas afiliadas. Atualmente, a central negocia insumos em grande escala, como defensivos, adubos e sementes, garantindo

preços mais competitivos. Em 2025, a organização contava com 20 cooperativas⁵. Essa união nas negociações assegura uma economia de escala significativa que elevam o seu maior potencial de mercado.

A partir de informações colhidas em campo (2025), a escolha de Varginha como sede da Coccamig se deve à sua posição estratégica no agronegócio cafeeiro. A cidade oferece facilidade de acesso a grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, além de contar com uma via de escoamento próxima à rodovia Fernão Dias (BR-381), assim, a cidade centraliza cooperativas ao seu redor, aumentando o potencial de atuação da Coccamig.

Diante da necessidade de preservar e ativar o patrimônio tecnológico do extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC) — composto por banco genético, laboratórios, fazendas experimentais e corpo técnico — surgiu, em 2001, a Fundação Pró-Café. A Fundação é mantida por cooperativas, sindicatos e associações de cafeicultores. A instituição é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que desenvolve atividades voltadas à pesquisa, ao desenvolvimento e à difusão de tecnologias para a cafeicultura e possui registro de 37 cultivares de café. Atualmente, e na região cafeeira do Sul de Minas, conta com laboratórios de análise de solo, biotecnologia, fertilizantes e corretivos; comercializa mudas de café de diversos cultivares por meio de viveiros localizados em Varginha; mantém fazendas experimentais em Varginha e Boa Esperança; além de campos experimentais conveniados em Carmo de Minas e Muzambinho.

Assim, são estabelecidos círculos de cooperação que sustentam a cafeicultura em Minas Gerais, evidenciando um modelo de articulação entre Estado, instituições de pesquisa, cooperativas, setor produtivo e mercado, orientado à inovação e a competitividade. Essa estrutura institucional solidária à atividade de produção tem sido fundamental para manter a liderança da região cafeeira do Sul de Minas na produção e exportação de café em âmbito global.

⁵ Capebe, Capol, Carpec, Coapeja, Cocarive, Cocatrel, Codepar, Coasavi, Coocafé, Coomap, Coopama, Cooperita, Cooperbom, Coopercam, Coopercor, Coopervass, Coopfam, Corples, Minasul e Sancoffee.

Seção 4.

Uso “cooperativo” e uso corporativo do território: cooperativas e *tradings* na Região do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais

Segundo Milton Santos (1996), para que o território se converta em espaço atrativo às grandes corporações, é imprescindível que ele se adapte a novas estruturas organizacionais capazes de acelerar os processos de produção e circulação de mercadorias, tarefa quase sempre assumida pelo Estado. Nesse contexto, o Sul de Minas Gerais se destaca por possuir uma infraestrutura apropriada “em termos naturais”, mas fundamentalmente e historicamente estabelecida pelo poder estatal (em diferentes escalas), permitindo o estabelecimento de uma economia e um território especializados no café (tal como avaliamos na Seção 1). Tais características, incluindo os fluxos e fixos presentes na região, são considerados ativos e recursos potenciais passíveis de serem explorados pelas grandes empresas transnacionais (Santos, 1996).

O resultado desse processo é a submissão de porções do território a uma lógica produtiva globalizada, orientada para a especialização regional. Em virtude do aprofundamento da divisão do trabalho, essas áreas produtivas convertem-se em espaços do fazer (Santos, 1996), cuja regulação é imposta, tanto política quanto economicamente, pelos espaços do mandar (Santos, 1996). As regiões focadas em *commodities* (no nosso caso, o café) suportam os impactos dessas relações econômicas, baseados em implicações sociais e ambientais e em relações assimétricas de poder. Logo, o uso do território como recurso (Santos, 2000) se materializa na racionalização desse território para atender aos interesses dos agentes hegemônicos.

Nesse sentido, para Santos (2005), há uma necessidade de diferenciar o território de todos, de uso coletivo, do território das empresas, utilizado como recurso e norma e para privilegiar seus próprios interesses. Ao acionarem espaços específicos para articular a produção de *commodities*, as multinacionais (bem como as cooperativas de maior porte) criam divisões do trabalho na região, o que, no caso da RPA Cafeeira do Sul de Minas, é evidenciado especialmente nas sedes das cidades do agronegócio (como avaliaremos na Seção seguinte).

As cidades do agronegócio manifestam uma forte dependência e são significativamente influenciadas por forças políticas, econômicas e sociais, e acabam por receber tanto as sedes de grandes cooperativas como principalmente pelas *tradings* que atuam na região, "atores hegemônicos" mundiais (Santos, 2000). Por meio de ações e normativas corporativas, esses atores integram porções do território ao movimento geral da globalização, promovendo uma específica divisão territorial do trabalho. Conseqüentemente, a dinâmica territorial de cada localidade é conduzida pelas políticas empresariais de agentes que são externos a esse território, o que resulta em um uso do espaço de caráter corporativo e seletivo (Santos; Silveira, 2001).

Ao prevalecer o uso corporativo do território, sobressai também a constituição de uma solidariedade organizacional que, para Santos e Silveira (2001) “[...] supõe uma interdependência até certo ponto mecânica, produto de normas presididas por interesses de modo geral mercantis, mutáveis em função de fatores do mercado” (Santos; Silveira, 2001, p. 307). Nesse contexto, em um território totalmente dominado pelas empresas, prevalecem, também, as verticalidades em detrimento das horizontalidades (Santos, 2005).

Na região em estudo, a situação é, a nosso ver, complexa, visto que a própria produção agrícola, em grande parte desempenhada por pequenos produtores, cria horizontalidades, ou seja, domínios contíguos e historicamente estabelecidos na região produtiva (Santos, 2005, p. 256), ainda que os resultados do trabalho sejam capturados por lógicas verticais, visto que a comercialização final é realizada por grandes *tradings* externas.

A presença das cooperativas, sem dúvida marcante na região, que a princípio poderia figurar como alternativa rentável e socialmente justa aos produtores cooperados, não se efetiva exatamente de tal modo, visto que seus moldes de atuação são por vezes muito parecidos com as práticas corporativas das *tradings* do café presentes na região, levando à subordinação do pequeno produtor também por esta instituições.

Assim, o arranjo vigente na região produtiva é caracterizado por esquemas de subordinação que atuam em duas frentes: via grandes cooperativas ou via capital privado externo (*tradings* cafeeiras). Esta configuração limita a autonomia da agricultura familiar, impactando, sobretudo, a diversificação da produção e a venda direta ao mercado consumidor. A subordinação gera um dilema produtivo na região. Embora as cooperativas garantam a inserção do pequeno produtor no mercado global de *commodities*, simultaneamente retiram sua autonomia sobre sua própria produção. O modelo produtivo

torna-se, assim, progressivamente mais dependente de capital, insumos, mecanização, crédito. Essa dependência aumenta os custos de produção e drena parte considerável da renda com a venda do café.

Essa dinâmica é um ciclo que se reproduz e repercute fortemente nas características produtivas do campo e na funcionalidade das cidades na Região Cafeeira do Sul de Minas. Assim, a região tem a feição atual caracterizada por municípios altamente especializados na cafeicultura, núcleos urbanos altamente dependentes da economia cafeeira e produtores familiares que, ao se integrarem ao comércio global da *commodity*, seja por meio de cooperativas ou das grandes *tradings* internacionais, tornam-se dependentes e subordinados ao agronegócio globalizado.

Além disso, a coordenação do circuito espacial produtivo do café, em função do uso corporativo do território pelos agentes hegemônicos, tem como efeito a intensificação da especialização produtiva da região. Esse processo leva à eliminação progressiva das práticas de manejo menos intensivas, abrindo espaço para a adoção de modelos de produção agrícola que atendem exclusivamente a padronização da produção conforme as exigências desses atores. Consequentemente, a região se torna, de forma progressiva, mais suscetível ao controle e às imposições vindas de locais distantes. Nesse sentido, para Santos e Silveira (2001):

[...] a atividade é subordinada aos mandamentos das empresas: na escolha de sementes e das espécies; na condução e na fiscalização dos processos; no uso do crédito oferecido, às vezes a taxas menores que nos bancos comerciais, e na contrapartida, dos contratos de exclusividade. Tais empresas também oferecem assistência técnica e influenciam as formas de colheita, de coleta e de transporte (Santos; Silveira, 2001, p. 291–292).

Nesse sentido, assiste-se à territorialização dos monopólios, que passam a gerir (seja via grandes cooperativas, seja pelas *tradings*), de maneira simultânea e articulada, não apenas a propriedade privada do solo, mas também o processo produtivo no campo e o subsequente processamento industrial da produção (Oliveira, 2012). O efeito direto é a instauração de uma dependência estrutural e a subordinação às oscilações e à instabilidade do mercado global de *commodities*. Em última instância, o território se torna um mero receptáculo de fluxos e decisões exógenas, perdendo a centralidade na determinação de seu próprio destino.

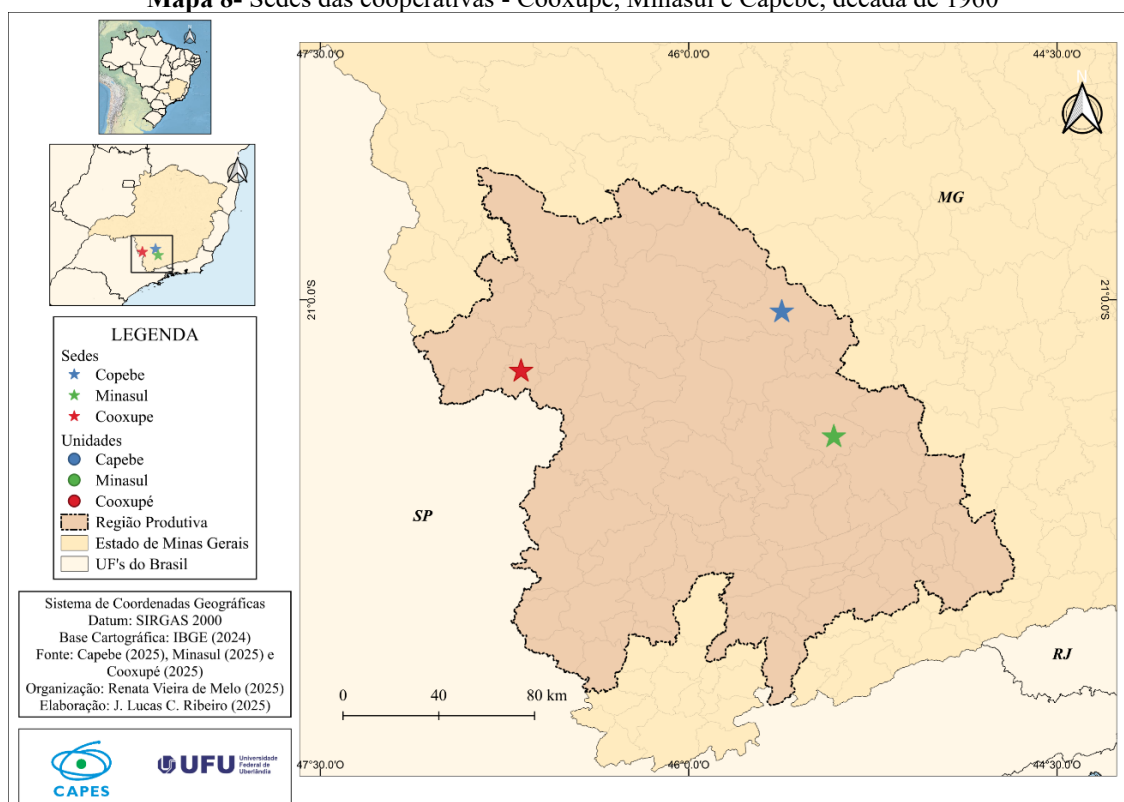
Localmente, o que se observa, sobretudo a partir dos anos 1990, é um acirramento e disputa pelo território, seja pelas cooperativas (expandindo suas redes de atuação e o

raio de alcance para garantia da originação do café), seja por grandes *tradings*, se se inserem na região e buscam oportunidades de originação, também diretamente junto a produtores.

4.1 As grandes cooperativas e suas estratégias de uso do território

A seguir, avaliamos três das maiores cooperativas na RPA Cafeeira do Sul de Minas Gerais, visando reconhecer suas lógicas de uso do território no período atual, especialmente no que diz respeito a expansão de seus escritórios de comercialização. O Mapa 8 aponta a localização de suas sedes até a década de 1960.

Mapa 8- Sedes das cooperativas - Cooxupé, Minasul e Capebe, década de 1960



Fonte: Capebe (2025); Cooxupé (2025); Minasul (2025). Organização da autora.

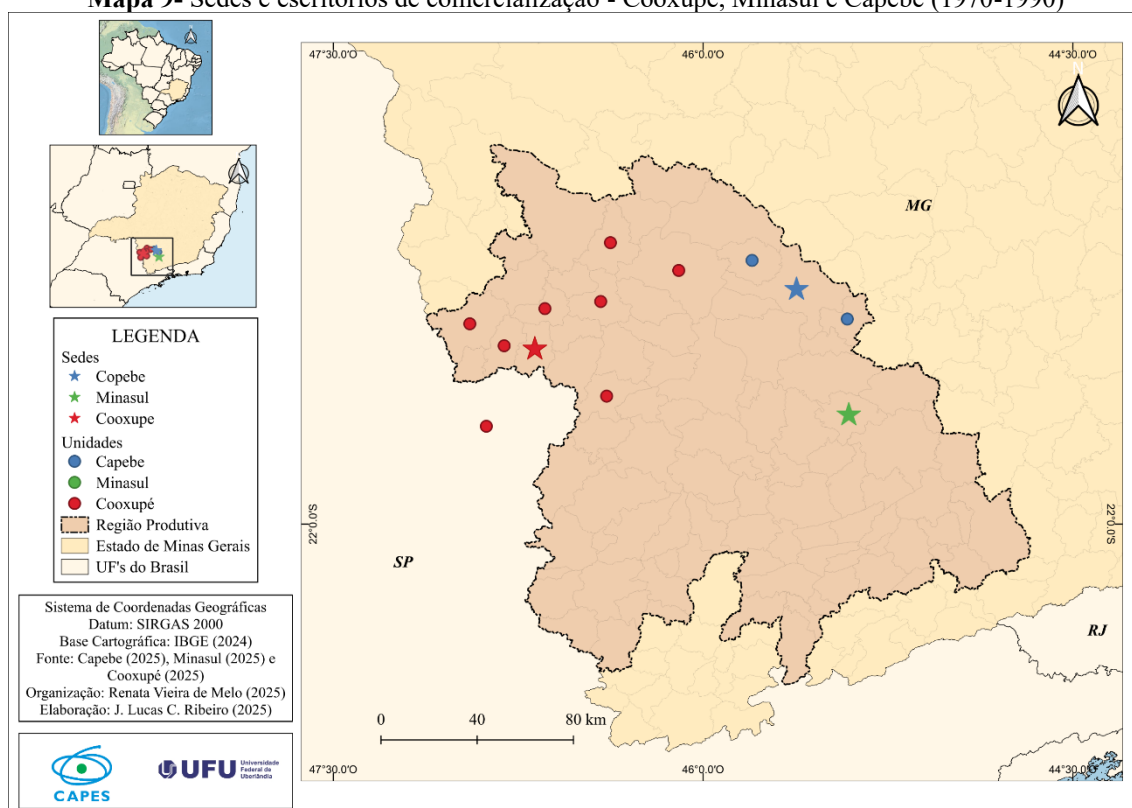
O Mapa 8 trata a Cooxupé, criada em 1932 como cooperativa exclusiva de crédito, ganhando a função atual em 1957, sediada em Guaxupé, maior instituição do gênero na região; também a Minasul, com sede em Varginha e fundada em 1958; e também a Capebe, com sede em Boa Esperança e criada em 1963⁶. As cooperativas, em sua

⁶ A escolha de tais agentes não se deu por acaso. Como apontado, estas são algumas das maiores e principais cooperativas da RPA, tanto no que diz respeito ao número de cooperados, quanto ao volume de café comercializado nos últimos anos. A definição também deriva do acesso aos dados de expansão de suas

fundação, operavam a partir de uma única matriz, reunindo produtores das áreas onde foram instaladas. Nesse período eram compostas por estruturas simples, com uma capacidade técnica limitada, atendendo a demandas mais imediatas de seus cooperados.

O Mapa 9 retrata a expansão das estruturas destes agentes no espaço regional, entre 1970 e 1990, período em que a produção cafeeira começa a tomar novos contornos e maiores exigências técnicas, a que Frederico (2017) reconhece como um tempo de cientificação e afirmação do meio técnico-científico para a cafeicultura. São características deste período um modelo de produção cafeeira alicerçado em novas bases tecnológicas e normativas, com destaque para a regulamentação estatal, com o Instituto Brasileiro do Café (IBC) desempenhando um papel central na renovação dos cafezais, no financiamento da produção e no controle de preços. Nesse contexto, o Sul de Minas se consolida como uma das principais regiões cafeeiras, e as cooperativas aproveitaram-se dessa conjuntura para ampliar a sua expansão territorial.

Mapa 9- Sedes e escritórios de comercialização - Cooxupé, Minasul e Capebe (1970-1990)



Fonte: Capebe (2025); Minasul (2025), Cooxupé (2025). Organização da autora.

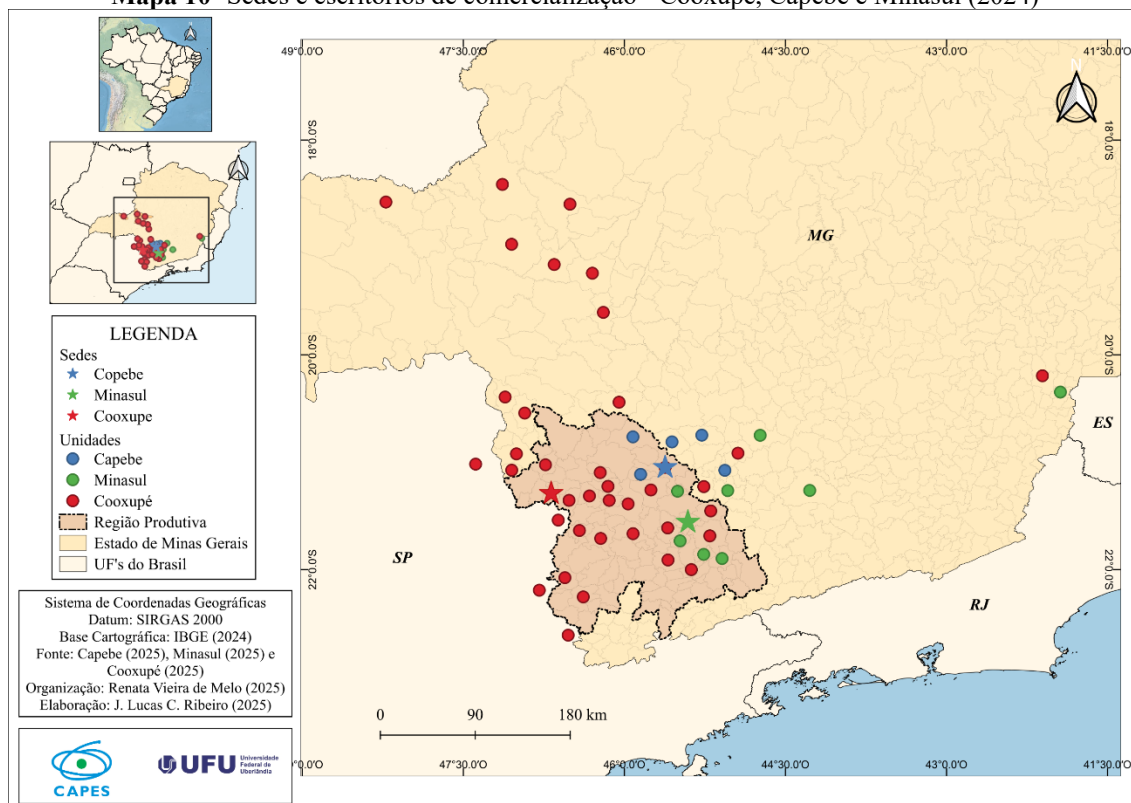
unidades de escritório ao longo das últimas décadas, recolhidos em trabalho de campo e por informes das próprias empresas.

Nesse período, a Cooxupé se destacou sendo a cooperativa com maior expansão territorial, estabelecendo inclusive um primeiro escritório fora do estado de Minas Gerais (São José do Rio Pardo-SP), em 1988. Com o crescimento no número de escritórios, as cooperativas ampliaram sua presença no território, o que permite agregar mais cooperados em diferentes localidades e, conseqüentemente, adquirir um maior volume de café. A expansão dessas cooperativas demonstra, nesses casos, a extensão de seu raio de ação sobre o território, revelando ao mesmo tempo a capacidade organizativa e de gestão sobre espaços que se tornam mais vastos. Na medida em que aumenta a sua capilaridade, passam a exercer um maior domínio e competitividade na região, ganhando mais força e influência para ditar tendências produtivas em outras áreas.

Entretanto, percebe-se que a expansão do número de unidades de tais agentes (escritórios ou agências de comercialização) ocorre principalmente a partir de 1990, em plena ascensão do neoliberalismo, da desregulamentação do mercado cafeeiro no país e sob o advento de uma cafeicultura científica globalizada (Frederico, 2014).

O Mapa 10 representa as sedes e escritórios das três referidas cooperativas, com novas unidades criadas a partir de 1990, até o ano de 2024.

Mapa 10- Sedes e escritórios de comercialização - Cooxupé, Capebe e Minasul (2024)



Fonte: Cooxupé (2025); Capebe (2024); Minasul (2025). Organização da autora.

Neste período a Cooxupé expandiu suas unidades para o estado de São Paulo, especificamente, em cidades próximas divisa com o Sul e Sudoeste de Minas, importantes para cafeicultura. As aberturas ocorreram em Caconde (1991), Altinópolis (2015) e, mais recentemente, em 2022, em Espírito Santo do Pinhal e Socorro. A cooperativa também se expandiu para outras regiões cafeeiras de destaque em Minas Gerais, como a Zona da Mata, onde abriu uma filial em Manhuaçu (2023), reconhecida pela produção de cafés especiais, e também intensificou sua presença no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, uma área de elevada produção, com filiais em Coromandel e Rio Paranaíba (1998), Serra do Salitre (2002), Araguari (2005), Monte Carmelo (2009) onde inclusive organiza anualmente uma grande feira voltada à cafeicultura, e também em Campos Altos e Patrocínio (2013) e Patos de Minas (2022) (alcançando, portanto, a produção cafeeira realizada no Cerrado). Isso demonstra a estratégia da Cooxupé em alcançar as principais áreas produtoras de café do estado de Minas Gerais e até mesmo fora dele.

A Minasul, cooperativa que iniciou suas atividades em Varginha, expandiu sua presença para além do Sul de Minas nesse período, fortalecendo sua capilaridade em importantes municípios cafeeiros. É notável que, após a sua fundação, a Minasul levou um tempo considerável para iniciar a abertura de núcleos em outras cidades. De muito menor estrutura que a Cooxupé, a expansão da Minasul é recente, ocorrendo principalmente a partir do ano 2000 e alcançando atualmente 12 municípios do Sul de Minas (Varginha, Três Corações, Santana da Vargem, Monsenhor Paulo, Nepomuceno, Lavras, Lambari, Elói Mendes, Alterosa, Cambuquira, Carmo da Cachoeira, Conceição do Rio Verde) e outros três em diferentes regiões de Minas Gerais (Oliveira, São João del Rei e Manhumirim) um deles inclusive na divisa com o Espírito Santos.

A Capebe, com matriz em Boa Esperança, iniciou sua expansão na década de 1980, concentrando-se em cidades do Sul de Minas. No entanto, foi após o ano 2000 que a cooperativa acelerou significativamente seu crescimento, expandindo-se para diversos novos núcleos, especialmente na região do Oeste de Minas. Essa estratégia de expansão demonstra a sua consolidação em áreas produtoras adjacentes à sua área de origem, o que permitiu à cooperativa ampliar sua base de cooperados e fortalecer sua presença no mercado cafeeiro.

A estratégia de difusão territorial destes agentes revela que, a partir desse período, a instalação de novos núcleos físicos tornou-se um mecanismo central nas ações de expansão territorial e garantia de mercado para as cooperativas, seja para ampliar a sua competitividade (visto que um conjunto de *tradings* também acessam o espaço regional

a partir sobretudo dos anos 1990), e/ou competir junto às demais cooperativas existentes e presentes na região.

Assim, tais cooperativas são responsáveis por grande parte da produção e exportação de café da região, reunindo milhares de cooperados e atuando em diversas etapas do processo produtivo, mas também estão sujeitas às complexas dinâmicas do mercado globalizado de café.

Conforme visualiza-se nos mapas, a Cooxupé (Figura 10) é, além da maior cooperativa, também a que está fisicamente presente em um maior número de municípios através de seus escritórios.

Figura 10- Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Matriz)



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Conforme o estatuto social da cooperativa, os requisitos para se tornar um cooperado incluem que a pessoa (física ou jurídica) se dedique à atividade agropecuária ou extrativa, por conta própria, em sua propriedade ou por meio de contrato agrário. É essencial que o futuro cooperado atue dentro da área de ação da sociedade, tenha livre disposição de sua pessoa e bens, e não pratique qualquer atividade que possa prejudicar ou conflitar com os interesses da cooperativa. A aprovação final do Conselho de Administração é obrigatória para que o candidato seja aceito.

A partir das informações obtidas, verificamos que as cooperativas têm diferentes critérios para definição do conceito de agricultura familiar. Na Cooxupé, por exemplo, os produtores são classificados em "mini, pequeno, médio, grande e mega", da seguinte maneira:

Tabela 11- Classificação dos Produtores Cooperados - Cooxupé - 2025

Classificação dos Produtores	Produção (em sacas de 60 kg)
Mini	Até 500
Pequeno	De 501 a 2.000
Médio	De 2.001 a 5.000
Grande	De 5.001 a 10.000
Mega	Acima de 10.000

Fonte: Pesquisa da Campo (2025). Organização da autora.

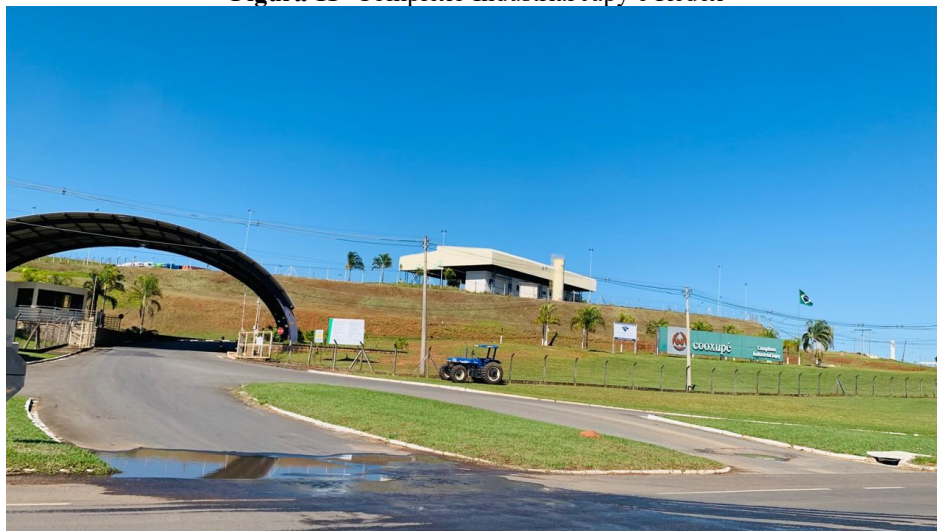
Para lidar com o perfil majoritário de seus cooperados (84% classificados como mini produtores), a Cooxupé utiliza a estratificação social como base para identificar e atender suas necessidades específicas da agricultura familiar. Nesse sentido, a cooperativa oferece uma série de serviços especializados, dentre eles, destacam-se a assistência técnica gratuita, campanhas de insumos com opções de pagamento a prazo ou via barter (troca de insumos por café), a atuação no mercado futuro, armazéns localizados em diferentes municípios para facilitar a logística e reduzir gastos com transporte, e a organização anual da Feira de Máquinas Agrícolas (Femagri), onde os produtores podem adquirir equipamentos diversos, trocando-os por café a ser entregue futuramente.

As operações da Cooxupé contemplam 49 unidades de negócios (escritórios de comercialização e suporte), incluindo a sede administrativa em Guaxupé. A própria instituição os classifica da seguinte forma - 12 núcleos, 09 filiais, 15 unidades avançadas, 12 postos de atendimento, além de um escritório de exportação localizado em Santos-SP. As atividades desempenhadas pelas unidades são praticamente as mesmas, com exceção dos núcleos que possuem uma estrutura de armazéns por efetuar o processo de recebimento de café. Segundo informações colhidas em campo, a importância da expansão territorial por meio das filiais e escritórios está na captação de novos produtores em regiões reconhecidas pela produção de cafés finos, ditos especiais, em muito requisitados no mercado internacional, o que evidencia o investimento da cooperativa na captação de cafés com alto valor.

Em 2011, a Cooxupé ampliou suas operações com a inauguração do Complexo Industrial Japy, um investimento, à valores da época, de aproximadamente 70 milhões de reais. As instalações aumentaram sua capacidade de armazenagem em 1,5 milhão de sacas. As estruturas são preparadas para receber café a granel e processar até 4.000 sacas por hora. O café é ensacado em *bags* e armazenado com o uso de empilhadeiras mecânicas. Quando autorizado para venda, o produto é transferido por dutos para um silo, onde passa por preparação conforme as demandas do mercado.

Além disso, o Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex) (Figura 11) criado em 2013, é operado pela Cooxupé no Complexo Industrial Japy, sendo o primeiro desse tipo no Sul de Minas, e tem como principal objetivo agilizar e simplificar o processo de exportação de mercadorias, especialmente o café.

Figura 11- Complexo Industrial Japy e Redex



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Toda a infraestrutura tem capacidade para expedir em média 22 mil sacas por dia e armazenar 2.991.643 sacas de café. Em 2024, o Redex de Guaxupé foi responsável por exportar cerca de 6 milhões de sacas de café. Com base na investigação de campo, constatamos que o transporte de café da cooperativa até o Porto de Santos é inteiramente terceirizado, o que implica no acionamento de empresas de transporte externas. Anualmente, um edital de contratação define quais empresas prestarão o serviço. No entanto, é comum que empresas de Guaxupé, mas também, de Santos e São Paulo, realizem essa operação. Já o transporte do café da fazenda do produtor até a cooperativa é mais flexível, podendo o produtor optar por contratar o serviço por meio da cooperativa ou, de forma autônoma, organizar o próprio transporte.

Entre as prioridades da gestão estão o investimento em infraestrutura, tecnologia e capacitação, para isso, em 2024, a Cooxupé investiu em obras, reformas, ampliações e construções de novas estruturas, visando fortalecer ainda mais o poderio da cooperativa. Também investiu em informática, inovação tecnológica, conhecimento, desenvolvimento e robotização, para garantir melhorias nos processos internos além de programas e sistemas seguros, conforme pudemos contatar nos levantamentos de campo (2025).

Além disso, a Cooxupé lançou a *SMC Specialty Coffees* (Figura 12), sua divisão dedicada a cafés especiais, focada na comercialização e fornecimento de cafés finos, especiais e certificados.

Figura 12- SMC Specialty Coffees, divisão de cafés especiais da Cooxupé em Guaxupé



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A SMC atua no sentido de oferecer suporte para agregar valor ao produto, e os programas de qualidade da cooperativa oferecem o apoio com técnicos agrícolas e agrônomos para ampliar a produção de café especial. O Programa de Cafés Especiais existe desde 2016 e, a partir de 2019, passou a ser denominado “Especialíssimo”. Do início até o ano de 2024, 4.349 cooperados fizeram parte do programa (Trabalho de Campo, 2025).

Esse programa marca o anseio da cooperativa na captação de cafés especiais, melhor remunerados no mercado externo. Para isso, a Cooxupé promove um concurso anual que premia os produtores de maior destaque. Na edição de 2024, cinquenta produtores foram selecionados e premiados. Cabe ressaltar que os três primeiros colocados são do Sul de Minas, e seus cafés obtiveram notas acima de 89 pontos na escala de classificação internacional escala de pontuação da Specialty Coffe Association (SCA) (escala de 0 a 100 pontos em que, a partir de 80 pontos, os cafés são reconhecidos como especiais). Foram distribuídos R\$ 330 mil reais em prêmios aos 50 lotes selecionados, com o vencedor recebendo R\$ 50 mil reais.

Também em 2024 a Cooxupé registrou uma receita aproximada de 10 bilhões de reais (Estadão, 2025) e recebeu cerca de 8 milhões de sacas de café das quais cerca de 120 mil são de cafés especiais (Trabalho de Campo, 2025). Além disso, a cooperativa

atingiu um recorde na produção de café processado em suas usinas industriais, totalizando cerca de 6 milhões de sacas (Cooxupé, 2025). Com base na pesquisa de campo, está entre as metas da cooperativa elevar esse volume e receber futuramente até 9 milhões de sacas anualmente. Para isso, a cooperativa intenta expandir suas ações para a Zona da Mata Mineira e outras regiões em crescimento, fixando novas unidades de atendimento.

Em relação aos principais mecanismos de aquisição, a Cooxupé adquire o café de seus produtores de duas formas principais, a maior parte, cerca de 90%, é comprada diretamente de seus cooperados, o restante, 10%, é adquirido por meio de corretores ou mesmo de outras cooperativas. O café comercializado destina-se principalmente a exportadores, indústrias torrefadoras e *dealers*⁷. A maior parte, entre 85% e 90%, é destinada ao mercado externo. Essa preferência pela exportação se deve à melhor remuneração que o mercado externo oferece (Trabalho de Campo, 2025).

Além disso, a Cooxupé exemplifica a integração do setor cafeeiro no Sul de Minas com o capital financeiro. Como maior cooperativa de cafeicultores do mundo, está conectada aos mercados internacionais, exportando café para dezenas de países e mantendo parcerias com diversas instituições financeiras. Tanto os cooperados quanto a própria Cooxupé têm acesso a financiamento fornecido por bancos públicos e privados, nacionais e internacionais.

Há uma interação significativa com empresas de insumos, que frequentemente utilizam o sistema de “barter”, onde os produtos agrícolas são fornecidos aos produtores que, por sua vez, reembolsam em grãos a preços previamente acordados, algo que se aproxima do mecanismo de contratos futuros negociados em bolsas de valores. As oscilações da cotação do café na bolsa são acompanhadas diuturnamente, exibindo em telas dispostas em suas unidades, em tempo real, os valores do dólar, dos mercados futuros e do preço físico do café. A cooperativa atua localmente quase como uma “extensão” da Bolsa de Valores, também proporcionando uma plataforma digital onde os cooperados podem gerenciar seus estoques e vender de acordo com suas necessidades e os preços disponíveis.

Com operações que exigem no mínimo 100 sacas (de 60 quilos) para uma negociação na Bolsa (B3, 2025), os pequenos produtores encontram na cooperativa um meio de acessar o mercado. Além disso, a Cooxupé disponibiliza especialistas para orientar os cooperados sobre os aspectos do mercado financeiro, atuando como

⁷ Agentes, empresas ou instituições que atuam comprando e vendendo café físico ou contratos futuros de café.

intermediária nas negociações. Esse processo ultrapassa sua escala de origem local para integrar mercados globais, promovendo, assim, uma maior conexão entre as esferas local e global (Frederico, 2014) o que evidencia a globalização econômica do setor cafeeiro. Conforme Frederico,

No que se refere ao território brasileiro, o melhor exemplo de “salto de escala” é o da Cooperativa dos Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé). A Cooxupé surgiu como uma cooperativa regional, que aos poucos se transformou na maior exportadora brasileira de café verde, com escritórios localizados nas principais regiões produtoras e portos exportadores, contando também com o seu próprio sistema logístico de escoamento da produção, e capaz de rivalizar com grandes tradings internacionais. No entanto, a Cooxupé é um caso de exceção, a maioria das cooperativas de produtores continua restrita às escalas local e regional, não conseguindo sequer negociar diretamente seus cafés no mercado externo, permanecendo subordinadas aos corretores e empresas exportadoras (Frederico, 2014, p. 41-42).

Ganhando tamanha expressão, Dulci (2021) também aponta que a Cooxupé representa um agente que viabiliza um mecanismo de financeirização da produção do café no Sul de Minas, devido a sua integração aos mercados internacionais. A cooperativa exporta para dezenas de países além de se relacionar com mais de 50 bancos (Dulci, 2021). Além de tais práticas, em 2024, a Cooxupé realizou uma movimentação no mercado financeiro para captar R\$ 150 milhões por meio da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Este novo tipo de operação permitiu à cooperativa acessar uma nova fonte de financiamento, diversificando suas estratégias de captação de recursos e rentabilidade, imersa nas práticas mais atualizadas de financeirização do agronegócio.

Os CRAs emitidos pela Cooxupé possuem garantia lastreada em Cédulas de Produto Rural Financeiras (CPR), o que faz com que a operação esteja diretamente atrelada ao risco da própria cooperativa. Coordenada pelo Banco Itaú, a captação foi estruturada em duas séries, com prazos de três e cinco anos (Cooxupé, 2024). A primeira série foi indexada ao Depósito Interbancário (DI), uma taxa de juros derivada do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), utilizada como referência para operações entre instituições financeiras. Já a segunda série teve sua remuneração originalmente atrelada ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No entanto, para mitigar riscos e garantir previsibilidade financeira, a Cooxupé realizou essa indexação para o DI, alinhando as duas séries sob a mesma referência.

Os títulos foram adquiridos por um grupo restrito de investidores. A utilização do CRA como instrumento de financiamento não é novidade para a cooperativa, que desde

2018 vinha analisando essa modalidade com maior atenção, visando fortalecer sua posição no mercado de capitais (Cooxupé, 2024).

Ademais, mesmo não possuindo sócios estrangeiros a Cooxupé, está investindo no mercado de seguros e tecnologia agrícola, destacando sua parceria com a PWC Garage (Piracicaba-SP), maior plataforma de inovação que agrega um conjunto numeroso de agtechs que oferecem diferentes soluções técnicas para a produção agrícola. A própria cooperativa também atua como investidora neste tipo de empresa, e recentemente ampliou sua atuação por meio do clube de investimentos “AgroVen” originário de Uberlândia (Silva; Pereira, 2025). Essa estratégia reflete uma busca por novas fontes de recursos financeiros, mas também é reveladora de contradições, pois é uma organização que tem gênese no ideário cooperativista, ainda que estabeleça práticas comuns aos maiores grupos capitalistas no contexto da financeirização da economia.

A partir das incursões de pesquisa realizadas em campo (2025), notamos que a pauta de diversificação produtiva já vem sendo discutida na cooperativa, já que em janeiro de 2025, marcou oficialmente a sua entrada no mercado de grãos. A iniciativa faz parte das estratégias da cooperativa na diversificação de seus negócios, para ampliar o portfólio de serviços oferecidos, gerar a captação de novos produtores e elevar a participação da Cooxupé no mercado de *commodities*.

Sendo a região produtiva repleta de agentes hegemônicos, e em conformidade com as informações obtidas em campo, a Cooxupé enfrenta uma concorrência acirrada na atividade de originação (garantindo o recebimento dos grãos), inclusive com outras cooperativas como a Cocatrel e a Minasul, que possuem unidades em cidades ou em áreas próximas às unidades de serviços da Cooxupé, como também, com as próprias *tradings*, como a NKG e Volcafé.

Logo, suas ações se direcionam no sentido de garantir uma liquidez imediata aos cooperados, o que lhes permite a venda do seu produto a qualquer momento e a busca por um melhor preço nas negociações com o mercado externo. A fim de ampliar sua competitividade, identifica novos mercados no exterior com grande potencial de consumo, como partes da Ásia e do Oriente Médio, para direcionar suas vendas para essas localidades, o que nos revela a intenção de elevar parcerias comerciais. Apesar desse contexto de competitividade, a cooperativa mantém relações financeiras com as demais cooperativas e *tradings* da região. A pesquisa de campo revelou que é comum a realização de negócios de compra e venda entre elas.

Ainda conforme informações obtidas em campo, o maior desafio atual enfrentado reside em equilibrar a relação entre oferta e demanda do produto, mantendo preços competitivos, ao mesmo tempo em que lida com custos operacionais elevados. Entre esses custos, a cooperativa apontou as taxas da bolsa de valores, os juros altos da economia brasileira e os constantes atrasos no Porto de Santos, que encarecem o produto. No entanto, para enfrentar esses desafios, a Cooxupé aponta como estratégia a negociação com bancos e o governo, buscando taxas de juros mais acessíveis e soluções para os problemas de logística e transporte no Porto de Santos por meio de sua influência política.

Tendo em vista sua atuação na região Sul de Minas, a Cooxupé considera que, entre aos principais municípios, Alfenas é um ponto estratégico para viabilização dos seus negócios, por congregar a presença de um núcleo atuante e significativo em termos de produção, capacidade de armazenagem e comercialização da produção. Além disso, Nova Resende é importante no contexto cafeeiro regional, por possuir o maior número de cooperados (cerca de 2 mil) e pelos elevados volumes produzidos (Trabalho de Campo, 2025). Assim, entendemos que a própria cooperativa reconhece e explora especificidades do território na região, já que diferentes municípios desempenham funções particulares no circuito espacial produtivo.

Ainda no âmbito da análise das cooperativas, a Cooperativa Agroindustrial de Varginha (Minasul), segunda maior cooperativa de café do mundo, também merece destaque, Figura 13.

Figura 13- Cooperativa Minasul em Varginha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

O ingresso na cooperativa é condicionado à posse da Inscrição Estadual de Produtor Rural. Ademais, cerca de 90% dos cooperados são pequenos produtores, com

estabelecimentos de aproximadamente 20 hectares. Embora espalhados por diversos municípios, Elói Mendes se destaca, abrigando 1.200 cooperados, o de maior volume (Trabalho de campo, 2025).

Sua estrutura conta com 15 unidades, entre a sede administrativa e unidades de serviço. Até a década de 1990, operava exclusivamente a partir da sede em Varginha, sendo que a expansão para outras 14 localidades ocorreu após esse período, alcançando em sua maior parte municípios da Região Cafeicultora do Sul de Minas Gerais, mas também fora dela.

Com base em informações obtidas em campo, a aquisição de café pode ocorrer diretamente com o cooperado, ou por meio de outras cooperativas ou ainda via intermediários (corretores). No entanto, 90% do café recebido é proveniente dos cooperados. Entre 20% e 30% dos cooperados produzem cafés especiais (acima de 80 pontos na classificação), o que releva a o foco na elevação das produções de cafés com maior valor de mercado.

A partir da pesquisa de campo, constatou-se que a cooperativa não recebeu incentivos governamentais diretos para se instalar em todos os municípios onde possui núcleos. No entanto, na cidade de Varginha, foi concedido um terreno para a instalação de seu armazém. A presença de diversas filiais em vários municípios é importante para o crescimento da cooperativa. A função dessas unidades é aproximar o produtor de toda a tecnologia e do mercado de vendas, além de facilitar a logística, oferecendo menor distância para armazenagem do café, assistência técnica e outros serviços.

Ainda em relação às filiais, observou-se que a cooperativa já foi solicitada em outros municípios. No entanto, para consolidar uma nova unidade, há um período de teste no local. Se não houver incentivos fiscais locais ou se a adesão não for significativa, a cooperativa opta por liquidar suas atividades. Um ponto importante é que, mesmo sendo a maior cooperativa de café do mundo, a Cooxupé não possui núcleos em Varginha, o que revela o domínio da Minasul no município e seu poder de alcance junto aos produtores locais.

Diferente de outras cooperativas da região que diversificam seu portfólio de *commodities*, a Minasul comercializa apenas café. No entanto, existe também a fabricação insumos cereais (principalmente derivados de milho), além de processamento de grãos de soja. Atualmente, a venda de insumos para a produção de cereais é maior do que a de insumos para café.

Em uma região com forte concorrência entre cooperativas e *tradings* de café, especialmente em Varginha, a Minasul se destaca por meio de estratégias bem definidas. A cooperativa prioriza a prestação de serviços essenciais à produção, agilidade nas comercializações e seus processos de compra e venda. Além disso, investe continuamente em tecnologia para se diferenciar das concorrentes (Trabalho de Campo, 2025).

Um exemplo disso é o lançamento da "coffee coin", a primeira criptomoeda de café do mundo, baseada na tecnologia *blockchain*. Essa criptomoeda foi criada para manter um valor estável, atrelado a um quilo de café arábica verde. A "coffee coin" pode ser utilizada no mercado financeiro como investimento, para transferir valores ou, simplesmente, para adquirir a mercadoria de forma virtual, sem a necessidade de ter o produto físico ou mesmo de cultivar um cafeeiro.

Em relação à tecnologia, a cooperativa tem investido significativamente nesse setor. Recentemente, iniciou a automação e robotização de seus armazéns. Além disso, já conta com a chamada "Fazenda Digital", solução que emprega Internet das Coisas (IoT) para facilitar a gestão de propriedades. Tais iniciativas incluem um armazém inteligente, que permite o acompanhamento instantâneo da movimentação de produtos e lotes por meio de etiquetas de identificação por radiofrequência, representando um esforço de digitalização dos processos no agronegócio.

Entre os principais compradores de café estão as *tradings*, muito presentes na cidade, e grandes torrefadoras como a Melitta. Em termos percentuais, cerca de 20% do café é destinado ao mercado externo por meio das *tradings*, enquanto os 80% restantes são absorvidos pelo mercado interno, principalmente pelas torrefadoras (Trabalho de Campo, 2025).

Face ao exposto anteriormente, em termos percentuais, 90% do café adquirido pela cooperativa é proveniente de pequenos produtores enquadrados no perfil da agricultura familiar. Desse modo, a cooperativa adota ações específicas para lidar com as particularidades dessa produção, como a oferta de assistência técnica e treinamento para café tradicional ou especial, visando adequar a produção aos padrões de qualidade. Para inserir o cooperado nos parâmetros do mercado mundial, a Minasul também investe em tecnologia, fornecimento de insumos agrícolas, logística e apoio à certificação.

A incursão em campo revelou que as cidades de Elói Mendes e Três Pontas são fundamentais para a gestão dos negócios da cooperativa, pois se destacam como grandes produtoras, como também, Guaxupé, já que abriga a Cooxupé, com a qual a Minasul mantém uma relevante relação comercial de compra de café.

Já a Cooperativa agropecuária de Boa Esperança (Capebe) também está entre as maiores cooperativas atuantes na região. O início de suas atividades se deu em 1963, com sede no município de Boa Esperança. Atualmente reúne mais de 9 mil cooperados distribuídos por 10 municípios da região (Capebe, 2025). Até a década de 1990, mantinha apenas duas unidades fora da cidade, localizadas nos municípios de Coqueiral e Ilícinea. A partir desse período, deu início a um processo de expansão, para a cidade de Nepomuceno, Campo do Meio, Cristais, Candeias, Guapé, Perdões e Santana da Vargem.

Figura 14- Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Matriz)



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A cooperativa tem investido na valorização de cafés especiais e certificação de seus cooperados, assim, ocorre atualmente, a modernização dos seus departamentos para dar suporte aos produtores que desejam produzir cafés especiais Além dos serviços inerentes da cafeicultura como armazenamento, laboratório de análise, venda de insumos, a cooperativa possui posto de combustível e atua com a fabricação de derivados de laticínios.

Além dessas citadas anteriormente, a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatrel) se faz muito presente na região, Figura 15. A Cocatrel acumula cerca de 9.500 cooperados distribuídos principalmente entre os municípios de Três Pontas, Nepomuceno, Carmo da Cachoeira, Coqueiral e Campos Gerais, o que lhe garante uma receita de 2 bilhões de reais em 2023 (Ocemg, 2024). Além dos princípios do cooperativismo, a Cocatrel exige que arrendatários ou proprietários que desejem se tornar cooperados paguem uma taxa de um mil reais, que pode ser parcelada em três anos. Do total de seus membros, 86% são pequenos produtores, e apenas cerca de 100

cooperados produzem cafés especiais (Trabalho de campo, 2025), um número considerado baixo em comparação com outras cooperativas da região.

Figura 15- Cafeteria da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas – Três Pontas



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Para se instalar em Três Pontas ou nas cidades onde possui núcleos, a cooperativa recebeu isenções fiscais típicas do cooperativismo. Atualmente, a Cocatrel conta com 13 filiais que realizam o mesmo trabalho: armazenamento e comercialização de café, além da prestação de assistência técnica. A unidade mais recente, em Ilícinea, foi inaugurada em junho de 2025. A gestão considera essas filiais essenciais para fortalecer a cooperativa, pois a assistência técnica oferecida garante a fidelidade dos cooperados atuais e atrai novos membros no futuro (Trabalho de campo, 2025).

O principal método de aquisição de café da Cocatrel é a compra direta de seus cooperados, que representam 99% do volume adquirido. A cooperativa mantém fortes relações comerciais com torrefadoras e exportadoras, como a NKG, LDC e Olam. Em termos percentuais, 76% do café negociado fica no mercado interno.

Apesar de a agricultura familiar dominar a região, a Cocatrel observa que, especificamente em Três Pontas, os produtores familiares são mais capitalizados (Trabalho de Campo, 2025). Para aqueles com menor capital, a cooperativa oferece um tratamento diferenciado, que inclui assistência técnica gratuita, lojas de implementos com opções de financiamento ou barter e a instalação de 17 armazéns em 15 cidades, visando reduzir os custos de transporte.

Para enfrentar a concorrência na região, que conta com a presença de *tradings* e outras cooperativas, há o investimento em diferenciais e infraestrutura. A cooperativa

aposta em tecnologia para otimizar seus processos, e seu planejamento estratégico atual, com duração de seis anos, tem como meta aumentar o número de cooperados e fortalecer a fidelização (Trabalho de Campo, 2025).

Assim, as cooperativas, apesar de serem organizações estruturadas sobre os princípios do cooperativismo, divergem em números de cooperados, classificação da agricultura familiar, serviços prestados, e também no tamanho médio dos estabelecimentos de seus cooperados como podemos verificar, a partir das informações colhidas em campo:

Tabela 12- Média das propriedades dos cooperados – Cooxupé, Minasul e Cocatrel (2025)

Cooperativa	Tamanho dos estabelecimentos (em média)
Cooxupé	20 hectares
Minasul	10 hectares
Cocatrel	De 20 a 50 hectares

Fonte: Informações cedidas pelas empresas em trabalho de campo (2025).
Organização da autora.

Isso revela que, embora a região seja composta majoritariamente por agricultores familiares, a estrutura fundiária — quando analisada a partir das características dos cooperados das cooperativas em questão — apresenta maior concentração em alguns municípios, como Três Pontas, do que em outros, como Guaxupé e Varginha.

Face ao exposto, o controle dessa parcela do território mineiro não se dá exclusivamente por cooperativas, pois as multinacionais do setor cafeeiro também exercem uma influência significativa. Além de determinarem os métodos e ritmos da produção, essas empresas controlam a logística, a comercialização e uma parte substancial do financiamento (Frederico, 2013), desempenhando um papel importante para as diversas etapas presentes no circuito espacial produtivo dessa *commodity*.

Ademais, ressalta-se que na Região Produtiva Cafeeira do Sul de Minas, a dinâmica de compra e venda é dominada por uma estrutura oligopsônica, ou seja, a região é marcada por uma vasta quantidade de pequenos produtores, que representam a oferta do produto, e um número restrito de grandes compradores, como *tradings* e cooperativas, que concentram as aquisições da *commodity*. Essa assimetria de poder de mercado impõe aos produtores estruturas de negociação suscetíveis a preços e condições comerciais ditados por esses agentes compradores, sendo nem sempre os mais vantajosos para os produtores.

Tal situação geográfica da região evidencia o controle exercido pelas grandes corporações e cooperativas, estendendo-se também aos agricultores familiares. A relação

entre essas empresas/cooperativas e os agricultores/cooperados é marcada por uma desigualdade de poder, na qual, enquanto as cooperativas e multinacionais acumulam capital, os agricultores familiares enfrentam ônus que os tornam economicamente dependentes. Essa dependência se manifesta na necessidade de atender aos padrões impostos por essas instituições, limitando sua autonomia produtiva. Assim, a dinâmica entre empresas, cooperativas e agricultores reforça a reprodução daquilo que Harvey (2016) intitulou de estrutura social assimétrica.

A situação descrita se alinha também no que Martins (2003) intitulou de sujeição formal do trabalho. Dessa forma, os agricultores são subordinados aos interesses dos agentes que dominam, organizam e coordenam o circuito espacial produtivo do café nessa região. Em outras palavras, o agricultor produz a mercadoria, nesse caso, o café, mas fica refém das condições de mercado impostas por esses grupos. Assim, o produtor fica sujeito as oscilações do mercado global, dependente de insumos e tecnologias advindas desses agentes e sem autonomia para comercializar a sua produção.

4.2 O paradoxo do cooperativismo

Nesta conjuntura de economia globalizada, a coordenação do circuito espacial de produção e, por conseguinte, do próprio território usado pela cafeicultura, é exercida por agentes hegemônicos. Estes agentes se manifestam sob a forma de multinacionais e grandes cooperativas que operam como verdadeiras corporações, pois detêm o poder de estruturação, coordenação e determinação dos fluxos e da dinâmica produtiva. Tais atores configuram-se como vetores da monopolização do território, ao subordinar os produtores rurais aos imperativos do mercado global de *commodities* de exportação.

A Política Nacional de Cooperativismo, sancionada pela Lei n.º 5.764/1971, constitui o aparato normativo que baliza os estatutos e relatórios de gestão do setor no território brasileiro. A conformidade à legislação, embora assegure a legalidade jurídica, revela-se insuficiente para instituir uma estrutura organizacional distinta das práticas mercadológicas capitalistas. A análise permite reconhecer que a operacionalização do cooperativismo replica a lógica corporativa e os arranjos de gestão territorial típicos das empresas privadas. Essa similitude estrutural sugere uma profunda penetração das diretrizes do mercado no modelo cooperativista, o que nos faz questionar a sua capacidade

de funcionar como uma alternativa socioespacial viável à distribuição de renda aos pequenos produtores.

Essa dinâmica estabelece uma ideologia invertida no modelo cooperativista, em tese inicialmente solidária e distributivista, que, no entanto, foi assimilada pela ordem de mercado e pela lógica capitalista, e, no nosso caso, típica da produção de *commodities*. A análise comparativa dos Estatutos Sociais das principais cooperativas da região evidencia uma homogeneidade formal. Ou seja, em termos de institucionais, os direitos e deveres dos cooperados não demonstram desvios significativos entre as organizações. As divergências observadas limitam-se a nuances na distribuição das sobras, as quais, de todo modo, mantêm-se em conformidade com a legislação vigente.

A título de exemplificação, analisamos os documentos institucionais, como o Estatuto Social e o Relatório de Gestão Financeira da Cooxupé, como já apontado, maior das cooperativas que atuam na região e, a nosso, ver um agente que incorpora plenamente “feições corporativas”. A análise revela a instrumentalização de mecanismos internos que condicionam a subordinação do produtor rural à cooperativa. Por exemplo, de acordo com o Artigo 16:

O associado tem o dever e obrigação de:

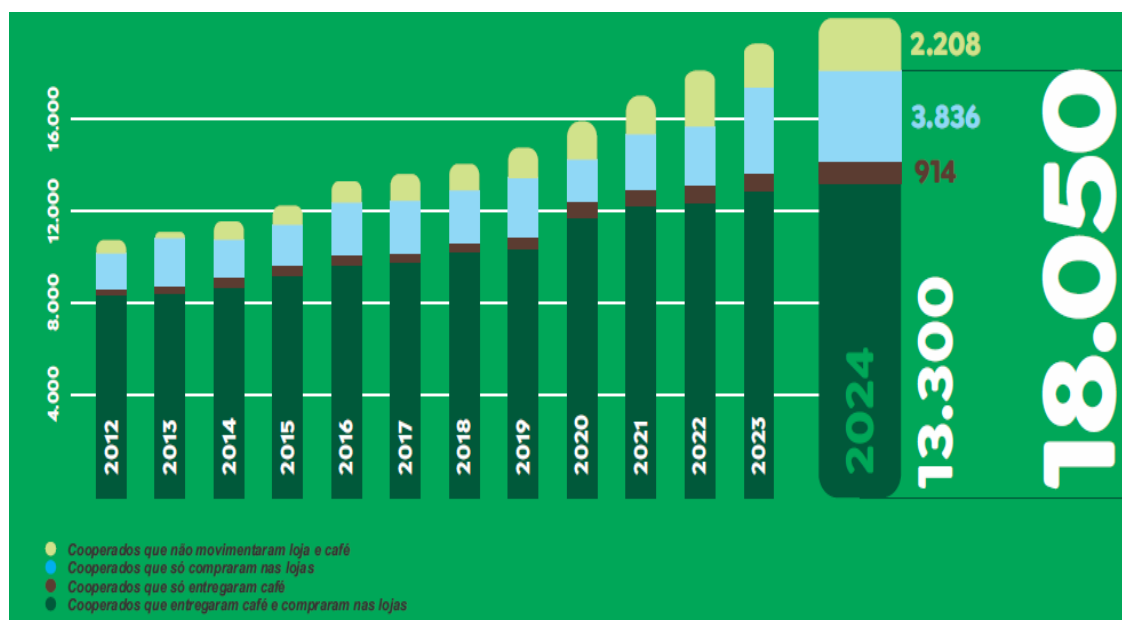
- a) Entregar sua produção à Cooperativa e realizar com ela as demais operações que constituam seus objetivos econômico-sociais, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho de Administração (Cooxupé, 2025, p. 11).

Estabelecer como deveres e obrigações do associado a entrega de sua produção e a realização das demais operações produtivas com a Cooperativa configura uma subordinação e captura institucionalizada da matéria-prima e do processo produtivo. Isso nos revela a face primária da subordinação, pois o cooperado, produtor do recurso principal comercializado pela entidade, perde o controle sobre sua própria produção, e até sobre as técnicas de manejo utilizadas em sua lavoura. Podemos dizer que a cooperativa passa a comandar as propriedades sem ao mesmo detê-las.

O Estatuto confere à cooperativa a posição de centralidade hegemônica, estabelecendo-a como o agente monopolista no que tange à circulação dos bens produzidos e dos serviços correlatos. Essa estrutura de controle permite a internalização e a apropriação da renda gerada em múltiplas atividades internas. Observa-se também uma integração vertical e horizontal, na qual a cooperativa estende seu domínio para além da comercialização do produto final. Seu poder de comando e gestão dos fluxos abrange

a prestação de serviços logísticos, como o transporte e o armazenamento, e a infraestrutura produtiva mediante a assistência técnica e o fornecimento de insumos. A Figura 16 a seguir divulgada pela Cooxupé é indicativa disso.

Figura 16: Participação dos cooperados em ações diretas com a Cooperativa



Fonte: Cooxupé (2025).

A Figura 16 demonstra a forma como isso acontece, evidenciando que a grande maioria dos cooperados realiza a totalidade ou quase totalidade dos serviços inerentes ao ciclo produtivo do café diretamente com a Cooperativa. Isso concretiza uma dependência técnica, comercial e financeira do produtor em relação ao agente coordenador.

Ademais, como teoricamente as cooperativas não se limitam à obtenção de lucro, tudo o que não é gasto e é acumulado é intitulado pelo regime cooperativista como “sobras”. Nesse sentido, a análise do mecanismo de distribuição das sobras figura uma concentração de capital na estrutura cooperativista. Conforme a Lei Cooperativista, uma das características que distingue o modelo cooperativista das demais sociedades consiste no “retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral” (Brasil, 1971). Ou seja, as sobras advindas do faturamento devem retornar aos associados, na proporção da utilização de cada um dos serviços que a cooperativa oferece. Por exemplo, o estatuto da Cooxupé prevê:

Art. 66 - Das sobras verificadas em cada setor de atividades, serão deduzidos os seguintes percentuais:

- a) 30% (trinta por cento) para o Fundo de Reserva – F.R.;
- b) 15% (quinze por cento) para o Fundo de Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social– FATES;
- c) 20% (vinte por cento) destinados ao Fundo para Aumento de Conta Capital;
- d) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Desenvolvimento (Cooxupé, 2025, p. 33).

Assim, 70% das sobras obtidas no período anual são destinadas a outras operações e a fundos. É certo que apenas 10% do restante das sobras totais será distribuído aos cooperados, já que 20% ficam a critério de deliberação em assembleia. Essa distribuição ocorre na proporção das operações que os produtores realizaram no período anual, o que favorece os maiores cooperados, pois eles tendem a entregar maiores volumes de café, comercializar mais e consumir mais serviços da cooperativa e, conseqüentemente, receber maiores sobras anuais. Tal situação corrobora a tese da distribuição residual do capital que é socialmente produzido.

No balanço de 2023, o montante distribuído (R\$ 101,4 milhões) representou uma fração minoritária das sobras e uma proporção pouco significativa do faturamento total (R\$ 6,4 bilhões) (Cooxupé, 2024), montante que foi pulverizado por um universo com cerca de 20 mil cooperados. Essa discrepância demonstra que, embora a cooperativa gere uma receita elevada a partir do produto gerado pelos produtores, a redistribuição efetiva dessa “sobra” não se traduz em um benefício significativo, reforçando o caráter de centralização de poder econômico e a subordinação estrutural dos cafeicultores a esse agente do circuito espacial produtivo do café na região.

Em nossa percepção e apenas a título de comparação, guardadas as especificidades e proporções, a estrutura de distribuição das sobras se assemelha ao mecanismo de distribuição de lucros em sociedades de capital aberto, em que a proporção dos dividendos é determinada pela posse de ações. Assim, o princípio da equidade é substituído pela primazia do capital investido e circulado, desvirtuando o potencial de solidariedade e de inversão da lógica do mercado que deveria pautar a organização cooperativa.

A Cooxupé foi destacada dada sua posição de hegemonia global no setor e seu domínio quantitativo de cooperados na região. Contudo, as demais grandes cooperativas operam sob uma estrutura de direitos, deveres, deduções e mecanismos de distribuição de sobras que replicam os mesmos princípios de funcionalidade, diferenciando-se apenas na proporção das distribuições a partir das receitas auferidas.

O Quadro 4 releva uma comparação entre agentes da região, confrontando as cooperativas selecionadas em termos de seus estatutos de atuação, volumes de receita acumulada, patrimônio líquido e estratégias de distribuição de sobras.

Quadro 4- Comparação entre os estatutos das principais cooperativas (Ano-base 2024)

	Cooxupé	Minasul	Cocatrel	Capebe
Deduções do faturamento total (Sobras)	30% (F.R); 15% (FATES); 20% (Aumento de Conta Capital); 5% Fundo de Desenvolvimento.	50% (F.R); 5% (FATES); 20% para o Fundo de Desenvolvimento.	35% (F.R); 10% (FATES) 20% para o Fundo de Desenvolvimento;	Não Divulgado
Patrimônio (R\$)	2.331.191.776,00	189.775.315,36	198.795.544,35	129.282.302,55
Variação patrimonial 2023-2024 (R\$)	10,9%	5,3%	1,7%	37,1%
Receita total	10.817.751.399,00	1.494.103.663,14	3.328.318.783,04	1.365.271.842
Sobras antes da destinação (R\$)	394.435.288,98	11.425.376,45	31.066.110,80	25.368.561,53
Sobras por cooperado (média) (R\$)	21.852,37	1.400,68	3.580,28	2.851,04

Fonte: Cocatrel (2025); Cooxupé (2025); Minasul (2022); OCEMG (2025). Organização da autora (2025).

A análise permite reconhecer o poder e a centralidade exercida pela Cooxupé. Sua superioridade reside na sua dimensão e na sua capacidade de concentrar e mobilizar um volume de recursos que a posiciona em primeiro lugar no *ranking* das cooperativas. Essa diferença elevada reafirma o controle do território e das dinâmicas regionais de produção, circulação e valorização do capital do agronegócio cafeeiro na região.

É de fundamental importância destacar que os valores de sobras destinados aos cooperados, tais como demonstrados no Quadro 4, configuram apenas uma média estatística advinda da acumulação da receita global. Esse quantitativo, embora necessário, não reflete a realidade da distribuição. Tal distorção é inerente à própria sistemática de repartição, já que o cálculo é balizado pela proporcionalidade das operações anuais realizadas por cada cooperado, ou seja, aqueles que apresentaram uma movimentação reduzida recebem um montante significativamente inferior ao valor médio divulgado.

Assim, alicerçado sob essas bases e nessa conjuntura econômica, a dinâmica do agronegócio cafeeiro regional passa a ser orquestrada por uma complexa rede de atores, que inclui as diversas cooperativas de café, com suas diretrizes de funcionamento, e, sobretudo, as poderosas *tradings* internacionais que controlam o mercado global da

commodity. Essa articulação hegemônica não se limita à homogeneização do espaço, mas também acarreta, de modo mais profundo, a alienação desse território (Santos; Silveira, 2001). O controle sobre as decisões de uso e gestão do espaço é, portanto, transferido para os agentes hegemônicos que ali coexistem. A materialidade do espaço, desse modo, é apropriada e direcionada pelos imperativos da acumulação global do capital do agronegócio, tornando a região submissa às decisões corporativas.

Desse modo, a especialização produtiva eleva a vulnerabilidade e a instabilidade territorial (Santos, 1979), já que o controle da comercialização da produção mais valorizada é limitado e tende a se concentrar nas mãos dos poucos agentes que dominam esse setor, seja pelas cooperativas, seja pelas *tradings*.

O uso corporativo do território, materializado pela atuação conjunta e articulada das cooperativas regionais e das multinacionais que comandam o mercado, institui uma condição de vulnerabilidade estrutural para a região. Essa lógica submete o espaço regional a uma constante exposição às decisões exógenas e às instabilidades do mercado internacional de *commodities*. Tal contexto figura uma dependência significativa que se abate, com maior intensidade, sobre os agricultores familiares, o elo mais frágil de todo o circuito espacial.

Embora haja uma competição aparente entre as corporações transnacionais e as grandes cooperativas regionais pela captura de produtores e pelo controle do espaço agrário, há também uma ampliação conjunta do domínio no circuito espacial produtivo do café. Portanto, a competição não impede que, em um movimento oligopsônio, ambas as organizações consolidem seu domínio sobre praticamente a totalidade produtiva da região.

Esse comando e controle se manifestam na verticalização e concentração das etapas produtivas que vão desde o fornecimento de insumos (fertilizantes, agrotóxicos), passando pela assistência técnica, o processamento agroindustrial e o financiamento da produção, até a comercialização e exportação. Esse domínio é ainda mais reforçado pela estrutura logística em que opera a atuação nos modais rodoviário e ferroviário, principalmente, e a posse de infraestruturas estratégicas, como terminais portuários, centros de distribuição e escritórios de negociação.

Nesse sentido, apesar da disputa por frações do mercado (e também do território), a lógica de acumulação dessas organizações é convergente, pautada na subordinação do produtor e na funcionalização do território aos seus imperativos. O resultado é a

institucionalização de um sistema que assegura a apropriação da mais-valia e o controle dos nós estratégicos do circuito espacial produtivo.

Logo, a cafeicultura científica globalizada (Frederico, 2014) praticada na região constitui uma paisagem geográfica do capitalismo (Harvey, 2016), caracterizada pelo controle territorial exercido por agentes hegemônicos que, com o respaldo do Estado, delimitam espaços direcionados à acumulação de capital. Desse modo, a região reflete as complexas dinâmicas da agricultura globalizada e os desafios enfrentados ao se ajustarem a essa nova realidade. É evidente que a domínio exercido pelas cooperativas decorre do seu poder na economia regional e sobre os produtores rurais.

Observa-se que a intensidade desse domínio se manifesta na correlação direta entre o maior número de cooperados e a densidade de controle exercido por tais estruturas no espaço; assim, alguns municípios têm o poder de comandar os demais. Logo, a expansão territorial das unidades de negócios cooperativas pelos municípios da região não é um mero crescimento orgânico, mas uma deliberada estratégia de gestão corporativa do território. Trata-se da capilarização do poder do capital por meio de fixos que garantem a apropriação dos fluxos regionais.

Diante disso, é imperativo examinar a integração dos pequenos produtores nessa lógica capitalista de produção, uma vez que eles se tornam dependentes dessas cooperativas e das demandas externas, não apenas para acesso a insumos, maquinários, armazenamento, financiamento e assistência técnica, mas também para comercializar e escoar sua produção. Essa dependência reflete o domínio exercido por essas organizações, já que os pequenos produtores possuem recursos limitados e enfrentam dificuldades para competir, sem um intermediário, no mercado global de café.

Outra vulnerabilidade incide especificamente sobre o trabalho realizado pelos agricultores familiares, que constituem a maioria dos cafeicultores nas cooperativas regionais. Embora possuam a prerrogativa de estocar sua produção nos armazéns para aguardar melhores rentabilidades, tal prática não se configura como uma norma. A principal razão é que alguns produtores precisam vender o café colhido para cobrir os custos da colheita e da manutenção da lavoura. Além disso, há o caso de parcela da produção já ter sido comprometida em algum contrato prévio, como o 'barter' (troca de produção por insumos/crédito/máquina).

Tal situação implica, muitas vezes, oferecer a produção a um menor preço, visto que as possibilidades de negociação da mercadoria não armazenada tornam-se muito mais restritas. Em contraste, os grandes produtores de café possuem uma maior capacidade

financeira, o que lhes permite estocar os grãos, seja nas cooperativas ou em armazéns particulares, podendo aguardar momentos mais favoráveis quando os preços do café subirem para realizar a venda e obter maiores lucros.

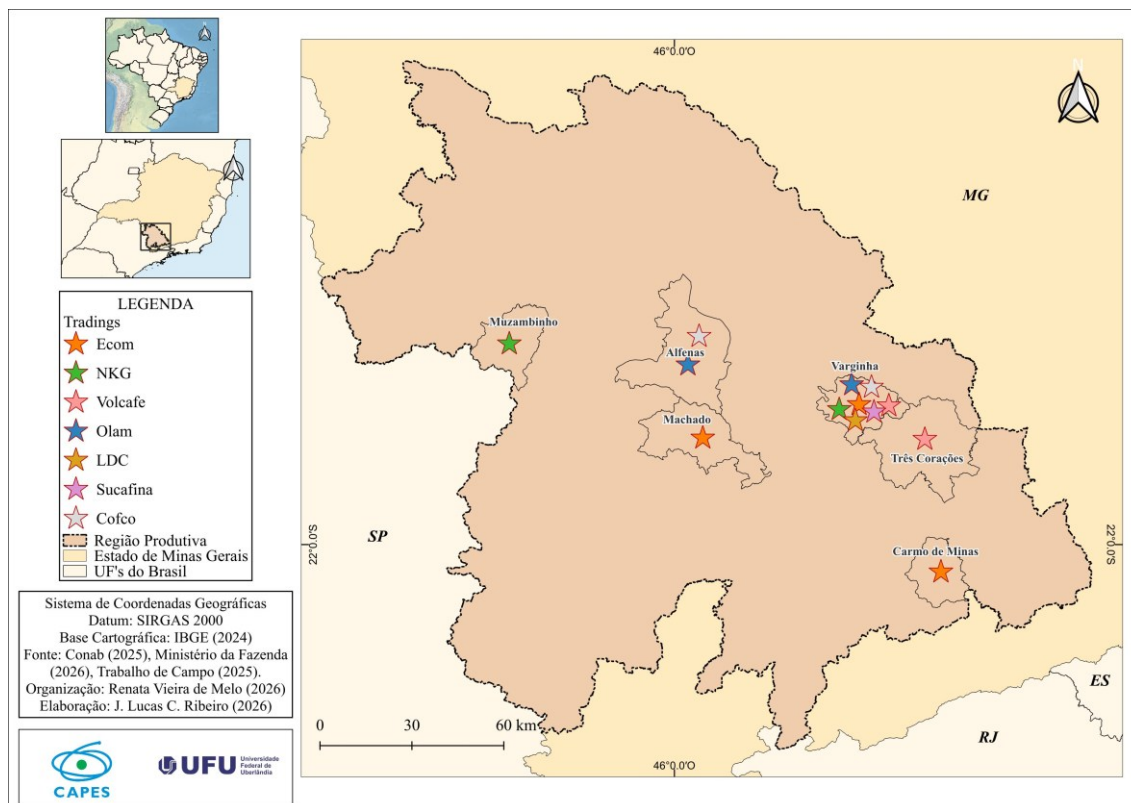
Nesse sentido, perpetua-se um ciclo de dependência econômica, já que os pequenos produtores são, sistematicamente, mantidos em uma posição de maior exposição às oscilações do mercado globalizado, o que diminui a sua capacidade de gerar excedentes. Conseqüentemente, a ausência de reservas financeiras limita a possibilidade de realização de investimentos em inovações técnicas, melhorias ou demais necessidades que venham a enfrentar durante o ciclo produtivo do café, e até mesmo de alcançar uma autonomia produtiva. O resultado é a manutenção de um espaço e de grupos de produtores subordinados à lógica corporativa do agronegócio, em que a possibilidade de autonomia econômica e territorial é cerceada.

4.3 As *tradings* globais na região produtiva

As *tradings* cafeeiras adentram o espaço regional valendo-se de condições institucionais e normativas favoráveis à reprodução ampliada do capital no agronegócio globalizado. Identificam-se, na região de estudo, sete *tradings* cafeeiras, sendo elas: NKG, ECOM, Louis Dreyfus Company, Volcafe, Sucafina, COFCO International e Olam.

As *tradings* atuam na originação do café, realizando a compra direta junto a produtores e também por meio de intermediários, o que tende a dinamizar as atividades do comércio atacadista nos lugares onde se instalam. Ao estruturarem canais próprios de aquisição, classificação e encaminhamento do produto, esses agentes ampliam a fluidez da circulação do café *commodity*, em múltiplas escalas, reforçando nexos entre a base produtiva local e o comércio global de *commodities*. Esse movimento, por sua vez, intensifica a disputa pelo controle dos fluxos e das etapas de comercialização.

O Mapa 11 localiza os escritórios das *tradings* em municípios da região produtiva do agronegócio cafeeiro do Sul de Minas.

Mapa 11- *Tradings* em municípios da Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas

Fonte: Trabalho de Campo (2025). Organização da autora.

Na sequência, podem ser examinadas as particularidades operacionais e territoriais dessas corporações na região cafeeira do Sul de Minas.

4.3.1 Neumann Kaffee Gruppe (NKG-Stockler)

A Neumann Kaffee Gruppe (NKG-Stockler) (hoje controladora da tradicional Stockler), tem sede em Hamburgo e atua desde a década de 1940 no comércio internacional de café verde. A topologia da empresa no território nacional alcança as principais regiões cafeeiras do país – além do próprio Sul de Minas, com unidade localizada em Varginha, existem unidades do grupo em outras importantes cidades de Minas Gerais para o circuito cafeeiro (como Manhumirim, Patrocínio, Araguari, Muzambinho, São Sebastião do Paraíso), mas também no estado de São Paulo (Espírito Santo do Pinhal e Franca, além de unidade na cidade de Santos) e no Espírito Santo (Vitória e Linhares). Conforme apontado por Oliveira (2016), a NKG figura entre as maiores *tradings* globais no comércio de café verde em grão, desempenhando um papel central na intermediação entre produtores e o mercado internacional. Suas operações abrangem diversas etapas do circuito espacial produtivo, incluindo aquisição de grãos,

controle de qualidade e logística de exportação, além de atuar também na importação, representação comercial e suporte ao setor cafeeiro (NKG, 2024).

Atuando no Brasil há cerca de 80 anos (escritório em São Paulo), a NKG se estabeleceu em Varginha há aproximadamente 32 anos, sendo essa a primeira filial no interior do país. Durante essa trajetória, ela alcançou um crescimento expressivo, expandindo-se, segundo estimativas da unidade, em pelo menos dez vezes o volume comercializado e seu tamanho original (Trabalho de Campo, 2025).

Figura 17- Escritório da NKG em Varginha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Atualmente toda a infraestrutura física está em Varginha e desempenha funções centrais na exportação, especialmente compra e venda de café verde. Segundo informações colhidas em campo, a decisão de se instalar nessa cidade resultou de objetivos da empresa em abrir novas fronteiras de negócios, já que Varginha oferece todos os serviços necessários para as suas operações e está localizada na principal região cafeeira do país.

Presente por meio de suas filiais em 12 cidades do Brasil, no Sul de Minas, também mantém unidades de negociação em cidades como São Sebastião do Paraíso e Muzambinho, onde também dispõe de ampla capacidade de armazenamento. Além disso, a rede é complementada por cinco armazéns distribuídos entre Varginha e Franca (SP) (Trabalho de Campo, 2025).

Diferentemente de outras *tradings* que atuam exclusivamente na intermediação comercial, a NKG também investe diretamente na produção cafeeira por meio da aquisição de terras. Um exemplo significativo foi a compra da Fazenda da Lagoa, em 2003, localizada na região mineira do Campo das Vertentes. Tal propriedade possui uma extensa área destinada ao cultivo de café, com uma produção estimada de aproximadamente 44.000 sacas em 2024 (NKG, 2024). Esse investimento sinaliza a estratégia da empresa de ampliar seu controle sobre a produção, reforçando sua presença em diferentes elos do circuito espacial produtivo por meio da territorialização.

Apesar desse investimento em produção própria, os principais mecanismos de aquisição direta de grãos acontecem junto a produtores e cooperativas. Cerca de 40% do café é adquirido diretamente com produtores, 20% a partir de negociações com cooperativas e 40% com corretores e intermediários. Para que o produtor forneça o café é exigido o cadastro na empresa e a garantia de rastreabilidade do produto. No entanto, a negociação pode ser efetivada independentemente da quantidade de sacas que o produtor tem a oferecer. Ademais, a empresa mantém relações de compra de café com as cooperativas regionais, especialmente com a Minasul, Cocatrel, Cooxupé (Trabalho de Campo, 2025).

Ainda com base em informações obtidas em campo, a *trading* se mantém competitiva no mercado pela constância de suas operações, o que permite fidelizar grande parte dos produtores com quem comercializa. Entretanto, considera que seus principais desafios consistem em se manter competitiva nos mercados interno e externo, além de equilibrar a dinâmica de oferta e demanda do produto (Trabalho de Campo, 2025).

Embora todas as suas filiais sejam consideradas importantes para as relações econômicas, Varginha se destaca por concentrar toda a sua infraestrutura. Além dela, as cidades de Santos, Rio de Janeiro e Vitória são fundamentais para o escoamento do café comercializado pela NKG. Essa abordagem reforça sua posição como um dos principais intermediários do circuito espacial do café no Brasil e, especialmente, na região cafeeira do Sul de Minas. Dessa maneira, a empresa é um agente hegemônico na articulação entre a produção cafeeira e as dinâmicas do comércio internacional.

4.3.2 ECOM Agroindustrial (EISA)

A Ecom Agroindustrial, multinacional suíça, figura como uma das principais corporações monopolistas atuantes no setor cafeeiro no Brasil (Oliveira, 2016).

Especializada no comércio atacadista de *commodities* agrícolas, a empresa possui em seu portfólio a comercialização de café, cacau e algodão (Ecom, 2024). O segmento dedicado ao café, denominado *ECOM Coffee*, opera em mais de 20 países produtores e exporta para 85 destinos distribuídos globalmente, reafirmando sua participação no comércio internacional do setor (Ecom, 2024).

As atividades da Ecom iniciaram-se na Espanha em 1849, já no Brasil a empresa está a cerca de 90 anos. Desde 1959, a empresa se estabeleceu no país por meio de empresas subsidiárias, destacando-se a Empresa Interagrícola S.A. (EISA), com matriz em São Paulo, que desempenha um papel central no comércio atacadista de café em importantes polos produtivos, como Varginha, Machado e também Poços de Caldas, atuando desde os anos 2000 na compra de cafés especiais, principalmente, por meio da *Bourbon Specialty Coffees* (Ecom, 2024).

A escolha estratégica das localidades da empresa reflete uma lógica voltada à otimização logística e à valorização dos perfis sensoriais do café. Por isso, sua área de atuação se estende por municípios em diversos estados, como Varginha, além de Machado (também na RPA do Sul de Minas), Manhuaçu e Araguari, em Minas Gerais; além de Vitória da Conquista (BA); Londrina (PR), Vitória (ES), Franca e Pedregulho (SP) e Cacoal (RO) (Trabalho de Campo).

Em Varginha, atua por meio da subsidiária EISA desde 1982, na compra de café exclusivamente para exportação. Conforme informações obtidas em campo, a decisão de se estabelecer em Varginha, foi motivada pelo grande volume de oferta do produto, além de oferecer os serviços urbanos necessários para as operações da empresa.

A *trading* recebeu incentivos fiscais para a construção e instalação de armazéns em outras localidades do Sul de Minas, como em Machado (Trabalho de Campo, 2025). Além disso, a empresa expandiu-se com a instalação de escritórios comerciais em municípios como em Carmo de Minas, que, em 2007, fortaleceu sua atuação com a aquisição da CarmoCafés, e em 2015 da *Capricornio Coffees* (Ecom, 2024). O amplo território de gestão confere à Ecom um papel de destaque no setor cafeeiro como uma das principais articuladoras da produção e comercialização na Região Cafeeira do Sul de Minas.

A aquisição de café é proveniente, majoritariamente, dos produtores regionais, cerca de 50% e 70%. No entanto, a empresa também negocia com corretores e intermediários locais, que atuam como elos de ligação entre produtores e cooperativas de toda a região. Conforme a *trading*, não há exigências formais nem volumes mínimos para

comercialização com a empresa, no entanto, para pequenos volumes (inferiores a 50 sacas), o transporte das propriedades para os armazéns é de responsabilidade dos produtores (Trabalho de Campo, 2025). Revela-se assim uma condição de concorrência entre as próprias *tradings* e cooperativas, conforme se constata pelas práticas da Ecom.

Figura 18- Escritório da ECOM/Eisa em Varginha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Diante de tal concorrência, a *trading* adota estratégias focadas em inovação para se manter relevante no mercado sendo pioneira, por exemplo, no trabalho de descafeinação. Além disso, investe em um selo próprio de sustentabilidade e em campanhas de incentivo para fortalecer a parceria e a fidelização de seus produtores.

De acordo com a *trading*, o centro de controle da produção cafeeira no Brasil continua sendo a cidade de São Paulo, bem como Santos-SP, pela função de exportação final (Trabalho de Campo, 2025), e, assim, mantém seu escritório brasileiro na capital paulista, que centraliza as operações em todo o país e direciona a mercadoria para o Porto de Santos. Diante disso, a empresa não utiliza o Porto Seco do Sul de Minas para o escoamento do produto.

Assim como outras *tradings* da região, a multinacional mantém relações comerciais com cooperativas regionais e agricultores familiares. Para dar suporte aos pequenos produtores na padronização da produção, a empresa oferece condições de aquisição da produção pelo mecanismo de barter (troca da mercadoria por insumos), projetos de certificação, campanhas de incentivo e uma equipe de sustentabilidade para prestação de assistência técnica.

4.3.3 Louis Dreyfus Company (LDC)

A Louis Dreyfus Company (LDC) é uma multinacional de origem franco-holandesa, (sede em Roterdã), atualmente uma das maiores corporações globais de *commodities*, com mais de 170 anos de atuação. Figura entre as três maiores comercializadoras de alimentos, rações, fibras e ingredientes do mundo. No segmento do café, sua presença se dá por meio das subsidiárias Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A e Louis Dreyfus *Commodities* Agroindustrial Ltda (Oliveira, 2016), com matrizes localizadas na cidade de São Paulo.

Segundo Novais (2023), a LDC integra o seletivo grupo das quatro multinacionais que dominam o comércio global de *commodities* e alimentos, conhecidas como "ABCD": Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus (LDC). No setor cafeeiro, a empresa se posiciona entre as cinco maiores exportadoras do mundo, exercendo influência significativa sobre a dinâmica de comercialização da *commodity*.

Sua presença no Brasil remonta a 1942, quando adquiriu a Comércio e Indústrias Brasileiras (Coinbra), consolidando sua atuação na comercialização de produtos agrícolas, incluindo as variedades de café Arábica e Robusta. Desde então, ampliou seu escopo de atividades, passando a atuar em diversas etapas do circuito espacial produtivo desde a colheita até o processamento e distribuição dos grãos. No caso específico do café, a empresa realiza processos de beneficiamento e rebeneficiamento, garantindo um controle rigoroso sobre a qualidade do produto. Na região em estudo, a LDC mantém operações em Varginha desde 2005, dado o caráter estratégico da cidade como elo comercial do café no Sul de Minas.

A infraestrutura logística da LDC é um dos pilares de sua hegemonia no setor, contando com uma ampla rede de silos, armazéns, instalações de transbordo e portos, que asseguram armazenamento e escoamento da produção. Para viabilizar o transporte de milhões de toneladas de café e outras *commodities* anualmente, a empresa emprega uma combinação de modais que inclui caminhões, trens, barcaças e navios (LDC, 2024). Essa estrutura reforça não apenas sua capacidade de distribuição global, mas também sua influência sobre a precificação e os fluxos comerciais do setor cafeeiro, evidenciando o papel central das *tradings* na reorganização do espaço produtivo e na financeirização da cafeicultura. Em Varginha a *trading* mantém duas unidades (núcleo de negociações e armazéns).

Segundo informações obtidas em campo, as praças comerciais mais importantes para os negócios financeiros da empresa na cafeicultura brasileira são as cidades mineiras de Varginha (RPA do Sul de Minas), São Sebastião do Paraíso, Manhumirim e Patrocínio, além da paulista Franca. Essas localidades, e especialmente Varginha, são consideradas estratégicas pela empresa, por possuírem a infraestrutura e os serviços urbanos necessários para suprir as demandas do negócio. Segundo a empresa, muitas *tradings* transferiram suas operações para Varginha, justamente pela cidade suprir os serviços urbanos necessários (incluindo o Porto Seco), o que vem reduzindo significativamente a atividade de negócios na cidade de Santos-SP (Trabalho de Campo, 2025).

4.3.4 Sucafina

A Sucafina é uma multinacional voltada ao comércio de café, fundada em 1977, com sede na Suíça. Sua presença no Brasil tem início em 2004 (matriz em Santos-SP), e com ampliação das atividades em 2005, quando instala uma unidade de operação em Varginha, consolidando sua atuação no comércio atacadista de café.

Figura 19- Estrutura operacional da Sucafina em Varginha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Diferentemente de outras *tradings* que distribuem investimentos em diversos segmentos de *commodities*, a empresa atua exclusivamente no setor cafeeiro. No Brasil, iniciou suas atividades voltadas à exportação de cafés especiais, segmento direcionado a mercados consumidores específicos e produtos com alto valor agregado. A instalação de sua base em Varginha em 2005 reflete uma estratégia de inserção em um dos polos de

produção e comercialização de café Arábica do país, ampliando sua influência sobre os fluxos produtivos e comerciais da *commodity*.

A empresa ampliou sua atuação no mercado nacional em 2017, com a abertura de novos escritórios em Santos (SP) e Vitória (ES), reforçando sua estrutura de negociação e escoamento da produção. A aquisição de um armazém e um moinho na área de estudo conferiu à Sucafina maior controle, permitindo-lhe intervir em etapas da industrialização e distribuição do café. Esse movimento demonstra a verticalização das operações da empresa, garantindo maior domínio sobre a agregação de valor na produção.

Atualmente, a Sucafina Brasil trabalha com aquisição de cafés certificados, como UTZ, Rainforest e 4C, que reforçam seu posicionamento no mercado de cafés especiais. Sua inserção na região também reflete as estratégias de expansão e controle do capital estrangeiro sobre a cafeicultura sul-mineira, consolidando uma estrutura comercial que, tal como a de outras *tradings*, subordina produtores locais às exigências do mercado global, capturando lucros e a autonomia do setor.

4.3.5 Volcafé (ED&F Man)

A Volcafé, fundada em 1851, é subsidiária da empresa *ED&F Man*, uma das maiores *tradings* mundiais de *commodities*, sua atuação possui destaque no mercado de contratos de café verde e está presente em todas as regiões cafeeiras do país, com matriz brasileira localizada na cidade de São Paulo. Em 1992, a Volcafé adquiriu 75% do armazém e moinho Copag, em Varginha. Desde então, intensificou suas operações no Sul de Minas Gerais, passando a realizar exportações por meio dessa unidade.

Segundo Novais (2023), a Volcafé é uma das principais multinacionais no setor de exportação de café, fornecendo algo entorno 12% do café no mercado global. Essa contribuição corresponde ao fornecimento de grão para cerca de 66 bilhões de xícaras de café consumidas anualmente, e que inclui parceiros comerciais como as torrefadoras Starbucks e Nestlé.

Com base em informações de campo, a motivação para a instalação em Varginha foi a busca por proximidade e facilidades de aquisição da matéria-prima, dada a grande área de plantio no Sul de Minas. Apesar de a cidade oferecer a maioria dos serviços necessários para a realização dos negócios, a empresa ainda considera que o núcleo urbano é carente de mão de obra qualificada para esse segmento. Por essa razão, muitos

funcionários da *trading* são de outras localidades e realizam a migração pendular (Trabalho de Campo, 2025).

Figura 20- Estrutura operacional da Volcafé em Varginha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Dentre suas principais funções, atua em praticamente em todo circuito de fornecimento de café verde, e por meio de parcerias com produtores, cooperativas e torrefadores, compra, processa e comercializa o café, além de contar com uma equipe de funcionários que prestam serviços de assistência técnica aos cafeicultores.

Além da compra e venda, a empresa opera no armazenamento e inclusive processamento do produto, incluindo produtos certificados (selos 4C, Rainforest Alliance, CAFE Practices e Nespresso AAA).

O principal mecanismo de aquisição do produto consiste na compra direta de produtores, embora a empresa também estabeleça negociações com outras *tradings*, corretores e cooperativas tais como a Minasul, Cocatrel, Coopervass, Coopercam, Cooxupé, Capebe e Cooperrita (estas todas na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas), além de cooperativas na região do Cerrado Mineiro (Carmocer e Expocacer) (Trabalho de Campo, 2025).

Segundo a empresa, o requisito primário para a negociação com produtores é a adesão a práticas sustentáveis⁸, sendo os agricultores que fornecem café categorizados

⁸ A Volcafé adota especificidades para a comercialização com a agricultura familiar, focando em projetos de sustentabilidade, como o programa Volcafé *Excellence*, oferecendo suporte técnico aos produtores para se adequarem as práticas sustentáveis e a padronização exigida pelo mercado global.

com base no volume de produção: nanoprodutor (até 10 sacas de café), microprodutor (até 49 sacas), pequeno produtor (50 a 99 sacas), médio produtor (100 a 499 sacas) e grande produtor (acima de 500 sacas). Para as categorias de nano e micro produtores, o transporte, mais uma vez, não é provido pela empresa (Trabalho de Campo, 2025). Tem-se aqui uma evidência de que grandes *tradings* hoje acessam a mercadoria a partir de lotes pequenos e específicos (especialmente aqueles que alcançam qualidade superior), permitindo, portanto, diretamente subordinar produtores muito pequenos.

Além da cidade de Varginha, onde a empresa está há mais de 30 anos, os principais centros para o exercício de suas atividades no país incluem a cidade de São Paulo (onde se localiza a sede brasileira da empresa), Santos-SP, por sua tradicional função de exportador final; Vitória-ES, que abriga um escritório comercial e também atividades de exportação, Linhares e Colatina no estado do Espírito Santo, por sediarem armazéns e escritórios comerciais e também a mineira Caratinga, onde a empresa possui um armazém. (Trabalho de Campo, 2025).

4.3.6 COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos

A COFCO International é uma multinacional chinesa do setor de agronegócios que atua em diversos países. Em 2023, a empresa registrou uma receita superior a US\$ 50 bilhões, resultante da comercialização de 121 milhões de toneladas de grãos, oleaginosas, açúcar e café (Cofco, 2024). Especificamente em relação ao café, a empresa se destaca como uma das principais exportadoras (especialmente no que tange ao mercado chinês), figurando hoje entre as multinacionais mais relevantes no comércio global dessa *commodity* (Novais, 2023).

Sua atuação no mercado de café abrange a compra de grãos verdes na safra e o envio diretamente aos clientes, incluindo torrefadores multinacionais (na Ásia, mas também na Europa e Estados Unidos). Para garantir a competitividade, a empresa conta com uma rede logística de transporte e distribuição, além de escritórios de negociação em várias localidades do Brasil. Com relação a unidades de processamento e armazenamento, destacamos a sua presença em Alfenas (unidade originalmente adquirida com a compra de ativos da Noble Agri, tornada a partir de 2014 COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos, sede em São Paulo-SP, subsidiária da COFCO Corporation), sendo essa totalmente automatizada para classificação e mistura de grãos, bem como de um escritório

em Varginha (inaugurado em 2022), para a compra de café verde. De acordo com Novais (2023):

A Cofco comprou a exportadora de *commodities* Noble, com sede em Cingapura, sendo 51% da aquisição em 2014 e os outros 49% em 2016. A Noble operava com exportação de café em Alfenas-MG, onde hoje é a atual unidade exportadora da Cofco [...]. Essa aquisição que permitiu a alocação da empresa na área produtora mais importante do Brasil só foi possível por conta de investimentos financeiros de acionistas da empresa (Novais, 2023, p. 172).

Santana (2026) reconhece que pouco tempo após a aquisição dos ativos da Noble Agri no Sul de Minas, a Cofco torna muito mais dinâmica sua atuação na região, com foco específico na aquisição de café, inclusive expandindo estruturas também em outras importantes regiões cafeeiras e visando acesso a mercadorias de maior qualidade (Indicação Geográfica, Denominação de Origem, certificações). Como argumenta o autor,

Nesse período, a COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos começou a atuar com foco no comércio de café em grãos e acionou os lugares mais dinâmicos do setor cafeeiro no país, como Varginha/MG e Patrocínio/MG. Se, por um lado, a demanda chinesa por cafés certificados e especiais é crescente, por outro essa subsidiária abriu suas novas unidades de comércio atacadista em regiões que possuem IG ou DO, além de serem responsáveis pela maior parte da produção de café no Brasil. Em outras palavras, em um gesto repentino, a gestão chinesa modificou o objeto social e transformou profundamente uma das empresas que herdou em suas operações de fusão e aquisição: de armazém geral, com um par de estabelecimentos, para o comércio atacadista de café em grãos, com novas unidades dispersas pelo Brasil (Santana, 2026, p. 163).

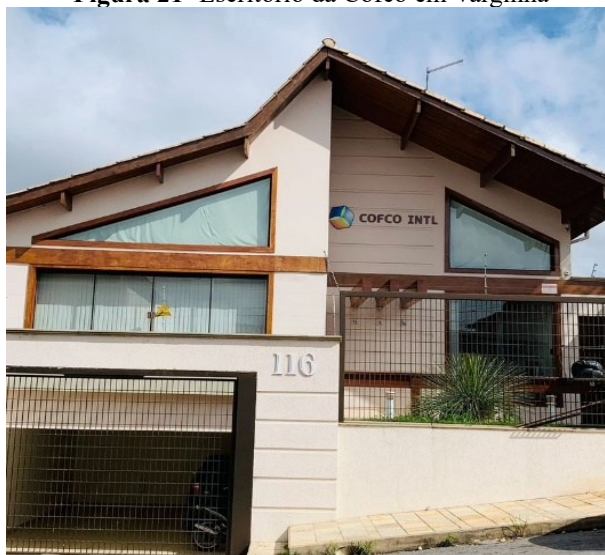
A COFCO é também um agente que exemplifica a financeirização da agricultura e, por extensão, da cafeicultura no Sul de Minas. Além disso, seus acionistas incluem fundos de investimento e grandes empresas como COSCO Shipping, China Life e Temasek (também acionista da Olam). Entretanto, a COFCO Corporation é o acionista majoritário, ou seja, o estado chinês tem o controle majoritário da empresa (Novais, 2023).

O território de atuação da COFCO engloba diversas cidades estratégicas. Desde 2022, a empresa está presente em Varginha, onde trabalha exclusivamente com a originação de café. Entretanto, sua matriz e principal centro de armazenamento e comercialização está em Alfenas, na Rodovia do Café (MGC-491). As atividades de originação também são desenvolvidas no município mineiro de Manhuaçu, enquanto Santos-SP abriga as negociações e uma subsidiária de transportes do grupo.

Logo, na região cafeeira do Sul de Minas, torna evidente a divisão do trabalho realizada pela empresa, a exemplo disso, o processo de compra e classificação do café é

realizado em Varginha, posteriormente, o produto é enviado para o armazém em Alfenas para ser armazenado e comercializado. Assim, em Varginha desempenha a função comercial e em Alfenas está relacionada com a gestão comercial e expedição do grão.

Figura 21- Escritório da Cofco em Varginha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A localização do grupo resulta, portanto, da aquisição de ativos preexistentes na região (instalados em 2007 pela Noble Agri, em Alfenas), mas as condições competitivas do espaço regional permitem a instalação do novo escritório em Varginha. Mais uma vez, e para ambas as cidades, ambas as cidades, a oferta de serviços urbanos e a infraestrutura necessários para atender as demandas da empresa são diferenciais importantes (Trabalho de Campo, 2025). A *trading* mantém uma relação comercial com cooperativas regionais, como a Minasul e a Cocatrel, das quais adquire parte do volume comercializado. O perfil de negociação da empresa é focado em grandes produtores, levando em consideração o volume de sacas entregues. A maioria dos produtores que negociam com a *trading* fornece mais de 500 sacas de café (de 60 kg) (Trabalho de Campo, 2025).

Apesar disso, a empresa mantém especificidades no tratamento com a agricultura familiar para garantir o padrão exigido. Para apoiar os pequenos produtores a se adequarem a esses padrões, logo, indica a oferta de projetos de sustentabilidade e auxílio para certificações, visando acessar produções com maior valor no mercado. A partir de informações obtidas em campo, a *trading* considera que as cidades mais importantes em sua rede de negócios são Alfenas, pela presença do escritório regional, mas também Três Pontas e Boa Esperança, pelos volumes de produção.

4.3.7 Olam Food Ingredients (OFI)

A Olam é uma multinacional de capital aberto que comercializa produtos como cacau, café, algodão, nozes e especiarias. Com sede em Singapura, a empresa está presente em mais de 60 países. Seu modelo de negócios envolve o cultivo de safras em propriedades próprias e a formação de uma rede de agricultores que fornecem produtos.

Em termos de infraestrutura, a Olam possui 85 instalações de processamento e fabricação, onde fornece ingredientes alimentícios, ração e fibras. A empresa também oferece serviços em cadeia de suprimentos, negociação e gerenciamento de risco. Atualmente, o Olam Group trabalha com mais de 45 produtos, organizados em dois grupos operacionais: Olam Food Ingredients (OFI) responsável pelo setor de café e Olam Global Agri (OGA) (Novais, 2023) e se posiciona entre as maiores exportadoras desse produto no mundo.

No Brasil, a empresa possui matriz na cidade de São Paulo, além de escritórios e unidades de armazenamento em Varginha e Alfenas (RPA do Sul de Minas), São Sebastião do Paraíso-MG e Santos-SP.

Figura 22- Escritório da Ofi em Alfenas



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A distribuição dessas unidades foi planejada para facilitar a compra de café, seu armazenamento e posterior exportação para diversos países, incluindo Estados Unidos, Japão e outros países da Ásia, além de países europeus e do Oriente Médio (Novais, 2023).

Na região cafeeira do Sul de Minas, a divisão do trabalho ocorre entre suas filiais para otimizar as operações. Alfenas atua como o principal escritório comercial, enquanto Varginha funciona como um braço operacional, focado na análise e classificação das amostras de café adquiridas na localidade. Esse processo é importante, pois as amostras já chegam classificadas em Alfenas, facilitando a tomada de decisão e agilizando o fluxo de comercialização (Trabalho de Campo, 2025).

4.4 O caráter globalizado da produção e do território na Região do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas

Lida pelos agentes envolvidos na etapa de comercialização do café verde (ou seja, o café em grão e não beneficiado), é possível reconhecermos na Região Cafeicultora do Sul de Minas Gerais lógicas típicas daquilo que Santos e Silveira (2001) denominaram como um uso seletivo e corporativo do território, no qual regiões e lugares são escolhidos e usados fundamentalmente como recurso (Santos, 2000), e acionados por circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação (Santos; Silveira, 2001; Castillo; Frederico, 2010), especialmente voltados à demandas externas, sempre que apresentam vantagens geográficas locais fundamentais à competitividade dos agentes que controlam a produção. Desse modo, o território passa a ser visto como um campo de possibilidades para a reprodução ampliada do capital dos agentes hegemônicos. Para Santos (1996):

Na medida em que as possibilidades dos lugares são hoje mais facilmente conhecidas à escala do mundo, sua escolha para o exercício dessa ou daquela atividade torna-se mais precisa. Disso, aliás, depende o sucesso dos empresários. É desse modo que os lugares se tornam competitivos (Santos, 1996, p. 167).

Nesse contexto, evidencia-se que a presença de agentes hegemônicos do comércio internacional — particularmente as *tradings* — não apenas participa, mas estrutura ativamente as dinâmicas regionais e redefine o papel funcional dos núcleos urbanos onde se instalam. Trata-se de uma atuação seletiva e estratégica, que se apoia em condições técnicas e normativas previamente constituídas, por meio das quais o território passa a ser operado segundo lógicas corporativas. Na região, a instalação dessas empresas intensifica-se a partir da década de 1990, em convergência com o avanço das políticas

neoliberais, articulando-se, à implantação da primeira Estação Aduaneira do Interior de Minas Gerais, localizada em Varginha.

A criação da Eadi — o chamado Porto Seco Sul de Minas — e a subsequente concentração de *tradings* não ocorrem de forma aleatória, mas expressam o modo pelo qual o território foi tecnicamente equipado e normativamente ajustado. A racionalização espacial decorre desse aparato infraestrutural e institucional, que amplia a fluidez territorial e reforça a eficiência logística regional. Como resultado, não apenas Varginha, mas também o conjunto da região, torna-se atrativo para a instalação de empresas multinacionais.

Observa-se que as *tradings* cafeeiras elegeram Varginha como ponto inicial, instalando ali seus escritórios para, posteriormente, expandirem suas operações para outros municípios do entorno. Tal movimento evidencia uma estratégia locacional seletiva, que privilegia lugares dotados de capacidade técnica e logística. Ainda hoje, essas empresas mantêm concentração majoritária nesse núcleo urbano, reafirmando sua centralidade funcional. Isso porque trata-se de um espaço que articula, simultaneamente, um território equipado e uma região altamente produtiva, condições propícias para reprodução do capital desses agentes hegemônicos.

Entretanto, é fundamental assinalar que, antes da chegada das *tradings*, o comando do território regional encontrava-se majoritariamente sob a influência das cooperativas já estabelecidas, que historicamente estruturaram os fluxos de comercialização, crédito e assistência técnica da cafeicultura.

Com a entrada das grandes corporações do agronegócio mundial, amplia-se o número de agentes atuando na cafeicultura regional e instaura-se uma disputa direta por parcelas do volume produzido. A pesquisa de campo indica que, embora mantenham entre si relações comerciais de compra e venda, as *tradings* competem diretamente com as cooperativas pela fidelização dos produtores. Para tanto, estruturam programas específicos voltados à agricultura familiar e flexibilizam critérios de negociação, inclusive dispensando exigências mínimas quanto ao volume de sacas comercializadas. Essa estratégia amplia sua capacidade de captação da produção e redefine as formas de controle e de uso do território cafeeiro regional.

Ademais, as *tradings* buscam acessar, de forma crescente, segmentos de cafés especiais, dotados de maior valor agregado e forte inserção em nichos específicos do mercado internacional. Esse direcionamento revela uma estratégia de elevação da margem de lucratividade por meio da qualidade, da rastreabilidade e da certificação. Não

se trata apenas de ampliar volumes comercializados, mas de controlar frações específicas e qualificadas da produção.

Conforme ocorre no Sul de Minas, as *tradings* também acessam outras regiões produtivas estratégicas do território nacional, marcadas por elevada produtividade. Trata-se de uma lógica de implantação orientada pelo acesso a regiões especializadas, equipadas e funcionalmente integradas aos fluxos globais de *commodities*, o que reafirma o caráter corporativo do uso do território.

Logo, a presença das *tradings* imprime uma feição corporativa às cidades onde se instalam, na medida em que reorganiza funções urbanas, especializa serviços e orienta investimentos segundo as demandas do comércio global de *commodities*. É o que se verifica em Varginha, cuja dinâmica urbana passa a refletir, de modo crescente, as exigências da especialização produtiva do café. A concentração de escritórios, estruturas logísticas, serviços técnicos especializados vinculados a essas empresas explicita a racionalização do espaço urbano orientado ao agronegócio. Desse modo, a cidade torna-se um nó articulador, revelando como o uso corporativo do território pelos grandes agentes econômicos produz especializações urbanas e redefine hierarquias regionais.

Seção 5.

Funções urbanas e divisão intrarregional do trabalho: as cidades do agronegócio cafeeiro no Sul de Minas

No contexto da reorganização do território brasileiro, o agronegócio tem se estabelecido como um dos principais agentes transformadores do espaço rural/agrícola, mas também como motor de redefinição do espaço e funções urbanas em centros imersos nos modernos espaços de produção. Assim, não apenas impacta o espaço agrícola, mas também remodela e (re)funcionaliza espaços urbanos, resultando em uma nova dinâmica das relações campo-cidade. Esta seção abordará, especificamente, como a especialização produtiva na Região Cafeeira do Sul de Minas promoveu refuncionalizações urbanas e, mesmo, a consolidação de “cidades do agronegócio”.

Nesse sentido, o objetivo desta seção é identificar a divisão intrarregional do trabalho, ou seja, e para a situação a que avaliamos, o modo como as exigências do campo moderno acaba por exigir adaptações e funcionalidades urbanas que, pela própria complexidade, volume e importância econômica da cafeicultura na região, foi capaz de diferenciar e especializar diferentes cidades no Sul de Minas Gerais. Para embasar teoricamente essa análise, utilizamos conceitos como cidades do agronegócio, cidades do campo e consumo produtivo do agronegócio. Desse modo, nosso escopo de análise é fundamentado, principalmente, por autores como Elias (2006, 2007, 2022), Santos (1993) e Santos e Silveira (2001).

Um ponto de partida é compreender a própria condição da rede urbana no espaço regional, permitindo alcançar a dinâmica do urbano no contexto do Sul de Minas Gerais, visando identificar e compreender as relações funcionais e hierárquicas entre os centros urbanos envolvidos direta ou indiretamente com as atividades produtivas.

Segundo Santos e Silveira (2001), a rede urbana é formada por cidades que se articulam por meio de fluxos de mercadorias, pessoas, informações e serviços, constituindo uma estrutura dinâmica e interdependente. Logo, é possível evidenciar como determinados municípios se destacam como polos de coordenação produtiva, acesso a crédito, comercialização e difusão de inovações tecnológicas, enquanto outros atuam como elos secundários, porém complementares, na organização espacial da cafeicultura.

Como destaca Corrêa (1997), compreender a rede urbana implica observar não apenas a posição das cidades em uma hierarquia, mas também os circuitos que se estabelecem entre elas a cargo de suas especializações e funções. Dessa forma, a abordagem oferece uma perspectiva analítica mais refinada e condizente com a complexidade do espaço produtivo cafeeiro, permitindo identificar com maior precisão os agentes, os fluxos e os territórios que sustentam e articulam essa importante atividade econômica.

Na Região Cafeeira do Sul de Minas, a rede de cidades constitui-se por um conjunto de centros, com diferentes tamanhos, alguns deles com funções dominantes associadas às demandas da cafeicultura globalizada e funcionalidades muito demarcadas na divisão intrarregional do trabalho. Logo, poderíamos reconhecer estes como cidades do agronegócio, que, conforme definição de Elias (2007), são núcleos urbanos cujas funções são hegemonicamente voltadas às necessidades do agronegócio.

Estas cidades são caracterizadas pela concentração de serviços, produtos e agentes necessários à produção agrícola moderna, ou seja, a urbanização se dá em resposta à especialização produtiva e ao conteúdo intensivo de ciência e informação. Assim, para Elias (2006):

[...] a cada renovação das forças produtivas agrícolas e agroindustriais, a cada renovação dos sistemas técnicos agrícolas e dos sistemas de ação que lhes dão suporte, as cidades das áreas adjacentes aos espaços agrícolas de produção intensiva tornam-se responsáveis pelas demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços, das sementes transgênicas à mão-de-obra especializada. Isto faz crescer a urbanização, o tamanho e o número das cidades do agronegócio (Elias, 2006, p. 58-59).

Logo, com a crescente especialização regional, bem como, a expansão quantitativa e qualitativa da produção cafeeira, ocorre a intensificação da urbanização, tornando mais complexo a relação campo e cidade.

Além disso, esta seção investigará como é essencial compreender a rede de cidades do agronegócio não apenas como pontos de suporte logístico e econômico para o setor agrícola, mas também como nós na rede de cidades globalmente interconectadas pelo agronegócio, destacando então pela divisão intrarregional do trabalho e sua função na rede. Assim, da forma como isso se estabelece na região, algumas cidades acolhem funções estratégicas ao circuito espacial de produção e ao círculo de cooperação.

5.1 Cidades e agronegócio: considerações conceituais e contexto da Região Cafeeira do Sul de Minas

Denise Elias (2006) afirma que é necessário considerar os espaços urbanos derivados da reestruturação produtiva da agropecuária, cuja reestruturação tem promovido transformações significativas na produção dos espaços, com impactos territoriais e sociais. A autora ainda completa:

A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira está entre os processos que promovem o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho contribuindo para uma total remodelação do território e a organização de um novo sistema urbano. As novas relações entre a cidade e o campo, impostas pela agricultura científica globalizada, representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento das cidades médias e locais, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos (Elias, 2006, p. 289).

Assim, as proximidades das áreas de agricultura moderna tendem a suprir as exigências do consumo produtivo do segmento (Elias, 2022). Conforme Santos (1993), esse tipo de consumo se alinha com as necessidades da produção, isto é, com a reprodução dos meios de produção que envolvem crescentes conteúdos de ciência, tecnologia, informação (cada vez mais intensos em capital).

Os objetos, ações e informação tem um papel importante nas transformações, já que promovem uma interação entre as escalas local e global (Santos, 1996). Desse modo, emergem novas possibilidades de integração e organização entre as cidades de diferentes dimensões escalares, tornando a rede de cidades mais complexa, na medida em que as cidades acolhem funções novas.

Assim, diante de tais transformações, cria-se uma série de arranjos econômicos, sociais, políticos e culturais que determinam a redefinição dos papéis e funções desempenhados pelas cidades (Santos, 1996). Nessa perspectiva, a agricultura científica globalizada não apenas transforma o modo de produção do campo, mas também requer a reconfiguração de cidades, como elementos essenciais para todo o circuito espacial produtivo (Santos, 1986; Elias, 2006; Frederico, 2011). A cidade, nesse contexto, assume um papel fundamental na consolidação, manutenção e reprodução das dinâmicas agrícolas do campo.

Um dos caminhos metodológicos para a análise desta nova condição posta às cidades imersas nas regiões agrícolas modernas ocorre por meio da análise do consumo produtivo do campo. Ao analisar as relações e trocas entre o rural e o urbano, Santos

(1993, p. 50) afirma que “o consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta” enfatizando além da relação dialética entre os lugares, a potencialidade das cidades de se tornarem “lugares do fazer” da agricultura moderna. Nesse sentido, o autor utiliza o termo "cidades do campo" (Santos, 1993) para se referir a essas localidades, caracterizando-as da seguinte forma:

Elas [as cidades] se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexos do consumo produtivo ser ligado à necessidade de encontrar, no lugar e na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção. Este fenômeno, antes restrito às cidades, que eram “depósitos” para os fatores da produção industrial, agora também se dá no campo, com a diferença de que, a partir desse momento, a regulação do mundo rural não se faz mais no campo. Hoje, nas áreas mais desenvolvidas, todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano, novidade que em muito muda a significação, neste período, da urbanização brasileira (Santos, 1993, p. 56).

A partir das elaborações de Santos (1993) e as atualizando, Elias (2022) desenvolve a noção de “consumo produtivo do agronegócio”, com o objetivo de tornar mais preciso a quais conjuntos de atividades esse consumo está intrinsecamente relacionado. Com isso, aponta o agronegócio globalizado como um dos principais vetores de reorganização do território e conseqüentemente da (re)estruturação de muitas cidades.

Assim, a autora compreende que:

[...] é possível identificar no Brasil agrícola moderno vários municípios cuja urbanização se deve diretamente à consecução e expansão do agronegócio, e formam-se cidades cuja função principal claramente se associa às demandas produtivas dos setores relacionados à modernização da agricultura. Como observado, nestas cidades se realiza a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio (Elias, 2006, p. 57).

Nesse sentido, Elias (2007) caracteriza as cidades do agronegócio como aquelas cuja função e propósito principal será atender às necessidades instantâneas da agricultura moderna, visto que essa função urbana prevalece sobre qualquer outra atividade econômica local. Ainda conforme Elias (2006, p. 56) “isso explica em parte a reestruturação do território e a organização de um novo sistema urbano, muito mais complexo, resultado da difusão da agricultura científica e do agronegócio globalizado, que têm poder de impor especializações produtivas ao território”.

Na perspectiva de análise de Corrêa (2010), a especialização de uma cidade pode ser compreendida por meio das suas funções urbanas. Por conseguinte, as cidades do agronegócio podem ser identificadas como aquelas cujas funções são voltadas a atender

prontamente as demandas financeiras, técnicas, científicas, logísticas e de mão de obra necessárias para a consecução e reprodução do agronegócio globalizado.

Ademais, Elias (2022) argumenta que as cidades do agronegócio “são os espaços urbanos não metropolitanos inseridos em amplas regiões produtivas de *commodities* agrícolas, nos quais ocorre a gestão local e regional do agronegócio. De maneira geral, possuem distintos níveis de urbanização e são cidades pequenas ou médias” (Elias, 2022, p. 1009).

Nesse sentido, apesar das variações escalares entre essas localidades, é importante notar que “todas constituem-se como pontos ou nós da rede de relações do agronegócio globalizado e, dessa maneira, como imprescindíveis para a reprodução do capital do segmento” (Elias, 2022, p. 1010) e fundamentais aos circuitos espaciais de produção e seus respectivos círculos de cooperação.

Torna-se evidente que, nessas localidades, a economia urbana, especialmente no setor terciário, é substancialmente acionada para atender às demandas do agronegócio. Em termos gerais, é o setor terciário que corresponde a grande parte do trabalho e funções empresas presentes nas cidades avaliadas.

Dentre os agentes hegemônicos que desempenham papéis influentes nos territórios em questão, é essencial ressaltar a presença significativa de conglomerados agrícolas e empresas multinacionais que operam em várias etapas do circuito espacial produtivo relacionados à *commodity*. Por esta condição, tais cidades também se manifestam como forma concreta da "produção de espaços corporativos", conforme abordado por Santos (1993). Isso indica que a configuração e a dinâmica desses territórios são organizadas de maneira preponderante pelas ações e influência de grandes corporações, que desempenham um papel na coordenação e direcionamento da economia e na estruturação do espaço local, regional e global.

Todavia, para uma operacionalização abrangente da análise das cidades do agronegócio, Elias (2022) propõe o enfoque em eixos temáticos, como: reestruturação produtiva da agropecuária, consumo produtivo do agronegócio, composição do setor industrial, dinâmica populacional, dinâmica do mercado de trabalho, (re)estruturação da cidade e desigualdades socioespaciais na escala intraurbana.

Reconhecendo na rede de cidades as diferenças de porte e função de diferentes núcleos do Sul de Minas Gerais, e de acordo com as variáveis supracitadas, podemos reconhecer que um conjunto numeroso de pequenos centros acolhem atividades básicas para suprir as demandas do consumo produtivo. Mas são alguns núcleos seletos e de maior

patamar demográfico, essencialmente melhor equipados em termos de infraestrutura, bem como com uma presença de agentes econômicos de maior poder no circuito produtivo, os que conseguem se diferenciar e, diríamos, acolher funções estratégicas ao conjunto da Região Cafeeira do Sul de Minas. Este parece ser o caso das cidades de Alfenas, Guaxupé e Varginha. A interação entre elas é marcada pela funcionalidade que cada uma desempenha no interior do circuito espacial produtivo. Tais funções são complementares e importantes marcando as particularidades da região cafeeira a conformação de cidades do agronegócio, compondo com centralidade o próprio sistema urbano-regional, como avaliamos a seguir.

5.2 Breve caracterização do sistema urbano-regional do Sul de Minas

A Região Cafeeira do Sul de Minas está relativamente próxima a áreas de maior dinamismo econômico e demográfico do Brasil. Como resultado, ao longo do tempo, estabeleceu relações produtivas, socioculturais e de circulação com essas regiões, consolidando uma rede de cidades pelas metrópoles de São Paulo, com maior importância, mas também por Belo Horizonte (a capital do estado).

O sistema urbano do Sul de Minas é retratado na Tabela 13:

Tabela 13- População e crescimento geométrico dos maiores núcleos urbanos da Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais – municípios selecionados 2022

Município	População em 2010	População em 2022	Taxa de crescimento (%)
Poços de Caldas	152.435	163.742	0,60
Varginha	123.081	136.467	0,83
Passos	106.290	111.939	0,43
Alfenas	73.774	78.930	0,57
Três Corações	72.765	75.485	0,31
Três Pontas	53.860	55.255	0,21
Guaxupé	49.430	50.911	0,25
São Lourenço	41.657	44.798	0,61
Santa Rita do Sapucaí	37.754	40.635	0,61
Andradas	37.270	40.553	0,71

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2022). Organização da autora.

O sistema urbano-regional da porção Sul do estado de Minas Gerais é composto por grande número de núcleos com pequeno patamar demográfico (com até 40 mil habitantes), assim, é esta a condição que marca a rede de cidades da Região Cafeeira do Sul de Minas, sendo poucas cidades as que alcançam um maior patamar demográfico, concentrando papéis de centros regionais de maior importância (com

Guiari, Dias e Alves (2025), avaliando a interação entre cidades pequenas e médias no Sul de Minas, reconhecem as cidades médias por suas funções articuladoras do agronegócio cafeeiro. Assim o papel articulador desses espaços decorre da concentração de bens e serviços, além de *tradings* agrícolas, cooperativas e fixos voltados à logística. Desse modo, os autores apresentam Alfenas e Varginha como cidades capazes de captar recursos de municípios que simplesmente realizam a produção, a que denominam como “lugares do fazer”, viabilizando, portanto, conexões entre estes e o mercado global (Guiari, Dias, Alves, 2025).

Analisando as relações estabelecidas, temos que Varginha encontra-se sob a influência das metrópoles de São Paulo e Belo Horizonte, ao mesmo tempo em que exerce centralidade sobre um conjunto de 45 municípios menores, destacando-se como núcleo de maior polarização e evidenciando sua função como centro de decisões e de oferta de bens e serviços especializados (IBGE, 2020). Além disso, para Figueiredo (2022), a cidade gera um ponto de atração na rede urbana, pois municípios ao seu entorno dependem de suas dinâmicas econômicas não apenas para atividades agropecuárias, mas também para o acesso a empregos no setor secundário e, sobretudo, para o consumo de bens e serviços oferecidos pelo setor terciário. Diante disso, sua forte capacidade de articulação regional confere o papel estratégico como elo intermediário entre as metrópoles e os pequenos centros urbanos e reafirma a sua posição como Capital Regional C de acordo com o último levantamento da Regic (IBGE, 2020).

Pouso Alegre, também de acordo com a Regic (IBGE, 2020), exerce influência sobre 30 centros urbanos. Conforme Andrade (2024), trata-se de uma das cidades da região que mais se beneficiaram do processo de industrialização iniciado após a década de 1970. Esse dinamismo industrial decorre, sobretudo, da desconcentração industrial do estado de São Paulo, associada a políticas públicas municipais e estaduais voltadas à atração de investimentos, bem como, à implantação e posterior duplicação da rodovia Fernão Dias. Em razão desses fatores, o município passou a apresentar um perfil industrial diversificado, com destaque para os setores têxtil, alimentício, de materiais de transporte, farmacêutico e de tecnologia da informação. Esse fato é revelador da sua capacidade de atrair imigrantes, consequentemente do seu aumento populacional e consolidação de sua centralidade regional.

Em relação aos aspectos produtivos da cafeicultura, Pouso Alegre apresenta uma área colhida correspondente a apenas 15% da área agrícola, a produção municipal também não é elevada (cerca de 59 toneladas em 2024) (IBGE, 2024). Dada esta característica, e

em virtude do nivelamento das variáveis analisadas, o município possui centralidade devido ao consumo consumptivo, e não compõe propriamente a Região Cafeeira do Sul de Minas Gerais a partir das variáveis que definimos na pesquisa, visto que o café não constitui motor significativo de sua economia. Não obstante, é importante salientar que Pouso Alegre integra a “Rota do Café” (Lei Federal n.º 14.718/2023). Essa inclusão se deve ao fato de o município compreender um trecho estratégico no deslocamento logístico do café até a capital paulista, percorrido pela Rodovia Fernão Dias (BR-381), e subsequente escoamento até o Porto de Santos (SP), via SP-150.

Já Poços de Caldas, no contexto da rede urbana regional, se encontra hierarquicamente acima de 26 cidades (IBGE, 2020). De acordo com Silva (2021), Poços de Caldas também integra o sistema urbano articulado à metrópole de São Paulo, resultado da histórica ligação desde meados da década de 1880, do ramal ferroviário da Companhia Mogiana. Tal inserção contribuiu significativamente para a atratividade do município, que, quando comparado aos centros urbanos de seu entorno, com estrutura mais desenvolvida nos setores de comércio e serviços, sendo, portanto, uma cidade regional devido ao consumo consumptivo relacionado a ela.

Para além dos três centros previamente mencionados, torna relevante analisar a posição de Alfenas no contexto da hierarquia urbana. De acordo com a Pesquisa Regiões de Influência das Cidades (Regic) (2020), Alfenas é classificada como Centro Sub-regional A, que representa o conjunto de cidade que “possuem atividades de gestão menos complexas (todas são nível 3 na classificação de gestão do território), com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais” (IBGE, 2020, p. 13). Alfenas é polarizada por Varginha, Belo Horizonte e São Paulo. Embora sua posição no terceiro nível hierárquico seja inferior à de Varginha, Alfenas se insere em uma rede de influência que excede seu porte municipal. Branquinho (2024) confirma essa análise, ressaltando que a cidade se destaca como um polo de comércio e serviços que atende aos municípios adjacentes, consolidando-se como referência em saúde e ensino superior⁹.

Já a cidade de Guaxupé está classificada como Centro Sub-regional B na pesquisa Regic (IBGE, 2020). Esta classificação a posiciona dois níveis hierárquicos abaixo de Varginha e um nível abaixo de Alfenas. No que tange à rede de influência, Guaxupé encontra-se sob a polarização de centros urbanos próximos e maiores, como Alfenas, e metrópoles, como Belo Horizonte e São Paulo. Entretanto, Guaxupé exerce polaridade

⁹ É a 8ª maior cidade em centralidade de deslocamento para o ensino superior (IBGE, 2020).

sobre um conjunto de pelo menos seis municípios circunvizinhos (Guaranésia, Juruáia, Monte Belo, Muzambinho, Nova Resende e São Pedro da União). Essa capacidade de polarização deve-se ao fato de o município oferecer, ainda que em condições menos especializadas e diversificadas que os centros superiores, serviços essenciais nas áreas de saúde, educação e comércio, além de melhores oportunidades de emprego para as populações dos municípios em seu entorno imediato.

Como observamos, em que pese a histórica condição da região para o cultivo do café, alguns dos principais centros urbanos regionais (caso de Poços de Caldas e de Pouso Alegre) não necessariamente detém centralidade ou importância no que se refere seja a uma significativa produção agrícola, seja a outras importantes etapas do circuito espacial produtivo cafeeiro. A condição dos centros que reconhecemos como as principais cidades do agronegócio cafeeiro na região (Varginha, Guaxupé e Alfenas) serão apresentadas, em suas especificidades, no item a seguir.

5.3 As cidades do agronegócio na Região Cafeeira de Minas Gerais

Tendo em vista o contexto histórico de inserção da cafeicultura na região, bem como a delimitação do recorte correspondente à Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais, compreende-se que tal configuração resulta da complexidade e da relevância adquiridas pelo espaço regional ao incorporar as atividades do circuito espacial produtivo do café no território brasileiro. Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer que determinadas sedes municipais concentram, de forma mais intensa, funções estratégicas essenciais tanto para a dinâmica regional quanto para o funcionamento do referido circuito produtivo.

Este conjunto de cidades é composto principalmente por Varginha, Guaxupé e Alfenas, principais centros articuladores do agronegócio cafeeiro do Sul de Minas, alcançando a condição de verdadeiras “cidades do agronegócio cafeeiro”, como pretendemos demonstrar a seguir. Ainda podemos reconhecer, com um segundo grau de importância, as condições de outras cidades (caso, por exemplo, de Poços de Caldas), que também desempenham especiais funções ligadas ao circuito produtivo, ainda que não caracterizadas essencialmente como cidades do agronegócio.

As cidades do agronegócio são imprescindíveis para a reprodução da cafeicultura científica globalizada na região e figuram como pontos estratégicos para alocação de

capitais internos e estrangeiros, mercado de trabalho para população local e migrantes e *locus* para instalação de empreendimentos e infraestruturas inerentes ao setor.

Em Varginha, Guaxupé e Alfenas, o consumo produtivo (Santos, 1993) voltado à cafeicultura, ou seja, a ampla gama de serviços que hoje atendem às necessidades do agronegócio (Elias, 2022) cafeeiro, incrementam a economia urbana e o terciário, ao mesmo tempo em que infraestruturas e agentes estratégicos ao funcionamento do circuito produtivo e dos círculos de cooperação que sustentam a atividade encontram-se instalados nestes centros, permitindo, portanto, que eles desempenhem funções particulares e diferenciadas.

Ao analisar a organização territorial e a economia urbana, sob a perspectiva do circuito espacial produtivo, conforme delineado por Santos (1986), é possível identificar estas cidades como núcleos de uma intrincada rede de fixos, composta por unidades de beneficiamento, armazéns, torrefações, agências de suporte técnico e financeiro, instituições educacionais e científicas, estação aduaneira, centros de pesquisa, e, notavelmente, empresas responsáveis pela comercialização, em diferentes graus de organização e importância, como é o caso de corretoras, cooperativas de produtores e grandes exportadoras de café nacionais e multinacionais.

O grau de especialização produtiva da região não influencia somente a produção e o beneficiamento do produto, mas também é capaz de estimular o surgimento de outras atividades do terciário, incluindo o turismo, com feiras agrícolas, festas típicas, eventos científicos, relacionados diretamente a cafeicultura etc.

Pode-se observar a realização de eventos culturais relacionados à música, teatro, comércio e gastronomia, todos vinculados à temática do café, bem como atividades associadas às novas ruralidades, como o turismo rural, trilhas através dos cafezais, visitas guiadas em fazendas produtoras, degustações locais, sobrevoos sobre as plantações, além da presença de cafeterias oferecendo serviços e consumo diferenciados.

Diante do que foi mencionado, podemos afirmar que a cafeicultura, por meio dos agentes hegemônicos do setor, exerce um papel de grande relevância na especialização dos municípios e também de algumas cidades. No tocante a isso, percebe-se uma adaptação dos centros urbanos para oferecer serviços que supram as necessidades da produção cafeeira, ou seja, lugares que acolhem uma economia urbana voltada ao aumento de uma extensa gama de comércios e de serviços especializados capazes de oferecer respostas imediatas às necessidades técnicas, científicas, financeiras, de logísticas e de mão de obra (Elias, 2022) garantindo a reprodução do segmento.

Sob esse prisma, se estabelecem novas relações “entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo” (Santos, 2005, p. 257). Logo, o consumo produtivo torna-se um elemento central para compreender o conjunto de que centralizam funções estratégicas à cafeicultura na Região Cafeeira do Sul de Minas, permitindo com que o lugar acolha lógicas globais de produção agrícola. Assim, para Santos (1993):

A região urbana tem sua unidade devida sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias, encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona. A região agrícola tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representando este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades (Santos, 1993, p. 76).

De início, salientamos que as cidades analisadas não se constituem como indutoras de fluxos e ordens globais. Pelo contrário, funcionam como pontos no espaço diretamente relacionados e obedientes à produção. Essa dinâmica ocorre porque a metrópole de São Paulo exerce a principal influência na economia da região. É nessa localidade que se negociam os preços do café (observando o que é definido de fora do país, especialmente a bolsa de Nova Iorque, onde o preço da *commodity* é definido). Também em São Paulo se concentram os centros administrativos das grandes *tradings* globais cafeeiras presentes no território brasileiro.

Frederico (2015) observa que grande parte das maiores corporações globais da agricultura estabeleceu suas matrizes brasileiras em São Paulo. Assim, a metrópole detém o poder de gestão do agronegócio nacional devido à sua capacidade de direcionar fluxos comerciais, de informação, de ordens e de capital. Em outras palavras, a cidade possui a capacidade de comando e centralização do poder. Tal situação se adapta a afirmação de Santos (1996) ao hierarquizar essas cidades, já que:

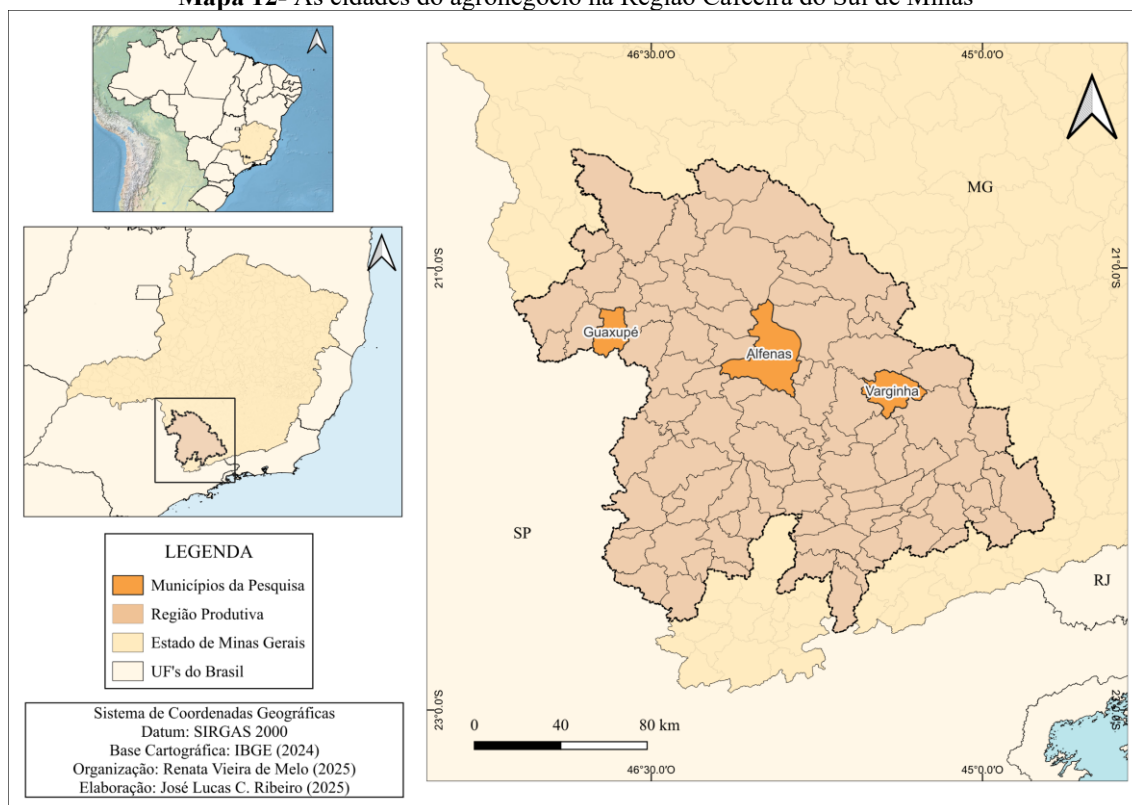
[...] são as cidades locais que exercem esse comando técnico, ligado ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita. Cidades distantes, colocadas em posições superiores no sistema urbano (sobretudo as cidades globais), têm o comando político, mediante ordens, disposição da mais valia, controle do movimento, tudo isso que guia a circulação, a distribuição e a regulação (Santos, 1996, p. 272).

Assim, os centros que aqui indicamos como “cidades do agronegócio cafeeiro”, cumprem funções estratégicas à cafeicultura científica globalizada praticada no Sul de Minas Gerais, ainda que se constituam como núcleos obedientes à lógica corporativa da

produção, comandada por agentes seletos (especialmente grandes multinacionais do setor) e, em última instância, aos interesses do mercado externo.

Como já assinalado, e pensando especificamente na organização da produção cafeeira no Sul de Minas Gerais, os principais centros urbanos funcionais à produção na região são, especialmente, Varginha, Guaxupé e Alfenas (Mapa 12).

Mapa 12- As cidades do agronegócio na Região Cafeeira do Sul de Minas



Fonte: IBGE (2024). Organizado pela autora.

A seguir veremos mais detalhadamente as características particulares de cada um desses núcleos urbanos.

5.4 As cidades do agronegócio cafeeiro: concentração e diversificação de funções no circuito produtivo

As cidades a que apontamos também apresentam um conjunto específico de funções que podem ser capturadas, tanto pela maior diversidade de agentes ligados ao circuito espacial produtivo, quanto aos círculos de cooperação que sustentam a cafeicultura na região. Em suma, o processo que visamos avaliar é o que deriva da divisão do trabalho, indicativo de uma maior especialização, maior competitividade e

produtividade nas diferentes etapas, o que, em termos territoriais, se expressa na região justamente em algumas cidades, que historicamente acolheram funções específicas para o circuito, ou seja, que conseguiram se diferenciar, concentrando etapas particulares da produção regional. Essas localidades atuam como elos no circuito espacial produtivo, transformando o café produzido em diferentes municípios e, comercializando-o em escala global.

Tal situação pode ser constatada quando avaliamos tanto a natureza de agentes que participam da produção quanto as funções e volume de empregados nestas atividades. Assim, é pela presença de *tradings*, cooperativas, comerciantes de café, torrefadoras, além de um conjunto numeroso de outros agentes, que as sedes urbanas de Varginha, Guaxupé e Alfenas se diferenciam das demais cidades e municípios que compõem a RPA.

A presença de agentes fundamentais às diferentes etapas do circuito produtivo na região pode ser verificada na Tabela 14, que detalha o número de unidades dedicadas a um conjunto destas atividades.

Tabela 14-Atividades ligadas à cafeicultura (número de unidades), municípios de Alfenas, Guaxupé e Varginha

Atividade do setor (CNAE 2.0)	Alfenas	Guaxupé	Varginha
Armazéns de café	9	21	62
Fabricação de tratores e máquinas	4	0	12
Comércio atacadista de insumos agropecuários	5	1	8
Representantes comerciais-Corretores de café	11	7	16
Cooperativas de café	3	1	3
Bancos comerciais e de crédito	7	7	15
<i>Tradings</i> do café	2	0	7
Empresas ligadas ao cultivo de café	26	8	20
Comércio de máquinas, equipamentos e peças	10	7	4
Fabricação de produtos à base de café	1	0	3
Torrefação e moagem	9	6	35
Comércio atacadista de café em grão	13	13	118
Comércio de adubos, fertilizantes e corretivos	21	3	12
Aluguel de máquinas agrícolas	1	19	52
Fabricação de defensivos agrícolas	0	0	3
Fabricação de equipamentos de irrigação	1	0	1
Atividade de apoio à agricultura	25	8	13
Transporte rodoviário de carga	60	71	269

Fonte: Conab (2024); IBGE/CEMPRE (2022); Trabalho de Campo (2025).

Organização da autora.

A tabela acima revela a concentração de algumas atividades típicas de um terciário especializado e voltado seja às demandas do consumo produtivo do agronegócio, seja às etapas posteriores de processamento e comercialização do café, e nos permitem identificar a diferenciação de funções e prevalência dos três centros na coordenação das atividades produtivas. Trata-se, portanto, de cidades funcionais às demandas do campo (Santos 1993), bem como aos demais serviços a ela associados.

O conjunto de dados analisado permite uma compreensão multifacetada da estrutura e do dinamismo da cafeicultura na região, evidenciando as atividades de apoio, os processos produtivos e a logística inerente à produção. A configuração desse sistema produtivo é claramente demarcada pela presença de instituições e empresas que fornecem os insumos e serviços essenciais para a atividade no campo.

Um dos pilares dessa infraestrutura é o acesso ao crédito, materializado pela presença de agências bancárias especializadas, importante elemento dos círculos de cooperação. Tais instituições viabilizam o volume de capital demandado para o custeio da produção, englobando a aquisição de insumos agrícolas essenciais, bem como o investimento em aparato técnico, como a compra de máquinas e equipamentos. A presença dessas instituições bancárias é um indicador do grau de especialização das cidades, com 15 unidades bancárias localizados em Varginha, e sete em Alfenas e Guaxupé. Tal condição é de certo modo reveladora do quanto a produção e etapas posteriores são dependentes de nexos financeiros, já que o crédito atua diretamente como elemento indispensável à cafeicultura.

Além disso, a complexidade técnica de algumas lavouras de café é corroborada pela atuação de empresas especializadas em consultoria agrícola, topografia, agrimensura, georreferenciamento e licenciamento ambiental, as quais são suportadas por profissionais como agrônomos e engenheiros agrícolas. Tais serviços se articulam com o comércio de insumos, mudas e equipamentos, reforçando a demanda por instituições de ensino técnico e superior capazes de formar mão de obra qualificada para o setor. No que tange aos serviços ligados à etapa da produção, Alfenas possui importância destacada, visto que concentra os maiores efetivos de um conjunto de agentes – Em 2022, localizavam-se nesta cidade 21 empresas que realizam o comércio de adubos, fertilizantes e corretivos, 26 empresas ligadas ao cultivo de café, 10 empresas voltadas ao comércio de máquinas e equipamentos agrícolas e outras 25 que realizam atividades de apoio direto à agricultura (IBGE/CEMPRE, 2022).

Em que pese certos limites, na região, à mecanização da colheita (devido ao relevo característico do Sul de Minas), a mecanização possível em outras etapas da produção agrícola é atestada pelo número de empresas que comercializam máquinas e peças para a agricultura. Contudo, essa mecanização não é universal, pois uma parcela expressiva dos produtores locais, notadamente agricultores familiares menos capitalizados, enfrenta dificuldades na aquisição de equipamentos próprios.

A existência de empresas de torrefação e moagem caracteriza as funções próprias da industrialização da *commodity* (produtos estes que atendem ao mercado interno), e assim, a alguma agregação de valor à produção, e quase sempre a de menor valor comercial, o chamado “café *commodity*”, ou seja, um produto que não alcança qualidade e padrões muitas vezes exigidos pelo mercado externo. Mais uma vez, a diferenciação de funções entre as três cidades é evidente – visto que as etapas próprias da industrialização e também de comercialização comparecem de forma muito mais expressiva em Varginha – eram 35 as empresas que se dedicam à torrefação e moagem de café localizadas no município.

Segundo os dados do Trabalho de Campo (2025), Varginha detinha não só o maior número de *tradings* agrícolas - 07 empresas no total, maior concentração de toda a região produtiva e condição evidentemente ligada à presença da condição exportadora do município. Eram 02 as *tradings* localizadas em Alfenas, e nenhum agente desta natureza em Guaxupé, provavelmente pela presença da maior cooperativa de café do Brasil no município. A maior concentração de armazéns também é encontrada em Varginha, totalizando 62 unidades (frente a 21 unidades de armazenamento existentes em Guaxupé e 09 em Alfenas).

As empresas de transporte de cargas são reveladoras do quanto o espaço regional se estrutura em função de fluxos comerciais, em boa parte voltados à exportação, e, assim, mais uma vez Varginha possui o maior destaque. As empresas dedicadas ao transporte de cargas eram 269 em Varginha (71 em Guaxupé, e 60 em Alfenas).

Para a etapa comercial, a presença de corretores de café nessas localidades demarca ainda a quantidade e necessidade de produtores que oferecem a mercadoria a intermediadores, e como esses profissionais atuam na compra e venda entre produtores, *tradings* e cooperativas, atividade ainda hoje muito presentes na região. Novamente, o maior efetivo de tipo de agente se encontrava em Varginha, com 118 empresas, enquanto Guaxupé e Alfenas detinham, no mesmo ano de 2021, apenas 13 empresas desta natureza em ambos os municípios (IBGE/CEMPRE, 2022).

Nos centros que reconhecemos como cidades do agronegócio, o setor de serviços tende a ser mais especializado, permitindo que trabalhos muito particulares ao circuito se estabeleçam, conforme apresentamos na Tabela 15, a seguir.

Tabela 15- Número de trabalhadores no conjunto de municípios com atividades diversificadas – municípios selecionados da RPA do Café no Sul de Minas Gerais - 2024

Município	Trabalhador do café	Degustador de café	Torrador de café	Misturador de café	Moedor de café	Operador Extração	Total
Três Pontas	618	33	4	0	0	0	655
Monte Belo	386	6	1	0	0	0	393
Campos Gerais	348	3	1	2	0	0	354
Boa Esperança	276	17	6	0	0	0	299
Alfenas	257	13	7	0	0	13	290
Guaxupé	210	50	21	0	0	0	281
Varginha	68	103	16	2	0	0	189
Campestre	144	3	5	0	0	0	152
Botelhos	142	3	5	0	0	0	150
Machado	125	14	2	0	2	0	143
Carmo de Minas	93	3	8	0	0	0	104
São Gonçalo do Sapucaí	72	6	1	0	0	0	79
Santana da Vargem	62	3	2	0	0	0	67
Poços de Caldas	53	5	1	0	0	0	59
Ouro Fino	29	6	3	0	0	0	38
Três Corações	24	6	3	0	0	0	33
Andradas	25	4	2	0	0	0	31
Nova Resende	17	7	0	0	0	0	24
Poço Fundo	4	9	3	1	0	0	17
Santa Rita do Sapucaí	10	3	2	0	0	0	15
Natércia	3	6	1	0	0	0	10
Total							3.383

Fonte: RAIS (2024). Organização da autora.

Os dados apresentados na Tabela 15 mais uma vez permitem reconhecermos a expressão do fenômeno de divisão intrarregional do trabalho na RPA, revelando distintos papéis desempenhados por essas localidades, ou seja, suas funções no contexto regional.

Algumas pequenas cidades, como Boa Esperança, Machado e Poço Fundo, alcançam certa diversificação de funções ligadas ao circuito produtivo, o que aparece compondo o trabalho urbano voltado ao setor (caso da presença de degustadores, e também de torradores de café). Nestes casos, a diversidade de funções resulta da presença de importantes cooperativas de café nestes municípios, caso da sede da Capebe (em Boa Esperança), da Coopama (em Machado), da Coopfam (em Poço Fundo) com a

certificação *Fair Trade*, e também da presença de alguns núcleos da Cooxupé (Botelhos, Boa Esperança, Campos Gerais e Machado). A presença das cooperativas nessas localidades, além de captar a produção da *commodity*, acaba por gerar empregos urbanos especializados. Portanto, mesmo não sendo centrais na rede urbana, tais núcleos são importantes para atividades do circuito produtivo que não se repetem em todos os municípios que compõem a região. A situação, no entanto, difere de centros como Varginha, Guaxupé e Alfenas, que alcançam uma maior expressão e acúmulo de agentes e funções, o que lhes confere na região um grau de maior complexidade funcional à RPA, essencialmente no que diz respeito ao trabalho urbano vinculado ao circuito produtivo.

Uma situação interessante é evidente, por exemplo, no município de Três Pontas, dada a sua posição, por décadas, como o município com maior volume de produção. Três Pontas constituir-se como o município com maior quantidade de trabalhadores agrícolas dedicados ao cultivo. Trata-se de função particularmente direcionada à atividade no campo, onde o espaço rural é significativo para o emprego de mão de obra (mais de 600 trabalhadores rurais específicos ao cultivo do café). Um número relativamente grande de degustadores (33 empregados, terceiro maior efetivo para a função na região produtiva) aponta a necessidade de avaliação da bebida em um município onde o volume de produção e número de produtores é expressivo.

Novamente, são Varginha, Guaxupé e Alfenas os municípios que se destacam no conjunto da região, pela maior diversidade de funções laborais relacionadas à cafeicultura, diferenciando-se de muitos municípios que atuam essencialmente na produção agrícola (cultivo propriamente dito do café), bem como diferenciando-se entre elas mesmas. Trata-se, a nosso ver, de mais um indicador da condição de verdadeiras cidades do agronegócio cafeeiro.

Se os números com o trabalho no campo não são os mais expressivos da região produtiva – pouco mais de 250 trabalhadores do café em Alfenas, 210 em Guaxupé e apenas 68 em Varginha, uma função estratégica para a avaliação da qualidade dos grãos, desempenhada por degustadores de café, encontra os maiores efetivos da região nestes três municípios – eram, em 2024, 103 os degustadores de café empregados em Varginha (maior efetivo da região), cidade que concentra também o maior número de *tradings* e de estabelecimentos do comércio atacadista da *commodity*. Guaxupé contava no mesmo ano com 50 degustadores (segundo maior efetivo na RPA) e, Alfenas, com 13 destes profissionais. Tal concentração deste tipo de trabalho é reveladora do quanto estas cidades do agronegócio são responsáveis pela tarefa estratégica da avaliação de qualidade e,

sobretudo, também da definição do preço, diferenciando por exemplos lotes especiais. Degustadores são responsáveis, entre outras coisas, por análise sensorial dos grãos, identificação de notas e classificação de lotes, indicando potencialmente o valor a ser pago a produtores e como a mercadoria pode ser precificada para as etapas seguintes do circuito.

Outro importante trabalho que integra a etapa industrial é o desempenhado por torrefadores, e, mais uma vez, as três cidades encontram os maiores efetivos formais de tal função. Eram, em 2024, 21 os torrefadores de café trabalhando em Guaxupé (maior efetivo da região), seguido por Varginha (16 torrefadores, segundo maior efetivo na RPA). Alfenas contava com 7 destes profissionais.

Ao confrontarmos as informações, observamos que a diferenciação entre os municípios se torna mais uma vez evidente. Nos municípios com predominância de mão de obra exclusivamente do trabalhador da cafeicultura, o trabalho se realiza diretamente no espaço agrícola e é, em geral, menos remunerado, quando avaliamos os trabalhos urbanos vinculados ao circuito produtivo, estes muito mais concentrados nas cidades do agronegócio. Nesses casos, os municípios que cumprem predominantemente ou exclusivamente apenas as funções primárias (agrícolas), geralmente apresentando um menor patamar demográfico no contexto da região, são exatamente aqueles cujas sedes urbanas também portam um menor dinamismo. Já nas cidades do agronegócio, em que pese a produção de grãos ser por vezes menos expressiva quando comparada a de outros municípios, o urbano é que conhece um dinamismo maior, tendo em vista que permite alcançar certa complexidade de funções que, em geral, são um pouco mais bem remuneradas que a do trabalho exclusivamente rural. Mais uma vez, um urbano “dinâmico” e orientado à tarefa da produção agrícola cafeeira pode ser encontrado de forma mais expressiva em Varginha, Guaxupé e Alfenas.

Com a intenção de comparar a remuneração entre as diferentes atividades laborais diretamente relacionadas com a cafeicultura, a partir também de diferentes municípios da RPA, a Tabela 16 permite a análise a partir dos vínculos formais do ano de 2024. É possível evidenciar como alguns municípios, e especialmente aqueles cujas sedes se afirmam como cidades do agronegócio, alcançam muitas vezes remunerações melhores.

Os dados da tabela evidenciam que a média salarial do trabalhador rural na cafeicultura é em geral baixa, em torno de um salário-mínimo (SM), podendo alcançar 1,8 SM em Botelhos (maior remuneração da região), ou 1,5 SM em Alfenas. Em Três

Pontas, município que apresenta o maior efetivo formal deste tipo de trabalho na região, a remuneração média do trabalhador rural da cafeicultura era em 2024 de 1,3 SM.

Tabela 16 - Remuneração média no conjunto dos municípios com atividade diversificada (em salários-mínimos) 2024 Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais, municípios selecionados - 2024

Município	Trabalhador	Torrador	Degustador	Misturador	Operador de extração
Três Pontas	1.31	1.25	2.8	-	-
Monte Belo	1.61	2.55	3.9	-	-
Campos Gerais	1.18	1.25	3	1.5	-
Boa Esperança	1.23	1.25	3	-	-
Alfenas	1.56	1.42	2.9	-	1.18
Guaxupé	1.55	1.50	4.1	-	-
Varginha	1.27	1.35	3	2.51	-
Campestre	1.47	1.40	2	-	-
Botelhos	1.83	1.82	3.5	-	-
Machado	1.19	1.75	2.6	-	-
Carmo de Minas	1.03	1.53	4.3	-	-
São Gonçalo do Sapucaí	1.31	1.25	2.2	-	-
Santana da Vargem	1.45	1.50	3.8	-	-
Poços de Caldas	1.16	2.50	4.3	-	-
Ouro Fino	1.10	1.75	2	-	-
Três Corações	1.43	1.25	4	-	-
Andradas	1.14	1.25	2	-	-
Nova Resende	1.26	-	1.8	-	-
Poço Fundo	0.92	1.67	4.3	1.26	-
Santa Rita do Sapucaí	0.97	1.25	4.9	-	-
Natércia	1.42	1.75	2.4	-	-

Fonte: RAIS (2024). Organização da autora.

Outras funções necessárias ao circuito produtivo realizadas no espaço urbano alcançam, como já apontamos, remunerações maiores, mas tal condição também se associa às localidades onde são desempenhadas. O trabalho de degustador de café, estratégico para a definição da qualidade e preço dos lotes, como já apontamos, é o que alcança a maior remuneração média dentre as funções ligadas à cafeicultura na região, variando de 4,9 SM (em Santa Rita do Sapucaí) a 1,8 SM (em Nova Resende). Em Varginha, que acumula o maior efetivo regional de tal função, a remuneração média dos degustadores era de 3 SM (a presença de grandes *tradings* demandando o serviço parece, portanto, influenciar a remuneração pelo trabalho. Em Guaxupé, município com segundo maior volume de vínculos para degustadores, o salário médio da função é ainda maior,

4,1 SM (revelando que a presença da maior cooperativa, a Cooxupé, permite alcançar ainda melhor remuneração do que nas grandes *tradings*).

O trabalho dos torradores, pouco numeroso, e existente em boa parte dos municípios da região, encontra os maiores efetivos em Guaxupé (21 vínculos formais), mas é pouco remunerado, aproximando-se do trabalho realizado no cultivo. A média do referido município eram em 2024 de 1,5 SM, revelando o quanto a indústria, voltada no mais das vezes ao mercado nacional e processando, portanto, cafês de qualidade inferior, também remunera pouco o trabalho no segmento.

Dessa maneira, é de fundamental importância destacar que, o Sul de Minas é um território especializado na produção de café verde, orientado, de modo predominante, ao mercado externo. Nesse contexto, as atividades de torrefação e moagem inserem-se vinculadas, sobretudo, à parcela do café destinada ao mercado interno e realizam-se de forma concentrada em alguns municípios.

A presença dessas atividades no circuito espacial produtivo regional pode ser apreendida a partir da Tabela 17, que destaca os municípios com maiores contingente de trabalhadores nessas atividades. O conjunto das informações evidencia uma divisão do trabalho focada no processamento do café, o que também revela uma maior densidade técnica e de infraestrutura nas cidades destacadas.

Tabela 17- Maiores vínculos empregatícios na torrefação e moagem na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas em 2024

Município	Trabalhadores
Varginha	454
Guaxupé	199
Machado	90
Botelhos	69
Alfenas	53
São Lourenço	48
Carmo de Minas	44
Três Pontas	33
Ouro Fino	19
Andradas	16
Total da região	1.246

Fonte: RAIS (2024). Organização da autora.

Dos 99 municípios que compõem a região produtiva, 50 registram empresas cujas atividades principais são as de torrefação e moagem. Entre esses, os dez municípios destacados na Tabela 17 concentram o maior número de trabalhadores no ramo (1.025

trabalhadores), juntos representam 82,2% do total da região, configurando-se como os principais pontos de adensamento no território regional.

Varginha e Guaxupé, assumem posição de liderança nessa etapa do circuito, concentrando, conjuntamente, 653 vínculos empregatícios, ou seja, 52,4% do total de trabalhadores da região. Tal centralidade não se explica apenas por uma dinâmica espontânea de mercado, mas pela presença e atuação de agentes hegemônicos que, ao estruturarem densas infraestruturas técnicas, reforçam a divisão intrarregional do trabalho.

De acordo com dados do IBGE (2022), o município de Varginha concentra 35 empresas dedicadas às atividades de torrefação e moagem de café, responsáveis por 454 vínculos empregatícios formais, o que corresponde a 36,4% do total regional do setor. Esse quadro revela um perfil empresarial relativamente diversificado, com a presença simultânea de unidades de pequeno e médio porte e de grandes grupos industriais.

Destaca-se, nesse contexto, a atuação do grupo alemão Melitta, que reúne parcela expressiva do contingente de trabalhadores. A empresa mantém um portfólio diversificado de marcas, entre as quais se incluem, na unidade instalada no município, as linhas Café Melitta, Café Regiões Brasileiras Sul de Minas, Café Barão e Café Bom Jesus. A implantação da planta industrial no município resultou de investimentos superiores a R\$ 40 milhões, com área construída de aproximadamente 4.350 m² inserida em um parque fabril de cerca de 26 mil m², inaugurada em abril de 2017. A unidade decorre da aquisição da marca Café Barão, possui capacidade de torrar até 500 mil sacas de café anuais e constitui a quarta instalação da multinacional no país (Cccmg, 2017).

A multinacional brasileira de capital aberto Camil Alimentos também passou a integrar o circuito industrial do café em Varginha a partir de 2021, com a aquisição da marca Café Bom Dia por R\$ 62 milhões (G1, 2021). No portfólio da companhia, articulam-se diferentes marcas voltadas a distintos segmentos de mercado, como Café Bom Dia, União e Seletto. Paralelamente, observa-se a atuação da cooperativa regional Minasul, que também internaliza etapas de processamento por meio de marcas próprias, como a linha Perfetto Grano, além de manter uma cafeteria como parte de suas instalações.

Além dessas grandes empresas, foi observado em trabalho de campo, um conjunto de firmas médias e pequenas que participam da industrialização do café em Varginha. Tal heterogeneidade do tecido produtivo não apenas expressa a pluralidade de agentes, mas revela uma base industrial estruturada sobre distintas racionalidades econômicas.

Segundo dados do IBGE (2022), o município de Guaxupé reúne seis empresas voltadas às atividades de torrefação e moagem de café, responsáveis por 199 vínculos empregatícios formais. Embora esse contingente seja inferior ao verificado em Varginha, o município assegura a segunda maior concentração regional de empregos nesse segmento.

Nesse caso, a torrefação e a moagem encontram-se associadas à atuação da Cooxupé, que desenvolve essa atividade de forma estruturada desde 1984. A cooperativa opera por meio do Complexo do Japy, instalação industrial com cerca de 17.500 m², dos quais mais de 5 mil m² são destinados diretamente às operações de torra e moagem. Com capacidade produtiva estimada em aproximadamente 2.700 toneladas mensais, a unidade atua por meio das marcas Prima Qualitá, Café Evolutto e Café Terrazza, com presença em mais de 600 municípios brasileiros. Tal estrutura posiciona o complexo industrial entre os principais parques torrefadores do país (Cooxupé, 2024).

Ainda que o volume de café produzido no município de Guaxupé permaneça relativamente modesto — em torno de 5 mil toneladas em 2024 —, tal condição não limita sua centralidade. Ao contrário, evidencia-se que o protagonismo local decorre menos da escala de volume de produção e mais da capacidade operacional da cooperativa, cuja atuação se dá em escala ampliada.

Mesmo quando considerados em conjunto, os demais municípios respondem por 29,8% do total regional, percentual significativamente inferior ao verificado nos dois primeiros colocados. Nesse sentido, municípios como Machado, Botelhos, Alfenas, São Lourenço, Carmo de Minas, Três Pontas e Andradas — destacados na Tabela 17 — apresentam reduzido número de vínculos empregatícios, o que sugere a predominância de pequenas torrefadoras, em geral orientadas ao atendimento de mercados locais e circuitos curtos de comercialização.

Embora operem em menor escala produtiva, essas unidades desempenham papel relevante na economia regional, na medida em que favorecem a retenção de parcelas do valor agregado no próprio território. Ao internalizar etapas de transformação e comercialização, tais empresas contribuem para a formação de circuitos de economia local, fortalecendo relações de proximidade entre produção e consumo e ampliando as possibilidades de reprodução econômica regional. Em contrapartida, a forte presença de agentes hegemônicos em Varginha e Guaxupé confere a esses centros uma expressão nacional no setor de café torrado e moído.

Já o comércio atacadista de café em grão configura-se como uma atividade orientada à comercialização do produto em coco ou verde para distintos agentes compradores, entre os quais se destacam *tradings*, cooperativas e torrefadoras. Assim, é responsável por viabilizar a conexão entre a produção agrícola e as etapas subsequentes do processamento e da exportação, sendo, portanto, a segunda atividade com maior número de trabalhadores (superada apenas pelos trabalhadores no cultivo de café).

Essa atividade é desempenhada, em grande medida, por intermediários que realizam a aquisição direta junto aos produtores e promovem o direcionamento dos lotes aos agentes demandantes. Desse modo, o atacado de café em grão cumpre papel importante na organização do circuito espacial produtivo, ao estruturar fluxos mercantis e garantir a circulação do produto no território. Nesse sentido, a Tabela 18 a seguir evidencia os municípios que se destacam na região produtiva por comandar as negociações de café.

Tabela 18- Maiores vínculos empregatícios no comércio atacadista de café em grão na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas em 2024

Município	Trabalhadores
Varginha	1110
Guaxupé	971
Três Pontas	362
Boa Esperança	173
Campos Gerais	157
Alfenas	156
Paraguaçu	150
Poços de Caldas	128
Ouro Fino	122
Machado	116
Total da região	4.035

Fonte: Rais (2024). Organização da autora.

Observa-se que Varginha e Guaxupé lideram de forma destacada, reunindo os maiores contingentes de emprego — 1.110 e 971 trabalhadores, respectivamente —, o que corresponde a 51,5% do total dos trabalhadores da região produtiva. Essa distribuição é uma expressão da divisão intrarregional do trabalho, na qual tais núcleos urbanos também exercem centralidade na intermediação comercial.

O comércio atacadista tende a localizar-se onde há maior densidade técnica e organizacional: presença de grandes cooperativas, *tradings*, armazéns certificados, estruturas de classificação, crédito e serviços especializados, além de infraestrutura

logística — rodovias, terminais aduaneiros, operadores de exportação — que reduz custos de circulação e aumenta a fluidez dos fluxos.

Nessa perspectiva, Varginha e Guaxupé concentram não apenas a industrialização, mas sobretudo a articulação da comercialização. São centros urbanos onde se realizam operações de compra em larga escala, consolidação de lotes, contratos de exportação e coordenação de redes de fornecimento que extrapolam os seus limites municipais. O elevado número de vínculos no atacado indica que o território foi equipado para operar o café como mercadoria global, articulando produtores, cooperativas, exportadores, certificadoras e agentes financeiros.

De acordo com o IBGE (2022), o município de Varginha reúne 118 empresas voltadas ao comércio atacadista de café em grão, configurando uma elevada densidade de agentes especializados na intermediação e na circulação mercantil do produto. Nessas condições, pode-se afirmar a existência de um comando de natureza corporativa, sustentado pela presença e pela atuação das principais *tradings* cafeeiras instaladas no município e responsáveis pela comercialização em larga escala.

Em paralelo, os dados do IBGE (2022) indicam que o município de Guaxupé abriga 13 empresas dedicadas ao comércio atacadista de café em grão, número significativamente inferior ao verificado em Varginha, mas ainda assim expressivo no contexto intrarregional. Essa configuração não se explica pela multiplicidade de firmas, mas pela elevada capacidade de coordenação concentrada em um agente central, a cooperativa.

Observa-se, assim, a constituição de um comando de base cooperativa, diretamente associado à atuação da Cooxupé. A cooperativa reúne um contingente total de 2.721 empregados, com fração expressiva alocada em sua matriz, o que evidencia que os principais vínculos empregatícios vinculados a essa atividade advêm da própria estrutura. Desse modo, a centralidade local não deriva da dispersão empresarial, mas do poder da cooperativa, capaz de concentrar também a função comercial do café.

Já municípios como Três Pontas, Alfenas, Machado e Campos Gerais combinam os elevados volumes produzidos com presença de cooperativas e estruturas de beneficiamento, o que favorece a concentração local de etapas comerciais. Nesses casos, parte do atacado se ancora na proximidade da base produtiva.

Nessa conjuntura, a concentração do emprego, reforça hierarquias urbanas e aprofunda a divisão intrarregional do trabalho na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas.

Assim, o panorama da rede de cidades revela que cada uma assume um papel especializado, determinado pela concentração e natureza dos serviços que conferem centralidade à sua atuação no circuito espacial produtivo do café na região. Dessa maneira, por concentrarem recursos, infraestruturas e serviços, as cidades do agronegócio polarizam os centros menores ao seu redor, já que estas dependem daquelas para o acesso as técnicas, meios de escoamento, insumos e fomento para a produção.

Visando compreender a contribuição particular dos setores econômicos nestas cidades, a composição do PIB municipal está apresentada na Tabela 19, a seguir.

Tabela 19- População em 2022 e composição do PIB municipal – Alfenas, Varginha e Guaxupé em 2021

Município	População absoluta	Agropecuária (em %)	Indústria (em %)	Serviços (em %)	Administração pública (em %)	Total (mil/reais)
Alfenas	78.970	9,6	17,1	59,3	13,8	3.485.867
Varginha	136.467	1,4	24,7	62,7	11	8.093.810
Guaxupé	50.911	2,2	24,2	62,3	11,1	2.806.366

Fonte: IBGE (2022) e Contas Nacionais e Regionais (IBGE, 2021).
Organização da autora.

Para os três casos, o produto bruto do segmento terciário é prevalente, conciliado a baixa participação do produto agropecuário. Apenas em Alfenas, a produção agrícola (e destacadamente o café) possui importância (ainda que componha o PIB municipal em menos de 10%). Em 2021, a contribuição do setor à economia do município foi de 9,60%, um patamar que se coloca acima da média nacional de 7,66% (IBGE, 2021). Embora o percentual não represente a maior fatia da economia local, sua relevância reside no contraste estrutural que se estabelece, e indica que a atividade agrícola, notadamente a cafeicultura, funciona como um pilar da economia primária frente os demais cultivos. Consequentemente, tal percentual agrícola é fundamental para impulsionar e subsidiar a complexa rede de comércio, serviços e crédito rural que compõe o setor terciário do município, permitindo mais uma vez reconhecê-la como uma cidade do agronegócio (Elias, 2022).

Assim, tais cidades, ao concentrarem fluxos de capital, infraestrutura e serviços avançados, tornam-se espaços capazes de dinamizar também o setor industrial e especialmente o terciário (comércio e serviços). Essa capacidade de polarização econômica explica a maior participação das atividades industriais nessas localidades quando comparadas a municípios de menor porte, ainda que igualmente especializados

na produção cafeeira, mas desprovidos da mesma densidade técnico-operacional e da centralidade regional que caracteriza como cidades do agronegócio.

Quando se considera também as atividades agroindustriais, comerciais e de serviços, os indicadores se tornam ainda mais expressivos, refletindo uma integração entre esses setores econômicos. É o que acontece com a cidade de Varginha e Guaxupé.

5.5 Função exportadora das cidades do agronegócio cafeeiro e a lógica extravertida da produção

Outra condição que diferencia as cidades do agronegócio cafeeiro no Sul de Minas Gerais é, sem dúvida, também a capacidade que elas adquiriram ao longo do tempo para realizar o movimento de exportação da produção regional. Se a região é a maior produtora de café do país, a exportação desta *commodity* é essencialmente realizada sobretudo pelas cidades do agronegócio nela presentes.

A Tabela 20 revela o volume de exportações nas cidades avaliadas, com uma participação significativa do café no total das exportações. Alfenas e Guaxupé, em particular, apresentam 99% do total das exportações compostas por café, evidenciando que o agronegócio cafeeiro dessas cidades está globalizado economicamente, gerando receitas na ordem de bilhões de dólares (MDIC, 2025).

Tabela 20- Participação do café nas exportações, Empregos na cafeicultura e Renda Média mensal nas cidades do agronegócio em 2023

Município	Exportação (total) (US/bilhões)	Percentual do café nas exportações	Total de Empregos (Café)	Percentual de empregos (Café) (%)	Renda mensal (média/R\$)
Alfenas	0,7	99,5%	1.700	6,7	2.160
Varginha	3,3	97,7%	921	3,2	1.390
Guaxupé	2,4	99,9%	697	1,9	1.640

Fonte: MDIC (2025); Data Viva (2024). Organização da autora.

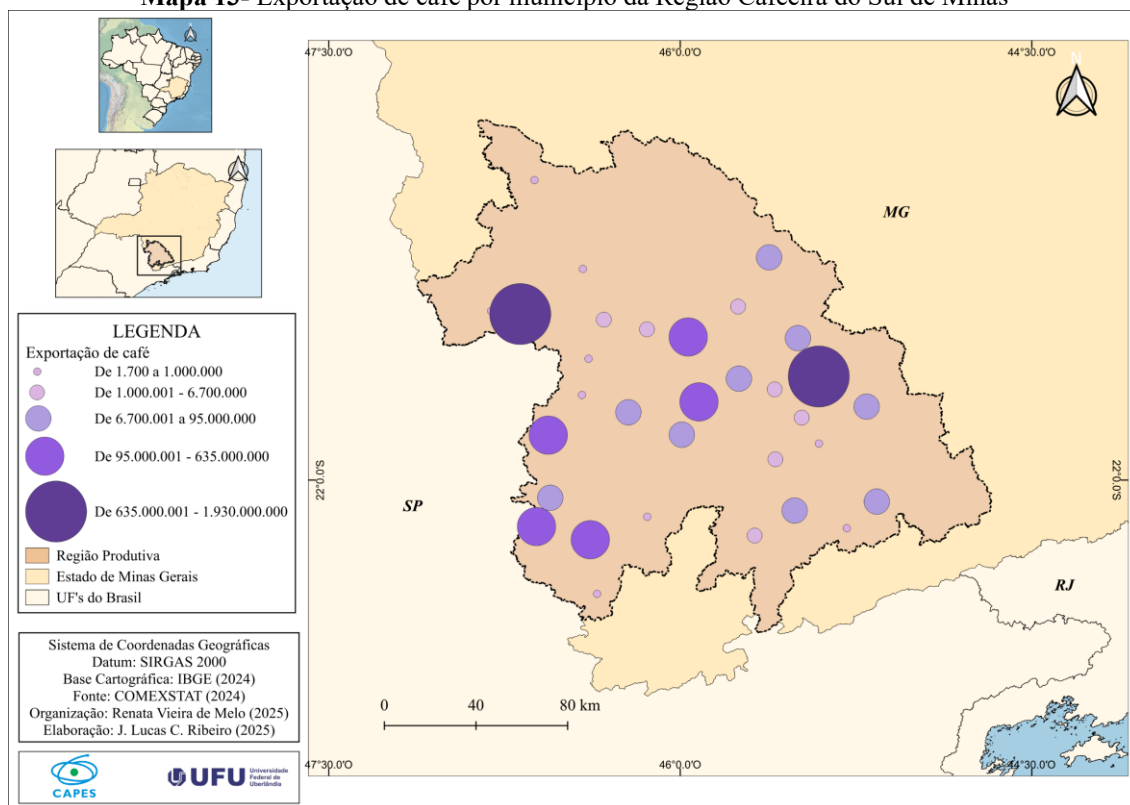
Em que pese a importância dos lugares para a exportação do café, os dados econômicos da atividade revelam características importantes das cidades, apontando como o imperativo das exportações (Santos; Silveira, 2001), especialmente a de *commodities* agrícolas, é acompanhado por distorções de renda.

Em Varginha, principal município exportador, seguido de Guaxupé, em que pese também apresentarem alguns dos maiores efetivos de empregos formais ligados ao setor, ainda que com participação percentual relativamente pequena no conjunto das ocupações (visto que se trata de centros regionais importantes, onde se avolumam outras atividades),

a renda média mensal dos trabalhadores com vínculo formal significava em 2023, cerca de 1,5 salários-mínimos. Alfenas, cuja função exportadora é menos importante, detinha média salarial mais alta (condição talvez alcançada pela presença de uma universidade federal).

Para reconhecer as interconexões globais, avaliamos ainda os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, para verificar as participações municipais na exportação do café. Essa abordagem nos permitiu mensurar a importância do cultivo da *commodity* para o comércio exterior, evidenciando seu peso econômico para além da produção interna. O potencial de exportação dessa região produtiva pode ser visualizado no Mapa 13:

Mapa 13- Exportação de café por município da Região Cafeeira do Sul de Minas



Fonte: MDIC (2024). Organização da autora.

A exportação de café não é expressiva em todos os municípios que compõem a Região Cafeeira do Sul de Minas, sendo absolutamente notável a participação de três municípios – Varginha, Guaxupé e Alfenas. Assim, a maior parte dos grãos produzidos na região é direcionada para estas cidades, que atuam como centros de expedição. Para além de Varginha, Guaxupé e Alfenas, os maiores municípios exportadores estão assinalados na Tabela 21, a seguir.

Varginha, Guaxupé e Alfenas se destacam como as principais exportadoras de café da região, suas exportações representam 77,4 % do total da região produtiva. Nessas localidades, o café é o produto de exportação mais importante, representando mais de 97% do total das exportações municipais.

Tabela 21- Participação na exportação de café na Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas – municípios selecionados, 2025

Município	Valor (US\$)	Participação do café no conjunto das exportações (%)
Varginha	3.213.123.412	97,7
Guaxupé	2.347.254.186	99,9
Alfenas	721.183.675	99,5
Machado	458.067.165	99,5
Ouro Fino	370.027.417	99
Albertina	197.549.287	100
Poços de Caldas	165.713.507	52,3
Três Pontas	139.372.281	95,9
Três Corações	109.478.078	67,6

Fonte: MDIC (2025). Organização da autora.

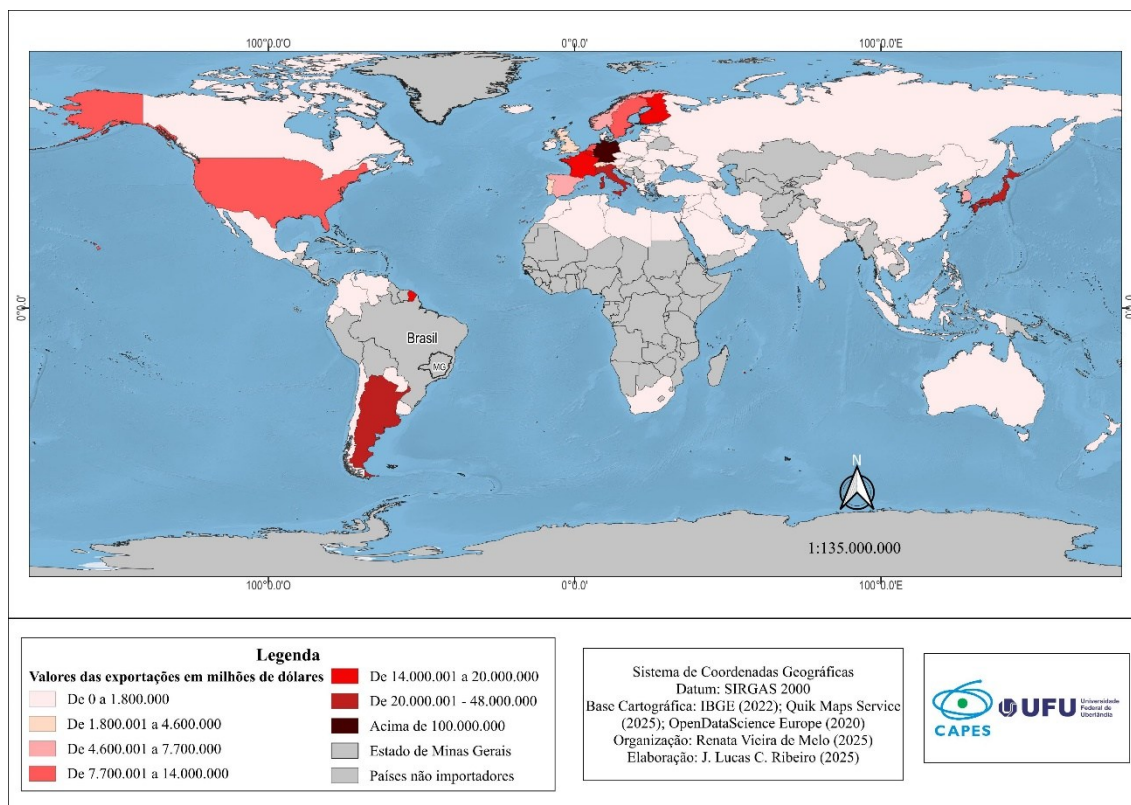
Conforme mencionado anteriormente, apesar de não produzir elevados volumes de café (IGBE, 2024) (5.214 toneladas em 2024), Guaxupé chama atenção, pois se destaca como o segundo maior município exportador da região. Isso se explica pela presença em seu território da Cooxupé, e também de uma importante exportadora. A cooperativa não só gerencia a exportação do café do próprio município, como também polariza e concentra o fluxo de café de outras cidades onde mantém seus núcleos avançados e unidades de atendimento na região, e até mesmo de fora dela, e que juntamente com o Redex, transforma Guaxupé em um centro de expedição do grão.

A própria existência de uma RPA pressupõe um forte vínculo com o sistema agroindustrial de comercialização que liga os produtores aos consumidores globais. Diante disso, as informações contidas a partir do Mapa 14, são referentes aos nexos comerciais estabelecidos no ano de 2000 entre os três principais exportadores de café da região cafeeira do Sul de Minas, sendo esses: Varginha, Guaxupé e Alfenas.

Tal configuração evidencia que a inserção da região nos circuitos internacionais não se dá de maneira difusa, mas por meio de pontos seletivos de comando e articulação,

concentrados nesses três municípios. São eles que operam como elos privilegiados entre a base produtiva regional e o mercado externo, centralizando operações.

Mapa 14- Exportação de café de Varginha, Guaxupé e Alfenas no ano 2000



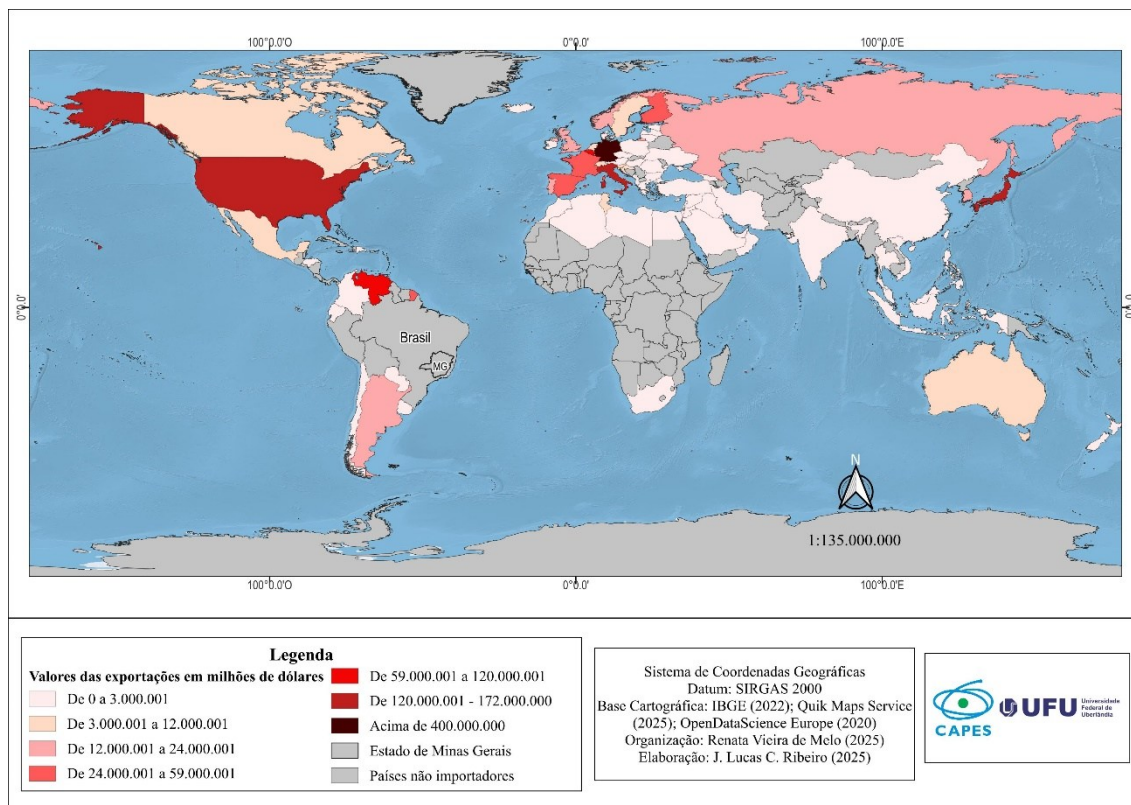
Fonte: MDIC (2024). Organização da autora.

Os maiores importadores do café no ano 2000 são: Estados Unidos, Alemanha, Itália e outros países da Europa Central e o Japão. Isso ilustra o modelo clássico do comércio internacional de *commodities*, o produto (geralmente *in natura*) é exportado para ser processado e consumido em larga escala em nações hegemônicas. Entretanto alterações de ordem econômica começam a se manifestar em 2010 onde as exportações de café ganham novos mercados.

Em que se pese a comparação entre o Mapa 14 (anterior) e o Mapa 15 (a seguir) percebe-se que em dez anos (de 2000 para 2010), o valor total das exportações de café aumentou drasticamente, isso pode ser explicado tanto pelo maior volume de café exportado quanto pelo aumento no preço da *commodity* no mercado global. Em 2010, os Estados Unidos mantêm sua posição como um grande importador, mas a China emerge como o novo e mais importante destino de exportação. Países europeus como a Alemanha, que antes eram proeminentes, agora aparecem em faixas de valores menores em

comparação à China, indicando uma reconfiguração no comércio internacional de café, e uma alteração no centro dinâmico da economia mundial.

Mapa 15- Exportações de café de Varginha, Guaxupé e Alfenas em 2010

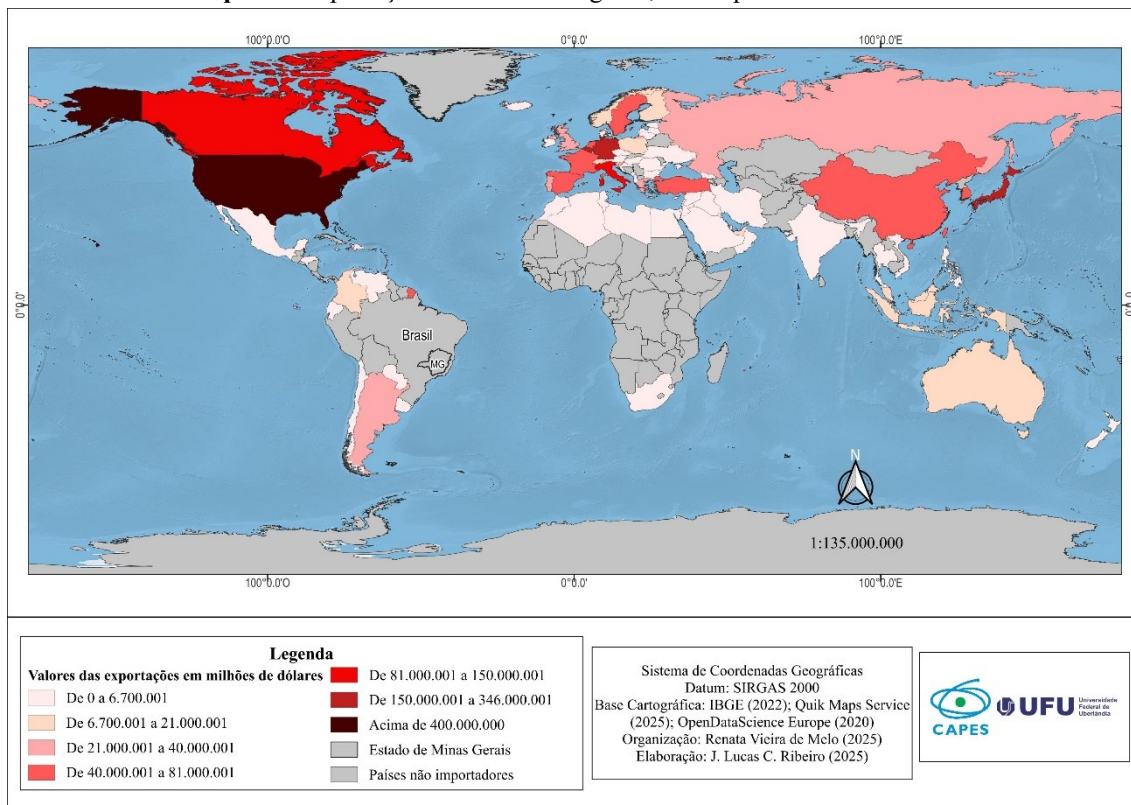


Fonte: MDIC (2024). Organização da autora.

Já o Mapa 16 revela o destino recente das exportações do café produzido em Varginha, Guaxupé e Alfenas em 2024.

Observa-se que, em 2024, o valor e a quantidade dos parceiros comerciais se expandiram. Embora os Estados Unidos tenham mantido sua posição como principal comprador da *commodity*, a China se destaca e se consolida como um importante mercado consumidor. A conquista de novos mercados na Ásia abre novas oportunidades de negociação do café sul-mineiro.

A análise dos dados sobre os parceiros comerciais do café das principais cidades exportadoras revela que a economia cafeeira do Sul de Minas, ao firmar mercados tradicionais e conquistar novos parceiros, demonstra sua inserção e subordinação ao mercado globalizado. Essa conexão, mediada pela *commodity*, transforma o território em um elo da produção local com o circuito mundial da economia.

Mapa 16- Exportações de café de Varginha, Guaxupé e Alfenas em 2024

Fonte: MDIC (2024). Organização da autora.

A articulação da produção local com a demanda internacional justifica a presença de uma infraestrutura logística, comercial e financeira especializada, que opera em diversas escalas, alcançando cidades com patamares demográficos e posições não muito centrais na rede urbana. É essa conexão que permite a estas cidades transcenderem a condição de meros pontos de produção agrícola, assumindo a função de nós regionais.

Assim, a configuração da rede urbana da Região Cafeeira do Sul de Minas é capaz de acolher núcleos estratégicos à atividade, revelando a formação de verdadeiros pontos estratégicos à reprodução do agronegócio. Tais cidades adquiriram ao longo do tempo funções e feições específicas no circuito e, assim, permitem a inserção da região no mercado mundial de *commodities*, sob a lógica do agronegócio globalizado, como avaliaremos de modo específico nos itens a seguir.

5.6 Guaxupé e a maior cooperativa cafeeira do mundo

Fatores históricos, técnicos e políticos contribuíram para a consolidação da economia cafeeira em Guaxupé, que desde o início do século XX se destacou como centro articulador da atividade. Dentre eles, sobressai o avanço técnico no território. Além disso,

segundo informações da secretaria de desenvolvimento do município obtidas em campo, a presença dos “Barões do Café” concentrou capital e poder de decisão, impulsionando a expansão das lavouras e o desenvolvimento urbano.

Figura 24- Antiga Estação Ferroviária da Mogiana em Guaxupé

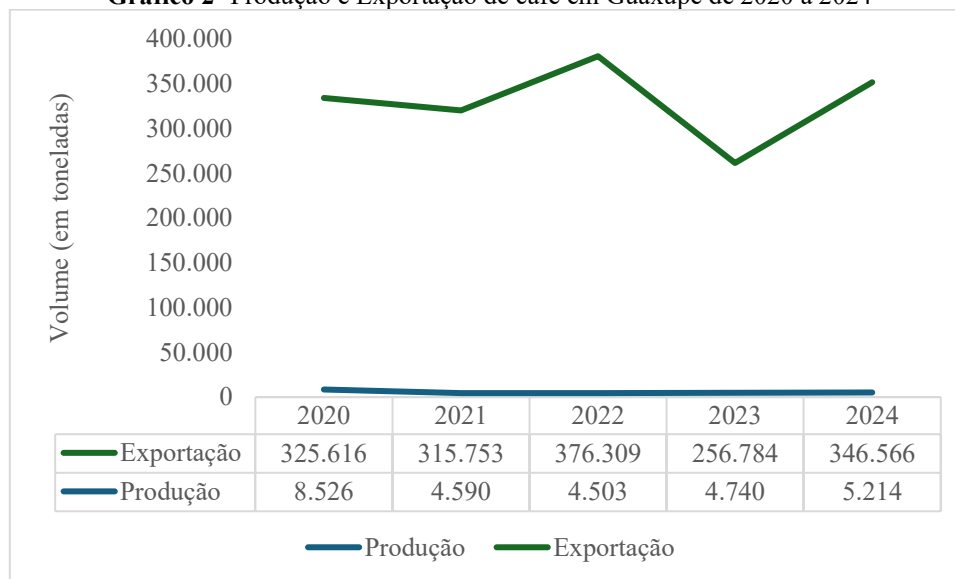


Fonte: Arquivo pessoal (2025). Organização da autora.

Nesse cenário, em 1923, o Banco do Brasil instalou no município a terceira agência do Sul de Minas e a 64ª do país, impulsionado pelo elevado volume de capital gerado pela cafeicultura (Prefeitura de Guaxupé, 2025).

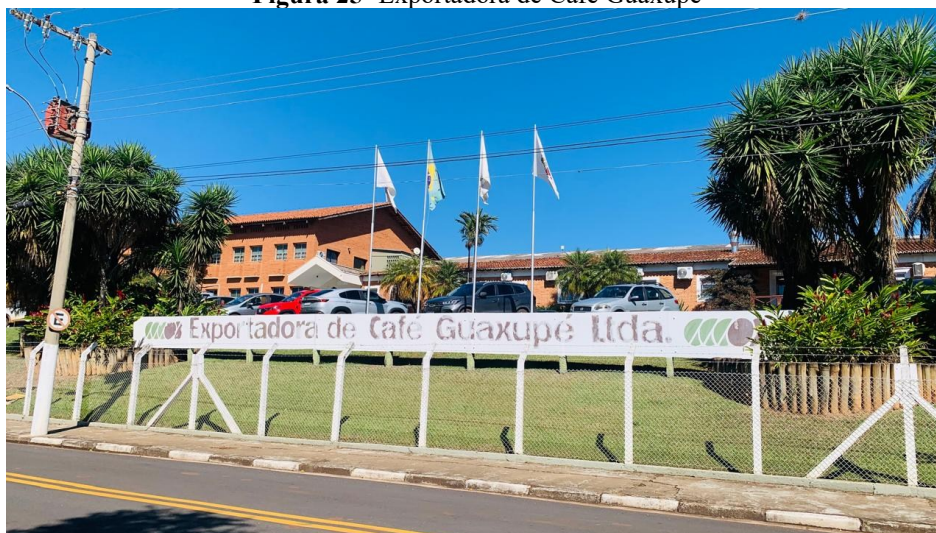
Nessa conjuntura, Guaxupé passou de uma economia diversificada e voltada ao abastecimento para uma área de fronteira agrícola valorizada pelo café e, posteriormente, incorporou funções predominantemente comerciais.

A partir do Gráfico 2 podemos visualizar a discrepância entre o volume produzido e o volume exportado pelo município. Observa-se que a produção de café apresenta pouca variação no período, enquanto as exportações registram crescimento exponencial. Ou seja, o município exporta mais de 60 vezes o volume que produz, indicando que recebe e comercializa café de diversos outros municípios, configurando essa como sua principal função na rede urbana e evidenciando sua centralidade pelo potencial exportador.

Gráfico 2- Produção e Exportação de café em Guaxupé de 2020 a 2024

Fonte: IBGE (2024); MDIC (2024). Organização da autora.

Adicionalmente, o município detém elevada capacidade estática de armazenamento, alcançando 301.801 toneladas distribuídas em 24 armazéns (Conab, 2024), coordenados principalmente pela Cooxupé e pela Exportadora (Figura 25).

Figura 25- Exportadora de Café Guaxupé

Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A Exportadora Guaxupé, fundada em 1970, é uma empresa privada que atua como intermediadora na comercialização entre produtores locais, torrefadoras e importadores de diversos países. Além disso, o grupo detém fazendas em municípios mineiros e paulistas, com produção média anual de 80.000 sacas.

Com base em pesquisa de campo realizada em 2025 com gestores da Cooxupé, a sua área geográfica de atuação é vasta e abrange o Sul de Minas, a Média Mogiana Paulista, o Cerrado Mineiro e as Matas de Minas o que permite que receba café de 359 municípios (mineiros e paulistas), ampliando seu raio de atuação no território, em mais de três vezes, do total de municípios do recorte da Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais, o que revela a capacidade de tal cidade em gerir a produção realizada em outros espaços de Minas e mesmo de outros estados do país.

Adicionalmente, por intermédio da cooperativa a cidade recebe anualmente a Feira de Máquinas, Implementos e Insumos Agrícolas (Femagri)¹⁰. A Femagri (Figura 26), foi criada em 1997 com o objetivo de comercializar equipamentos agrícolas com os cooperado, e hoje é um dos principais eventos da cafeicultura na região. O evento reúne mais fornecedores de máquinas, implementos e insumos além de agentes financeiros de crédito, que oferecem condições de negociações de financiamento como o barter, e com instituições bancárias.

Figura 26- Femagri em Guaxupé em 2025



Fonte: Reproduzido de Cooxupé (2025).

Conforme dados fornecidos em campo pela gestão municipal, estima-se que 80% da atividade municipal esteja intrinsecamente ligada ao café. Para a economia urbana isso se manifesta em múltiplas dimensões, impactando diretamente emprego, arrecadação de impostos e atividade empresarial.

¹⁰ Em 2024, a edição ocorreu em março, movimentando R\$ 212 milhões em negócios. A modalidade de pagamento “barter”, foi amplamente utilizada. Além da cafeicultura, a feira atende outras *commodities* como milho, soja e feijão. O evento gerou mais de 500 empregos diretos e indiretos (Cooxupé, 2024).

Em relação a especialização produtiva do município de Guaxupé, o café esteve presente ocupando o maior percentual de área plantada, mas também, *commodities* como o milho e a cana de açúcar conforme podemos visualizar na Tabela 22.

Tabela 22- Percentual (%) de área plantada dos cultivos em Guaxupé (ha)

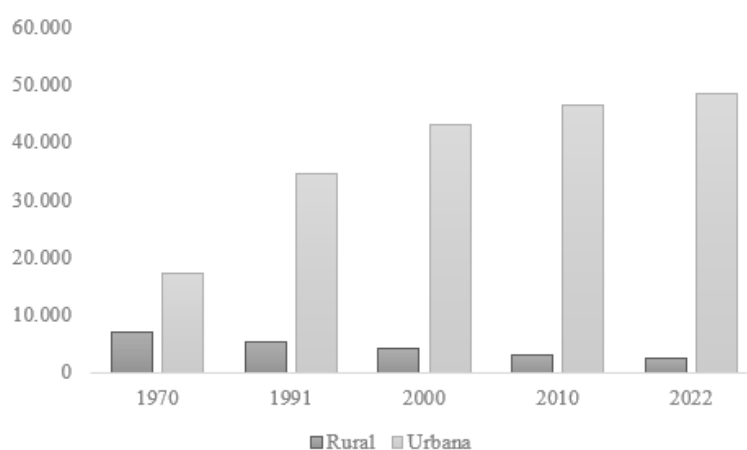
Cultivo	1990	2000	2010	2020	2024
Café	61,8	69,42	65,69	69,83	63
Soja	0,29	0	0	9,98	14,75
Milho	19,46	11,3	13,96	11,4	11,96
Cana-de-açúcar	9,73	10,47	14,83	5,43	5,9
Aveia	0	0	0	2,46	3,19
Abacate	0	0	0,23	0,41	0,46
Feijão	4,87	2,97	0,93	0,29	0,4
Banana	0,05	0,17	0,29	0,21	0,26
Mandioca	0,05	0,11	0,12	0,03	0,06
Arroz	2,04	0,62	0,52	0	0

Fonte: IBGE (2024). Organização da autora.

A partir de 1990, observa-se o aparecimento discreto da soja que, embora não tenha se consolidado nos anos 2000 e 2010, retoma sua expansão a partir de 2020, tornando-se o segundo maior cultivo em área no município em 2024. Esse avanço evidencia a crescente orientação para *commodities* de exportação.

Já a dinâmica populacional rural e urbana se expressa no Gráfico 3:

Gráfico 3- Evolução demográfica de Guaxupé



Fonte: IBGE (2022). Organização da autora.

Com base nos dados, identifica-se um crescimento de 179% da população urbana ao longo das décadas analisadas, acompanhado da redução de 64% da população rural. Já a migração não se configura como fator central do crescimento, uma vez que, embora o

município receba migrantes, a maioria da população é de origem regional (IBGE, 2022). De acordo com informações obtidas com a gestão municipal, o fluxo migratório para Guaxupé intensifica-se na época da colheita com a chegada de um grande número de trabalhadores, sobretudo do Norte de Minas Gerais. No entanto, essa migração é majoritariamente sazonal, não se integrando a população absoluta do município.

Com relação ao fluxo de acumulação de riqueza, o Gráfico 4 que revela a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo de duas décadas. O PIB de Guaxupé mais que dobrou de 2002 a 2010. Além disso, em 2021 o município registrou mais um salto significativo. Essa trajetória de crescimento exponencial (cerca de 7 vezes) é o resultado de uma profunda reorganização produtiva que se tornou ainda mais evidente nos anos 2000 a partir de novos nexos financeiros e comerciais traçados.



Fonte: IBGE (2022). Organização da autora.

Contudo, ao serem tensionados com os indicadores de vulnerabilidade social, revelam um paradoxo: a expansão da riqueza local, expressa no PIB, não se traduz na redução da desigualdade social. O problema se expressa em dados como, em 2023, 3.836 famílias com renda per capita de até 1/2 salário-mínimo e 35,7% da população inscrita em programas sociais (Fundação João Pinheiro, 2024). Desse modo, o capital bilionário gerado pelo agronegócio do café contrasta com a expressiva parcela da população em situação de vulnerabilidade, evidenciando a concentração de riqueza.

Ainda assim, conforme informações de campo da gestão municipal, o setor cafeeiro é tratado como central no planejamento econômico local. Para isso, são oferecidos as empresas incentivos fiscais, como reduções ou isenções de ISS e IPTU, além da doação de terrenos (Trabalho de Campo, 2025).

5.7 Varginha: *Tradings* globais e centro logístico da cafeicultura

A economia cafeeira influenciou na emancipação do município, conseqüentemente, impulsionou melhorias urbanas, a atração de investimentos públicos e privados e a vinda de imigrantes (Ferreira; Saes, 2016). Posteriormente, a transição para o urbano moderno é marcada, dentre outros fatores, pela chegada da ferrovia.

Assim, no que se refere à dimensão logística do café na atualidade, a cidade se destaca em função das infraestruturas que recebera. O que se deve, em grande parte, à presença do Porto Seco do Sul de Minas, que possibilita o despacho aduaneiro do produto, reduz os trâmites para a exportação, comercialização e transporte.

Figura 27- Porto Seco do Sul de Minas em Varginha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

O Porto Seco Sul de Minas é uma Estação Aduaneira do Interior (EADI), atua como terminal há mais de 30 anos e possui licença para atuar como Centro Logístico e Industrial Aduaneiro (CLIA). As informações obtidas em campo junto a gestão municipal revelam que a presença desse fixo atrai empresas para a cidade, não só para atender o café, mas também outras cargas, por exemplo, transportadoras. Sua localização também é estratégica, ao lado do Aeroporto e vias de escoamento terrestre. A infraestrutura conta com galpões, áreas para construção, centros de distribuição, armazéns alfandegados e climatizados, gerais e operações logísticas e escritórios administrativos de instituições como o Ministério da Agricultura, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e as Receitas Federal e Estadual.

Para promover o incentivo à utilização, conforme a categoria, há total ou parcial isenção de impostos federais e estaduais. Além disso, durante as incursões em campo, a administração pública apontou benefícios fiscais e tributários concedidos ao funcionamento do Porto Seco. Em 2024, foi lançado o projeto Porto Inovação, com a criação de um parque tecnológico privado no interior de suas dependências, financiado pela administração portuária e governo estadual de Minas Gerais. A composição do parque ocorre por meio de edital, permitindo a participação tanto de empresas já instaladas no porto quanto empresas externas (Moinhos, 2024).

Outro fixo importante localizado no município é a Cooperativa Minasul, composta por 10.700 cooperados. A cooperativa adquire café de aproximadamente 200 municípios (Minasul, 2025), ou seja, de um espaço superior ao recorte da Região Cafeeira do Sul de Minas Gerais. Dessa forma, gera e centraliza fluxos, adquirindo café de produtores que estão a mais de 700 km de Varginha (Trabalho de Campo, 2025).

Além dos escritórios administrativos de importantes instituições, foi verificado, em trabalho de campo, que o centro urbano de Varginha também abriga pelo menos nove importantes agentes hegemônicos do setor cafeeiro, incluindo as multinacionais Neumann Kaffee Gruppe (operando como NKG-Stocker), Ecom Agroindustrial (operando como EISA), Louis Dreyfus Company, Sucafina, Volcafé, Cofco Agri, Olam, e as mais recentemente a StoneX e a KGP Brasil Global Sourcing que atuam na área de *hedge* comercial, pagamentos globais, títulos, *commodities*, câmbio e serviços de compensação e execução. Essas empresas contribuem para a centralidade de Varginha, como também, para a inserção da região na rede global do agronegócio cafeeiro.

A especialização urbana é tamanha que há vias dedicadas majoritariamente ao comércio e às atividades relacionadas ao café, como a “Rua do Comércio de Café” e a “Alameda do Café” (Figura 28). Estas artérias funcionam em horário comercial como verdadeiros polos de negócios do setor, concentrando escritórios de *tradings*, cafeterias, escritórios de transportadoras, escritórios de corretores e demais serviços voltados à cafeicultura, o que evidencia a centralidade do café na dinâmica econômica local e sua capacidade de moldar o espaço urbano.

O bairro Industrial Reinaldo Foresti, que engloba essas vias, concentram-se os escritórios de todas as *tradings* presentes em Varginha. É importante destacar que as principais *tradings* possuem duas estruturas na cidade: um escritório voltado à comercialização, localizado na Rua do Comércio do Café ou em suas adjacências, e uma

estrutura de maior porte — geralmente destinada ao armazenamento e ao despacho — situada no distrito industrial, às margens da rodovia.

Figura 28- Rua do Comércio de Café em Varginha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Também estão presentes empresas e instituições do setor, próprias do círculo de cooperação, com destaque para o Centro do Comércio de Café do Estado de Minas Gerais (CCCMG), fundado em 1980 (Figura 29).

Figura 29- Centro do Comércio de Café do Estado de Minas Gerais em Varginha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A instituição é composta por armazéns, beneficiadores, certificadores, consultores, cooperativas, corretores, exportadores, importadores, produtores e transportadoras, e atua na prestação serviços especializados sem fins lucrativos.

Durante a observação em campo notamos nessas localidades a presença de um número significativo de corretores. Além desses, também identificamos empresas de logísticas de transporte e cafeterias, Figura 30, sendo uma área de movimentação intensa em horário comercial. A concentração de estabelecimentos no bairro Industrial Reinaldo Foresti torna essa área como o epicentro dos negócios cafeeiros em Varginha sendo o um ponto estratégico de centralidade regional.

Figura 30- Exemplos de corretores, transportadoras e cafeterias na Rua do Café em Varginha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

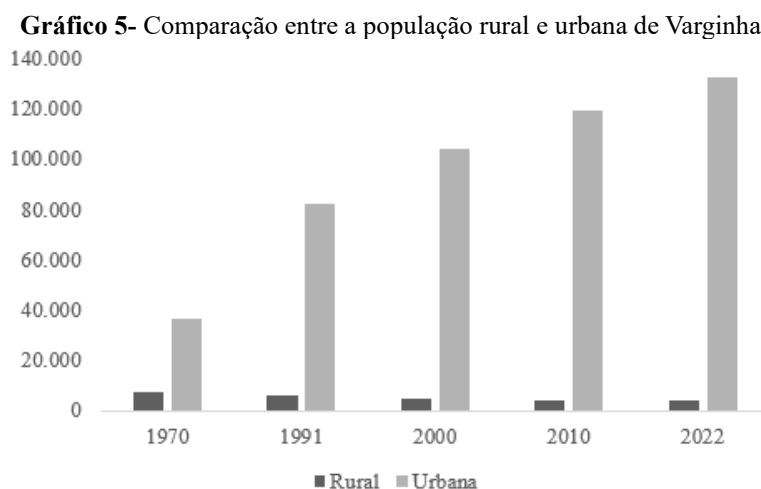
A importância do local é tamanha que também abriga a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), Figura 31. Esta é a primeira instituição brasileira com certificação de cafés especiais, atuando no setor há mais de 30 anos.

Figura 31- BSCA em Varginha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Seguindo a lógica de crescimento das cidades médias na atualidade, a população residente no núcleo urbano aumentou consideravelmente entre os períodos analisados no Gráfico 5, em contrapartida, a população rural diminuiu.



Fonte: IBGE (2022). Organização da autora.

Em um intervalo de tempo de aproximadamente cinco décadas, o contingente populacional urbano experimentou um crescimento de 265%. Esse salto populacional urbano é um indicativo da rápida urbanização e das migrações internas em curso. Em relação a taxa de crescimento populacional estadual e municipal temos a seguinte situação na Tabela 23.

Tabela 23- População e crescimento populacional de Varginha (2022) em habitantes

Estado/Município	1991	2000	2010	2022	Crescimento em relação a 2010 (em %)
Minas Gerais	15.743.152	17.891.494	19.597.330	20.539.989	4,80
Varginha	88.022	108.988	123.081	136.467	10,90

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (2022). Organização da autora.

Os dois últimos Censos Demográficos registrados registram uma taxa de crescimento populacional significativamente superior à média estadual e da própria região produtiva. Diante disso, é fundamental garantir a existência de postos de trabalho suficientes para absorver essa população. A Tabela 24, detalha a sazonalidade do mercado de trabalho.

Tabela 24- Empregabilidade em Varginha em 2024

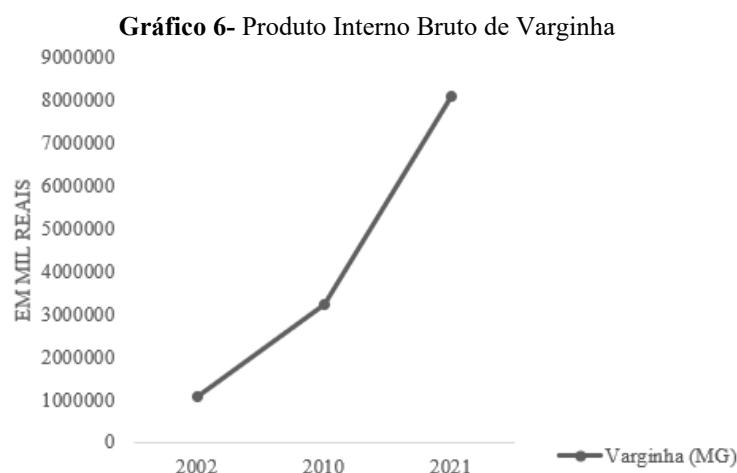
Município	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.
Varginha	2.643	2.587	2.758	2.752	2.963	2.426	2.519

Fonte: Ipeadata (2025). Organização da autora.

Logo, fica demarcada certa sazonalidade no mercado de trabalho municipal, com o maior número de vínculos empregatícios e, conseqüentemente, a maior oferta de vagas, concentrando-se nos meses que coincidem com o período da colheita do café. Essa intensificação do emprego não se restringe apenas ao setor rural, mas gera um efeito multiplicador na economia urbana impulsionando diretamente o setor terciário.

Ademais, os dados do Censo Demográfico (2022) oferecem um panorama para a compreensão da dinâmica migratória no município. Diante disso, Varginha possui uma elevada proporção populacional própria da Região Sudeste, 131.434 pessoas, o que demonstra a forte coerência regional, indicando que o crescimento demográfico é primariamente sustentado pela migração intrarregional.

Diante do exposto, faz-se necessário compreender sobre quais condições socioeconômicas a população, seja ela natural ou acolhida, convivem. Para isso, o Gráfico 6 apresenta o PIB municipal, evidenciando os bolsões de riqueza acumulados por meio das atividades municipais desenvolvidas.



Fonte: IBGE (2022). Organização da autora.

Em 2002, o PIB municipal era significativo, em 2010 o indicador mais que triplica, chegando a 3 bilhões de reais. Contudo, o auge é registrado em 2021, quando alcança 8 bilhões de reais (IBGE, 2022). Contudo, a redistribuição da riqueza não se efetiva já que em 2010, no auge de crescimento do PIB, 8,31% das famílias possuíam renda inferior a R\$ 255,00, e 3,83% viviam em situação de extrema pobreza, com renda inferior a R\$ 140,00.

Os dados de 2023 atestam a persistência dessa problemática social. O município registrou 7.664 famílias com renda per capita de até 1/2 salário-mínimo, logo 20% da população absoluta era dependente de programas sociais para sua subsistência (Fundação

João Pinheiro, 2024). Assim, mesmo que a cidade se beneficie do circuito superior da economia (Porto, *tradings*, serviços), seu território serve à lógica do lucro e da acumulação, mas falha na redistribuição de renda para a população.

Ainda assim, a gestão municipal busca alavancar ainda mais esse processo de centralidade urbana de Varginha. Os incentivos visam reduzir a carga tributária e incluem a redução ou isenção de impostos municipais, como o ISS, o ITBI e o IPTU, além da concessão do direito de uso de áreas municipais (Trabalho de Campo, 2025).

Dentre as ações, o município realizou a desapropriação uma área significativa no Distrito Industrial, as margens da rodovia, totalizando 400 mil metros quadrados para concessão. Esse espaço conta com toda a infraestrutura básica necessária e está apto a receber qualquer investimento futuro, além disso, existe um projeto ainda maior em curso como a reativação da ferrovia para aumentar o escoamento de café.

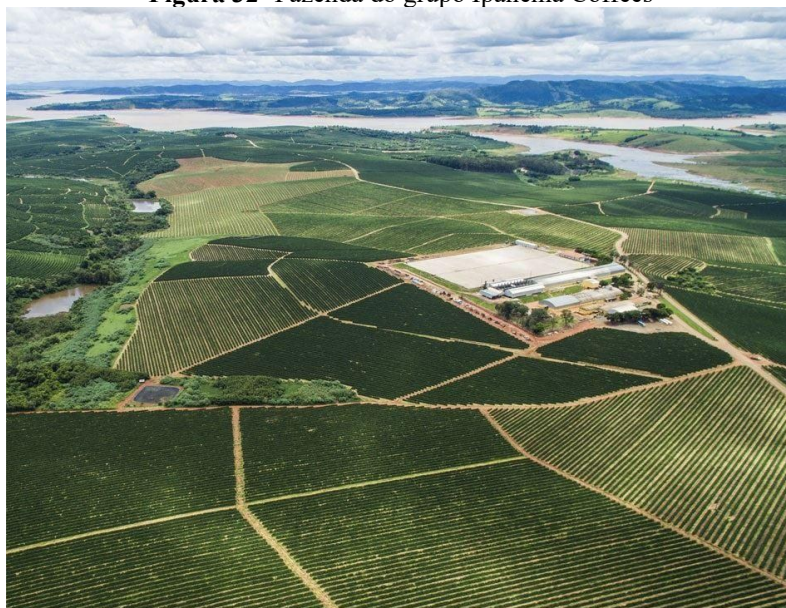
Isso nos remete a um processo em que se “cresce a espessura dos fluxos de produtos, insumos, pessoas, ordens e, sobretudo, dinheiro. E esses fluxos exigem novamente uma importante infraestrutura para se concretizarem” (Santos e Silveira 2001, p. 132), relevando uma nova configuração para esse território.

5.8 Alfenas e o terciário especializado na cafeicultura

A acumulação de capital resultante da intensa atividade agrícola fomentou o desenvolvimento financeiro da cidade. Desse modo, em 1920, os fazendeiros mais afortunados da região fundaram o Banco Comercial de Alfenas, pois, nessa época a economia cafeeira ditava tendências de dinamicidade urbana. Ao longo do tempo, a cidade passou a sediar, de modo cada vez mais intenso, a presença de outros serviços para estruturar e atender as demandas populacionais e da cafeicultura local. O que nos revela o processo de reestruturação produtiva por completo.

Dessa maneira, na atualidade, a cidade é um destaque regional devido à sua ampla gama de serviços relacionados ao consumo produtivo, como também, relacionado ao consumo consumptivo na presença de instituições de ensino, hospitais especializados, comércio varejista diversificado, entre outros.

Além disso, faz parte de seu território a Fazenda Conquista, propriedade do grupo “Ipanema Coffees”, Figura 32, reconhecida como a maior produtora de cafés especiais em todo o mundo (Revista Cafeicultura, 2022).

Figura 32- Fazenda do grupo Ipanema Coffees

Fonte: Reproduzido de Ipanema Coffees (2025).

Para Correia (2022), Alfenas, se destaca pela abundância de fixos e serviços, exercendo um papel centralizador. Dentre eles os armazéns de café com grande capacidade estática, gerenciados por cooperativas como a Cooxupé e Coopama, pelo grupo Ipanema Coffees e pelas *tradings* (Olam e Cofco), figuram como elementos da territorialização do agronegócio (Alves; Lindner, 2020). Nesse sentido:

O maior número de multinacionais e de segmentos do agronegócio presentes na cidade de Alfenas contribui para a hipótese de que a monopolização do território e do que nele é produzido é feita por essas multinacionais e pelos seus interesses privados em produzir o espaço para o desenvolvimento combinado e desigual do capital agropecuário internacional (Guiari, Dias e Alves, 2025, p. 14).

Segundo levantamento feito junto à gestão municipal durante a realização do trabalho de campo, as empresas com maior destaque operacional no município são: Olam (OFI), Cofco, Forte Grão, Café Quetal, Green Coffee, M2 Corretora de Café, Viana Coffees, Café Campinho e Café Fino Sabor. Tais empresas elevam a arrecadação do município e geram empregos diretos e indiretos no setor urbano (Trabalho de Campo, 2025). Dentre as atividades temos o comércio, rebenefício, logística, padronização, classificação, comércio atacadista, importação, exportação, armazenamento, logística, serviços de consultoria, torrefação e processamento para café solúvel.

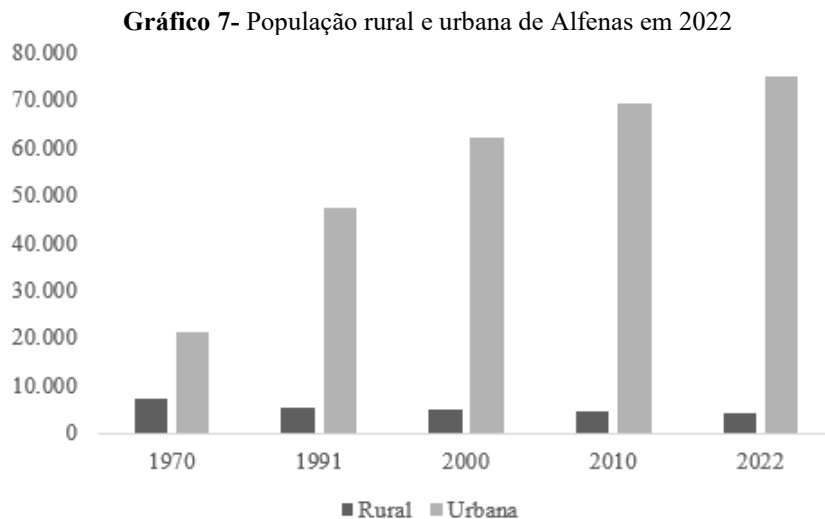
Além disso, a diversificação do terciário pode ser expressa pela concentração de instituições de crédito agrícola representadas pelas principais instituições bancárias do

país como o Branco do Brasil, Santander, Bradesco, Itaú, como também, por cooperativas de crédito agrícola como o Sicoob e Sicredi que financiam o agronegócio e figuram como estruturas voltadas a atender o consumo produtivo do campo (Santos, 1996).

Conforme Alves (2021) e Correia (2022), a cidade abriga, com certa variedade, empresas de comércio agrícola, distribuidoras de fertilizantes, feiras do agronegócio, lojas especializadas, instituições de ensino e pesquisa e prestadores de serviços que atuam no processamento de grãos, lojas de sementes, agrotóxicos, maquinário, adubos, assistência técnica, escritórios de comercialização. Assim, encontra-se um conjunto de serviços para o desenvolvimento da agricultura científica globalizada (Santos, 2001).

A presença dessa quantidade de estabelecimentos relacionados as demandas da cafeicultura revelam que as relações entre os setores primário e terciário se tornaram mais estreitas, consolidadas e indissociadas. Tal situação determina na divisão intrarregional do trabalho a funcionalidade que essa cidade exerce na rede de cidades do agronegócio.

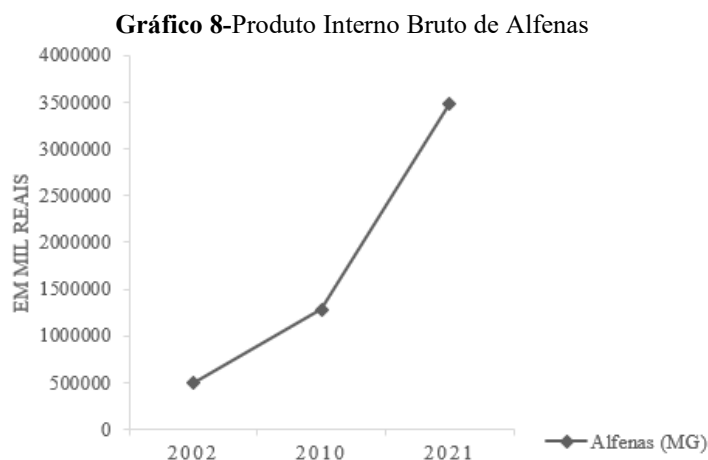
Em termos populacionais, Alfenas que conta com 78.970 habitantes (IBGE, 2022), crescimento de 7% em relação à 2010. A composição populacional do município se expressa no Gráfico 7.



Fonte: IBGE (2022). Organização da autora.

O contraste é evidente pois, enquanto a população rural reduz à metade, a urbana mais que triplicou, o que resulta também em função da migração. A maioria (76.334 pessoas) da população é natural da Região Sudeste (IBGE, 2022), destacando a atração intrarregional. Apesar disso, o município também apresenta fluxos inter-regionais, com a presença de 971 habitantes da Região Nordeste e 328 da Região Centro-Oeste.

Com isso, é de fundamental importância analisar a dinamicidade econômica nesse espaço. A evolução do produto municipal bruto é apresentada a seguir (Gráfico 8).



Fonte: IBGE (2022). Organização da autora.

Observa-se um salto do PIB municipal a partir de 2010, tempo este que coincide com a inserção de novas empresas multinacionais ligadas ao café. Entretanto, assim como nos demais núcleos urbanos da rede de cidades analisadas, a elevação do produto municipal se traduz diretamente em equidade e distribuição de renda para a população.

Em 2023, quando o PIB municipal ultrapassava a casa de 3 bilhões de reais, quase 40% de sua população dependia de programas sociais, e mais de 9 mil pessoas vivam com até meio salário-mínimo. Os dados da Fundação João Pinheiro (2024) expressam a situação de vulnerabilidade social, assim, pelo menos 11% da população de Alfenas em 2020 era considerada pobre ou extremamente pobre.

A partir de informações coletadas em campo (2025), constata-se a clara intenção do município de ampliar a atração de empresas do ramo cafeeiro para a cidade, paralelamente ao esforço de promover a produção no campo. Além disso, existe também uma demanda relacionada à conclusão de um condomínio de terrenos comerciais em uma localização estratégica para elevar o suporte logístico de armazenamento e a capacidade comercial, atraindo mais empresas do setor (Trabalho de Campo, 2025).

O município se estabelece como uma cidade do agronegócio (Elias, 2007), pois sua função transcende a base produtiva primária e alcança a especialização do setor terciário para atender as demandas produtivas e comerciais da cafeicultura. Assim, embora mantenha volumes significativos, o que lhe confere esse *status* é, sobretudo, a complexidade e a especialização de seu setor terciário na articulação de fluxos financeiros e comerciais que dão suporte à cafeicultura.

Conclusões

Realizados os procedimentos de análise empírica, podemos, ao final do trabalho, reconhecer um conjunto de situações que, a nosso ver, oferecem mecanismos para a compreensão do fenômeno da especialização territorial produtiva do Sul de Minas Gerais, a partir da cafeicultura, ao longo da história da atividade e, sobretudo, neste início de século.

No que concerne às intenções que orientaram o desenvolvimento da pesquisa, buscamos compreender, de forma analítica, a dinâmica atual da produção cafeeira no Sul de Minas Gerais, com o objetivo de reconhecer como a região reúne um conjunto de condições e desenvolve, ao longo do tempo, esforços voltados à afirmação de um território especializado no cultivo do café. A reflexão, somada ao exercício analítico, permitiu-nos reconhecer que o processo histórico que marca a região foi capaz não apenas de acolher os cultivos na segunda metade do século XIX, mas também de intensificá-los, o que nos permite reconhecer o Sul de Minas como a principal região produtora dessa *commodity* no país.

A investigação desenvolvida permite, a nosso ver, afirmar que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado ao evidenciar que a especialização produtiva regional resultou de processos históricos que possibilitaram a incorporação de técnicas e normas as quais, articuladas, redefiniram o uso do território, tornando-o racional a uma produção moderna e globalizada, muito orientada ao mercado externo e amplamente controlada por agentes igualmente externos.

Defendemos, ao longo da tese, que o cultivo do café, tal como ocorreu no Sul de Minas, permitiu a um conjunto numeroso de municípios (quase uma centena) alcançar elevado grau de especialização territorial produtiva, passando a ocupar parcela significativa das áreas cultivadas e a representar parcela importante do valor da produção agrícola nos territórios municipais. Essa condição, típica de *commodities* valorizadas no mercado externo, conferiu a diversos municípios características produtivas particulares e, a algumas cidades, feições próprias capazes de diferenciá-las no conjunto da região, tornando-as também funcionalmente especializadas no que tange aos trabalhos urbanos associados ao circuito produtivo.

Assim, na primeira seção da tese, o esforço concentrou-se na periodização do processo histórico de formação de uma região especializada na produção de café, visando reconhecer como, em que pese a permanência de um mesmo cultivo, a produção e também o espaço conheceram transformações ao longo do tempo, adotando como eixo interpretativo a sucessão de meios geográficos, as alterações das condições técnicas e também da política, permitindo que o Sul de Minas se afirmasse como espaço especializado e competitivo. Verificou-se que a trajetória do setor é marcada por quatro períodos significativos, ao longo dos quais a atividade cafeeira passou por transformações técnicas, organizacionais e espaciais relevantes.

Desse modo, o processo de especialização produtiva não se revelou aleatório, mas resultante da combinação entre fatores edafoclimáticos favoráveis e a constituição de condições técnicas e normativas induzidas pelo Estado que, de forma articulada, favoreceram a reestruturação produtiva dessa região e consolidaram novas bases materiais e institucionais para a expansão da cafeicultura.

A análise histórica permitiu reconhecer que a região se constitui simultaneamente como fato e como ferramenta: ela existe como fato por expressar a sobreposição de diferentes meios geográficos que moldaram o espaço ao longo do tempo, conferindo certa homogeneidade ao conjunto regional; e como ferramenta, por ser apropriada estrategicamente por distintos agentes, segundo interesses e racionalidades específicas, processo que se amplia a partir dos anos 1990, quando o espaço é amplamente alcançado por um conjunto de agentes externos que inserem novas lógicas de uso do território, e o espaço regional é continuamente redefinido por técnicas e estratégias de poder.

Ao considerar o agronegócio como vetor de reorganização territorial, a segunda seção da tese dedicou-se à delimitação do conjunto de municípios especializados na cafeicultura, com base em variáveis selecionadas para apreender as características produtivas intrínsecas à região. Desse modo, 99 municípios contíguos compartilham atributos produtivos e organizacionais convergentes que, em conjunto, conformam o que denominamos Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas.

Observa-se o predomínio do café sobre os demais cultivos, ainda que com diferentes níveis de intensidade, bem como a consolidação de áreas marcadas pela forte concentração da monocultura e pela organização da economia urbana em estreita dependência da atividade. Evidencia-se, também, uma diferenciação funcional entre municípios predominantemente produtores e centros urbanos dotados de maior densidade técnica, informacional e organizacional, seja pela presença de importantes agentes locais

(caso das grandes cooperativas), seja pela atuação de agentes externos (*tradings* internacionais), responsáveis pela etapa de comercialização e por estratégias potencialmente agregadoras de valor.

Essa diferenciação funcional entre municípios produtores e centros urbanos especializados evidencia uma organização territorial hierarquizada, na qual as funções se distribuem de maneira complementar e desigual. Assim, no interior de um espaço agrícola globalizado e obediente às lógicas do mercado externo, o cultivo do café estabelece hierarquias internas à própria região e estrutura relações e trocas desiguais.

A partir dos arranjos técnicos e organizacionais advindos do agronegócio globalizado, na terceira seção da tese, a análise do circuito espacial produtivo do café revelou elevada complexidade organizacional, sustentada por um conjunto articulado de fixos e fluxos materiais que asseguram a realização integrada das diferentes etapas da produção, exigência de uma produção orientada por parâmetros externos. Identificou-se a presença de cooperativas de grande porte, *tradings* exportadoras, torrefadoras e estruturas logísticas voltadas à comercialização, mas também de agentes e entidades especializadas que compõem os círculos de cooperação, responsáveis por fluxos imateriais (informações e normas voltadas ao mercado, ao conhecimento técnico-científico, às finanças etc.), conferindo maior grau de competitividade à produção regional. Trata-se de um sistema territorialmente organizado, funcionalmente integrado e plenamente inserido nas lógicas operacionais do agronegócio cafeeiro globalizado.

A quarta seção da tese visou avaliar de modo detido os agentes que controlam com maior centralidade o circuito produtivo cafeeiro na região. Com uma estrutura fundiária marcada fundamentalmente pela expressiva quantidade de pequenas unidades agrícolas de base familiar, a organização da produção via cooperativas de produtores rurais constitui uma característica do espaço regional desde os anos 1930 a 1950, momento em que a produção ganha volume e qualidade significativos. Esses agentes tornam-se mais numerosos, ainda que com caráter desigual (destacando-se, sem dúvida, a Cooxupé, mais antiga e maior das cooperativas). Tais agentes concentram capacidade decisória, infraestrutura e instrumentos de coordenação, assumindo funções de comando sobre etapas centrais da produção e da circulação.

As grandes cooperativas, ao ofertarem serviços essenciais à cafeicultura, captam sobretudo pequenos produtores e passam a definir padrões produtivos. Na prática, as maiores cooperativas operam sob uma lógica que se afasta dos princípios originais do cooperativismo e se alinha à racionalidade capitalista própria da produção de

commodities. Pelo que pudemos avaliar, tais agentes enfrentam novas condições de concorrência, seja entre as próprias cooperativas, seja com agentes externos, quando o café passa a ser cada vez mais disputado diretamente por *tradings* que, a partir dos anos 1990, buscam localmente acesso à *commodity*. Na medida em que as *tradings* se fazem presentes por meio de suas unidades na região, as cooperativas também ampliam o número de escritórios e visam alcançar maior capilaridade regional. O resultado dessa condição é a intensificação de estratégias, em que tanto cooperativas quanto *tradings* visam fidelizar produtores e, conseqüentemente, deter acesso facilitado ao café.

Esses agentes hegemônicos imprimem ao território um uso corporativo. Nessa condição, o uso do território como recurso materializa-se por meio de sua racionalização técnica e normativa, orientada por estratégias empresariais e por imperativos de competitividade. Tal lógica submete tanto os produtores quanto o espaço regional, permanentemente exposto a decisões exógenas próprias do mercado de *commodities*, configurando um quadro de dependência que incide e se replica com maior intensidade sobre os pequenos produtores, base da produção regional.

Observa-se, desse modo, a constituição de uma dupla via de coordenação e subordinação, seja por meio das grandes cooperativas, seja por meio das *tradings*, que consolida assimetrias de poder e aprofunda a hierarquização dos agentes no interior do circuito produtivo.

A quinta e última seção da tese avaliou como a expressividade da produção cafeeira foi capaz de diferenciar territorialmente o espaço no que tange ao trabalho urbano de coordenação da produção, daí reconhecermos uma divisão intrarregional do trabalho, a partir da emergência de cidades especializadas e voltadas ao agronegócio cafeeiro. A rede urbana regional conhece a emergência de cidades funcionalmente especializadas, cujos papéis se diferenciam segundo a densidade de infraestrutura, serviços e agentes econômicos estratégicos. Pequenos centros, apesar de muito especializados na cafeicultura, atendem predominantemente ao consumo consuntivo, enquanto núcleos seletos concentram funções de articulação, armazenagem, exportação, coordenação técnica e serviços avançados, configurando-se como cidades do agronegócio. Destacam-se, nesse grupo, as cidades de Varginha, Guaxupé e Alfenas, que concentram os maiores volumes de exportação e armazenagem, além do maior número de mão de obra voltada à cafeicultura, de agentes hegemônicos e de serviços especializados. Esses núcleos urbanos exercem papel decisivo na articulação dos fluxos e na dinamização da economia regional.

Varginha afirma-se como o principal polo do agronegócio cafeeiro do Sul de Minas, articulando o conjunto da região pela base logística instalada desde o início dos anos 1990 (Estação Aduaneira do Interior), condição que lhe confere a maior concentração de *tradings*, bem como uma rede abrangente de serviços especializados para a cafeicultura, projetando-lhe uma relevância que ultrapassa a escala regional e alcança o plano nacional. Guaxupé, por sua vez, exerce papel centralizador pela presença da Cooxupé, que, desde os anos 1930, viabiliza, primeiramente, condições de crédito aos produtores e, a partir dos anos 1950, converte-se na maior cooperativa de cafeicultores do país, cuja dimensão operacional, capacidade de coordenação e base territorial de atuação lhe conferem forte poder de influência sobre centenas de municípios. Já Alfenas destaca-se, especialmente, pela diversidade de serviços especializados, capacidade de armazenagem e presença de *tradings* ligadas à atividade cafeeira.

Os resultados obtidos permitem afirmar que os questionamentos iniciais foram devidamente respondidos. Demonstrou-se que o agronegócio globalizado não apenas impulsiona a especialização produtiva, mas estrutura a divisão intrarregional do trabalho, redefine funções urbanas, reorganiza centralidades e intensifica a diferenciação funcional dos lugares. Estas são, portanto, dimensões indissociáveis de um mesmo movimento de inserção subordinada do país nos circuitos globais de *commodities*, plataforma para a reprodução ampliada do capital.

Mais do que confirmar a hipótese inicial, os resultados permitem compreender que tanto a especialização produtiva quanto a divisão intrarregional do trabalho não são meros desdobramentos de uma opção regional de cultivo, mas expressões concretas das relações de poder que atravessam historicamente o Sul de Minas Gerais. Em que pese o volume de produtores, a centralização decisória nas mãos de poucos agentes de mercado, por sua vez alocados em poucos núcleos urbanos, a dupla via de coordenação exercida por cooperativas e *tradings* e a crescente racionalização técnica e normativa do espaço indicam que o dinamismo regional convive com assimetrias persistentes, tensionando as possibilidades de autonomia dos produtores situados na base da estrutura produtiva, justamente quando a produção alcança volume e qualidade significativos.

Considerando que a análise desenvolvida nesta pesquisa dialoga com um campo mais amplo de estudos voltados à compreensão das transformações recentes do território brasileiro, esta tese contribui ao debate geográfico ao demonstrar que a especialização produtiva, quando articulada ao agronegócio globalizado, não constitui apenas um fenômeno econômico, mas um processo de reestruturação territorial profundo, capaz de

reorganizar centralidades urbanas, redefinir funções espaciais e consolidar novas hierarquias intrarregionais. Ao evidenciar a articulação entre uso corporativo do território, divisão territorial do trabalho e comando exercido por agentes hegemônicos, o estudo revela como regiões fortemente integradas aos circuitos globais de *commodities* se tornam plataformas estratégicas para a reprodução ampliada do capital, ao mesmo tempo em que aprofundam mecanismos de subordinação e dependência estrutural.

Há que destacar, no entanto, que, como toda pesquisa de caráter amplo, este trabalho também apresenta limites. O principal deles, a nosso ver, refere-se à dificuldade de obtenção de dados primários qualitativos junto aos agentes hegemônicos, como *tradings* e grandes cooperativas, o que exigiu a mobilização de fontes alternativas e estratégias indiretas de análise. O acirramento da competitividade entre agentes que controlam a etapa de comercialização, por exemplo (entre as cooperativas, entre cooperativas e *tradings* e entre as próprias *tradings*), não parece, a nosso ver, permitir vantagens significativas aos cafeicultores (especialmente aos de pequeno porte). Tal afirmação, contudo, demandaria pesquisa ainda mais detida e voltada especificamente a estes últimos agentes, indicando a necessidade e relevância de investigações futuras que aprofundem, por meio de novos acessos, o estudo das lógicas internas de comando e coordenação da produção.

Em síntese, os resultados aqui apresentados reafirmam que a análise geográfica da especialização produtiva exige considerar o território não apenas como suporte material da produção, mas como instância ativa de poder, coordenação e conflito. Esperamos que esta tese possa ter contribuído para uma compreensão crítica das formas contemporâneas de uso do território no Brasil, particularmente no que tange ao agronegócio globalizado, evidenciando que, sob a aparência de dinamismo econômico e eficiência produtiva, operam processos complexos de hierarquização, centralização e subordinação que alcançam tanto os lugares quanto os diferentes agentes que dele participam.

Referências

AB’SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALVES, F. D. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na região imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 1, n. 2, p. 129-150, 21 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/243949.1.2-10>

ALVES, F. D.; LINDNER, M. Agronegócio do café no sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2020v14n2.54246>

ALVES, H. M. R.; VOLPATO, M. M. L.; CAMPOS, B. F. D. **Mapeamento automatizado de áreas de café em Minas Gerais**. Brasília, DF: Embrapa Café, 2021.

ANDRADE, A. C. de. Espaços e tempos das geografias sul-mineiras: as cidades de Pouso Alegre e Itajubá na rede urbana regional. *In*: ALVES, F. D. *et al.* (org.). **Sociedade, território e ambiente: estudos da geografia sul-mineira**. Alfenas: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Alfenas, 2024. p. 7-29. ISBN: 978-65-01-16142-6. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/5430384.1-1>

ANDRADE, R. G. R. de. **A expansão da cafeicultura em Minas Gerais: da intervenção do Estado à liberalização do mercado**. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ (ABIC). **Indicadores da indústria de café**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.abic.com.br/wp-content/uploads/2025/12/2025.12.SumarioCafe.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2025.

AZEVEDO, A.; CESAR, E.; GONZAGA, L. Café no Sul de Minas e Cerrado Mineiro: história, panorama atual e desafios. *In*: CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: http://www.consorcioquesquisacafe.com.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/Negocio_Cafe_Julho_2018.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

B3 S.A. **Ficha do produto: futuro de café arábica 4/5**. São Paulo: B3. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/commodities/ficha-do-produto-8AA8D0CD95C8AFE30196115C00E925FC.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.

BACHA, C. J. C. **Evolução recente da cafeicultura mineira: determinantes e impactos**. 1988. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

BARRIOS, S. **A construção do espaço**. [S. l.]: Nobel; Universidade do Texas, 1986.

BRANQUINHO, E. da S. Alfenas e sua região imediata: dinâmicas e polarizações no Sul de Minas Gerais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS (CBG), 2024, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: AGB, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/iIfj>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – Livro 1**: códigos, títulos e descrições. Brasília, DF: MTE, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/cbo/servicos/downloads/livro-1-portal-cbo.pdf>. Acesso em: 07 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Produção e Agroenergia. **Relatório de atividades do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé**: exercício de 2010. Brasília, DF: MAPA, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/arquivos/RelatoriodeAtividadesdoFuncafe2010versaofinal.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.718, de 1º de novembro de 2023. Erige em monumento nacional a Rota do Café. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114718.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Funcafé – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira**. Brasília, DF: MAPA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/funcafe>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Emissão de comprovante de inscrição e de situação cadastral do CNPJ**. Brasília, DF: Receita Federal, [2025]. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). **Comex Stat**: município. Brasília, DF: MDIC, 2024. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio/143456>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). **Comex Stat**: município. Brasília, DF: MDIC, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio/143453>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS – Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF: Portal de Business Intelligence, 2024. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **MTE atualiza Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/abril/mte-atualiza-cadastro-de-empregadores-que-submeteram-trabalhadores-a-condicoes-analogas-a-escravidao>. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRAZILIAN SPECIALTY COFFEE ASSOCIATION (BSCA). **Cafés especiais**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://brazilcoffeenation.com.br/absca>. Acesso em: 05 jun. 2024.

CAFÉPOÇOS. **Quem somos**. Poços de Caldas, [2025]. Disponível em: <https://cafepocos.com.br/>. Acesso em: 01 nov. 2024.

CAIXETA, G. Z. T. A nova situação do café depois da geada e da alta. **Informe Agropecuário**: Café, Belo Horizonte, ano 3, n. 34, p. 2-11, out. 1977.

CAIXETA, G. Z. T. **A cafeicultura em Minas Gerais**: 1983/85. Viçosa: EPAMIG, 1996.

CAMARGO, I.; ROCHA, A. do A. A mineira AFB&IOB adquire o controle da Ipanema, de cafés especiais, em busca da liderança mundial. **Globo Rural**, São Paulo, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://globorural.globo.com/negocios/noticia/2023/12/mineira-afbandiob-adquire-controle-da-ipanema-de-cafes-especiais-em-busca-da-lideranca-mundial.ghtml>. Acesso em: 02 out. 2024.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARVALHO, A. H. P. de. **Estações ferroviárias do Brasil**. [S. l.], 2018. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_cruz_jureia/varginha.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

CASTILHO, F. F. de A. As estradas de ferro do Sul de Minas. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v. 12, jan./jun. 2012.

CASTILLO, R. A. Agronegócio e logística em áreas de cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da Anpege**, [S. l.], v. 3, p. 33-43, 2007.

CASTILLO, R. A. Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. *In*: SILVEIRA, M. R. (org.). **Circulação, transportes e território**: diferentes perspectivas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 331-354.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 17-26, 2010a.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, dez. 2010b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300004>

CAVALCANTI, F. **Ferrovias do Brasil 1970**. [S. l.], 1970. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1970.shtml>. Acesso em: 05 out. 2024.

CENTRO DO COMÉRCIO DO CAFÉ DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CCCMG). **Grupo Melitta inaugura fábrica em Varginha, Minas Gerais**. Varginha, 05 set. 2018. Disponível em: <https://cccmg.com.br/noticias/grupo-melitta-inaugura-fabrica-em-varginha-minas-gerais/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE VARGINHA (MINASUL). **Estatuto social da Minasul**: aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 fev. 2022. Varginha, 2022. Disponível em: https://www.minasul.com.br/arquivos/Estatuto_Minasul.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE BOA ESPERANÇA (CAPEBE). **Sobre nós**. Boa Esperança, [2025]. Disponível em: <https://capebe.coop.br/sobre-nos/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE JACUTINGA LTDA. (COAPEJA). **A cooperativa**. Jacutinga, 2024. Disponível em: <https://www.coapeja.com.br/#about>. Acesso em: 13 jun. 2025.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE MACHADO (COOPAMA). **Página institucional**. Machado, [2025]. Disponível em: <https://coopama.com.br/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO SAPUCAÍ (COOPERVASS). **Nossa história**. São Gonçalo do Sapucaí, 2024. Disponível em: <https://coopervass.com.br/institucional/nossa-historia/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE NOVA RESENDE E REGIÃO LTDA. (COOPERVITAE). **Coopervitae**. Nova Resende: Portal AgroBR, 2024. Disponível em: <https://agrobr.org/produtores/coopervitae/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE POÇO FUNDO (COOPFAM). **A Coopfam**. Poço Fundo, 2024. Disponível em: <https://coopfam.com.br/a-coopfam/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

COOPERATIVA DOS CAFEIROS DA REGIÃO DE VARGINHA (COCARIVE). **Página institucional.** Varginha, [2025]. Disponível em: <https://cocarive.com.br/>. Acesso em: 01 dez. 2024.

COOPERATIVA DOS CAFEIROS DE CAMPOS GERAIS E CAMPO DO MEIO LTDA. (COOPERCAM). **Institucional.** Campos Gerais, [2025]. Disponível em: <https://coopercam.com.br/institucional/>. Acesso em: fev. 2026.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS (MINASUL). **Página institucional.** Varginha, [2025]. Disponível em: <https://www.minasul.com.br/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA ZONA DE TRÊS PONTAS LTDA. (COCATREL). **Estatuto social.** Três Pontas, 2025. Disponível em: https://www.cocatrel.com.br/pdf/novo_estatuto_cocatrel.pdf. Acesso em: 19 jan. 2026.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES E AGRICULTORES DE TRÊS PONTAS (COCATREL). **Página institucional.** Três Pontas, [2025]. Disponível em: <https://cocatrel.com.br/>. Acesso em: dez. 2024.

COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DE PARAGUAÇU LTDA. (COOMAP). **A Coomap.** Paraguaçu, [2025]. Disponível em: <https://coomap.com.br/pt/a-coomap/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ (COOPERRITA). **História.** Santa Rita do Sapucaí, 2024. Disponível em: <https://cooperrita.com.br/a-empresa/historia>. Acesso em: 15 mai. 2025.

COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPÉ LTDA. (COOXUPÉ). **Estatuto social da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.:** versão 2025. Guaxupé: Cooxupé, 26 ago. 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/iIXH>. Acesso em: 19 jan. 2026.

COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPÉ LTDA. (COOXUPÉ). **Quem somos.** Guaxupé, [2025]. Disponível em: <https://www.cooxupe.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPÉ LTDA. (COOXUPÉ). **Femagri:** feira de máquinas, implementos e insumos agrícolas. Guaxupé, [2025]. Disponível em: <https://www.cooxupe.com.br/femagri/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Armazém:** sistema de consulta de armazéns credenciados e habilitados. Brasília, DF: CONAB, [2024]. Disponível em: <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaArmazem.do?method=acaoListarConsulta>. Acesso em: fev. 2026.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Consulta armazéns:** sistema de consulta de unidades armazenadoras. Brasília, DF: CONAB, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/IMcE>. Acesso em: 10 jul. 2025.

- CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL (CECAFÉ). **Exportações brasileiras**. São Paulo: Cecafé, 16 dez. 2025. Disponível em: <https://www.cecafe.com.br/dados-estatisticos/exportacoes-brasileiras/>. Acesso em: 19 jan. 2026.
- CORRÊA, R. L. Interações espaciais. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Explorações geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/695555615/CASTRO-InaGOMES-Paulo-Cesar-CORREA-Roberto-Lobato-Orgs-Exploracoes-Geograficas>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- CORRÊA, R. L. Inovações espaciais urbanas – algumas reflexões. **Cidades**, [S. l.], v. 7, n. 11, 2010.
- CORREIA, G. G. S. **Cafeicultura e especialização produtiva na Região Geográfica Imediata de Alfenas-MG**: as dinâmicas rurais e urbanas na commoditização do território. 2022. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2022. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/wp-content/uploads/sites/141/2022/12/TCCFINAL-GUILHERME-1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- COUTINHO, D. M. **O uso do território por agentes torrefadores de café especiais**. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2016.
- DATAVIVA; CEDEPLAR; UFMG. **Espaço de atividades – rede de setores**. Localidades: 3170701. [S. l.], [2024]. Disponível em: <https://dataviva.info/pesquisa/localidades/3170701>. Acesso em: 18 fev. 2025.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- DULCI, L. B. **O Sul de Minas Gerais e a governança da rede de produção global do café no século XXI**. 2021. 333 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2021.
- ECOM TRADING. **Página institucional**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.ecomtrading.com/>. Acesso em: 21 fev. 2025.
- ELIAS, D. Globalização e agricultura no Brasil. **GEOUERJ**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 23-32, 2. sem. 2002.
- ELIAS, D. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.
- ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. *In*: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Observatório das Metrôpoles; Banco do Nordeste do Brasil, 2006. E-book. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/wp->

content/uploads/2020/07/EBOOK-DIFUSA%CC%83O-AGRO-NE.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. *In*: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>

ELIAS, D. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 26, n. 2, jan./dez. 2022a.

ELIAS, D. Pensando a operacionalização de estudos sobre cidades do agronegócio. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 144–164, jan./jun. 2022b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/63811>. Acesso em: 17 jan. 2023. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63811>

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (EMATER-MG). **Portal**. Belo Horizonte, [2026]. Disponível em: https://www.emater.mg.gov.br/portal.do?flagweb=novosite_endereco. Acesso em: 15 jan. 2026.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Café: beneficiamento e industrialização**. Brasília, DF: Embrapa, 2016. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/Cafe_na_AmazoniaLUISSILVA_2.pdf. Acesso em: 03 out. 2024.

ESTADÃO. Cooxupé registra recorde de faturamento em 2024. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/csPy>. Acesso em: 06 fev. 2025.

EXPORTADORA DE CAFÉ GUAXUPÉ. **Nossa história**. Guaxupé, 2025. Disponível em: <https://www.guaxupe.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 07 set. 2025.

FERNANDES, M. **Logística do escoamento do café do Sul de Minas Gerais**. 2004. 149 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – [S. l.], Porto Alegre, 2004.

FERREIRA, N. S. A Estrada de Ferro: crescimento econômico e urbano num município brasileiro do Sul de Minas Gerais – Varginha, 1882-1920. **Revista Tiempo & Economia**, [S. l.], v. 2, 2018.

FERREIRA, N. S.; SAES, A. M. Expansão da cafeicultura e urbanização em Varginha, 1882-1920. *In*: SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, 17., 2016, Diamantina. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2016.

FIGUEIREDO, R. S. C. de. **A dinâmica urbana de uma cidade média na rede urbana do Sul de Minas Gerais a partir de suas centralidades inter e intraurbanas**

do setor terciário: o caso de Varginha-MG. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2022.

FILETTO, F. **Trajetória histórica do café na região Sul de Minas Gerais**. 2000. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2000.

FILETTO, F.; ALENCAR, E. Introdução e expansão do café na região Sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2001.

FREDERICO, S.; CASTILLO, R. A. Circuito espacial produtivo de café e competitividade territorial no Brasil. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 10, n. 3, p. 236-241, 2004.

FREDERICO, S. Expansão da fronteira agrícola e emergência de uma agricultura científica globalizada no território brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**, [S. l.], número especial EGAL, p. 1-18, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2363/2259>. Acesso em: jun. 2022.

FREDERICO, S. Cafeicultura científica globalizada e as montanhas Capixabas: a produção de café arábica nas regiões do Caparaó e Serrana no Espírito Santo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 7-20, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132013000100002>

FREDERICO, S. Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 55-70, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81077>

FREDERICO, S. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **GEOgraphia**, Niterói, v. 17, n. 35, p. 68-94, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13729/8929>. Acesso em: 03 ago. 2024. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13729>

FREDERICO, S.; BARONE, M. Globalização e cafés especiais: a produção do comércio justo da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego do Antas - ASSODANTAS, Poços de Caldas (MG). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 27, n. 3, p. 393-404, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-451320150303>

FREDERICO, S. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 73-101, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.98588. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/98588>. Acesso em: 03 abr. 2022. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.98588>

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). **Perfil municipal**. Belo Horizonte. Disponível em: <https://imrs.fjp.mg.gov.br/Perfil>. Acesso em: set. 2025.

FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. v. 23. 193 p.

G1 SUL DE MINAS. Café Bom Dia é vendido para a Camil Alimentos em negócio de R\$ 62 milhões. **G1**, [S. l.], 16 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2021/12/16/cafе-bom-dia-e-vendido-para-a-camil-alimentos-em-negocio-de-r-62-milhoes.ghtml>. Acesso em: fev. 2026.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBO RURAL. Melitta investe R\$ 40 milhões e inaugura fábrica em Varginha. **Globo Rural**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Empresas-e-Negocios/noticia/2018/09/melitta-investe-r-40-milhoes-e-inaugura-fabrica-em-varginha.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GUIARI, G.; DIAS, D. A.; ALVES, F. D. Cidades pequenas e médias: lugares do fazer e do articular o agronegócio. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 20, n. 58, p. 71-96, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/76145/41054>. Acesso em: 11 jun. 2025. <https://doi.org/10.14393/RCT205876145>

GUIDA, L. C.; ALVES, F. D. Cafeicultura especializada na mesorregião sul/sudoeste de Minas: a organização espacial produtiva. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais** [...]. Uberlândia: [s. n.], 2012.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento do Brasil em 1872**: parte do volume 8: Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1872. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v8_p2_mg.pdf. Acesso em: out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 993**: empresas e outras organizações, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), faixas de pessoal ocupado total e ano de fundação – série encerrada em 2021. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/993#resultado>. Acesso em: nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 4709**: população residente, variação absoluta de população residente e taxa de crescimento

geométrico. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4709#resultado>. Acesso em: 10 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 6769**: número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição do produtor em relação às terras e grupos e classes de atividade. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6769#resultado>. Acesso em: 12 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 5938**: produto interno bruto a preços correntes, impostos líquidos de subsídios sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações – Referência 2010. Contas Nacionais e Regionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>. Acesso em: 11 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 187 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 12 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 1613**: área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras permanentes. Pesquisa Agrícola Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613#resultado>. Acesso em: 20 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 1613**: área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras permanentes. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613#resultado>. Acesso em: 19 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 6852**: número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, uso de agrotóxicos, origem da orientação técnica recebida, forma de obtenção de informações técnicas recebidas pelo estabelecimento, grupos de área de lavoura e grupos de área total. Rio de Janeiro: IBGE, 2025b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6852#resultado>. Acesso em: 21 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 9582**: empresas e outras organizações, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), faixas de pessoal ocupado total e ano de fundação. Rio de Janeiro: IBGE, 2025c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9582#resultado>. Acesso em: 17 mai. 2025.

IPANEMA COFFEES. **Conheça a Ipanema**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://ipanemaespresso.eu/pt/conhece-ipanema/>. Acesso em: 08 out. 2024.

IPEADATA. **Portal de dados econômicos, financeiros, demográficos e sociais.** Brasília, DF: IPEA, [2024]. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 11 set. 2025.

LEITE, R.; DALLABRIDA, P. **Cooperados da Cooxupé são flagrados com trabalho escravo em colheita de café.** Repórter Brasil, 12 jul. 2024. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/07/cooxupe-trabalho-escravo-cafe/>. Acesso em: 15 abr. 2026.

LOUIS DREYFUS COMPANY (LDC). **Página institucional.** [S. l.]. Disponível em: <https://www ldc.com/br/pt/>. Acesso em: jan. 2025.

MARTINS, J. de S. Operários e camponeses. *In*: MARTINS, J. de S. (org.). **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 49-117.

MARTINS, M. L. Paisagens do passado no sul de Minas: os ambientes rurais regionais e sua transformação pelo avanço da cafeicultura (décadas de 1870-1920). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 19, p. 127-155, 2014.

MARTINS, M. L. A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 287-320, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22228/rt-f.v7i1.222>

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede".** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MENDONÇA, R. F. *et al.* Abordagem sobre a bienalidade de produção em plantas de café. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 7, n. 13, p. 1-9, 2011. Disponível em: <https://shre.ink/55fT>. Acesso em: jul. 2025.

MESQUITA, C. M. **Manual do café: manejo dos cafezais em produção.** Brasília, DF: Embrapa, 2016. Disponível em: <https://www.emater.mg.gov.br/download.do?id=17572>. Acesso em: out. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE-MG). **Panorama do comércio exterior de Minas Gerais.** 2. ed. Belo Horizonte: SEDE-MG, 2024. Disponível em: <https://desenvolvimento.mg.gov.br/assets/projetos/1084/af9beab2361bfb9f680bd1c63114855d.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2026.

MOINHOS, R. Porto Inovação: Varginha ganha novo parque tecnológico. **Diário do Comércio**, Belo Horizonte, 27 nov. 2024. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/negocios/minas-ganha-parque-tecnologico-porto-inovacao/>. Acesso em: 11 set. 2025.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** 1. ed. São Paulo: Difel, 1984.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989.

NEUMANN KAFFEE GRUPPE (NKG). **Somos todos sobre o café**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.nkg.net/>. Acesso em: out. 2024.

NOVAIS, W. P. S. **A financeirização do agronegócio do café no Brasil**: a trama do capital fictício na produção capitalista do espaço. 2023. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, A. F. (org.). **Novos caminhos para a geografia**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 63-110.

OLIVEIRA, A. U. de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN: 2179-0892. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.102776>

OLIVEIRA, A. U. de. **Mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, T. A. Entre serras e planaltos: aproximações e reflexões sobre geoambientes e paisagens para terrenos inseridos na região Sul/Sudoeste de Minas Gerais. *In*: **Sociedade território e ambiente**. 1. ed. Alfenas: Editora da AGB Alfenas, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/5430384.1-3>

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Página institucional**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/institucional/ocb>. Acesso em: jun. 2023.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. de. Território café do Cerrado: transformações na estrutura produtiva e seus impactos sobre o pessoal ocupado. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 49, n. 3, jul./set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000300010. Acesso em: out. 2024. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032011000300010>

PEREIRA, M. F. V. Redes, sistemas de transportes e as novas dinâmicas do território no período atual: notas sobre o caso brasileiro. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 121-129, abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132009000100008>

PEREIRA, M. F. V. A inserção subordinada do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 347-355, ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000200009>

POCHMANN, M.; SILVA, L. C. **Brasil no capitalismo do século XXI**. Campinas: Editora Unicamp, 2023. 184 p.

PREFEITURA DE GUAXUPÉ. **Antiga Agência do Banco do Brasil**: patrimônio histórico tombado. Turismo Guaxupé, [S. l.]. Disponível em:

<https://www.turismoguaxupe.com.br/atrativos/patrimonio-historico-tombado/211/antiga-agencia-do-banco-do-brasil>. Acesso em: 05 jan. 2026.

RAIMUNDO, Glaucione. **Trabalho escravo contemporâneo na cafeicultura da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas: entre a lei e a realidade**. 2022. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2022.

RAMOS, S. de F.; CASTILLO, R. A. Sistemas técnicos agrícolas do algodão e uso do território brasileiro. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 101-114, 2010.

REVISTA CAFEICULTURA. **Ipanema Coffees**. [S. l.]. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=6688>. Acesso em: jun. 2022.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. *In*: LIMONAD, E.; HAESBERT, R.; MOREIRA, R. (org.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad; CNPq, 2004.

RIBEIRO, M. de F.; PEDROSA, A. W.; FERREIRA, W. P. M. Características do café arábica. *In*: **Boas práticas agrícolas aplicadas à lavoura cafeeira para o estado de Minas Gerais**. Brasília, DF: [s. n.], 2022. n. 1. ISSN: 2965-2979.

ROLLO, M. A. P. **As novas dinâmicas do território brasileiro no período técnico-científico-informacional**: o circuito espacial de produção do café e o respectivo círculo de cooperação no sul de Minas. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), [S. l.], 2009.

SAES, A. M.; CASTILHO, F. F. de A. Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920). **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 29, jul./dez. 2013.

SAES, A. M.; CASTILHO, F. F. de A. A dinâmica econômica do sul de Minas: um estudo sobre a cafeicultura em São Sebastião do Paraíso e região em 1902 e 1920. **Rede – Revista Debate Econômico**, Varginha, v. 2, n. 1, p. 48-73, jan./jun. 2014.

SAES, M. S. M. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café**. 1995. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SAGGIORATTO, A. Sul de Minas: uma das principais regiões produtoras de café no Brasil. **Revista Rua do Café**, [S. l.], 14 abr. 2025. Disponível em: <https://blog.ruadocafe.com.br/sul-de-minas-uma-das-principais-regioes-produtoras-de-cafe-no-brasil/>. Acesso em: fev. 2026.

SANTANA, V. D. **A China e o agronegócio brasileiro**: topologia e uso do território pela COFCO International. 2026. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2026. DOI: 10.14393/ufu.di.2026.105. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/48305/1/ChinaAgronegócioBrasileiro.pdf>. Acesso em: jan. 2026.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979a.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979b.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. *In*: SOUZA, M. A. A. de; SANTOS, M. (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994b. p. 15-20.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: **OSAL: Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires: CLACSO, ano 6, n. 16, jun. 2005.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014 [1985].

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de. (ed.). **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **O que são cooperativas?** [S. l.]. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-sao-cooperativas,c440438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SILVA, E. de A. da. **(Re)produção do espaço urbano e segregação socioespacial em Poços de Caldas, Minas Gerais**. 2021. 211 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, L. R.; PEREIRA, M. F. V. Território, agronegócio e startups: as agtechs no ecossistema de inovação de Uberlândia, Minas Gerais. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 29, n. 2, 2025. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/233513>. Acesso em: 20 dez. 2025. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2025.233513>

SILVA, M. Um guia ferroviário do fim do século XIX. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 02, 1954.

SILVA, R. de P. S.; COCA, E. L. de F.; SILVA, L. F. de O. A cafeicultura digital no sul de Minas Gerais: potencialidades e reflexões a partir da cafeicultura. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 33, número especial 1, p. 410, 2023. ISSN: 2318-2962. <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2023v33nesp1p410>

SIMÕES, J. C.; PELEGRINI, D. F. **Diagnóstico da cafeicultura mineira**: regiões tradicionais – Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Belo Horizonte: EPAMIG, 2010. 56 p.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO CAFÉ DO ESTADO DE MINAS GERAIS (SINDICAFÉ-MG). **Tipos de café**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://sindicafemg.com.br/tipos-de-cafe>. Acesso em: fev. 2026.

SISTEMA OCEMG. **Anuário do cooperativismo mineiro**. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://sistemaocemg.coop.br/publicacoes/>. Acesso em: out. 2025.

SISTEMA OCEMG. **Anuário 2025**. Belo Horizonte: Sistema Ocemg, 2025. Disponível em: <https://sistemaocemg.coop.br/anuario-2025-web/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SOUZA, J. V. P. de; BIALOSKORSKI NETO, S. **Formação das cooperativas de café no Brasil**: uma análise econômica e institucional. Brasília, DF: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2004. 14 p. Disponível em: <https://www.sober.org.br/palestra/12/04O240.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, [S. l.], 2012. Acesso em: ago. 2024.

TAUNAY, A. de E. **História do café no Brasil**: no Brasil colonial 1727-1822. Rio de Janeiro: [s. n.], 1939. v. 1, t. 1. 395 p.

TAUNAY, A. de E. **Pequena história do café no Brasil**: 1727-1937. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA). Bureau de Inteligência Competitiva do Café. **Relatório Internacional de Tendências do Café**: vol. 6, n. 03, 28 abr. 2017. Lavras: UFLA, 2017. Disponível em: http://www.consorciopesquisacafe.com.br/arquivos/consorcio/publicacoes_Relatorio_v6_n_03.pdf. Acesso em: fev. 2024.

VALE, Ana Rute do. O rural do sul de Minas: cafeicultura e suas contradições. In: ALVES, Flamarion Dutra (org.). *Sociedade, Território e Ambiente: estudos da geografia sul-mineira*. Alfenas: Ed. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Alfenas, 2024. p. 30-55. ISBN 978-65-01-16142-6. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/5430384.1-2>

VALVERDE, O. A fazenda de café escravocrata no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 1-58, jan./mar. 1967.

VILAS BOAS, L. G. A cafeicultura na região de planejamento Sul de Minas e no município de Nepomuceno, Minas Gerais. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, [S. l.], v. 11, 2020. ISSN: 2178-046. Disponível em: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v11i0.972>

REFERÊNCIAS -ANEXOS

4C. **Código de conduta**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.4cservices.org/wp-content/uploads/2020/05/200430_4C-Code-of-Conduct_Draft-PT.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). **Indicações geográficas**. Brasília, DF: INPI, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas>. Acesso em: 25 jun. 2024.

FAIRTRADE IBÉRICA. **Certificação Fairtrade**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.fairtrade.es/pt/o-negocio/certificacao-de-comercio-justo/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

INSTITUTO AGRONÔMICO (IAC). **Cultivares IAC**: resultados de pesquisa de cultivares. Campinas: IAC, 2023. Disponível em: <https://www.iac.sp.gov.br/cultivares/inicio/resultados.php>. Acesso em: dez. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Sobre o Certifica Minas**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://www.agricultura.mg.gov.br/certificaminas/website/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MOKA CLUBE. **Conheça os principais selos de certificação de cafés**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.mokaclube.com.br/blog/certificacao-de-cafes/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

NESPRESSO. **Café de qualidade sustentável**: Programa Nespresso AAA de Qualidade Sustentável™. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.nespresso.com/br/pt/sustentabilidade/manejo-cafe/programa-aaa>. Acesso em: 25 jun. 2024.






RAINFOREST ALLIANCE. **Certificação UTZ** (agora parte da Rainforest Alliance). [S. l.], 2024a. Disponível em: <https://www.rainforest-alliance.org/pt-br/utz/>. Acesso em: 25 jun. 2024.






RAINFOREST ALLIANCE. **Destino final**: regeneração. [S. l.], 2024b. Disponível em: <https://www.rainforest-alliance.org/pt-br/#>. Acesso em: 25 jun. 2024.

STARBUCKS. **Sustentabilidade C.A.F.E. Practices**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.starbucksathome.com/br/blog/cafе-practices.html>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ANEXOS

ANEXO A- Principais certificadoras e programas do Brasil

CERTIFICADORA	SELO
<p>UTZ: Fundado em 2002 como um órgão independente e não governamental dedicado à certificação de produtos agrícolas baseados em princípios de rastreabilidade, um código de conduta rigoroso e uma cadeia de custódia transparente. O selo UTZ é reconhecido por promover a agricultura sustentável, estabelecendo requisitos rigorosos que incluem boas práticas agrícolas, gestão responsável da terra, condições seguras e saudáveis para os trabalhadores, combate ao trabalho infantil e forçado, além de medidas de proteção ambiental. Recentemente se juntou a Rain Florest.</p>	
<p>RAINFOREST ALLIANCE: com mais de 35 anos de atuação, é uma organização internacional sem fins lucrativos que atua na interseção entre negócios, agricultura e preservação das florestas. Seu foco principal é promover a agricultura sustentável através de certificações, implementação de boas práticas agrícolas e capacitação de agricultores. Além disso, a organização lidera projetos de manejo de paisagens em mais de 60 países, visando a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.</p>	
<p>FAIR TRADE: O Fair Trade, ou Comércio Justo, é uma iniciativa sem fins lucrativos dedicada a promover o bem-estar e o empoderamento de produtores associados e trabalhadores. Este sistema de certificação rigoroso enfatiza a garantia de preços justos, condições de trabalho dignas e acordos mais equitativos para agricultores.</p>	
<p>NESPRESSO AAA: O programa da Nestlé foi iniciado em 2003 em colaboração com o Rainforest Alliance, com foco na melhoria da qualidade do café. Este programa estabelece três objetivos principais: assegurar o fornecimento de cafés de alta qualidade exigidos pela marca Nespresso, promover a conservação ambiental e melhorar a distribuição justa dos rendimentos entre os produtores. Esses objetivos representam um compromisso com a qualidade, sustentabilidade, rastreabilidade e produtividade.</p>	
<p>C.A.F.E. Practices– Coffee and Farmer Equity desenvolvido pela Starbucks em parceria com a ONG Conservation International, consiste em diretrizes que promovem práticas agrícolas sustentáveis e medidas ambientais. Essas orientações incluem a gestão eficiente de resíduos, a proteção e conservação da qualidade da água e energia, a preservação da biodiversidade e a redução do uso de produtos agroquímicos.</p>	

<p>4C: Criada em 2006 pela associação de torrefadores de café e uma agência governamental de inovação e desenvolvimento, a organização independente Código Comum para a Comunidade Cafeeira (4C), com sede em Bonn, Alemanha, certifica produtores de café para garantir que os grãos não são produzidos com trabalho escravo ou infantil e sem o uso de pesticidas proibidos internacionalmente. A 4C promove a produção sustentável, abrangendo aspectos econômicos, sociais e ambientais, baseada em um rigoroso código de conduta.</p>	
<p>ORGÂNICO: Regulamentado pelo Estado, por parte de governos e organizações internacionais, o selo Orgânico é oferecido para as produções que utilizam manejo livre de qualquer tipo de agrotóxico, adubo químico, radiação ou modificação genética. A certificação é realizada por certificadoras que precisam estar devidamente credenciadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).</p>	
<p>CERTIFICA MINAS: é o Programa de Certificação de Produtos Agropecuários e Agroindustriais do Estado de Minas Gerais com a finalidade de assegurar a qualidade dos produtos agropecuários e agroindustriais produzidos no Estado e a sustentabilidade de seus sistemas de produção, proporcionando a esses produtos uma maior competitividade e favorecendo sua inserção nos mercados nacional e internacional. Foi instituído através da Lei Estadual Nº 22.926, de 12 de janeiro de 2018 onde a certificadora é a Emater.</p>	
<p>INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA A Indicação de Procedência (IP) é oferecida de acordo com o território da plantação cafeeira. Geralmente, esse selo está nos principais Estados produtores de café do Brasil ou que têm tradição nessa área. Essa certificação acaba por agregar valor e inibir o uso indevido do nome da região. Dessa forma, para adquirir a licença e poder utilizar os selos na embalagem, o produtor precisa cumprir todas as competências das associações integradas à certificação. Pontuação mínima de cafés especiais e responsabilidade socioambiental são exemplos desses requisitos.</p>	
<p>DENOMINAÇÃO DE ORIGEM O selo de Denominação de Origem é oferecido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). Essa certificação é uma transição da Indicação de Procedência, atestando produtos que têm normas e controles mais específicos de determinada região, que resulta em um cultivo de características exclusivas. Sendo assim, esse selo tem como objetivo valorizar a produção de uma localidade e suas especificidades. Os fatores levados em consideração são os naturais, como clima, solo, relevo, altitude, e também os tecnológicos e humanos. Para receber essa certificação, o produtor precisa seguir critérios de identidade, qualidade e rastreabilidade do café, por exemplo.</p>	

Fonte: 4C (2020); BRASIL (2020); FAIRTRADE IBÉRICA (2022); MINAS GERAIS (2019); MOKA CLUBE (2021); NESPRESSO (2024); RAINFOREST ALLIANCE (2024a; 2024b); STARBUCKS (2024). Organização da autora.

ANEXO B- Cultivares produzidos pelo IAC.

Cultivares	Linhagens	Ano	Características
Acaiá	Acaiá IAC 474 – 1 Acaiá IAC 474 - 19 Acaiá IAC 474 - 20 Acaiá IAC 474 - 4 Acaiá IAC 474 - 6 Acaiá IAC 474 – 7	1977	Produtividade elevada e sementes grandes
Apoatã	Apoatã IAC 2258	1987	Porta-enxerto, resistente aos nematoides e à ferrugem
Bourbon	Bourbon Amarelo-IAC J 10 Bourbon Amarelo-IAC J 19 Bourbon Amarelo-IAC J 2 Bourbon Amarelo-IAC J 20 Bourbon Amarelo-IAC J 22 Bourbon Amarelo-IAC J 24 Bourbon Amarelo-IAC J 9 Bourbon Vermelho-IAC 662	1952	Produtividade e maturação precoce
Catuaí	Catuaí Amarelo IAC 100 Catuaí Amarelo IAC 17 Catuaí Amarelo IAC 32 Catuaí Amarelo IAC 39 Catuaí Amarelo IAC 47 Catuaí Amarelo IAC 62 Catuaí Amarelo IAC 74	1972	Produtividade, rusticidade e porte baixo

	Catuai Amarelo IAC 86 Catuai Vermelho IAC 144 Catuai Vermelho IAC 15 Catuai Vermelho IAC 24 Catuai Vermelho IAC 44 Catuai Vermelho IAC 72 Catuai Vermelho IAC 81 Catuai Vermelho IAC 99 Catuai Vermelho IAC 51		
Caturra	Caturra Vermelho-IAC 477	1951	Produtividade e porte baixo
Guarini	Guarini (IAC 1598)	1958	Produtividade e resistência à Ferrugem
Ibairi	Ibairi IAC 4761	1999	Sem dados
Icatu	Icatu Amarelo IAC 2907 Icatu Amarelo IAC 2944 Icatu Amarelo IAC 3686 Icatu Precoce IAC 3282 Icatu Vermelho IAC 2941 Icatu Vermelho IAC 2942 Icatu Vermelho IAC 2945 Icatu Vermelho IAC 4040 Icatu Vermelho IAC 4041 Icatu Vermelho IAC 4043 Icatu Vermelho IAC 4045 Icatu Vermelho IAC 4046 Icatu Vermelho IAC 4228	1992 e 1996	Excelente qualidade de bebida, porte alto, maturação precoce, resistência à ferrugem
Kouillou	Kouillou (IAC 66-3)	1958	Produtividade e resistência à Ferrugem
Laurina	Laurina IAC 870	1999	Sem dados

Mundo Novo	Mundo Novo IAC 388 - 17 Mundo Novo IAC 388 - 17-1 Mundo Novo IAC 388 - 6 Mundo Novo IAC 464 - 12 Mundo Novo IAC 467 - 11 Mundo Novo IAC 480 - 6 Mundo Novo IAC 501 - 5 Mundo Novo IAC 502 - 1 Mundo Novo IAC 515 - 11 Mundo Novo IAC 515 - 20 Mundo Novo-IAC 376 - 4 Mundo Novo-IAC 379 - 19 Mundo Novo-IAC 382 - 14	1957 e 1977	Produtividade e rusticidade
Obatã	Obatã IAC 1669 – 20	1996	Rusticidade, porte baixo e resistência à ferrugem
Ouro Verde	Ouro Verde IAC H 5010-5	2000	Produtividade e ótimo vigor
Tupi	Tupi IAC 1669 – 33	1996	Rusticidade, porte baixo e resistência à ferrugem

Fonte: IAC (2023) Organização da autora.